UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM MUSEOLOGIA

IORELA BUGATTI ISOLAN

A formação em Museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o
ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia

São Paulo
2017

IORELA BUGATTI ISOLAN

A formação em Museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia.

Área de Concentração: Museologia

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno

Linha de Pesquisa: Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos

Versão revisada.

A versão original encontra-se na biblioteca do MAE.

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação do

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

I85 Isolani, Fiorella Bugatti.

A formação em museologia nas universidades brasileiras : reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia / Fiorella Bugatti Isolani ; orientadora Maria Cristina Oliveira Bruno – São Paulo, 2017.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, 2017.

1. Museologia. 2. Ensino e formação. 3. Gestão museológica. I. Bruno, Maria Cristina Oliveira. II. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. III. Título.

Nome: ISOLAN, Fiorela Bugatti

Título: A formação em Museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora **Maria Cristina Oliveira Bruno**, pela confiança, apoio e incentivo ao longo dessa jornada. Obrigada por me ensinar sobre Museologia, formação profissional, gestão e, acima de tudo, sobre generosidade e respeito.

A todos os docentes do campo da Museologia com quem estabeleci contato ao longo da pesquisa e que, de diferentes formas, contribuíram para o seu desenvolvimento, especialmente aos professores e professoras **Andréa Considera, Anna Paula da Silva, Carlos Alberto Ávila Araújo, Carlos Costa, Diego Ribeiro, Elizabete de Castro Mendonça, Emanuela Souza Ribeiro, Fernando Romero, Francisco Sá Barreto, Ivan Coelho Sá, Letícia Julião, Luciana Silveira Cardoso, Manuelina Duarte Cândido, Maria Célia T. Moura Santos, Priscila Maria de Jesus, Rosângela Britto, Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, Sidélia Teixeira, Yara Mattos e Zita Possamai.**

Às professoras **Camila Wichers e Marília Xavier Cury**, pela leitura atenta da pesquisa na etapa de qualificação e por todas as contribuições aportadas.

A todos do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, em especial à equipe da Biblioteca e à **Karen Ribeiro e Aline Dias** (ex-MAE), da Secretaria da Pós-Graduação.

À **Marília Falcone Guerra**, por me estimular a elaborar o projeto de pesquisa e a participar do processo seletivo, assim como por toda a parceria e amizade cultivadas ao longo desse percurso.

Aos companheiros do “Bonde da Cris”, **Bianca Corazza, Carlos de Oliveira, Léa Blezer, Maurício Rafael, Renata Cittadin e Ricardo Alberton**, pelas conversas e encontros, pela amizade que cultivamos, por me darem força e coragem para seguir adiante. Vocês foram essenciais!

Ao amigo *hermano* “Nelson” (**Ivan Vaz**), também integrante do “Bonde da Cris” e grande companheiro de “experimentações e reflexões museológicas”, por

compartilharmos dúvidas e anseios, ideias e motivações, por me acolher nos momentos difíceis e por me fazer acreditar.

Aos amigos e amigas que, de perto ou nem tanto, me acompanharam e me motivaram, em especial à **Isadora Fonseca** e **Daniele Caron**.

À toda a equipe da Expomus, com agradecimento especial às eternas colegas do Núcleo de Museologia **Carolina Vilas Boas**, **Heloísa Bedicks** e **Lourdes Silva**. Obrigada, gurias, por todo o apoio e estímulo e, acima de tudo, pela troca e pelo aprendizado ao longo desse último ano de convívio diário.

À minha mãe, **Clarice**, e meus irmãos, **Fausto** e **Flaviano**, que, mesmo de longe, me apoiaram e me estimularam a seguir em frente.

À **Letícia Prudente**, amiga e cunhada querida, pela capacidade de me tranquilizar nos momentos de dúvidas e questionamentos e por me ajudar a enxergar o caminho.

Ao **João**, por todo o amor, carinho, paciência e companheirismo. Tenho certeza que crescemos juntos ao longo dessa caminhada.

Dedico este trabalho ao meu pai, **Marconi**, que plantou em mim a vontade de sempre “ampliar horizontes”.

RESUMO

ISOLAN, Fiorela Bugatti. **A formação em Museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia**. 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A oferta de cursos universitários em Museologia se expandiu de maneira significativa ao longo das duas últimas décadas no Brasil. Se até princípios dos anos 2000 o país contava com apenas dois cursos de Bacharelado ativos – o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o da Universidade Federal da Bahia (UFBA) –, atualmente, encontram-se cadastrados no Ministério da Educação (MEC) dezesseis cursos voltados para essa área de formação, o que evidencia a dinamização e crescimento do setor museológico no cenário brasileiro. Não obstante, este processo de ampliação das perspectivas de formação profissional suscita uma série de questões e desafios, devendo ser objeto de análises que colaborem para a proposição de diretrizes comuns para a capacitação profissional, com vistas ao fortalecimento do campo disciplinar da Museologia. Sendo assim, no intuito de contribuir para as discussões voltadas à capacitação na área – principalmente no que se refere ao ensino das noções de gestão e de planejamento, sob a perspectiva desta disciplina – a presente pesquisa teve como finalidade mapear o perfil da oferta formativa que caracteriza os cursos de Bacharelado em Museologia atualmente em funcionamento e, mais especificamente, verificar como as ideias de gestão e planejamento aparecem nos currículos dos referidos cursos. Para o seu desenvolvimento, nos valem os métodos qualitativos de análise, como levantamento bibliográfico sobre a consolidação da Museologia enquanto campo disciplinar independente e sobre a trajetória do ensino na área dentro do contexto brasileiro; além da consulta das diretrizes nacionais para formação na área e dos programas pedagógicos dos cursos, com suas respectivas matrizes curriculares e ementários das disciplinas. A sistematização e posterior análise dos dados permitiu identificarmos que houve avanços no âmbito da formação profissional em nível de graduação em Museologia no Brasil não só em termos quantitativos, como também em termos qualitativos, o que, sem dúvida, vem

contribuindo para a consolidação deste campo disciplinar. Com relação à gestão e ao planejamento, o protagonismo alcançado por estes temas junto ao universo museológico fez com que, na atualidade, sejamos levados a tratá-la como uma função do museu, para além das tradicionais funções de salvaguarda, pesquisa e comunicação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). De fato, esta centralidade se reflete na configuração da oferta formativa em vigor no país, que dispõe de componentes curriculares que abordam questões relacionadas a estas noções. Entretanto, sinalizamos para a importância de pensarmos a gestão desde uma perspectiva *museológica*, que dialoga com as dimensões teóricas e práticas do campo, contribuindo para a consolidação da Teoria Museológica e para a conformação daquilo que Maria Cristina Oliveira Bruno (2015a) identifica como olhar museológico – olhar este que se fundamenta em contraposição às visões fragmentadas e tecnicistas que tendem a compreender as experimentações no campo de modo compartimentado, o que impossibilita o entendimento de sua totalidade dentro de uma perspectiva processual.

Palavras-chave: Museologia. Ensino e Formação. Gestão Museológica.

ABSTRACT

ISOLAN, Fiorela Bugatti. **The training in Museology in brazilian universities: reflections on the management and planning teaching from the perspective of Museology** . 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The offer of courses in Museology in universities has expanded significantly in the last two decades in Brazil. If until the early 2000s the country had only two active bachelor's degrees courses - the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO) and the Federal University of Bahia (UFBA) – today there are currently registered in the Ministry of Education (MEC) sixteen courses connected to this area of training, which evidences the dynamization and growth of the museological sector in the Brazilian scenario. Nonetheless, this process of the expansion of the perspectives on professional training raises a number of issues and challenges and should be the subject of analyzes that contribute to the proposal of common guidelines for professional training, aiming to strengthening the disciplinary field of Museology. Therefore, in order to contribute to the discussions focused on training in the area - mainly in relation to the teaching of management and planning concepts from the perspective of this discipline - the present research had the purpose of mapping the profile of the training offer that characterizes the bachelor courses in Museology currently in operation and, more specifically, to verify how the ideas of management and planning appear in the curricula of the same courses. For its development, we use qualitative methods of analysis, such as a bibliographical survey on the consolidation of Museology as an independent disciplinary field and on the trajectory of teaching in the area within the Brazilian context; besides the consultation of the national guidelines for training in the area and the pedagogical programs of the courses, with their respective curricular matrices and courses of the disciplines. The systematization and subsequent analysis of the data allowed us to identify that there has been progress in the field of professional training at the undergraduate level in Museology in Brazil, not only in quantitative terms, but also in qualitative terms, which undoubtedly has contributed to the consolidation of this disciplinary field. With regard to management and planning, the protagonism achieved by these themes in the museological universe has made us nowadays treat

it as a function of the museum, in addition to the traditional functions of preservation, research and communication (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). In fact, this centrality is reflected in the configuration of the training offer now operated in the country, which has curricular components that addresses issues related to these notions. However, we point out the importance of thinking about management from a museological perspective, which dialogues with the theoretical and practical dimensions of the field, contributing to the consolidation of the Museological Theory and to the conformation of what Maria Cristina Oliveira Bruno (2015a) identifies as a *museological view* (olhar museológico) – which is based in opposition to the fragmented and technicist visions that tend to understand the experiments in the field in a compartmentalized way, which makes it impossible to understand its totality in a processual perspective.

Keywords: Museology. Teaching and Training. Museological Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais campos da ação museológica.....	23
Figura 2 - Cadeia Operatória Museológica	24
Figura 3 - Fato Museal/Fenômeno Museológico/Processo de Musealização	26
Figura 4 - Fluxo do Olhar Museológico	27
Figura 5 - Divisão do Trabalho junto às instituições museológicas.....	47
Figura 6 - ICOM Curricula Guidelines for Museum Professional Development	56
Figura 7 - Cadeia Operatória Museológica	66
Figura 8 - Mapa da oferta formativa – Bacharelado em Museologia	92
Figura 9 - Distribuição da oferta formativa por região	92
Figura 10 - Vinculação acadêmico-institucional dos cursos de Bacharelado em Museologia	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura da Museologia	23
Quadro 2 - Museologia e Museu: paradigma colecionista e paradigma relacional....	40
Quadro 3 - Cursos de Graduação em Museologia no Brasil	91
Quadro 4 - Vinculação acadêmico-institucional dos cursos de Bacharelado em Museologia no Brasil	93
Quadro 5 - Concentração dos cursos de Bacharelado em Museologia a partir das vinculações acadêmico-institucionais	93
Quadro 6 - Eixos estruturantes da formação stricto sensu em Museologia	98
Quadro 7 - Eixos estruturantes da formação nas áreas afins à Museologia	100
Quadro 8 - Disciplinas obrigatórias e optativas com títulos que fazem menção aos termos gestão, administração, organização e planejamento.	145
Quadro 9 - Gestão stricto sensu e Gestão museológica	152

LISTA DE SIGLAS

ASSPAM	Associação Paulista de Museólogos
CEMMAE	Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia da USP
CFE	Conselho Federal de Educação
COREM	Conselho Regional de Museologia
CNE/CSE	Conselho Nacional de Educação/ Câmara Superior de Educação
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
EMBAP-PR	Escola de Música e Belas Artes do Paraná
FAECA	Faculdade Dom Bosco
FESP SP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional de Museologia
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICTOP	Comitê Internacional para a Formação Profissional
IES	Instituição de Ensino Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
MEC	Ministério da Educação
MHN	Museu Histórico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MuWop/DotraM	<i>Museological Working Papers/ Documents de Travail sur la Museologie</i>
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNM	Política Nacional de Museus
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RPPCM	Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia
Sebramus	Seminário Brasileiro de Museologia
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNIBAVE	Centro Universitário de Barriga Verde
Unicastelo	Universidade Camilo Castelo Branco
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Referencial teórico-conceitual	22
Percursos metodológicos	28
Estrutura da Dissertação	30
CAPÍTULO 1. MUSEOLOGIA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO DA GESTÃO	32
1.1 A construção da Museologia como campo disciplinar autônomo.....	32
1.2 Formação profissional: entre tradição e inovação.....	40
1.2.1 <i>Caminhos da profissionalização: a construção de uma tradição.....</i>	<i>41</i>
1.2.2 <i>Novos rumos da profissionalização: em direção à especialização e delineamento de um novo perfil profissional.....</i>	<i>46</i>
1.3 Competências em gestão	50
1.3.1 <i>Primeiras aproximações entre museus e gestão.....</i>	<i>50</i>
1.3.2 <i>Teoria Museológica e gestão: caminhos para a construção de uma gestão museológica.....</i>	<i>64</i>
CAPÍTULO 2. CONTINUIDADES E RUPTURAS NO ENSINO E FORMAÇÃO EM MUSEOLOGIA NO BRASIL	68
2.1 Trajetória do ensino em Museologia no Brasil	68
2.1.1 <i>O Curso de Museus do Rio de Janeiro.....</i>	<i>68</i>
2.1.2 <i>O Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia.....</i>	<i>76</i>
2.1.3 <i>O Curso de Especialização em Museologia da FESP/SP.....</i>	<i>80</i>
2.1.4 <i>Outras experiências</i>	<i>83</i>
2.2 A expansão da oferta formativa: 2003-2014.....	85
CAPÍTULO 3. PERFIL DA OFERTA FORMATIVA E ENSINO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO NOS CURSOS DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA BRASILEIROS.....	96
3.1 Breve trajetória e perfil dos cursos de Bacharelado em Museologia	96
3.1.1 <i>Bloco 1. A Museologia inserida no campo das ciências humanas e sociais: os cursos de bacharelado da UNIRIO, UFBA, UFRB, UFPEL, UFPE, UFG e UFSC</i>	<i>100</i>

3.1.2 Bloco 2. A Museologia em interface com o campo das Ciências da Informação: os cursos de Bacharelado da UFRGS, UnB e UFMG.....	117
3.1.3 Bloco 3. Cursos sem vinculação acadêmica: UNIBAVE e UFS	125
3.1.4 Bloco 4. Museologia e Artes: O Curso de Museologia da UFPA.....	129
3.1.5 Bloco 5. Escola de Direito, Turismo e Museologia e o curso de Museologia da UFOP.....	131
3.2 Análise do ensino da gestão e do planejamento.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICES	174

INTRODUÇÃO

As motivações que nos conduziram à realização desta pesquisa de mestrado tomaram forma em outubro de 2014, durante o I Seminário Brasileiro de Museologia (Sebramus), evento organizado pela Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia (RPPCM) e realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Naquele momento, apresentamos uma comunicação que apontava nosso interesse em desenvolver uma pesquisa acadêmica no âmbito de pós-graduação sobre as políticas do governo federal para a área de museus, mais especificamente o Edital Mais Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

No entanto, a imersão durante uma semana naquele ambiente repleto de profissionais e pesquisadores do campo, fizeram aflorar nossos questionamentos acerca do quanto há da Museologia Sonhada – aquela, tal como define a museóloga Waldisa Rússio, circunscrita ao cenário das utopias – na Museologia cotidianamente praticada nas instituições públicas, nos museus e nas próprias salas de aula onde estão sendo formados os futuros museólogos brasileiros.

Assim, motivadas pelo crescimento exponencial da oferta formativa em Museologia registrada no Brasil nos últimos anos e, especialmente, pelo questionamento de como se dá a conformação do *olhar museológico* desses futuros profissionais, decidimos redirecionar a pesquisa para a análise do ensino e da formação em Museologia, com especial interesse no modo como as noções de gestão e planejamento – tão caras ao universo museológico na contemporaneidade – vêm sendo ensinadas nos cursos de Bacharelado atualmente em funcionamento no país.

As duas últimas décadas registraram uma mudança expressiva na realidade do ensino da Museologia no Brasil, com o surgimento de novos cursos de Bacharelado junto a universidades localizadas em diferentes regiões do país, além da criação de especializações e cursos de pós-graduação *stricto sensu* voltados para a área. Tal movimento desencadeou uma considerável transformação na realidade da capacitação voltada para esse campo de conhecimento, até então marcada pela escassa oferta formativa.

O primeiro curso em Museologia que entrou em vigor no país foi o Curso de Museus, criado em 1932, no âmbito do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro,

sendo durante cerca de quarenta anos o único existente no cenário brasileiro. Somente em 1969 seria implantado o segundo curso. Vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi o primeiro a ser concebido originalmente dentro do âmbito universitário (TANUS, 2013). O final da década de 1970 assinalaria a criação, junto à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP SP), do primeiro curso de especialização em Museologia, que funcionou entre os anos de 1978 e 1996. Existiram ainda, no período que antecede os anos 2000, outras experiências de ensino e formação em Museologia que, embora interrompidas, evidenciam os esforços no sentido da construção de um campo profissional no país.

Assim, se até o ano de 2003, havia no Brasil apenas dois cursos de bacharelado em Museologia ativos – o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – atualmente constam nos registros do Ministério da Educação (MEC) dezesseis cursos voltados para essa área de formação¹. No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, foram implantados programas de mestrado em Museologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016), na Universidade Federal da Bahia (2013), na Universidade de São Paulo (2012) e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2006)². Esta última instituição conta ainda, desde 2011, com um programa de doutorado na área.

De modo paralelo, há uma série de cursos de especialização *lato sensu* relacionados ao campo Museologia. Este é o caso, por exemplo, do Mestrado Profissional em Artes Patrimônio e Museologia, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). No nível da formação técnica, podemos fazer referência ao Curso Técnico em Museologia, do Centro Paula Souza, autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI).

Alguns aspectos conjunturais contribuem para a compreensão da expansão da oferta formativa no setor museológico brasileiro, com considerável alcance nas cinco regiões do país. Dentre eles, podemos elencar o estabelecimento de marcos

¹ De acordo com dados contidos em: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relação das Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2017.

² Para Maria Cristina Oliveira Bruno, a criação dos cursos de pós-graduação em São Paulo e na Bahia representaram não só a ampliação da perspectiva de regionalização das rotas e dos caminhos do ensino, mas, sobretudo, a ampliação da “compreensão sobre a nossa complexidade sociocultural e a respectiva necessidade dos cursos correspondam a este desafio no âmbito dos estudos de pós-graduação” (BRUNO, 2015b, p. 107).

conceituais e práticos para a estruturação do campo museológico no país por meio da Política Nacional de Museus (PNM), lançada em 2003; a realização de reformas na legislação do Ministério da Educação (MEC); e a instituição, em 2007, do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Por outra parte, o atual cenário de incremento de cursos de capacitação evidencia a dinamização e crescimento da visibilidade do setor no Brasil, e o consequente fortalecimento de seu campo profissional – processo este desencadeado a partir da década de 1980 e que teve como importante demanda a profissionalização da área³.

Assim, muito embora ainda exista uma Museologia sonhada que se confronta com a Museologia real, como colocou a museóloga Waldisa Rússio (RÚSSIO, 1984)⁴, podemos concordar com a afirmação que reconhece que o campo obteve avanços no que se refere à discussão de seus princípios teórico-metodológicos, bem como à ampliação das perspectivas para a formação profissional (BRUNO, 2006).

Não obstante, este fenômeno de expansão dos cursos de Museologia suscita uma série de questões e desafios, devendo ser objeto de análises e reflexões sistemáticas que busquem contribuir para o estabelecimento de parâmetros para a formação profissional (BRUNO, 1996), tendo como referência o arcabouço teórico-metodológico da disciplina Museologia.

É, pois, justamente no intuito de auxiliar nas discussões voltadas ao ensino e formação em Museologia – principalmente no que diz respeito à capacitação em questões ligadas à gestão e ao planejamento – que propomos o desenvolvimento da dissertação ora apresentada.

A partir dessas considerações iniciais, a pesquisa foi delineada tendo como referência os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: mapear o perfil da oferta formativa que caracteriza o ensino superior em Museologia em nível de graduação ativo no país e, mais especificamente, analisar como as noções de gestão e planejamento –

³ Como desdobramento desse movimento, a profissão de museólogo foi reconhecida e regulamentada por meio da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984 e do Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985.

⁴ A Museologia sonhada corresponde “aos procedimentos de respeito às características técnico-científicas inerentes aos processos de musealização” (BRUNO, 2006, p. 6). A Museologia real, por sua vez, se ancora em uma prática que muitas vezes desrespeita os princípios teórico-metodológicos da disciplina, sobrevivendo apenas em função de interesses imediatistas e midiáticos (BRUNO, 2006).

compreendidas desde a perspectiva da Museologia – aparecem e são abordadas pelos currículos dos referidos cursos.

Este objetivo central, por sua vez, se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Bacharelado em Museologia atualmente ativos, bem como suas respectivas vinculações acadêmico-institucionais, com vistas a compreender as perspectivas e orientações conceituais que pautam tais cursos;
- b) Refletir sobre as noções de gestão e planejamento a partir da perspectiva da Museologia, buscando contribuir para o aprofundamento e alinhamento dos conceitos.

A escolha em restringir o estudo ao universo dos cursos de Bacharelado em Museologia se justifica pela própria transformação na oferta, tal como mencionamos anteriormente: o período que compreende os anos de 2003 e 2014 – tidos como marco do recorte temporal da análise – registrou uma expansão de 600% no número de cursos em nível de graduação ofertados. Uma característica dessa expansão foi o perfil diversificado da oferta formativa, uma vez que os cursos contaram com diferentes vinculações acadêmico-institucionais (JULIÃO; TANUS, 2014), fato que atualiza e reforça a necessidade do debate acerca de seu formato e da própria identidade profissional projetada para a área.

Por outra parte, a motivação em direcionar a pesquisa para o modo como as noções de gestão e planejamento vêm sendo ensinadas nas graduações em Museologia está diretamente relacionada à centralidade do tema junto ao universo museológico, e à nossa própria experiência profissional⁵. Podemos dizer que as três últimas décadas foram marcadas, dentre outras questões, pelo aumento da importância da perspectiva processual para o gerenciamento dos museus (BRUNO, 2015b). A relevância atribuída à gestão e ao planejamento vincula-se, pois, à necessidade de assegurar a continuidade e sustentabilidade aos distintos experimentos no campo e pode ser percebida por meio do incremento das

⁵ Venho atuando desde 2010 como pesquisadora em projetos relacionados à elaboração de diagnósticos e planos museológicos de diferentes naturezas. Tratam-se de experiências marcadas por perspectivas interdisciplinares e diálogos multiprofissionais.

exigências legais em vigor no país⁶ e da própria produção bibliográfica voltada para o campo⁷.

No intuito de se constituir como um mecanismo de interação e fórum para o debate de aspectos relacionados à capacitação profissional em Museologia, foi criada, em 2008, a Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia (RPPCM). Durante o II Encontro da Rede, realizado em 2009, organizou-se um grupo de trabalho com a finalidade de identificar o perfil dos cursos de graduação então em funcionamento no país. Como desdobramento deste trabalho, que levou em conta as matrizes curriculares dos referidos cursos, foi elaborada uma proposta de eixos estruturantes para os cursos de Bacharelado em Museologia, demonstrando o esforço no sentido do estabelecimento de uma identidade na formação nesse campo, a partir da definição de diretrizes comuns responsáveis por proporcionar maior diálogo entre as instituições, “com vistas ao incremento da pesquisa, do exercício profissional e da construção do conhecimento na área” (OLIVEIRA et al., 2012, p. 69).

Dentre os eixos estruturantes propostos está aquele que se refere à “Gestão Museológica”⁸, que abarca disciplinas que abordam “teorias da administração, administração, gestão e planejamento de espaços museais e culturais; elaboração, captação e gestão de projetos culturais; políticas públicas na área e museus e legislação museológica” (OLIVEIRA et al., 2012, p. 72).

O interesse na capacitação profissional voltada para a gestão também aparece nas diretrizes para formação propostas tanto em âmbito nacional como internacional. O documento *Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura*, publicado pelo MEC menciona que, dentre os temas abordados na formação em Museologia, está a gestão museológica, sendo que o perfil do egresso sinaliza que “o museólogo atua no planejamento, gestão, execução e acompanhamento de projetos e políticas culturais vinculados ao patrimônio natural

⁶ No caso brasileiro, o Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009) estipula que “é dever ver dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico”, compreendido como fermenta de caráter estratégico que traz as diretrizes conceituais e de funcionamento das instituições museológicas.

⁷ Com relação à produção acadêmica brasileira, uma análise panorâmica das comunicações apresentadas no II Sebramus, evento organizado pela Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia e realizado no Museu do Homem do Nordeste, em Recife, em 2015, fez-nos perceber um número significativo de trabalhos que, a partir de diferentes recortes, tratavam de questões referentes a esta temática.

⁸ Além deste, foram propostos os seguintes eixos estruturantes: Teoria museológica, Comunicação museológica, Documentação museológica, Conservação, Memória e Patrimônio, Estágio curricular obrigatório e Projeto e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (OLIVEIRA et al., 2012).

e cultural, material e imaterial [...]” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a, p. 83). Por sua vez, o Comitê Internacional para a Formação Profissional (ICTOP), vinculado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), apresenta no documento *ICOM Curricula Guidelines for Museum Professional Development*, cinco grandes áreas de competência da formação profissional no campo, estando dentre elas a gestão (*Management competencies*)⁹.

Como observa Peter Van Mensch (2004), a gestão é, na atualidade, um dos desafios mais importantes colocados para a Teoria Museológica, o que a transforma em um objeto de estudo essencial.

Com o objetivo de perceber a presença de conteúdos sobre gestão e planejamento nos cursos de Bacharelado ofertados no Brasil, Manuelina Duarte Cândido (2012) elaborou um estudo preliminar dos currículos dos cursos de graduação em Museologia. Embora de caráter prévio, a análise aponta para o fato de que a presença de disciplinas que tratam dessa temática é ainda bastante irregular.

Para além da questão da presença ou não de disciplinas que versam sobre gestão e planejamento, há que se atentar para quais entendimentos destes termos orientam as disciplinas atualmente ofertadas nos diversos cursos em funcionamento no país. O conhecimento construído fora do campo da Museologia colabora para o fortalecimento da gestão de museus no sentido mais museológico? (DUARTE CÂNDIDO, 2013); de que maneira o referencial teórico-metodológico da Museologia contribui para a organização dessas disciplinas? Pode-se dizer que há um alinhamento do entendimento desses conceitos nos diferentes cursos?

São, pois, estes os questionamentos que orientaram a análise desenvolvida. A hipótese por nós levantada é a de que o ensino da gestão e do planejamento, desde uma perspectiva *museológica*, contribui para o fortalecimento da Teoria Museológica e para a consolidação deste campo disciplinar. Dito de outra maneira: permite que a Museologia Sonhada – circunscrita ao cenário das utopias – se aproxime cada vez mais da Museologia Real “que permeia o cotidiano institucional dos processos museológicos” (BRUNO, 2006, p. 5).

⁹ Disponível em: <<http://museumstudies.si.edu/ICOM-ICTOP/index.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

Referencial teórico-conceitual

Desenvolver uma pesquisa que tem como objetivo a problematização da formação em Museologia no Brasil na contemporaneidade, com foco no ensino da gestão e do planejamento, demanda o estabelecimento de algumas premissas conceituais com relação às noções que conformam o eixo da análise, quais sejam: Museologia, Gestão e Formação Profissional.

A **Museologia** é por nós compreendida como campo de conhecimento de caráter aplicado, que se constitui ancorado na interdisciplinaridade e que concentra a sua análise nas relações que as diferentes sociedades travam, ao longo de suas trajetórias, com a sua herança patrimonial (BRUNO, 2000).

Ao se constituir como uma via de mão dupla entre a prática e a teoria (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013), a Museologia pressupõe a constante articulação entre aplicação e reflexão: o exercício da experimentação permite a (re)elaboração de suas bases teóricas; em contrapartida, as experimentações “necessitam de orientação filosófica e conceitual, derivadas dos paradigmas que alimentam a discussão em torno da Museologia” (BRUNO, 2006, p. 8). No entanto, cabe sublinhar que a Museologia não apenas estuda estas relações, mas também constrói relações, estabelecendo diálogos e interações com outros campos de conhecimento, o que reafirma seu caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo em que aponta para sua capacidade interventiva e transformadora (BRUNO, 2015, PPGmus – comunicação verbal)¹⁰.

Esta inter-relação entre a dimensão teórica e prática do campo é explicitada no quadro referencial da disciplina (Quadro 1), que propõe a organização deste campo da seguinte maneira: **Museologia Geral**, que corresponde aos princípios e procedimentos gerais da disciplina e que servem para qualquer universo de aplicação; **Museologia Especial**, que diz respeito aos textos e contextos específicos onde estes princípios são experimentados. É, pois, a dimensão que “aprofunda e modifica a Museologia Geral” (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 57); e **Museologia Aplicada** (ou Museografia), que se refere ao conjunto de procedimentos técnico-científicos acionados por meio da ativação da cadeia operatória museológica.

¹⁰ Informação proferida em sala de aula durante a disciplina *Museologia: princípios teórico-metodológicos*, ministrada durante o segundo semestre de 2015 no âmbito do PPGmus USP.

MUSEOLOGIA GERAL

Teoria Museológica

História dos Museus

Administração de Museus

MUSEOLOGIA ESPECIAL

Textos e contextos museológicos

MUSEOLOGIA APLICADA (Museografia)

Diagnóstico/planejamento/avaliação

Formas de aquisição/apropriação

Salvaguarda/Comunicação

Quadro 1 – Estrutura da Museologia

Fonte: DUARTE CÂNDIDO (2013), com base em BRUNO (1996)¹¹

Como forma de contribuir para a sistematização a disciplina, Maria Cristina Oliveira Bruno (2006) postula que a ação museológica resulta da articulação de três campos: o campo essencial, o campo de interlocução e o campo de projeção (Figura 1).

Figura 1 – Principais campos da ação museológica

Fonte: BRUNO (material de aula PPGmus USP)¹²

¹¹ Estrutura da Museologia, elaborada por Manuelina Duarte Cândido (2013) e detalhada a partir de acréscimos no Quadro Referencial da Disciplina, concebido por Cristina Bruno (1996) que, por sua vez, utilizou como referência outros autores (Rússio e Sofka).

¹² Powerpoint apresentado em sala de aula durante a disciplina *Museologia: princípios teórico-metodológicos*, ministrada durante o segundo semestre de 2015 no âmbito do PPGmus USP.

O primeiro campo refere-se ao fato museal, entendido como unidade básica da Museologia e que tem a pesquisa e a preservação como parâmetros definidores; o segundo campo abarca o fenômeno museológico, que se configura como experimentação que pode ou não ter continuidade; o terceiro campo, por sua vez, diz respeito ao processo de musealização¹³, que pressupõe ações sistemáticas e com projeção junto à sociedade (BRUNO, 2006; DUARTE CÂNDIDO, 2013).

Podemos perceber uma inter-relação direta entre o quadro geral da disciplina (Quadro 1. Museologia Geral – Museologia Especial – Museologia Aplicada/Museografia) e as ideias apresentadas por Maria Cristina Oliveira Bruno (Figura 1. Principais campos da ação museológica: campo essencial – campo de interlocução – campo de projeção): é neste último campo – o campo de projeção – que as experimentações vivenciadas junto a diferentes textos e contextos museológicos (Museologia Especial) alcançam sua faceta aplicada, por meio da ativação da cadeia operatória museológica, conformada por um conjunto de procedimentos técnico-científicos (Museologia Aplicada/Museografia). A Figura 2, a seguir, representa a dinâmica da cadeia operatória museológica:

Figura 2 - Cadeia Operatória Museológica

Fonte: DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 128, a partir da noção de cadeia operatória proposta por BRUNO (1996; 1997; 1999).

¹³ Por Musealização entendemos o processo por meio do qual, através da operacionalização de uma série de ações técnico-científicas contidas na cadeia operatória museológica (salvaguarda e comunicação), o objeto/referencial patrimonial é resignificado, adquirindo valor documental e transformando-se em “objeto de museu” ou *musealia* (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.68-72).

Dois são os parâmetros que delimitam o universo de aplicação da Museologia: **salvaguarda** e **comunicação**. Enquanto a salvaguarda se incumbe de aspectos relacionados à documentação e conservação dos bens culturais/referenciais patrimoniais, à comunicação compete o desenvolvimento de questões expositivas e socioeducativas. No entanto, cada uma das técnicas e práticas desenvolvidas dentro destes dois grandes eixos têm autonomia relativa, uma vez que estabelecem entre si uma relação de interdependência e interação (CURY, 2005b). A salvaguarda

não constitui um fim em si mesmo, mas um meio, cujo objetivo maior é preservar a possibilidade de acesso futuro às informações das quais os objetos [e referências patrimoniais] são portadores. Para que o acesso a essas informações se efetive, é necessário que ocorra um processo de comunicação [ativado por meio de ações de extroversão] (JULIÃO, 2006, p. 90).

Cabe pontuar que as ações desencadeadas no campo de interlocução/Museologia Especial não estão isentas de tensões. Tensões estas que muitas vezes acabam por não permitir a consolidação e sustentabilidade do ciclo museológico, ou seja, sua inscrição no terceiro campo – o de projeção. O grande desafio que se coloca é justamente no sentido de assegurar uma articulação equilibrada e continuada entre as distintas funções museológicas, permitindo que o fenômeno se insira numa perspectiva de longa duração (processo de musealização), possibilitando a aproximação com a sociedade (BRUNO, 2014; CURY, 2005a).

Com a intenção de representar a dimensão processual que caracteriza as experiências inscritas no campo de projeção, Manuelina Duarte Cândido toma como referência as ideias de Maria Cristina Oliveira Bruno (Fato – Fenômeno – Processo) e apresenta a seguinte figura (Figura 3):

Figura 3 - Fato Museal/Fenômeno Museológico/Processo de Musealização

Fonte: DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 61.

A garantia para que as experiências alcancem projeção no tempo passa pela adoção de procedimentos oriundos do campo da gestão, como o planejamento e a avaliação, tal como representado na Figura 2. É, pois, a ativação da engrenagem museológica, tendo como base os parâmetros apresentados (salvaguarda – comunicação – planejamento – avaliação), que permite a transformação do patrimônio em herança, que por sua vez contribui no processo de construção das identidades (BRUNO, 2006; DUARTE CÂNDIDO, 2013).

Dentro dessa perspectiva, a **Gestão**, sob a ótica da Museologia, se configura como um processo intrínseco a este campo do conhecimento, como recurso que subsidia a prática museológica, ao mesmo tempo em que assegura sua consolidação dentro de uma dimensão processual. A gestão *museológica* pressupõe, pois, uma série de ações continuadas e avaliações (sistematização) que envolvem conhecimentos e procedimentos oriundos dessa área de conhecimento, implicando em uma interface com o arcabouço teórico-metodológico da disciplina Museologia. Tal interação permite a retroalimentação da teoria e o fortalecimento da Museologia Geral, contribuindo assim para a consolidação desse campo disciplinar,

tal como sugerido por Manuelina Duarte Cândido (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 58-61).

Com relação à **Formação Profissional**, somos adeptos da ideia de que o ensino da gestão desde a ótica da Museologia (sistema de administração da memória) pode contribuir para a conformação daquilo que Maria Cristina Oliveira Bruno define como *olhar museológico*. Olhar este sempre seletivo e que se constitui a partir de duas qualidades, a lucidez e a reflexividade. A lucidez no sentido de clareza, que se materializa em uma postura de abertura ao diálogo; a reflexividade entendida como retorno, reflexo. Tudo que faz parte desse olhar, é para ser visto. Em outros termos: tudo aquilo que é guardado, é guardado com a finalidade de transmitir (BRUNO, 2015, PPGmus – comunicação verbal)¹⁴. O olhar dito museológico pode ser representado a partir do seguinte fluxo:

Figura 4 - Fluxo do Olhar Museológico

Fonte: BRUNO, 2015a.

Assim, o olhar entendido como museológico se fundamenta em contraposição aos olhares fragmentados, ancorados em visões tecnicistas e que tendem a compreender as experimentações no campo – sejam aquelas de natureza mais tradicionais, sejam as de caráter mais inovador – de modo compartimentado,

¹⁴ Informação proferida em sala de aula durante a disciplina *Museologia: princípios teórico-metodológicos*, ministrada durante o segundo semestre de 2015 no âmbito do PPGmus USP.

impossibilitando o entendimento de sua totalidade, dentro de uma perspectiva processual.

Percursos metodológicos

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos procedimentos que se ancoram em parâmetros qualitativos de análise. A fim de tratarmos de aspectos relacionados à disciplina Museologia e sua consolidação como campo científico, assim como à historicidade do seu ensino dentro do contexto brasileiro, nos valem de referências bibliográficas que versam sobre estes temas. De modo paralelo, e como forma de compreendermos as diretrizes que pautam a capacitação profissional voltada para a área atualmente, consultamos a legislação nacional que regulamenta a profissão de museólogo, as leis promulgadas no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e os decretos e documentos produzidos pelo Ministério da Educação (MEC). No plano internacional, serviram como fonte o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM), e documentos e publicações produzidos no âmbito do Comitê Internacional para a Formação Profissional (ICTOP), vinculado ao ICOM.

Por outro lado, com vistas a alcançarmos o objetivo proposto, qual seja, o de mapear o perfil da oferta formativa que caracteriza o ensino superior em nível de graduação em Museologia em vigor atualmente no Brasil, com foco no modo como as noções de gestão e planejamento vem sendo trabalhadas nos respectivos currículos, utilizamos como fonte a documentação institucional produzida no âmbito dos cursos que conformam o universo de análise.

Nesse sentido, foram consultados os projetos pedagógicos, as matrizes curriculares e, quando possível, os ementários das disciplinas dos cursos¹⁵.

¹⁵ A relação desta documentação está disponível no Apêndice A. No que se refere ao material institucional dos cursos, cabe pontuar que, em alguns casos, não foi possível obter a totalidade da documentação. Este foi o caso, por exemplo, do curso da UFOP. Para o trabalho, dispomos do projeto pedagógico do curso, datado de 2008, e da matriz curricular vigente. No entanto, não tivemos acesso ao ementário atualizado, o que não permitiu uma análise mais aprofundada dos conteúdos das disciplinas. Para a UnB, usamos como referência os dados do ementário que constam no documento Manual do Curso de Bacharelado em Museologia, de 2010, sendo que sabemos que no presente momento estes conteúdos estão sendo atualizados. A matriz e as ementas do curso da UFMG foram acessadas por meio da página web do curso, no entanto, não foi possível obter o seu

Igualmente serviram para subsidiar o estudo os sites institucionais que trazem informações acerca dos cursos e os artigos acadêmicos que relatam o processo de implantação de algumas destas experiências¹⁶. Os diálogos informais travados com docentes vinculados aos cursos (via online e presencial), por sua vez, contribuíram para compreendermos os meandros das respectivas trajetórias institucionais e a atual configuração da oferta formativa¹⁷.

Por certo, o fato de tomarmos os projetos pedagógicos, com suas respectivas matrizes curriculares e ementas, como principal fonte para a análise, demanda algumas considerações. Os projetos pedagógicos são documentos, de caráter aberto e flexível, que elucidam os princípios e valores que norteiam o processo de formação dos futuros profissionais de dado campo do conhecimento. Sua elaboração ocorre, portanto, no interior de determinado contexto sócio-histórico, refletindo o tipo de sociedade a que pertence, assim como os valores e as demandas que ali estão colocadas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2015). Dado o seu caráter dinâmico, devem ser constantemente submetidos a reflexões e avaliações e, quando considerado necessário, a revisões e readequações com vistas a retratar as novas orientações, mudanças e avanços impostos pela sociedade e pelo próprio ambiente universitário.

No que se refere às ementas, estas se conformam como textos objetivos que sintetizam os conteúdos que devem ser trabalhados no âmbito de cada disciplina. Sua concepção decorre do trabalho desempenhado pelas comissões e equipes envolvidas nos processos de elaboração dos projetos pedagógicos e têm como base os princípios e valores que norteiam cada um dos cursos, podendo conter ou não indicações de bibliografia básica e complementar. São resultado de um determinado momento, sendo que as diretrizes nelas contidas servem como ponto de partida para os docentes elaborarem os programas das distintas disciplinas que compõem a

projeto pedagógico. Quanto ao curso da UFPE, o ementário utilizado como referência igualmente consta disponível na página web do curso (último acesso em março de 2017). Já no caso da UNIBAVE, uma vez que não tivemos acesso a nenhum documento institucional, limitamos a abordagem apenas à trajetória de constituição do curso.

¹⁶ Nesse sentido, fazemos referência notadamente aos artigos de Albuquerque (2011), Alvares (2012), Araújo; Marques; Vanz (2011), Britto; Borges (2010), Julião; Garcia; Sabino (2015) e Lima et al. (2009).

¹⁷ Estabelecemos contato informal (presencial ou online) com os seguintes docentes: Andréa Considera (UnB); Anna Paula da Silva (UFBA); Carlos Alberto Ávila Araújo (UFMG); Carlos Costa (UFRB); Diego Ribeiro (UFPEL); Elizabete de Castro Mendonça (UNIRIO); Fernando Romero (Unibave); Francisco Sá Barreto (UFPE); Ivan Coelho Sá (UNIRIO); Luciana Silveira Cardoso (UFSC); Manuelina Duarte Cândido (UFG); Rosângela Britto (UFPA); Sidéia Teixeira (UFBA); Yara Mattos (UFOP); Zita Possamai (UFRGS).

grade curricular. Nesse processo, os professores de certa forma impõem a sua marca pessoal no formato de cada componente curricular, que é sempre baseada no seu percurso de formação, repertório e interesses.

Julgamos pertinente tecer essas ponderações acerca do caráter dinâmico que permeia esse tipo de fonte tendo em conta que, no momento da conclusão desta pesquisa, vários dos cursos analisados estavam passando por reformulações e adequações de suas matrizes curriculares, o que evidencia tal dimensão flexível.

Esta foi, pois, uma das entradas possíveis ao universo da formação em Museologia nas universidades brasileiras, não sem dificuldades e limitações. De todas as formas, acreditamos que as técnicas qualitativas empreendidas, combinadas com nossas escolhas conceituais, permitiram refletirmos sobre as perspectivas formativas voltadas para esse campo do conhecimento no país, com especial ênfase no ensino da gestão e do planejamento desde uma perspectiva da Museologia. Por outra parte, contribuíram para pensarmos parâmetros e modelos formativos calcados naquilo que é específico da Museologia, de modo a contribuir para a consolidação deste campo disciplinar.

Estrutura da Dissertação

A dissertação está organizada em três capítulos seguidos das considerações finais e apêndices. No capítulo inicial, intitulado **Museologia, formação profissional e ensino da gestão**, partimos de um breve apanhado da trajetória da consolidação da Museologia como campo disciplinar autônomo, tomando como referência as mudanças conceituais no universo dos museus e da Museologia impulsionadas a partir do segundo quartel do século XX. O reconhecimento da Museologia como disciplina acadêmica está diretamente conectado com as discussões sobre o perfil profissional almejado para o campo e, conseqüentemente, com o formato adotado pelos cursos de capacitação voltados para a área. A partir de um olhar retrospectivo sobre os caminhos da profissionalização, tratamos das transformações desencadeadas no âmbito da formação a partir dos anos 1960, dando especial ênfase às novas competências profissionais que passam a ser demandadas, dentre as quais se insere a habilidade em gestão. Com efeito, a gestão alcançou

protagonismo junto ao universo museológico, fazendo com que, na atualidade, sejamos levados a tratá-la como uma função do museu (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Sinalizamos para a necessidade de pensarmos a gestão desde uma perspectiva museológica, que dialoga com as dimensões teóricas e práticas do campo. É, pois, essa ideia de gestão *museológica* que orientará a análise a ser desenvolvida no capítulo 3, dedicado à verificação do ensino da gestão e do planejamento junto aos cursos de graduação atualmente ativos no Brasil.

No segundo capítulo – **Continuidades e rupturas no ensino e formação em Museologia no Brasil** – tratamos sobre o percurso do ensino em Museologia dentro do contexto brasileiro. O enfoque se voltará para as rupturas e continuidades que marcam a experiência brasileira em termos de capacitação no campo. Para tanto, partimos da experiência pioneira do Curso de Museus, concebido junto ao Museu Histórico Nacional, na década de 1930. Um importante momento de inflexão nesse processo ocorre na década de 2000, quando, por uma série de fatores conjunturais que serão abordados, ocorre um expressivo incremento na oferta formativa, até então marcada pela escassez.

No Capítulo 3, intitulado **Perfil da oferta formativa e ensino da gestão e do planejamento nos cursos de Bacharelado em Museologia brasileiros**, partimos da descrição do perfil dos cursos de graduação em Museologia atualmente ativos e foco da presente análise, buscando evidenciar as especificidades quanto às suas trajetórias e os aspectos que caracterizam essa oferta formativa atualmente. A seguir, tendo como parâmetro a noção de gestão *museológica* problematizada nos tópicos anteriores, trataremos do modo como os currículos dos referidos cursos abordam as questões relativas à gestão e ao planejamento. A partir da análise, buscaremos argumentar a favor da ideia de que o ensino da gestão e do planejamento desde uma perspectiva museológica pode contribuir para a conformação do *olhar museológico* dos futuros profissionais, ao mesmo tempo em que permite o fortalecimento da Teoria Museológica (DUARTE CÂNDIDO, 2013).

CAPÍTULO 1. MUSEOLOGIA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO DA GESTÃO

Na medida em que nosso objetivo é analisar e refletir sobre a formação em Museologia dentro do cenário brasileiro contemporâneo, com foco no ensino da gestão e do planejamento, buscando apontar seu potencial para o fortalecimento da Teoria Museológica, torna-se necessário, por um lado, compreender alguns aspectos relacionados à construção da Museologia como campo de conhecimento e sua interface com as permanências e rupturas da trajetória dos museus, entendidos enquanto fenômeno sociocultural, e, por outro, identificar as atuais tendências do pensamento museológico e suas influências nos programas de capacitação profissional em vigor no país.

No presente capítulo buscamos recuperar brevemente o percurso de consolidação da Museologia como campo disciplinar independente, processo este que está diretamente vinculado ao debate acerca do perfil profissional almejado para o campo e, conseqüentemente, com o formato adotado pelos cursos de formação voltados para a área. As transformações operadas a partir da década de 1960 passaram a demandar da parte dos profissionais do campo novas competências, dentre as quais se insere a habilidade em gestão.

O protagonismo alcançado pela gestão junto ao universo das instituições museológicas fez com que, na atualidade, sejamos “levados a tratá-la como uma função do museu” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 23). Entretanto, sinalizamos para a necessidade de se pensar a gestão desde uma perspectiva *museológica*, que dialoga com as dimensões teóricas e práticas do campo e contribui para o fortalecimento do olhar museológico.

1.1 A construção da Museologia como campo disciplinar autônomo

A história da Museologia - ou a saga de uma disciplina que ao mesmo tempo que tenta se estruturar, procura se desvincular de preconceitos ligados ao seu universo de estudos (instituição museu),

e passa por uma necessária revolução de princípios, demonstra com muita clareza todos os conflitos que emergem da produção acadêmica contemporânea (BRUNO, 1997, p. 14).

A segunda metade do século XX registrou transformações profundas no campo dos museus e da Museologia. O contexto do pós-guerra suscitou uma série de discussões sobre noções consagradas do universo museológico (BRUNO, 2010), ao mesmo tempo em que foi ganhando força o debate sobre o caráter científico da Museologia e sua configuração como campo disciplinar.

O museu moderno, instituição que surge como resultado “do humanismo do renascimento, do iluminismo do século XVIII e da democracia do século XIX” (BRUNO, 2006, p. 8), ancorado nas ações de guarda, tratamento e exibição de coleções formadas como resultado de práticas colecionistas e de processos de espoliação, passa a ser progressivamente interrogado e questionado (CURY, 2005b).

As tragédias e destruições deflagradas com o término daquele que seria o maior conflito bélico do século XX, bem como as transformações políticas, sociais e culturais desencadeadas a partir da década seguinte, colocariam em xeque a função desempenhada por essas instituições. A crítica denunciava um modelo institucional fechado, de caráter erudito, voltado para as tarefas de coleta e conservação do patrimônio oficial, representativo das elites hegemônicas, e alheio às novas demandas sociais que então emergiam.

Dois documentos produzidos entre os anos de 1950 e 1970 no âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM), organismo associado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criado em 1946, serviram como marcos nesse processo de revisão de princípios e consequente renovação do cenário museal, conduzindo a desdobramentos que ocorreriam nas décadas seguintes¹⁸: o primeiro se refere às conclusões tiradas durante o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1958; e o segundo diz respeito à Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972.

O evento ocorrido no Rio de Janeiro sublinhou a função educativa dos museus e a importância da exposição como canal de comunicação com a sociedade. A Mesa Redonda de Santiago, por sua vez, tida como a mais importante

¹⁸ Nesse sentido, fazemos referência às Declarações de Quebec (1984) e de Caracas (1992).

contribuição da América Latina para o pensamento museológico internacional (DUARTE CÂNDIDO, 2003), representou uma ruptura simbólica nos valores seculares ligados ao campo dos museus, na medida em que propôs o rompimento com as noções consagradas de colecionismo e de museu como instituição limitada a um edifício, guardião do patrimônio oficial, identificado como o histórico e o artístico (BRUNO, 2010; 2000). Em contraposição a uma prática museal centrada nas coleções, a Declaração de Santiago recomendou um deslocamento em direção ao Homem e seu Patrimônio, a partir da noção de *museu integral*¹⁹, sublinhando, assim, a importância da função social dos museus diante de um mundo que passava por profundas transformações. Para Hugues de Varine (2010, p. 40), a maior inovação do documento se refere à ideia de se pensar o museu enquanto ação – instrumento dinâmico de mudança social – em oposição às tradicionais tarefas de coleta e conservação. Ação esta que pressuporia a participação comunitária, a adoção de novos métodos de trabalho e de um novo perfil de profissional (BRUNO, 2010).

Essa mudança na forma de compreender a instituição museu – que pode ser vista como uma postura ideológica de oposição e resistência ao colecionismo fechado e hierarquizado – conduziu à ampliação dos conceitos de *objeto* e *coleção* para além do patrimônio oficial e a consequente expansão do universo de bens passíveis de musealização; ao deslocamento da ênfase nas ações de salvaguarda (documentação e conservação) para as ações de comunicação (exposição e educação), à tendência da preservação *in situ*, e à abertura dos museus aos diferentes segmentos da sociedade, registrando uma mudança de atitude dessas instituições em direção a uma postura social e política.

Tais transformações resultaram no questionamento daquilo que Maria Cristina Oliveira Bruno identifica como **paradigma do colecionismo** (BRUNO, 2000) – paradigma este que está na base da estruturação do entendimento acerca dos museus e da Museologia.

A partir da ampliação da perspectiva de bens culturais passíveis de serem musealizados e da ênfase no papel social destas instituições, as coleções paulatinamente deixaram de ser o centro das ações museológicas, abrindo

¹⁹ Maria Cristina Oliveira Bruno (2010, p. 40) pondera que “o *museu integral* trouxe uma nova perspectiva de atuação, fora das fronteiras tradicionais, que acarretou entre outros problemas, uma crise de identidade institucional, na qual os museus se confundiram com outros modelos de ação cultural, como centros culturais, casas de cultura e memoriais, entre outros”. Por outro lado, tendo em conta que nem tudo pode ser musealizável, e que essa ação envolve seleção, recorte e escolhas, a noção seria reformulada para *museu integrado* no documento elaborado em Caracas, em 1992.

caminhos para novos horizontes de atuação. O reflexo dessa tendência pode ser percebido, por exemplo, no texto das resoluções apresentadas pelo ICOM durante a sua 10ª Conferência Geral, ocorrida em 1974. A Resolução 1 coloca que:

In addition to the traditional and still essential functions of investigation, conservation and preservation in the service of a heritage, conditions in the modern world lead the museum towards assuming new commitments and adopting new forms; [...] The transformation of the museum, whether gradual or radical, must allow it to realise new activities and methods of action for the use of the collections where at the moment the contents and their conservation form one of the links between the past and the present; [...] It is imperative to bring up to date a museology still subject to social and cultural situations belonging to the past²⁰ (ICOM²¹ apud MENSCH, 2000, p. 21).

A fase de crise do modelo de museu entendido enquanto instituição voltada à guarda de acervos consagrados, coincide com o crescimento dos esforços no sentido da estruturação da Museologia enquanto campo de estudo independente (BRUNO, 2000).

Se nos seus primórdios, que remontam ao século XIX, a Museologia surge associada ou como sinônimo de Museografia, ou seja, como instrução prática no sentido de como coletar, preservar, estudar e exibir objetos (HERNÁNDEZ, 2006; MAROEVIC, 2000), os anos que sucedem o término da II Guerra Mundial registram o movimento de reivindicação de seu status como disciplina acadêmica, dotada de conceitos e teorias próprios que subsidiariam a práxis museal (CURY, 2005b). Nesse processo, registra-se a emancipação da Museografia, que passa a ser compreendida não mais como sinônimo da Museologia, mas antes, como sua faceta aplicada.

A demarcação da finalidade e abrangência da Museologia para além de um conjunto de técnicas museográficas pode ser percebida nas resoluções do seminário da UNESCO, ocorrido no Rio de Janeiro, na década de 1950, mencionado anteriormente. O documento define a Museologia como “a ciência que tem por objeto estudar as funções e a organização dos museus” (BRUNO, 2010, p. 28). A

²⁰ “Somando-se às tradicionais e ainda essenciais funções de investigação, conservação e preservação a serviço da herança, as condicionantes do mundo moderno levam o museu a assumir novos compromissos e a adotar novas formas; [...] A transformação do museu, seja gradual ou radical, deve permitir que ele realize novas atividades e métodos de ação para o uso das coleções onde, no momento, seus conteúdos e formas de conservação formam um dos elos entre passado e presente; [...] É imperativo atualizar uma museologia ainda condicionada às situações sociais e culturais pertencentes ao passado” (tradução nossa).

²¹ Resolução da 10ª Conferência Geral do ICOM, 1974.

Museografia, por seu turno, diz respeito ao conjunto de técnicas e práticas relacionadas à Museologia (BRUNO, 2010).

Anos mais tarde, em 1972, o ICOM reforçaria essa perspectiva que compreende a Museologia como a *ciência dos museus*, especificando seu recorte e alcance. A definição apresentada considerava a Museologia como

el estudio de la historia y del contexto de los museos, de su papel en la sociedad, de los sistemas específicos de investigación, conservación y organización de la relación con el entorno físico y de la planificación de los diferentes tipos de museos (HERNÁNDEZ, 2006, p. 103)²².

Seria, pois, dentro desta abordagem eminentemente pragmática, calcada no paradigma do colecionismo, que a Museologia enquanto disciplina iria se estruturar: compreendida como o “conjunto de saberes formulados no âmbito das atividades práticas” (JULIÃO; TANUS, 2014, p. 79) desenvolvidas no interior dos museus, e como “ciência auxiliar dos grandes ramos do conhecimento” (SANTOS, 2002, p. 332).

Sem deixar de destacar a relevância, ao longo dos séculos, “das coleções e das atitudes inerentes ao colecionismo para a preservação patrimonial, para a consolidação dos museus e para a hierarquia do pensamento em Museologia” (BRUNO, 2000, p. 11), Maria Cristina Oliveira Bruno pondera que as ideias e práticas atreladas ao paradigma do colecionismo se consolidaram como a essência do *dizer* e *fazer* museológicos. De fato, essa compreensão da Museologia difundiu-se em todos os continentes, moldou as instituições e a mentalidade de seus profissionais, assim como os cursos de capacitação na área (BRUNO, 2000; MENSCH, 1992).

No entanto, a deflagração da crise institucional daquele que então era tido como seu objeto de estudo, levou muitos profissionais e pensadores do campo a questionarem acerca da possível razão filosófica e científica da Museologia, para além de uma racionalidade de regras e técnicas circunscritas ao cenário do museu (JULIÃO; TANUS, 2014), tal como vinha sendo postulado e difundido²³.

²² “O estudo da história e do contexto dos museus, de seu papel na sociedade, dos sistemas específicos de investigação, conservação e organização da relação com o entorno físico e do planejamento dos diferentes tipos de museus” (tradução nossa).

²³ Nesse processo, cabe destacar o papel desempenhado pelas associações nacionais e internacionais, notadamente o ICOM.

A busca pelo delineamento da Museologia como campo disciplinar autônomo, tanto com relação ao museu quanto no que diz respeito às disciplinas básicas que o constituem, conduziu a um profundo repensar em termos de princípios, conceitos e métodos. Com efeito, Peter Van Mensch reconhece que “a construção disciplinar da Museologia no século XX poderia ser descrita como a história de sua emancipação, para não dizer de ruptura, com as disciplinas associadas aos acervos” (MENSCH²⁴ apud JULIÃO, 2014, p. 79). Ao procurar libertar-se da instituição museu, colocava-se em pauta a questão relativa ao seu estatuto científico e objeto de estudo.

As primeiras reflexões a respeito do objeto de estudo da Museologia remontam à década de 1950, quando o museólogo tcheco Jirí Neustupný (1905-1981) apresenta uma proposta de estruturação do campo, organizado em Museologia Geral e Museologia Especial, contribuindo assim para a elaboração de um quadro terminológico comum (STRÁNSKY, 1981; MENSCH, 1994). Embora o debate sobre a construção da base teórica da disciplina tenha tomado forma em alguns países do Ocidente na década seguinte (MENSCH, 1994), por meio da realização de eventos e seminários, a discussão só ganharia fôlego a partir da fundação do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM), vinculado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1977. A criação do ICOFOM, de fato, pode ser considerada como um “dos principais marcos da formação e desenvolvimento da disciplina” (CURY, 2005b, p. 46).

As atividades promovidas pelo Comitê em princípios dos anos oitenta, que resultaram em publicações tidas como de referência para o campo – o *Museological Working Papers/ Documents de Travail sur la Museologie* (MuWop/DotraM) – fomentaram discussões de alcance internacional, o que possibilitou o intercâmbio de diferentes entendimentos entre especialistas de distintas partes do globo e fez com que o Comitê se consolidasse como o maior e mais importante espaço para reflexão sobre a natureza do conhecimento museológico, seu objeto e método (CURY, 2005b).

Se por um lado tais publicações permitiram a internacionalização do debate sobre aspectos relacionados ao universo da Museologia, por outro, serviram para evidenciar a falta de consenso com relação àquilo que seria o seu objeto de estudo. Num esforço de sistematização da discussão, Peter Van Mensch identifica diferentes

²⁴ MENSCH, Peter Van. Towards a methodology of museology. (PhD thesis). University of Zagreb, 1992. Disponível em: <http://www.muuseum.ee>. Acesso em: 17 set. 2014.

tendências do pensamento museológico (MENSCH, 1994)²⁵, o que demonstra que o termo *Museologia* se configura a partir de um conjunto de princípios e olhares heterogêneos inseridos em contextos geopolíticos diferenciados (BRUNO, 2014; CERÁVOLO, 2004).

Não obstante, o debate impulsionado pelo ICOFOM acarretou em avanços significativos no campo, como a proliferação da produção bibliográfica e inserção no meio universitário, contribuindo para a consolidação da Museologia como disciplina independente dotada de estrutura teórica própria (STRÁSNKY, 1981).

Um aspecto de extrema relevância que marca a discussão nesse momento é a concordância com relação ao estabelecimento de um novo paradigma museológico²⁶, que propõe o deslocamento do objeto de estudo da Museologia do museu e de suas coleções, para o universo das relações (CURY, 2009).

Ao postular que a Museologia tem como objeto não o museu, mas sim a relação específica entre o Homem e a Realidade, esse novo paradigma – ao qual para fins de nossa análise denominaremos **paradigma relacional** – proporciona uma mudança estrutural que representa uma ruptura com o viés colecionista, apontando para novos caminhos, e tendo a dimensão social e política como vetor. Sob essa nova orientação, o museu, enquanto fenômeno determinado no tempo, passa a se constituir como uma das materializações possíveis dessa relação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Frente à esta ampliação conceitual, que faz com que a Museologia extrapole a instituição museológica (MENSCH, 1992), e passe a lidar com uma compreensão alargada de patrimônio, tendo como matéria-prima os indicadores de memória (BRUNO, 2000)²⁷, a ideia de objeto, até então delimitada às coleções, tornam-se mais abrangente na expressão das referências patrimoniais (DUARTE CÂNDIDO, 2013).

²⁵ São elas: 1. Museologia como o estudo da finalidade e organização de museus; 2. Museologia como o estudo da implementação e integração de um certo conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural; 3. Museologia como o estudo dos objetos de museu; 4. Museologia como o estudo da musealidade; e, 5. Museologia como o estudo da relação específica do homem com a realidade (MENSCH, 1994).

²⁶ Tal paradigma se configura como a quinta tendência do pensamento da Museologia postulada por Peter Van Mensch (1994).

²⁷ Como assinala Bruno, “é a partir da memória que a Museologia estabelece a sua cadeia operatória de procedimentos técnicos e a sua função científica”, sendo que a memória tradicionalmente valorizada pelos estudos museológicos é aquela atrelada ao viés das coleções. (BRUNO, 2000, p.11-12).

Essa mudança de posicionamento é percebida por Maria Cristina Oliveira Bruno na produção do ICOFOM:

[...] pelo menos em suas contribuições principais, os esforços do ICOFOM têm se afastado dos aspectos constitutivos dos problemas inerentes ao colecionismo e tem procurado as ligações possíveis com as discussões sobre os semióforos (objeto enquanto meio e mensagem) e sobre os indicadores patrimoniais (vetores da memória). Dessa forma, tem ocorrido uma aproximação explícita com os debates sobre meio ambiente, desenvolvimento sócio-econômico e patrimônio integral (BRUNO, 2000, p. 36).

Diante disso, a **interdisciplinaridade** se coloca como premissa para a Museologia, tanto no que refere à reflexão sobre patrimônio e memória quanto no que diz respeito ao seu campo de ação e de formação profissional (RÚSSIO, 2010c): a Museologia não estuda *stricto sensu* a cultura material, a instituição museu ou a sociedade, temas caros a outros campos de conhecimento, como a História, Antropologia, Arqueologia, Sociologia, Psicologia, etc. Sua análise concentra-se nas relações que as diferentes sociedades travam, ao longo de suas trajetórias, com sua herança patrimonial. Herança essa constituída justamente por um processo de ativação da memória, que não se limita àquela memória ligada ao colecionismo e tradicionalmente valorizada pelos estudos museológicos (BRUNO, 2000, p. 11-12).

Por outro lado, dada a sua **dimensão aplicada**, a Museologia não apenas estuda essas relações, mas também constrói relações, estabelecendo diálogos e interações com outros campos de conhecimento, o que reafirma seu caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo em que aponta para sua capacidade de intervenção e transformação (BRUNO, 2015, PPGmus – comunicação verbal)²⁸.

Compreendemos que a especificidade desse campo do conhecimento e, conseqüentemente, daquilo que Maria Cristina Oliveira Bruno identifica como *olhar museológico* (BRUNO, 2015a), reside justamente nessa capacidade de **estudar** e **construir** relações entre os diferentes grupos sociais e seu patrimônio, transformando-o em herança por meio do acionamento das ações de salvaguarda e comunicação, parâmetros delimitadores do universo de aplicação da Museologia.

O Quadro 2 busca esquematizar e sintetizar os entendimentos relativos a Museu e Museologia inerentes aos dois paradigmas apresentados:

²⁸ Informação proferida em sala de aula durante a disciplina *Museologia: princípios teórico-metodológicos*, ministrada durante o segundo semestre de 2015 no âmbito do PPGmus USP.

	Paradigma do Colecionismo	Paradigma Relacional
Museologia	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo dos museus e de suas coleções - Sinônimo de Museografia: dimensão técnica (campo auxiliar às disciplinas básicas) 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo da relação específica entre o Homem e a Realidade - Interdisciplinaridade - Dimensão aplicada - Especificidade: estuda e constrói relações
Museu	<ul style="list-style-type: none"> - Foco no processamento técnico de coleções: documentação e conservação - Patrimônio consagrado 	<ul style="list-style-type: none"> - Perspectiva ampliada de patrimônio: referências patrimoniais - Instituição museu como uma das manifestações possíveis - Visão processual

Quadro 2 – Museologia e Museu: paradigma colecionista e paradigma relacional
Fonte: A autora

A discussão sobre a identidade da Museologia como uma disciplina acadêmica, dotada de objeto e métodos próprios, está diretamente relacionada com o debate acerca da identidade profissional projetada para a área e com o formato adotado pelos cursos de capacitação (MENSCH, 1992). A partir de um olhar retrospectivo sobre os caminhos da profissionalização, a seguir trataremos das transformações desencadeadas no âmbito da formação ao longo dos anos 1960 e 1970, dando especial ênfase às novas habilidades profissionais que passam a ser demandadas, dentre as quais destacamos aquelas ligadas ao campo da gestão.

1.2 Formação profissional: entre tradição e inovação

A consolidação da Museologia como campo disciplinar independente e o estabelecimento de um novo paradigma museológico, tal como buscamos explicitar nas páginas anteriores, apontaram para a necessidade de se repensar a formação profissional voltada para o campo, conduzindo a expressivas mudanças curriculares e metodológicas na estrutura dos cursos de formação em Museologia (BRUNO,

1999, p. 78). Como postulam diferentes autores (DUARTE CÂNDIDO, 2003; CARDOSO, 2014; CERÁVOLO, 2004; RÚSSIO, 2010e; SANTOS, 2002, entre outros), essas alterações conceituais, que deixaram de compreender a Museologia como sendo unicamente a ciência da instituição museu, passaram a demandar a adoção de “novas técnicas, novos métodos e novos tipos de cenários museais” (RÚSSIO, 2010e, p. 182), o que exigiu “um profundo repensar de uma carreira pouco profissionalizada e ainda voltada para os estudos de coleções [...]” (DUARTE CÂNDIDO, 2003, p. 198).

1.2.1 Caminhos da profissionalização: a construção de uma tradição

O fazer relacionado ao campo dos museus experimentou os primeiros passos no sentido de sua profissionalização a partir de fins do século XIX. Esse movimento, que ganhou força progressivamente na Alemanha e Grã-Bretanha (CHAUMIER; MAIRESSE, 2011) – e identificado por Peter Van Mensch (2004) como a **primeira revolução dos museus** – seria marcado pela fundação de organismos de representação profissional, como a *Museum’s Association*, no Reino Unido, em 1889, e a norte-americana *American Association of Museum*, em 1906; pelo surgimento de periódicos profissionais voltados para a área, como o *Zeitschrift für Museologie und Antiquitätenkunde*, criado na Alemanha, em 1878, e o da própria *Museum’s Association*, lançado em 1901; pela adoção do primeiro código de ética, em 1918, na Alemanha (Grundsätze über das Verhalten der Mitglieder des Deutschen Museumbundes²⁹); e pelo estabelecimento do primeiro programa de formação profissional junto à *Ecole du Louvre*, em Paris, em 1882 (CERÁVOLO, 2004; DUARTE CÂNDIDO, 2013; MENSCH, 2004).

Tendo em conta o recorte da presente análise, interessa-nos especialmente o aspecto que diz respeito ao surgimento da *Ecole du Louvre*. O foco da instituição voltava-se para a formação de profissionais – os *conservateurs*³⁰ – capacitados para

²⁹ “Princípios sobre o comportamento dos membros da Associação Alemã de Museus” (tradução nossa).

³⁰ Optamos em manter a expressão em francês visto que não há equivalente no Brasil. De acordo com Desvallées e Mairesse (2013), em inglês a expressão corresponderia ao termo *curator* (curador). No entanto, embora atualmente utilizadas como sinônimos, os termos *conservateur* e curador

o tratamento técnico do chamado patrimônio nacional francês. Tal patrimônio, fruto das práticas colecionistas e das ações de espoliação levadas a cabo pela política colonialista daquele país, constituía-se basicamente de artefatos arqueológicos, o que fez com que nos seus primeiros anos de funcionamento o curso tivesse como base a nascente disciplina de Arqueologia.

Com formato eminentemente aplicado – fundamentado nas áreas básicas do conhecimento (Arqueologia e posteriormente História da Arte)³¹ – o curso da *Ecole du Louvre* seria responsável pela disseminação de uma matriz curricular que serviria de modelo para os cursos que posteriormente surgiriam em diferentes países, com especial ênfase naqueles de língua latina³². É este o caso, por exemplo, do Curso de Museus, criado junto ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, em 1932 – curso este de grande relevância para a compreensão do ensino da Museologia dentro do contexto brasileiro e que será abordado de modo mais detalhado no capítulo seguinte³³.

Tal matriz se baseava num entendimento da Museologia como Museografia, como trabalho técnico desenvolvido com a finalidade auxiliar as nascentes disciplinas básicas sob as quais os museus modernos se estruturariam, como Arqueologia, História, Antropologia, Ciências Naturais, História da Arte, etc. (MENSCH, 2004)³⁴. Maria Cristina Oliveira Bruno sinaliza que, ao disseminar um modelo de formação centrado nas histórias das coleções e nos procedimentos técnicos voltados à sua proteção, o curso da *Ecole du Louvre* foi fundamental para a

apresentam origens distintas: a figura do curador remonta aos museus de História Natural e está relacionada à “cura” das coleções dessas instituições. Já a expressão *conservateur* vincula-se ao universo dos museus de Arte.

³¹ Originalmente voltado para as especificidades da Arqueologia, paulatinamente o curso direcionou-se para o campo da História da Arte. Disponível em <<http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre/histoire>>. Acesso em: 05 abr.2016.

³² Em contraposição à orientação adotada e disseminada pela *Ecole du Louvre*, as escolas e cursos de formação surgidos nos países de língua anglo-americana, notadamente nos Estados Unidos, iriam pautar suas matrizes curriculares sob outro referencial, ancorado muito mais na formação de profissionais dotados de conhecimentos e competências relacionados à administração, à organização dos museus e ao seu papel educativo, do que propriamente circunscritos ao estudo de coleções (MAIRESSE, 2011, p. 478-479). Como é de se prever, tal distinção marcou a trajetória desses dois universos.

³³ Capítulo 2. Continuidades e rupturas no ensino e formação em Museologia no Brasil.

³⁴ O papel desempenhado pelas instituições museológicas no processo de emergência, ao longo do século XIX, de disciplinas como a Arqueologia, Antropologia e Ciências da Natureza é abordado por Letícia Julião e Gabrielle Tanus. Como colocam as autoras, “essas práticas científicas deixaram lastro na Museologia, seja no uso de metodologias aplicadas na coleta e classificação de objetos, seja pelo aporte teórico utilizado na interpretação dos acervos” (2014, p. 78).

afirmação e legitimação do paradigma colecionista e da ideia de Museologia como sinônimo de estudos de museus (BRUNO, 2000).

Por outra parte, o curso da *Ecole du Louvre* colaborou de forma significativa para a instituição da figura do *conservateur* como o profissional responsável pela realização de todo o processo curatorial a ser desempenhado dentro das instituições museológicas, trabalho este materializado nas ações de inventário, conservação, descrição, classificação, comunicação e exibição das coleções (CHAUMIER; MAIRESSE, 2011, p. 481)³⁵.

No âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM), a preocupação relativa à capacitação profissional esteve presente na agenda do organismo desde seus primórdios (BOYLAN, 1987), conquistando força e espaço ao longo dos anos. A criação do ICOM, em 1946, coincide com o crescente debate suscitado naquele momento acerca do reconhecimento da Museologia como campo disciplinar e a definição de seu objeto, então circunscrito ao universo dos museus e de suas coleções. Esse movimento de afirmação está, pois, diretamente conectado às discussões sobre o perfil profissional projetado para o campo e, conseqüentemente, com o formato adotado pelos cursos de capacitação na área.

Em 1958, quando da realização do Seminário sobre a Função Educativa dos Museus, no Rio de Janeiro – que resultou no estabelecimento de limites claros entre os entendimentos sobre Museologia e Museografia – Georges Henri-Rivière, então diretor do ICOM, apresentou um informe sobre “a capacitação dos profissionais de museus e a melhoria de suas qualificações” (BOYLAN, 1987, p. 226). A VII Conferência Geral do ICOM, realizada em Nova Iorque, em 1965, voltou-se inteiramente para essa temática, sendo que naquele momento a expressão *profissional de museu* já era bastante recorrente (MENSCH, 2000). A iniciativa de criação, três anos mais tarde, de um comitê específico dentro do Conselho voltado para o debate de tal questão – o Comitê Internacional para a Formação Profissional (ICTOP) – evidencia a preocupação dada ao assunto pelo organismo.

Entretanto, as perspectivas quanto ao perfil profissional que se consolidariam junto a organismos como o ICTOP, bem como no seio dos programas de ensino que

³⁵ Como observa Sá (2013, p. 46), “a preocupação com o domínio das metodologias de tratamento técnico corresponde a uma tendência oitocentista, visando principalmente à classificação das coleções, proposta muito próxima da visão positivista de organização do mundo e com origens mais remotas no sentido classificatório do cientificismo do século XVIII”. Não é à toa que o ano de 1888 registra, na Alemanha, a institucionalização da conservação como campo científico (MENSCH, 2004).

surgiam, estavam diretamente amparadas nas noções de colecionismo e de curadoria – entendida como atividade de investigação, documentação, conservação e comunicação de coleções a ser desempenhada por profissional especialista em um campo específico do conhecimento, o curador (BRUNO, 2008)³⁶. Não por acaso que durante as Conferências do ICOM de 1965 e 1968 – que trataram, respectivamente, sobre formação profissional e pesquisa – a utilização do termo “profissional de museus” se referia exclusivamente a essa figura como profissional com formação acadêmica em uma das disciplinas específicas sob as quais se organizavam os museus e dotado de competência técnica para o desenvolvimento de todo o trabalho de *cura* de coleções já constituídas (MENSCH, 2004).

Seria, pois, esta orientação profissional, apoiada na força do paradigma colecionista e em uma visão sacralizada do curador como sendo “o único profissional apto a responder pelas coleções e acervos de sua especialidade, em todos os níveis da ação museológica” (BRUNO, 2008, p. 21), que iria nortear a organização dos museus, a mentalidade de seus profissionais, e a própria concepção dos programas de formação em Museologia (BRUNO, 2008).

Não por coincidência, Peter Van Mensch (1992) observa que grande parte dos programas de formação que surgem entre os anos 1930 e, posteriormente, entre as décadas de 1960 e 1970, denominam-se *museum studies*, atribuindo à Museologia caráter aplicado e/ou auxiliar às disciplinas básicas do conhecimento. Maria Célia Santos sugere que, nesse processo, se consolidou “[...] um ensino meramente descritivo pautado na aplicação de um conjunto de técnicas” por meio do qual “pretendia-se formar o curador de museus que, ao longo do desempenho profissional, reproduzia o conhecimento produzido nas diversas áreas, relacionadas com as categorias específicas de museu: história, arte, etnologia, etc”. (SANTOS, 2002, p. 181).

Nesse contexto, o *locus* privilegiado para a formação eram os próprios museus. Com o movimento de afirmação da Museologia como campo de estudo independente, apto a ser ensinado nas universidades, ao longo da década de 1960 surgiram cursos em âmbito universitário, sendo alguns deles influenciados por essa tradição. Este é o caso do curso de *Museum Studies*, da Universidade de Leicester.

³⁶ Que corresponderia ao termo francês *conservateur*, embora suas origens sejam distintas. Nesse sentido, ver nota de rodapé nº 24.

Datado de 1966, foi o primeiro a ser criado dentro da universidade no Reino Unido, e em estreita colaboração com a Associação de Museus britânica, o que, segundo Geoffrey Lewis, influenciou o enfoque adotado (LEWIS, 1987). No Leste Europeu, por sua vez, em 1963 seria criado o Departamento de Museologia junto à Universidade de Brno, na República Tcheca, que anos mais tarde ganharia reputação internacional ao promover seminários e cursos, como a Escola Internacional de Verão de Museologia, e estabelecer uma estreita relação com o ICOFOM (MAROEVIC, 1998). Na América Latina, o curso da *Escuela Nacional de Conservación, Restauración y Museografía Manuel del Castillo Negrete*, em Churubusco, no México, surgiu em 1968 como parte das atribuições assumidas pela UNESCO no campo da formação em Museologia para a América Latina (ENCryM, 2017).

Os primeiros acenos de questionamento e ruptura com relação a essa orientação profissional que limitava o trabalho em museu a um conjunto de técnicas museográficas centradas na figura do curador tomaram forma justamente com a deflagração da crise institucional vivenciada pelos museus no segundo quartel do século XX. Como destaca Hernández, “este interés va a significar uma auténtica revolución dentro del campo de trabajo en el museo, en el que el aspecto social y educativo del mismo va a cobrar grande importância” (HERNÁNDEZ, 2006, p. 53)³⁷. No entanto, como afirma Maria Cristina Oliveira Bruno,

[...] A força do colecionismo, no âmbito das mentalidades dos profissionais que atuam em museus, é tão expressiva e se manifesta em torno de tantas exigências técnicas que foi – e para alguns ainda o é – extremamente difícil distinguir entre os matizes que delineiam a lógica do pensamento museal e os vetores que consolidam o conjunto de técnicas museográficas (BRUNO, 2000, p. 34).

Concordamos com a autora quando esta coloca que os cursos de formação “contribuíram para a afirmação dessas estruturas mentais de longa duração, pois centraram seus programas nas histórias das coleções e nas formas de protegê-las” (BRUNO, 2000, p. 34).

³⁷ “Este interesse vai significar uma verdadeira revolução no campo do trabalho no museu, no qual o aspecto social e educativo ganhará grande importância ” (tradução nossa).

1.2.2 Novos rumos da profissionalização: em direção à especialização e delineamento de um novo perfil profissional

O movimento impulsionado a partir da década de 1960 de abertura dos museus aos diferentes segmentos da sociedade, sublinhando o reconhecimento de sua função social para além das ações de salvaguarda, conduziram a transformações na organização interna das instituições museológicas, ao mesmo tempo em que levou à ampliação no horizonte da atuação profissional para além das atividades circunscritas ao processamento técnico dos acervos. Este processo, marcado pela incorporação de *novos profissionais* no interior dos museus, pela divisão do trabalho segundo uma lógica racional e pela consolidação de sua função educativa – que fez proliferar, dentro dos museus europeus, setores específicos voltados para o desenvolvimento de atividades educativas (CHAUMIER; MAIRESSE, 2011; MENSCH, 2004)³⁸ – é compreendido por Peter Van Mensch como a **segunda revolução vivenciada pelos museus** (MENSCH, 2004).

A tendência à especialização e profissionalização conduziu à adoção de uma nova divisão organizacional das instituições museológicas, amparado não mais nas coleções e suas respectivas disciplinas científicas, e no trabalho exclusivo do curador, mas, sim, nas funções a serem desempenhadas de modo compartilhado entre as diferentes equipes de profissionais envolvidos (MENSCH, 2004). A base das atividades museográficas deslocou-se, assim, das coleções para as funções. Funções estas associadas, segundo o modelo proposto pela *Reinwardt Academy*, às atividades de preservação, pesquisa e comunicação (sistema PRC na sigla em inglês), tidas como estruturadoras da prática no campo.

Os organogramas propostos por Peter Van Mesch (2004), apresentados na Figura 5, a seguir, sintetizam essa diferenciação no modo de compreender a organização do trabalho dentro das instituições museológicas:

³⁸ Cabe sublinhar, como pontua François Mairesse, que essa tendência já era presente nos EUA e Inglaterra desde o século XIX (MAIRESSE, 2011).

Figura 5 - Divisão do Trabalho junto às instituições museológicas

Fonte: MENSCH, 2004, p.5 (tradução nossa)

Por outro lado, na medida em que o novo paradigma museológico postulado por diferentes intelectuais e profissionais do campo passaria a afirmar que “o domínio da Museologia não está confinado ao cenário-museu” (RÚSSIO, 2010d, p. 219), mas, sim, inscrito numa dimensão relacional, sendo o museu uma de suas materializações possíveis, opera-se uma ampliação na perspectiva da atuação profissional para além das atividades centradas no tratamento técnico-científico de coleções consagradas, que pautava a prática e a formação até então.

Neste contexto de ênfase na função social dos museus, aspectos técnicos foram secundarizados e a própria centralidade atribuída à figura do curador, como profissional detentor de um saber especializado e responsável por todo o processo curatorial, começa a ser questionada. Uma nova concepção de curadoria, que entende a ação curatorial como resultado de um trabalho coletivo, interdisciplinar e multiprofissional, onde todos aqueles inseridos no processo são curadores, passa então a figurar como contraponto (BRUNO, 2008; CURY, 2009; DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Dentro dessa nova perspectiva de abordagem, que amplia a gama de bens passíveis de musealização para além dos objetos consagrados e representativos das disciplinas acadêmicas, os objetos/referências patrimoniais que

compõem as coleções são tidos não mais como relíquias – bens dotados de valor por sua excepcionalidade e singularidade – mas sim pela sua “representatividade, testemunhalidade, documentalidade, fidelidade e significação” (CURY, 2005b, p. 51). Tratados como indícios, pistas, suportes de informação, tornam-se passíveis de múltiplos recortes e abordagens por meio de ações de documentação, conservação, exposição e educativo-culturais, sempre permeadas pela pesquisa.

É dentro dessa dinâmica que ganha força a figura do museólogo. A afirmação de Waldisa Rússio, que o define não como “[...] um mero conhecedor de objetos em suas características físico-técnicas, mas um conhecedor do objectual, do humano e do social e das múltiplas redes de interações possíveis” (RÚSSIO, 2010b, p. 226), deixa transparecer a influência desse novo paradigma na identidade profissional aspirada, diretamente atrelada à ideia do museólogo como trabalhador social. Ao mesmo tempo, tal entendimento elucida o vínculo da Museologia com o campo das Ciências Sociais.

Todos esses avanços e rupturas levaram ao questionamento dos padrões clássicos de formação que até então faziam parte dos programas de capacitação oferecidos, fomentando o surgimento de cursos onde a matriz curricular baseava-se, não mais nas grandes áreas do conhecimento e nos aspectos técnicos do fazer museal mas, sim, numa perspectiva oriunda da Museologia, compreendida como campo de conhecimento de caráter aplicado, ancorado na interdisciplinaridade e conformado pela reciprocidade entre suas dimensões teórica e prática.

A terceira resolução da 10ª Conferência Geral do ICOM, realizada em 1974, reflete essa nova visão sobre a capacitação profissional e o crescente apoio dado à Museologia para sua consolidação como disciplina acadêmica autônoma, dotada de um quadro referencial teórico apto para servir de referência para a formação no campo (MENSCH, 2000):

Considering that it is necessary continually to develop the teaching of museology and to make widely known its fundamental principles; noting however that certain existing training centres have a tendency to restrict their programmes to museographical techniques and to only one or another of the basic scientific disciplines; recommends that the museum training centres instruct their students [...] not only in one or another museographical practice, but also in interdisciplinary museology, [...] [including] some indication of the role of museums in the service of society, in research and documentation and in the

conservation and development of cultural and natural heritage, education and culture³⁹ (MENSCH, 2000, p. 20).

A proposta de reformulação levada a cabo pelo curso da *Reinwardt Academy*, de Amsterdam, em fins da década de 1970, é um exemplo do reflexo dessa segunda revolução dos museus (MENSCH, 2004). Longe de atender às disciplinas específicas, o currículo foi elaborado com a finalidade de preparar os estudantes para o desenvolvimento de ações de salvaguarda (conservação e documentação), comunicação (desenho de exposições e educação) e gestão museológica (MENSCH, 2004, p. 5).

No âmbito brasileiro, pode-se fazer referência ao primeiro curso em nível de pós-graduação *lato sensu* em Museologia criado junto à FESP SP. Idealizado pela museóloga Waldisa Rússio a partir da ótica da interdisciplinaridade, o curso funcionou entre 1978 e 1996 e influenciou gerações de profissionais no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento de um pensamento museológico ancorado em princípios sociológicos (BRUNO, 2014; TANUS, 2013)⁴⁰.

Cabe pontuar que essas transformações curriculares e metodológicas na estrutura dos cursos foram operadas de forma distinta nos diferentes contextos. No caso do Brasil, o país apresenta especificidades quanto ao ensino uma vez que oferece cursos no âmbito da graduação, realidade diferente daquela dos Estados Unidos, de grande parte dos países Europa e do Canadá e mesmo da América Latina, onde a formação ocorre em nível de pós-graduação.

Ao esboçarmos as rotas da capacitação no campo ao longo dos últimos anos no cenário brasileiro, podemos afirmar, ainda que em linhas gerais, que a Museologia que vem sendo ensinada atualmente no país sofre influência dos dois paradigmas anteriormente esboçados: o paradigma do colecionismo, que tende a associar a Museologia à Museografia – sem, contudo, deixar de lado a reflexão teórica no campo das disciplinas afins (MAIRESSE, 2012) – e o paradigma relacional, que desloca o objeto de estudo da Museologia para a relação específica

³⁹ “Considerando ser necessário desenvolver continuamente o ensino da museologia e tornar amplamente conhecidos seus princípios fundamentais; notando, não obstante, que certos centros de treinamento tem a tendência de restringir seus programas às técnicas museográficas e à apenas uma ou outra disciplina científica básica; recomenda-se que os centros de treinamento em museus instrua seus estudantes [...] não apenas em uma ou outra prática museográfica, mas, também, em uma museologia interdisciplinar, [...] [incluindo] alguma indicação sobre o papel dos museus no serviço à sociedade, na pesquisa e documentação, na conservação e desenvolvimento da herança cultural e natural, na educação e na cultura” (tradução nossa).

⁴⁰ O referido curso será abordado de forma mais detalhada no Capítulo 2. Continuidades e rupturas no ensino e formação em Museologia no Brasil.

travada pelas sociedades com seu patrimônio, sendo a instituição museu uma das materializações possíveis dessa relação. Este último paradigma se desdobra, por sua vez, em vários caminhos, dentre os quais desponta a chamada Museologia Social, com forte ênfase na dimensão social dos fenômenos e processos museológicos.

1.3 Competências em gestão

As profundas transformações no campo dos museus e da Museologia deflagradas na década de 1960 passaram a demandar novas competências profissionais para além daquelas comprometidas com a manutenção física dos acervos (DUARTE CÂNDIDO, 2014). Segundo Pedro Cardoso (2014), essas competências inserem-se em três grandes áreas: 1) competências em Arquitetura e Gestão; 2) competências em Ciências Sociais; e 3) competências em Ciências da Educação e Ciências da Informação.

Tendo em conta o tema central da presente dissertação – o ensino da gestão e do planejamento nos cursos de graduação em Museologia brasileiros – interessa-nos especialmente a demanda por habilidades que se referem à gestão. A intensificação das exigências nessa direção está relacionada à crescente racionalização do gerenciamento dos museus (MENSCH, 1989). Desse modo, torna-se necessário recuperar o processo, que toma força nos anos oitenta do século XX, de incorporação por parte do universo dos museus, de conceitos e termos advindos desse campo para, em seguida, pontuarmos acerca da necessidade de se pensar a gestão desde uma perspectiva museológica, que dialoga com as dimensões teórica e prática, contribuindo para a consolidação desse campo de conhecimento.

1.3.1 Primeiras aproximações entre museus e gestão

É possível afirmar, tomando como referência diferentes autores, que as preocupações com relação à administração de museus não são necessariamente

novas (DUARTE CÂNDIDO, 2013; MAIRESSE, 2011; MOORE, 1998). Se até os anos sessenta do século XX o conjunto das atividades auxiliares voltadas para o funcionamento do museu era definido por meio do termo *administração*, progressivamente, ocorre a incorporação, por parte das instituições museológicas, da expressão de origem anglo-saxônica *management* – originalmente difundida no seio das organizações com fins lucrativos. A inclinação para o uso deste termo – que em português podemos traduzir para *gestão* – no lugar de *administração*, pode ser compreendida como resultado de um processo de transformação radical na concepção de museu suscitada no final do século XX (MAIRESSE, 2011, p. 177), vinculada à sua inserção numa economia de mercado e às próprias mudanças operadas no interior das instituições museológicas.

Como sinaliza María Bolaños (2002), os Estados Unidos desempenharam um papel precursor no processo de penetração das teorias econômicas de cunho empresarial nos setores não comerciais, especificamente no mundo da cultura e dos museus. Em fins dos anos 1960, os grandes museus norte-americanos passariam a incorporar *managers* aos seus quadros de funcionários (MAIRESSE, 2011), ao mesmo tempo em que introduziriam métodos de gestão de empresas, como o planejamento e o *marketing*⁴¹.

De fato, as instituições museológicas norte-americanas empregavam, desde o século XIX, uma orientação mais pragmática, voltada para os aspectos administrativos e de gestão da realidade dos museus (MAIRESSE, 2011; 2012). O peso dado pelos museus norte-americanos a estas questões é explicitado na colocação feita por George Ellis Burcaw, em 1981:

I have been attending museum association conventions at the national, regional, and local levels for thirty years. I do not recall ever attending a meeting or a session or even hearing one important address dealing directly with museology. The interests of American museum people are largely not in the philosophical basis of collection (the relation of man to three-dimensional reality) and in the efficient use of the collections in purposeful education (applied museography). Their concerns are techniques: how to make friends, how to get money, how to serve the handicapped, how to create beautiful environments, how to raise the morale of minority groups, how to teach children the facts of nature, how to preserve the collections,

⁴¹ Datam desse período as experiências norte-americanas de utilização de procedimentos de planejamento para a montagem de exposições e a realização de ações de comunicação museológica como um todo (CURY, 2005a).

how trustees can avoid being sued in a court of law, and so on (BURCAW, 1981, p. 84)⁴².

Entretanto, o impulso no sentido da incorporação de modelos de gestão empresarial à realidade dos museus – que resultaria naquilo que Mairesse denomina de “virada comercial dos museus” (MAIRESSE, 2011) – só viria a se intensificar nos anos 1970, ganhando força e alcance na década seguinte. Como é de se prever, tal movimento não se deu de modo linear e homogêneo nos diferentes contextos do globo, marcados por distintas realidades políticas, institucionais, culturais e sociais. Se essa guinada comercial assumiu, num primeiro momento, protagonismo junto aos países anglo-americanos, paulatinamente foi sendo disseminada junto a outros textos e contextos museológicos⁴³.

Dois aspectos relacionados à conjuntura mundial oferecem evidências que permitem-nos compreender a ruptura da fronteira entre o mundo dos museus e aquele dos negócios: o primeiro está diretamente ligado às adversidades de cunho político-econômico suscitadas ao longo dos anos 1970, que obrigaram os museus a elaborarem alternativas frente às dificuldades financeiras impostas pelo cenário de instabilidade; o segundo vincula-se à crise representacional vivenciada por estas instituições, que desencadearia modificações estruturais na forma de concebê-las e organizá-las.

A chamada crise do Petróleo, deflagrada a partir de meados da década de 1970, trouxe grandes transformações no cenário político-econômico mundial uma vez que representou a derrocada do modelo do Estado de Bem-Estar Social e a conformação de caminhos para o desenvolvimento de políticas neoliberais com base no fortalecimento da economia de mercado. O estabelecimento de diretrizes ancoradas no livre mercado e a consequente diminuição da intervenção pública geraram mudanças tanto na organização do setor privado quanto das empresas públicas, que se viram obrigadas a reforçar o controle de despesas por meio da

⁴² “Há trinta anos eu assisto a convenções nacionais, regionais e locais de associações de museus. Eu não em lembro de haver jamais assistido a uma reunião ou uma sessão, ou mesmo de haver jamais escutado uma alocução importante diretamente concernente à museologia. Os interesses dos profissionais de museus americanos se afastam largamente da base filosófica da coleta (a relação do homem com a realidade tridimensional) e da utilização eficaz das coleções com fins didáticos (museologia aplicada). Eles se preocupam com as técnicas: como formar uma associação de amigos, como obter fundos, como servir aos deficientes, como criar belos ambientes, como melhorar a moral das minorias, como preservar as coleções, como os administradores podem evitar as questões judiciais, e assim por diante” (tradução nossa).

⁴³ No caso da América Latina e, mais especificamente, do Brasil, esse fenômeno ganha vulto a partir da década de 1990.

adoção de dispositivos de avaliação e de medição de desempenho (MAIRESSE, 2011, p. 181).

Estas mudanças afetaram o setor da cultura e, mais especificamente, o universo dos museus, que igualmente vinha enfrentando uma série de críticas ao seu modelo institucional consagrado. Como vimos anteriormente, o momento identificado por Peter Van Mensch como a segunda revolução dos museus (MENSCH, 2004), registraria um movimento de racionalização e complexificação desses espaços.

As dificuldades financeiras impostas pelo cenário econômico instável levariam os museus de muitos países, financiados em grande parte por recursos públicos, a se interrogarem a respeito de suas chances de sobrevivência frente a uma conjuntura de dúvidas e incertezas. Como forma de buscar caminhos alternativos diante dos cortes financeiros, gradualmente estas instituições começaram a incorporar modelos e procedimentos de gestão originalmente aplicados ao universo empresarial (DUARTE CÂNDIDO, 2014).

As saídas empregadas para geração de receitas passavam pela utilização de novas formas de financiamento e diversificação da oferta, como cobrança obrigatória de ingressos, organização de ações paralelas, desenvolvimento de atividades comerciais, busca de patrocínio junto a empresas, incorporação de técnicas de *marketing*, realização de exposições temporárias de grande porte (exposições *blockbusters*), adoção de métodos de planejamento estratégico e venda de parte dos acervos (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013; MASON, 2004).

François Mairesse observa que atividades relacionadas à venda de *souvenirs*, instalação de restaurantes e acolhida do público já se configuravam como práticas no século XIX. A grande mudança que ocorre nesse momento diz respeito à amplitude que tais medidas passam a alcançar, conduzindo a uma mutação profunda nas instituições em direção ao terreno da animação e entretenimento:

[...] de service public consacré essentiellement à l'éducation et à la conservation, se voit propulsée sur le terrain de l'animation et du divertissement, tout en étant chargée de générer des ressources financières alternatives pour mener à bien ses missions plus spécifiquement muséales (acquisitions, recherche, éducation, etc) (MAIRESSE, 2011, p. 182)⁴⁴.

⁴⁴ “De um serviço público que se dedica essencialmente à educação e à conservação, [os museus] se lançam no campo da animação e entretenimento, como forma de gerar recursos financeiros

O crescimento da importância atribuída à gestão junto ao ambiente dos museus pode ser percebido por meio do surgimento de artigos voltados especificamente para a temática. Inicialmente de caráter mais genérico, essas publicações gradualmente voltaram-se para tópicos específicos, como arrecadação de recursos, planejamento estratégico e inserção no mercado, com especial ênfase na questão do *marketing*. Datam igualmente dessa época as primeiras ondas de auditorias sistemáticas de museus, inclusive integrando o uso de indicadores de desempenho (MAIRESSE, 2011, p. 181).

A penetração de posturas e procedimentos gerenciais fez com que termos como empreendedorismo, avaliação, desempenho, eficiência, eficácia, qualidade, performance, planejamento estratégico e *marketing* fossem paulatinamente incorporados ao repertório dos profissionais da área (BOLAÑOS, 2002; MAIRESSE, 2011). Ao mesmo tempo, levou à constituição de um campo profissional específico, dotado de uma série de estruturas como comitês e associações, que gradualmente foi sendo incorporado aos quadros de funcionários de muitas instituições museológicas, ocupando, inclusive, cargos diretivos.

Um importante propagador das noções de gestão advindas do setor empresarial e adaptadas à realidade dos museus foi o ICOM, tanto por meio de seu Código de Ética, quanto através de dois de seus comitês: o INTERCOM, voltado propriamente para a gestão de museus, e o ICTOP, dedicado a temas orientados para a formação profissional.

O Código de Ética do ICOM para os Museus, em sua última versão, revisada em 2008, estabelece normas mínimas para a prática profissional em museus tendo em consideração as demandas contemporâneas na área. A preocupação relacionada à gestão é manifestada no subitem que trata da constituição institucional. Neste, consta que cabe à autoridade de tutela assegurar a situação legal do museu, por meio do estabelecimento de um estatuto jurídico claro. Nesse sentido, o Código recomenda a elaboração de um “texto legal que defina a missão, os objetivos e as políticas do museu, assim como seu próprio papel e composição” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2008). Os subitens que versam sobre recursos materiais, financeiros e humanos igualmente ressaltam a atenção dada

alternativos para viabilizar sua missão específica (aquisições , pesquisa, educação, etc.)” (tradução nossa).

pelo documento aos aspectos circunscritos à gestão: tratam-se de diretrizes gerais para temas como acesso, instalações, guarda e segurança, financiamento e fomento, seleção e alocação de recursos humanos (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2008).

O Comitê Internacional de Gestão em Museus – INTERCOM, criado na década de 2000, volta-se para aspectos relacionados à gestão de museus, abarcando questões de governança, recursos humanos, planejamento, financiamento e avaliação, teoria da administração, tendo sempre como referência a visão projetada para a instituição. Sua atuação ocorre por meio da realização de reuniões anuais que contam com a participação de seus membros, boletins informativos (via e-mail e site) e articulação por meio da rede profissionais que estão ativamente envolvidos na gestão de museus e instituições relacionadas (INTERNATIONAL COMMITTEE ON MANAGEMENT, 2017).

No âmbito do ICTOP, a importância dada à gestão aparece nas diretrizes para formação profissional elaboradas pelo referido comitê. Como resultado de seus primeiros anos de atuação, o ICTOP estipulou um conjunto de *syllabus* para orientar os programas de treinamento e formação profissional. Lançado originalmente durante a Assembleia Geral do ICOM, realizada em Grenoble, em 1971, o documento ICOM *Basic Syllabus for the Professional Museum Training* passaria por duas revisões (1979 e 1981), sendo apresentado com nove eixos tidos como fundamentais para a capacitação no campo, quais sejam:

1. Introdução à museologia: história e finalidade dos museus;
2. Organização, funcionamento e administração de museus;
3. Arquitetura, instalações e equipe dos museus;
4. Coleções: origens, documentação e movimentação;
5. Atividades científicas e de pesquisa;
6. Conservação e cuidado com as coleções;
7. Apresentação: exposições;
8. O público;
9. Atividades culturais e educativas dos museus (BOYLAN, 1987, p. 228).

O segundo eixo, “Organização, gestão e administração de museus”, voltado especificamente para a gestão, desdobrava-se em oito pontos:

1. Situação legal e contexto administrativo;

2. Problemas de gestão;
3. Orçamento: recursos financeiros dos museus;
4. Recursos humanos: seleção e alocação;
5. Manutenção Geral;
6. Problemas gerais de supervisão, segurança, guarda, etc;
7. Relações públicas;
8. Avaliação de desempenho e estatísticas (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 1981).

Em 2000, estes syllabus seriam novamente revistos. No documento *ICOM Curricula Guidelines for Museum Professional Development* são apresentadas cinco grandes áreas de competência da formação profissional no campo, estando dentre elas a gestão (*Management competencies*) (Figura 6).

Figura 6 - ICOM Curricula Guidelines for Museum Professional Development
 Fonte: Smithsonian Center for Education and Museum Studies (2009)

Nesta nova configuração, as competências ligadas à gestão abarcam um universo bastante amplo de aspectos práticos e também teóricos, a saber: “Accreditation; Advisory bodies; Architecture; Business and operational management; Community relations; Financial planning and management; Formal

structure; Fund raising and grant development (income-generation); Human resource planning and management; Income producing activities; Information management; Insurance / indemnity; Law; Marketing; Membership / "friends" organizations; Physical plant and site management; Public affairs; Media relations; Organizational Theory”⁴⁵.

Além da preocupação quanto à organização do *syllabus*, ao longo da sua trajetória, o ICTOP realizou eventos e concebeu publicações tendo como tema central aspectos relacionados à gestão de museus. Uma publicação bastante difundida é o livro *Running a museum: a practical handbook*, organizado por Patrick Boylan e publicado originalmente em 2004, em língua inglesa⁴⁶. Com o propósito de contribuir para a formação profissional e servir como fonte para obtenção de informações técnicas sobre o universo dos museus, a publicação é formada por artigos que apresentam recomendações sobre procedimentos de **salvaguarda** (“gestão de acervo”, “inventário e documentação”, “cuidado e preservação de acervo”), **comunicação** (“mostras, exposições e exposições”, “atendimento ao visitante”, “educação no contexto das funções de museu”) e de **gestão** (“gestão de museu”, “gestão de pessoal”, “marketing”, “segurança de museu e prontidão para desastres”, “tráfico ilícito”) – o que aponta para a configuração de uma equação calcada não na ideia de preservação – pesquisa – comunicação (Sistema PRC) mas antes na ideia de salvaguarda – comunicação – gestão.

De modo paralelo, desde os anos 1990, uma série de outras publicações que se propõem a estabelecer uma interação entre termos e conceitos do campo da gestão e as necessidades específicas dos museus conquistaram espaço em meio à produção especializada voltada para a área (MOORE, 2006). Nesse sentido, além do manual organizado por Patrick Boylan, anteriormente mencionado, podemos fazer referência a uma série de publicações, como *Museum Management*, de Kevin Moore, publicada em 1994; *The Handbook for Museums*, de Gary Edson e David Dean, de 1994; *The Manual of Museum Management*, Barry Lord e Gail Dexter Lord,

⁴⁵ Credenciamento; Órgãos consultivos; Arquitetura; Gestão de negócios e operações comerciais; Relações com a comunidade; Planejamento e gestão financeira; Estrutura formal; captação de recursos e geração de renda; Planejamento e gestão de recursos humanos; Atividades de geração de renda; Gestão da informação; Seguros/indenizações; Legislação; *Marketing*; Associações de Amigos e afins; Instalações e gestão do espaço; Relações públicas; Relações com meios de comunicação; Teoria das organizações (Tradução nossa). Disponível em: <<http://museumstudies.si.edu/ICOM-ICTOP/comp.htm>>. Acesso em 15 mar. 2016.

⁴⁶ A versão em português, *Como Gerir o Museu: Manual Prático*, foi lançada em 2015, como resultado da parceria do ICOM com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (SEC SP).

com a primeira edição lançada em 1997; *Managing museums and galleries*, de Michael Fopp, igualmente publicada de 1997; *Museum Administration: An Introduction*, de Hugh H. Genoways e Lynne, de 2003; *Gestão Museológica: desafios e práticas*, de Timothy Mason, publicado pelo *Museums & Galleries Commission* (Reino Unido) e traduzido para o português em 2004, como parte da Série Museologia, lançada em parceria com a Vitae Apoio à Cultura Educação e Promoção Social⁴⁷; e *Práticas de Gestão nos Museus Portugueses*, lançado em 2007 e de autoria de Filipe Mascarenhas Serra. Embora esse levantamento seja panorâmico, sem pretensões de abarcar toda a produção na área, ele é sintomático sobre a centralidade alcançada pela gestão no universo museal contemporâneo.

Na América Latina, a importância que a gestão adquiriu junto ao universo de museus é materializada na Declaração de Caracas. O texto que resultou do evento realizado na Venezuela, em 1992, em comemoração aos vinte anos do documento de Santiago do Chile, e que reuniu profissionais de diversos países latino-americanos, reafirmou os postulados da Mesa Redonda de Santiago, atualizando e renovando conceitos e compromissos selados duas décadas antes. Por outro lado, revelou a preocupação com a crise do Estado e os riscos que o processo de privatização poderia representar para o campo do patrimônio e dos museus dentro a realidade latino-americana (BRUNO, 2010).

Não por acaso, dentre os temas elencados como prioritários para serem discutidos ao longo do evento estava aquele concernente à gestão. Após apresentar uma série de considerações que versam sobre a conjuntura que então se delineava, o documento recomenda:

que os museus definam claramente a sua missão [...]; que o Museu defina a estrutura organizativa de acordo com seus requerimentos funcionais, delineada segundo as concepções gerenciais aplicáveis a casos particulares, e que se estabeleçam mecanismos de avaliação permanente; que os planos e programas elaborados com instrumentos de planejamento moderno estejam baseados em um diagnóstico das necessidades do Museu e da sociedade a qual está imerso, e que a realização de tais planos e programas leve em conta as necessidades prioritárias do Museu e definam objetivos e metas a curto, médio e longo prazos; que o Museu em sua necessidade de gerar recursos determine políticas claras de autofinanciamento, e que também recorra a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados que lhe permitam executar projetos; que se

⁴⁷ A Vitae Apoio à Cultura Educação e Promoção Social foi uma fundação que atuou durante cerca de vinte anos em alguns países da América Latina, dentre os quais o Brasil, desenvolvendo projetos na área da educação e cultura.

elaborem projetos atrativos para as empresas privadas interessadas em investir no setor cultural, sem alterar a missão do Museu; que se promovam políticas culturais coerentes e estáveis que garantam a continuidade da gestão do Museu; que se consiga uma comunicação com os setores do poder da sociedade, com a finalidade de obter apoio para a gestão do Museu; que se utilizem estratégias tanto de mercado – para conhecer o usuário – como de sensibilização da opinião pública; que se implementem cursos internacionais de capacitação em gestão de museus; que se tomem em conta os princípios éticos que devem guiar sempre a gestão dos museus (BRUNO, 2010, p. 78-79).

Marcelo Araujo coloca que, ao reivindicar a participação tanto da iniciativa privada quanto das comunidades no financiamento e gerenciamento das atividades culturais, o texto evidencia os primórdios da irreversível guinada do universo museal latino-americano à lógica comercial (ARAUJO⁴⁸ apud BRUNO, 2010, p. 125). Processo este que, como sinalizamos anteriormente, deve ser entendido dentro de uma conjuntura mais ampla marcada pela imposição do modelo neoliberal ancorado no livre mercado. Nesse cenário, as “modernas estratégias de gestão, entendida como o aproveitamento otimizado dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis” (BRUNO, 2010, p. 78), colocam-se como saída estratégica para a situação crítica da América Latina.

As contribuições trazidas por Caracas acerca da relação entre “museus e gestão” vão no sentido de alertar os museus para que, mesmo incorporando essa lógica de mercado, trabalhem sempre a partir de suas respectivas missões institucionais. Outro ponto fundamental é o reconhecimento da necessidade do estabelecimento de mecanismos de avaliação permanente. Necessidade esta que, segundo Marcelo Araujo, “deve estar introjetada em toda a visão sobre o processo museológico como uma maneira possível de avançarmos na formulação teórica e na prática do exercício museológico” (ARAUJO⁴⁹ apud BRUNO, 2010, p. 126)⁵⁰.

⁴⁸ Informação verbal proferida por Marcelo Araujo durante a Mesa Redonda: a Declaração de Caracas (1992), realizada no âmbito do seminário *A Museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros?*, ocorrido no auditório da Fiesp, em São Paulo, entre os dias 20 e 24 de novembro de 1995.

⁴⁹ Informação verbal proferida por Marcelo Araujo durante a Mesa Redonda: a Declaração de Caracas (1992), realizada no âmbito do seminário *A Museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros?*, ocorrido no auditório da Fiesp, em São Paulo, entre os dias 20 e 24 de novembro de 1995.

⁵⁰ Para Manuelina Duarte Cândido, o reconhecimento dessa exigência é um fator decorrente “da compreensão do fenômeno museu como um processo, onde predominam os tempos longos e as formulações podem ser minadas pelas descontinuidades” (DUARTE CÂNDIDO, 2003, p. 196).

Dentro do contexto das políticas públicas na área museológica brasileira, um importante marco da institucionalização dos princípios de gestão e planejamento estratégico no campo foi a promulgação da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

De acordo com o Artigo 44 da referida Lei, “é dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico” (BRASIL, 2009a)⁵¹. O Artigo 45, por sua vez, define a sua natureza:

O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de *planejamento estratégico*, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (BRASIL, 2009a, grifo nosso).

Os itens que devem compor o Plano são mencionados no Artigo 46:

I. diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos; II. identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus; III. identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus; e IV. detalhamento dos Programas (BRASIL, 2009a);

A legislação sublinha que a ferramenta deve explicitar a missão e a função específica a ser desempenhada pela instituição museológica na sociedade. Para a sua consolidação, o documento deve levar em conta ainda o caráter interdisciplinar dos Programas (Art. 46. § 1º); que sua elaboração seja feita preferencialmente de forma participativa, “envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades” (Art. 46. § 2º), e que, dada sua natureza dinâmica, “o Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento” (Art. 46. § 3º) (BRASIL, 2009a).

O Artigo 47 caracteriza os projetos que devem compor as distintas linhas programáticas do Plano:

⁵¹ Cabe pontuar que o texto que consta no Estatuto de Museus que se refere ao Plano Museológico reflete o conteúdo da Portaria Normativa nº 1, de 05 de julho de 2006, do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) que, com vistas a organização da gestão dos museus daquela autarquia, dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico.

[...] caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente (BRASIL, 2009a).

A promulgação da referida Lei e os desdobramentos dela decorrentes⁵², que coloca a exigência da elaboração do Plano Museológico como ação estratégica para os museus, configurando-se como instrumento fundamental de gestão institucional, reflete o esforço levado a cabo nas últimas décadas para o fortalecimento do campo dentro do contexto brasileiro. Um ponto fundamental colocado pela legislação, segundo Manuelina Duarte Cândido, é o de que atualmente não é mais possível “considerar o museu uma instituição criada indiscriminadamente, sem planejamento e inserção de diretrizes museológicas” (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 120).

Não obstante, algumas ressalvas devem ser feitas com relação ao texto legal. A primeira delas diz respeito a um aparente ineditismo inerente à esta exigência legal, como se antes do Estatuto de Museus, não fizesse parte das preocupações das instituições museológicas aspectos ligados à gestão e ao planejamento. A Portaria nº 1, de 2006, do IPHAN, que dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico para os museus ligados àquela autarquia, e sobre a qual o texto do Estatuto se ancora, além dos distintos processos levados a cabo por diferentes profissionais em contextos variados do país antes da formalização da lei, permitem demonstrar o contrário⁵³.

Por outro lado, ainda que a formalização do Plano Museológico por meio do Estatuto de Museus represente uma conquista de extrema importância para o campo, ponderamos que, de maneira alguma, o Plano pode ser visto como a pedra de salvação de todos os problemas inerentes às instituições museológicas, como se, num passe de mágica, a partir de sua elaboração, todas as debilidades por elas vivenciadas viriam a ser sanadas.

⁵² Nos referimos ao Decreto nº 8.124/2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus. O mais recente desdobramento foi a elaboração da publicação *Subsídios para elaboração de Planos Museológicos*, lançada pelo Ibram em dezembro de 2016. A publicação, de caráter orientativo, procura apontar metodologias para elaboração do Plano Museológico, explicitando caminhos para a realização do diagnóstico, definição da missão institucional e delineamento das linhas programáticas.

⁵³ Nesse sentido, podemos fazer referência, por exemplo, aos trabalhos desenvolvidos pelas museólogas Marília Xavier Cury, Maria Cristina Oliveira Bruno e Manuelina Duarte Cândido, para citar apenas alguns exemplos.

Isso nos leva a apontar os limites e possibilidades de sua concepção. A obrigatoriedade da sua realização⁵⁴ vem fomentando um promissor campo de atuação para os profissionais da área. Entretanto, tal exigência aponta para o risco da elaboração de documentos meramente formais, apenas como meio de se cumprir um protocolo, sem real conexão com as respectivas realidades institucionais.

A superficialidade do texto legal quanto à necessidade de o Plano ser concebido de forma participativa, a começar pela etapa de diagnóstico (Art. 46), pode ser um fator que corrobora para isso. Afinal, de qual participação estamos falando? A própria limitação temporal imposta pelos processos de contratação é um dificultador para a adoção de metodologias participativas⁵⁵. Tal superficialidade muitas vezes respalda a elaboração de documentos burocráticos, desconectados da realidade, sem diálogo e interação com os atores diretamente envolvidos nas instituições.

Esses aspectos demonstram os limites da legislação: o caráter de obrigatoriedade da elaboração de Planos Museológicos aliado à pouca clareza quanto ao nível de participação exigido refletem uma legislação concebida desde um ponto de vista ortodoxo – muito embora o discurso atrelado à Política Nacional de Museus e seus desdobramentos, nos quais o Estatuto se insere, aponte justamente o contrário.

Embora tenhamos ressalvas quanto alguns aspectos relativos ao Estatuto de Museus – principalmente no que diz respeito à obrigatoriedade do Plano Museológico e de seu real caráter participativo, a legislação fomentou a disseminação da cultura da gestão institucional e do planejamento junto às instituições museológicas, colaborando, assim, para o fortalecimento da Museologia Aplicada.

O que procuramos advogar é que o Plano Museológico tem potencial para fortalecer o campo da Museologia, não apenas no que se refere à dimensão aplicada (Museografia), mas também à sua dimensão teórica (Museologia Geral).

Para tanto, a premissa fundamental é entender o Plano Museológico, seja para instituições já existentes ou em vias de serem criadas, como ferramenta

⁵⁴ De acordo com o texto legal, “os museus devem adequar suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no prazo de cinco anos, contados a partir da sua publicação” (BRASIL, 2009a), período que se encerrou em 2014.

⁵⁵ Ao propor uma análise sobre a participação em processos museológicos, Camila Wichers sugere diferentes níveis de participação: 1. Passividade; 2. Consulta; 3. Colaboração, 4. Co-criação (WICHERS, C. Comunicação Verbal – II Sebramus. Recife, novembro de 2015).

estratégica que permite a compreensão do museu dentro de uma perspectiva integradora e processual, devendo ser retroalimentada de acordo com as necessidades de cada contexto. O Plano é uma ferramenta técnica, mas que demanda um olhar conceitual de base. Retomaremos esse ponto no capítulo 3, voltado para a análise do ensino da gestão nos cursos de bacharelado em Museologia brasileiros.

A discussão sobre a incorporação por parte dos museus de uma lógica racional que atribui centralidade à noção de gestão, iniciada nos anos setenta do século XX, ganhou força nas décadas seguintes, configurando-se hoje como uma questão estruturante. A fim de garantir sobrevivência para as instituições em meio a um ambiente de instabilidades, no qual o Estado paulatinamente perde protagonismo, planejar passou a ser a palavra-chave. Como observa Manuelina Duarte Cândido: inseridos numa dinâmica de competitividade e escassez de recursos, “é [cada vez mais] necessário que os museus se preparem para lidar com as pressões, notadamente de fundo econômico [...]” (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 119). Nesse sentido, as ferramentas oferecidas pelo campo da gestão, como o diagnóstico, o planejamento estratégico e a avaliação, sempre pensadas a partir da perspectiva da Museologia, podem servir como cartas de navegação que apontam rotas e percursos viáveis diante de cenários de incerteza (DUARTE CÂNDIDO, 2014).

A introdução da gestão na prática museal – e que tem no planejamento estratégico um importante desdobramento (MOORE, 2006) – é compreendida por Peter Van Mensch como a **terceira revolução testemunhada pelo mundo dos museus** (MENSCH, 2004). Assim, se as duas primeiras revoluções ocorreram em fins do século XIX e meados do século XX, abarcando, respectivamente, questões ligadas à sistematização profissional do campo e à nova divisão organizacional dos museus, a terceira revolução está atrelada à incorporação por parte das instituições museológicas de posturas gerenciais, fazendo com que, na atualidade, sejamos levados a tratá-la como uma função do museu, para além das tradicionais funções de salvaguarda, pesquisa e comunicação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Assim, podemos considerar que a equação do campo museológico é aquela que se estrutura a partir das noções de salvaguarda – comunicação – gestão.

Neste sentido, concordamos com Peter Van Mensch (2004) quando este observa que a incorporação desse novo paradigma junto à dinâmica dos museus se

coloca como um dos desafios mais importantes para a Teoria Museológica. Com tal afirmação, o autor chama a atenção para a necessidade de pensarmos como a gestão, para além de contribuir com a dimensão prática do *fazer* museológico (circunscrito à Museologia Aplicada ou Museografia), pode colaborar para o fortalecimento do *dizer* museológico (vinculado à Museologia Geral), auxiliando, assim, na consolidação deste campo de conhecimento.

1.3.2 Teoria Museológica e gestão: caminhos para a construção de uma gestão museológica

No verbete <Gestão> que consta no livro “Conceitos-chave de Museologia”, organizado por André Desvallées e François Mairesse, fruto de um longo projeto que envolveu diferentes profissionais da Museologia com a finalidade de construir um léxico comum para o campo – o termo é definido da seguinte maneira:

A gestão museológica, ou administração de museus, é definida, atualmente, como a ação de conduzir as tarefas administrativas do museu ou, de forma mais geral, o conjunto de atividades que não estão diretamente ligadas às especificidades do museu (preservação, pesquisa e comunicação). Nesse sentido, a gestão museológica compreende essencialmente as tarefas ligadas aos aspectos financeiros (contabilidade, controle de gestão, finanças) e jurídicos do museu, à segurança e manutenção da instituição, à organização da equipe de profissionais do museu, ao *marketing*, mas também aos processos estratégicos e de planejamento gerais das atividades do museu (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 47).

Se tomarmos como referência a advertência de Peter Van Mensch, anteriormente mencionada, de que a gestão é, na atualidade, um dos desafios mais importantes colocados para a Teoria Museológica (MENSCH, 2004), a seguinte questão pode ser formulada a partir da definição contida no referido dicionário: de que maneira o referencial conceitual da Museologia pode ajudar os museus a não se perderem em critérios de gestão que vem de outras áreas, colaborando para a construção de uma gestão propriamente museológica? (DUARTE CÂNDIDO, 2014).

Para fins do desenvolvimento do presente estudo, corroboramos com o posicionamento que entende que a noção de gestão sob a ótica Museologia vai

além dos domínios das terias da administração *stricto sensu*. Nestas, a gestão se associa a uma prática restrita a questões financeiras e de recursos humanos e materiais, sendo compreendida como atividade meio que permite a viabilização das atividades finalísticas – leia-se salvaguarda e comunicação – o que faz com que geralmente seja tratada de forma desconectada dos “conceitos e opções teórico-metodológicas da Museologia” (DUARTE CÂNDIDO 2013, p. 130).

Se por um lado os conhecimentos oriundos do campo da gestão são necessários e mesmo inevitáveis, uma vez que contribuem para garantir a sustentabilidade das instituições frente às pressões que marcam a realidade contemporânea, contribuindo para o fortalecimento da Museologia Aplicada, por outro, devem ser acessados tendo como base uma perspectiva museológica, tal como pontua Peter Van Mensch:

[...] devido ao aumento das dificuldades financeiras, os museus existentes tendem a racionalizar sua estrutura organizacional. Economia, eficiência e efetividade são palavras-chave da gerência dos museus modernos. O clima financeiro dentro do qual cada museu normalmente tem de operar impõe restrições à liberdade de escolha. Em outras palavras, os museus não podem ser tudo para todos, sob todas as circunstâncias. Eles têm de definir seus objetivos de maneira mais precisa. Além do mais, é necessário saber se os recursos do museu estão sendo alocados eficientemente e empregados de maneira eficaz. No entanto, eficiência e efetividade não deveriam ser definidos por gerentes e políticos. Esses conceitos são ferramentas úteis para ajudar na formação e implementação da política do museu, mas eles *devem ser orientados e controlados por uma perspectiva museológica* (MENSCH⁵⁶ apud NEVES, 2003, p. 28, grifo nosso).

No nosso entendimento, essa perspectiva museológica ancora-se em princípios e procedimentos oriundos do campo da Museologia. A fim de desdobrarmos esse ponto, consideramos necessário recuperar algumas premissas conceituais esboçadas na introdução deste trabalho.

O entendimento de Museologia sob a qual nos pautamos é aquele que a compreende como disciplina aplicada, de caráter preservacionista que, por meio da **ativação de sistemas de administração da memória**, permite a transformação do patrimônio em herança (BRUNO, 2006; 2000).

⁵⁶ MENSCH, Peter Van. Não ao padrão. Jornal da Tarde, São Paulo, 16 set. 1992. Caderno de sábado.

A ativação de tais sistemas de administração da memória diz respeito, em outros termos, à cadeia operatória museológica, conformada pelo conjunto de procedimentos técnico-científicos inerentes ao fazer museal:

Figura 7 - Cadeia Operatória Museológica

Fonte: DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 128, a partir da noção de cadeia operatória proposta por BRUNO (1996; 1997; 1999).

O acionamento equilibrado e continuado dessa engrenagem permite que as experiências alcancem projeção no tempo. Nesse movimento, os procedimentos oriundos do campo da gestão – planejamento e a avaliação – são fundamentais para assegurar tal projeção.

É essa ideia de administração – como administração desses sistemas de memória – que está no centro da gestão compreendida como museológica. Nesse sentido, questões relativas aos recursos humanos, financeiro e materiais são tidas como operacionais e complementares, uma vez que são comuns a qualquer tipo de gestão (BRUNO, 2016 – comunicação verbal)⁵⁷.

A especificidade da gestão museológica reside justamente na ativação da cadeia operatória de forma equilibrada e continuada, permitindo a projeção da experiência dentro de uma perspectiva de longa duração. Compreendemos que é esse entendimento de gestão *museológica*, que tem a orientação processual como premissa, que deve pautar as experiências no campo, independentemente de suas especificidades.

⁵⁷ Informação proferida em reunião de orientação (dezembro de 2016).

Por outra parte, a dimensão da gestão *stricto sensu* – comum a outros campos – caracteriza-se pela sua flexibilidade e plasticidade, devendo adaptar-se às demandas dos diferentes textos e contextos museológicos. Por exemplo, as estratégias quanto a recursos humanos, de financiamento e fomento e estrutura organizacional adotadas por um museu de grande porte localizado num determinado centro urbano certamente serão diferentes daquelas empreendidas por um processo de musealização mobilizado por um grupo de lideranças e atores que atuam em nível local. Com isto, buscamos evidenciar que a gestão vinculada à dimensão aplicada da Museologia se molda às diferentes circunstâncias, não havendo fórmulas (em outros termos, lojinha e café não é solução para todas as realidades).

É justamente a passagem dessa dimensão prática da gestão de museus à Teoria Museológica que está no centro da discussão que se busca trazer aqui.

Gerir um museu ou processo de musealização tendo como referencial a perspectiva museológica significa direcionar um olhar integrado ao *dizer* e *fazer* museológicos, preocupado em assegurar, para além de questões operacionais, o encadeamento equilibrado e continuado da cadeia operatória museológica (sistema de administração da memória), com vistas à transformação do patrimônio em herança. Serão, pois, essas premissas conceituais que nortearão a análise da oferta formativa a ser apresentada no capítulo 3 deste trabalho.

CAPÍTULO 2. CONTINUIDADES E RUPTURAS NO ENSINO E FORMAÇÃO EM MUSEOLOGIA NO BRASIL

2.1 Trajetória do ensino em Museologia no Brasil

O ensino da Museologia no contexto brasileiro é caracterizado, de um lado, pela sua especificidade, uma vez que a capacitação se dá em nível de graduação⁵⁸ e, de outro, pela escassa oferta formativa, realidade esta que sofreu profundas transformações a partir da década de 2000, quando, por uma série de fatores, ocorreu um expressivo incremento na oferta de cursos. A fim de compreendermos as rupturas e continuidades que marcam a experiência brasileira em termos de capacitação no campo, a seguir recuperaremos o percurso que se inicia na década de 1930 com a experiência pioneira do Curso de Museus, concebido junto ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, e que tem como momento de inflexão os anos 2000, marcado pelo surgimento de novos cursos em diferentes regiões do país.

2.1.1 O Curso de Museus do Rio de Janeiro

O primeiro curso voltado para a formação profissional em museus a surgir no país foi o Curso de Museus, vinculado ao Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro. Como coloca Ivan Sá (2007), a ideia de criação de um curso de caráter técnico constava no mesmo decreto-lei que concebeu o Museu Histórico Nacional, em 1922. O documento previa a instalação de um curso com duração de dois anos, vinculado ao MHN, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional, cujo intuito era formar oficiais para o MHN e amanuenses para o Arquivo e Biblioteca Nacional. Ainda que o referido curso não tenha sido implantado na ocasião, serviu como embrião para o curso que surgiria dez anos mais tarde (SÁ, 2007).

⁵⁸ Realidade diferente da situação de grande parte dos países da Europa e da América Latina, além do Canadá e Estados Unidos, tal como foi apontado no capítulo 1 do presente trabalho.

Uma figura central que esteve à frente da criação do Museu Histórico Nacional, e do próprio Curso de Museus que surgiria posteriormente, foi o escritor, político e jornalista cearense Gustavo Dodt da Cunha Barroso. Barroso ocupou a direção da instituição quase que ininterruptamente por mais de 30 anos, até seu falecimento, em 1959. Durante o longo período que esteve à frente do museu, onde também atuou como professor do Curso de Museus, imprimiu sua visão pessoal em relação às noções de museu, Museologia e ensino, consolidando uma forma de pensar que conformaria olhares e práticas que ainda hoje marcam o campo⁵⁹. Nesse sentido, Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira tece o seguinte comentário: “o Museu Histórico Nacional representou o laboratório para a elaboração do pensamento museológico barroseano e o Curso de Museus possibilitou sua sistematização, ampliação, institucionalização e perpetuação” (OLIVEIRA, 2003, p. 93).

O Curso de Museus viria a ser formalizado por meio do Decreto Presidencial nº 21.129, de 07 de março de 1932, durante a gestão do advogado, escritor linguista e historiador Rodolfo Garcia, que desempenhou o cargo de diretor do MHN de 1930 a 1932 (SÁ, 2007). Arelado diretamente à diretoria da instituição – que, a partir de novembro daquele ano voltaria a ser ocupada por Gustavo Barroso⁶⁰ – o curso tinha duração de dois anos e a finalidade de habilitar técnicos para ocupar o quadro de funcionários da instituição, mais especificamente o cargo de terceiro oficial do museu (SÁ, 2007).

As aulas ocorriam nas próprias instalações do MHN e eram ministradas pelos seus funcionários. Priscila Coelho (2015) caracteriza o perfil desses profissionais:

[...] autodidatas, eruditos e generalistas, denominados como pioneiros, [eram] em sua maioria, formados em Direito, como no caso dos professores do Curso de Museus, Edgard Romero, Pedro Calmon e o Diretor Gustavo Barroso. Ou seja, dentro dessa

⁵⁹ A criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de construção de uma identidade para a então nascente nação brasileira. Tendo como referência uma seleção de fatos, feitos e heróis nacionais, a instituição surge, pois, como um espaço de representação e reverência de dada narrativa da história nacional, materializada em coleções de diferentes tipologias. Por certo, a centralidade atribuída a esses objetos – tidos como relíquias – refletia na configuração da base curricular do curso ofertado pelo MHN.

⁶⁰ O afastamento de Gustavo Barroso da direção do MHN se deu por questões políticas. Em 1930, no momento das eleições presidenciais, Barroso ofereceu apoio à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República, em oposição à chapa Getúlio Vargas - João Pessoa, da Aliança Liberal (AL). Com a vitória da Aliança Liberal, Barroso foi afastado da direção do Museu, voltando a ocupar o cargo em novembro de 1932 (CHAGAS, 2003).

concepção, a própria prática museológica formava seus especialistas (COELHO, 2015, p. 76-77).

O padrão de formação profissional adotado, de caráter eminentemente técnico especializado, incluía disciplinas ligadas às grandes áreas do conhecimento, como História, História da Arte, Arqueologia, Etnografia, além de disciplinas voltadas para de tipologias específicas de objetos (como Filatelia, Numismática e Sigilografia). As matérias ligadas às áreas de História e Técnicas de Museus – principais na estrutura do curso – eram ministradas por Gustavo Barroso, fato que o permitia reforçar sua marca pessoal na configuração do curso (SIQUEIRA, 2009).

Tal padrão de ensino refletia a influência do modelo da *Ecole du Louvre*, fundada na França em fins do século XIX e ancorado na história das coleções e na ideia de Museologia como Museografia: disciplina auxiliar de caráter técnico associada às áreas básicas do conhecimento. O peso da escola francesa na organização da matriz curricular de seu correlato fluminense pode ser percebido na definição de Museologia elaborada por Gustavo Barroso – para ele, a Museologia dizia respeito ao “estudo científico de tudo o que se refere aos museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los, e de classificar e restaurar os seus objetos” (BARROSO⁶¹ apud CARDOSO, 2014, p. 124).

Os egressos do curso, chamados de conservadores, especializavam-se, assim, no processamento e tratamento técnico de coleções tendo como base as coleções do próprio MHN. Para tanto, eram instrumentalizados para serem portadores de um saber detalhista, minucioso e enciclopédico (CHAGAS, 2003), que serviria de base para a realização das tarefas de documentação, conservação, descrição, classificação e exibição de objetos que conformavam as coleções da instituição (CHAGAS, 2003; CHAUMIER; MAIRESSE, 2011)⁶².

A primeira reformulação do currículo, ocorrida em 1944 (BRASIL, 1944), estendeu o tempo de duração do curso de dois para três anos e reorganizou sua estrutura em duas partes, Parte Geral, com duração de dois anos, e Parte Especial, com duração de um ano. Esta, por sua vez, dividia-se em duas seções: formação

⁶¹ BARROSO, Gustavo. Introdução à Técnica de Museus. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1951. v. 1 - Parte Geral e Parte Básica.

⁶² Formadas por objetos e artefatos de diferentes tipologias (mobiliários, bustos, insígnias, pinturas, indumentária, etc.), as coleções do MHN eram representativas dos segmentos dominantes da sociedade. Definidos como “gloriosos” nas palavras de Gustavo Barroso – esses objetos eram apropriados e classificados pelos alunos e funcionários do museu e, por meio de uma operação simbólica, se tornavam expressões nacionais de identidade, autenticando determinadas narrativas históricas sobre o Brasil (ABREU, 1994; GONÇALVES, 2007).

para Museus Históricos ou para Museus de Belas Artes ou Artísticos – o que representou a ampliação do foco da formação para além das coleções do museu (SÁ, 2007; SIQUEIRA, 2011). Por outro lado, o regulamento institucionalizou um sistema de bolsas, ativo até 1969, que permitia a participação de estudantes residentes fora da cidade do Rio de Janeiro, preferivelmente servidores públicos “com exercício em museus” que geralmente eram indicados pelos governadores – para matricular-se no Curso com o objetivo de se capacitarem e, a seguir, retornarem aos seus respectivos estados e colocar em prática os ensinamentos aprendidos (SIQUEIRA, 2011).

Uma disciplina que pautou o currículo desde os seus primórdios até a década de 1970 foi a de *Técnica de Museus*⁶³. Sua estrutura foi concebida por Barroso, que a compreendida como “o pedestal em que se alicerçam todos os conhecimentos necessários a um técnico de museologia” (BARROSO, 1952, p. 27-28). Como sublinha Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira,

A cadeira Técnica de Museus representava a espinha dorsal do Curso de Museus. As outras disciplinas, submetidas a ela, cumpriam a finalidade de contextualizar e informar com vistas ao exercício das técnicas relativas à catalogação, conservação e restauração, aplicadas ao acervo (OLIVEIRA, 2003, p. 84).

A disciplina estava estruturada em três partes – geral, básica e aplicada – e sintetizava noções relacionadas à organização, arrumação, classificação, catalogação, adaptação do edifício e restauração, conhecimentos considerados chaves por Barroso para a capacitação na área e que na atualidade podemos vincular ao universo da Museologia Aplicada (SÁ, 2007; SIQUEIRA, 2009).

A primeira parte da disciplina, oferecida no primeiro ano do curso, compreendia aspectos mais gerais. Já o segundo e terceiros anos, em conformidade com a preocupação classificatória,

[...] concentrava-se especificamente na parte de identificação de objetos e coleções comuns a museus históricos e artísticos, enfatizando-se cronologias históricas, períodos artísticos, características estilísticas, autorias, datações, nomenclatura técnica, materiais e técnicas de fatura etc. (SÁ, 2013, p. 56).

⁶³ Segundo os dados consultados, a disciplina teria sido oferecida pela primeira vez em 1933 (CONSELHO REGIONAL DE MUSEOLOGIA 2ª REGIÃO, 2017).

Como bibliografia de referência para a disciplina era utilizado o livro *Introdução à Técnica de Museus*. De autoria do próprio Barroso e lançada pela primeira vez em 1946, a publicação estava organizada em dois volumes: o primeiro voltava-se a questões ligadas ao processamento técnico de acervo e, o segundo, ao estudo das coleções (SIQUEIRA, 2009). Tratava-se de uma compilação dos conhecimentos do próprio autor sistematizados de forma didática a fim de servir como fonte básica de consulta para o alunado. Por certo, os procedimentos e normas nela contidos sintetizavam a estrutura curricular e a orientação conceitual do curso, evidenciando o direcionamento no sentido de uma formação de caráter eminentemente pragmático, voltada para o estudo de coleções de tipologias específicas (História, Artes), tal como era a tendência então vigente (CHAGAS, 2003; OLIVEIRA, 2003; SIQUEIRA, 2009).

Gustavo Barroso ficou à frente da disciplina até o final de 1951. Após seu afastamento, a disciplina passaria a ser ministrada por uma ex-aluna e funcionária do MHN, representando a continuidade do pensamento barrosiano na forma de conceber e ensinar questões referentes a museus e Museologia (SIQUEIRA, 2009).

Ainda que ao longo de seus primeiros trinta anos o curso tenha sofrido pequenos ajustes no seu formato e currículo, até princípios dos anos setenta o programa mantinha basicamente a mesma estrutura dos anos quarenta, evidenciando a forte marca deixada por esse pensamento. A mudança mais significativa ocorrida nesse período diz respeito ao convênio firmado entre o Museu Histórico Nacional e a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), em 1951, que conferiu ao curso mandato universitário, alcançando-o à condição de curso superior.

Como coloca Ivan Sá (2007), o currículo de 1944 vigorou até 1966, quando seria realizado o segundo processo de reformulação. Implantada a partir do ano seguinte, a reforma possibilitou modificações de caráter administrativo, sem, contudo, representar uma alteração conceitual na configuração do curso, que manteve o elenco das disciplinas então vigentes e continuou atrelado institucional e financeiramente ao MHN. A maior inovação referia-se à institucionalização do estágio e à inserção da disciplina *Metodologia e Pesquisa Museológicas*, apontando para uma abertura do curso em direção à pesquisa (SÁ, 2007).

A experiência pioneira do Curso de Museus – que durante cerca de quarenta anos foi o único existente no cenário brasileiro – desempenhou papel crucial no

estabelecimento desta área no país, sendo responsável pela formação de diversas gerações de profissionais que viriam a atuar em instituições localizadas em diferentes regiões do território nacional. Por outro lado, devido à forte marca deixada por Barroso – contribuiu, de modo essencial, para a disseminação e o coroamento de um modo de pensar os museus, a Museologia e o próprio perfil profissional projetado, ancorado no paradigma colecionista e na figura do conservador como especialista no tratamento de coleções específicas (CHAGAS, 2003; OLIVEIRA, 2003). Com relação à orientação pragmática do curso, Mário Chagas tece a seguinte crítica:

[...] o problema é que ao longo do tempo esse rol de disciplinas pautado em coleções específicas de um museu específico, ao invés de dar origem a uma possível sociologia ou antropologia dos objetos, passou a constituir-se em exigência universal para a formação de profissionais em museologia, o que contribuiu para a fixação de um determinado tipo de imaginação museal e para a desvinculação com os problemas da contemporaneidade que implicavam, entre outras coisas, a constituição de novos acervos e novos conjuntos patrimoniais não previstos no manual barrosiano (CHAGAS, 2003, p. 126).

Conforme já apontado, o contexto da década de 1970 foi marcado pelo início de um processo de revisão da estrutura do curso, motivado, em parte, pelas discussões suscitadas acerca das noções de museu e Museologia que então ganhavam força.

Outro fator que incentivou as reformas realizadas nesse período foi a Resolução nº 14, de 27 de fevereiro de 1970, do Conselho Federal de Educação (CNE), que fixou o currículo mínimo a ser utilizado como referência nos cursos de Museologia, bem como as habilitações concernentes aos bacharéis egressos (SIQUEIRA, 2009). As recomendações postuladas na referida Resolução conduziram a uma adaptação da matriz curricular de 1966. Nesse contexto, é apresentado um currículo com quatro habilitações: museus de História, museus de Arte, museus de Ciências e museus escolares polivalentes⁶⁴.

Em 1974, a duração do curso foi ampliada para quatro anos e as habilidades específicas foram suprimidas, apontado que para uma formação mais ampla que

⁶⁴ Graciele Siqueira (2011) pontua que a habilitação em museus científicos formaria somente uma turma de 10 alunos.

visava à formação de profissionais especialistas em Museologia⁶⁵. Além disso, foram incorporadas novas exigências, como a realização de exposições curriculares (SÁ, 2007). Ivan Sá destaca que as mudanças conceituais as quais o curso foi submetido podem ser percebidas nas novas denominações das disciplinas (SÁ, 2007), sendo o exemplo mais marcante o da disciplina *Técnica de Museus*⁶⁶: desmembrada em várias disciplinas de Museologia e Museografia, estas passaram a corresponder, segundo o autor, a conteúdos ligados à teoria e à prática museológicas. Não obstante, ao acessarmos as ementas das disciplinas Museologia I, II, III, IV, V e VI datadas de 1977, percebemos que não havia nessas disciplinas uma discussão de fundo teórico. A noção de Museologia continuava sendo tratada no currículo como sinônimo de Museografia, reforçando o viés aplicado do curso⁶⁷.

Esta fase foi igualmente marcada pela sua transição para o âmbito universitário. Em 1977 o curso – que passara a denominar-se oficialmente Curso de Museologia – foi incorporado à estrutura da Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro – FEFIERJ. No entanto, continuou a ocupar as instalações do MHN por ainda dois anos, quando finalmente passou a integrar, juntamente com os Cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia – oriundos, respectivamente, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional – o prédio do Centro de Ciências Humanas (CCH), na Urca, que seria transformado na sede da FEFIERJ – posteriormente designada Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO (SÁ, 2007), onde ainda hoje se encontra instalado.

Como buscamos pontuar, entre o final da década de 1970 e o princípio dos anos 1980, o curso passaria por uma série de adequações, como a implantação das exposições curriculares, a introdução da exigência da monografia e a criação de laboratórios práticos. Mais do que propriamente detalhar as alterações sofridas na

⁶⁵ Parecer CFE nº 4.127/7, de 06 de dezembro de 1974, que aprova o Regimento do Curso de Museus (SIQUEIRA, 2011, p. 97).

⁶⁶ Como assinala Ivan Sá, “[...] as disciplinas de formação geral também foram reformuladas. História Militar e Naval converte-se em História do Brasil. As Histórias da Arquitetura, da Escultura e da Pintura deixar de ser estudadas isoladamente, sendo substituídas pela História da Arte e História da Arte Brasileira. Artes Menores perde essa classificação depreciativa e passa a denominar-se Artes Decorativas. A cadeira Etnografia transforma-se em várias disciplinas de Antropologia, denominação que transmite uma ideia mais ampla de estudo do homem”. (SÁ, 2007, p. 35).

⁶⁷ De acordo com o material gentilmente disponibilizado pelo Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, da UNIRIO, as disciplinas tratavam dos seguintes tópicos: Museologia I. “Museus e Museologia, Aspectos gerais de administração de museus, planejamentos arquitetônicos dos museus”; Museologia II. “Movimentação de coleções, Funcionamento do departamento de registro, conceituação e planejamento de exposições; Museologia III. Planejamento educativo e cultural nos museus; Museologia IV. O museu e o público: a comunicação dos museus; Museologia V. Tipos de museus; Museologia VI. Conhecimento geral dos sistemas administrativos, organização e métodos.

estrutura curricular do curso, o que nos interessa para fins do presente trabalho é perceber as rupturas e continuidades ocorridas no seu formato.

Podemos dizer que estas adequações seriam influenciadas tanto por questões ligadas à conjuntura do país – as diretrizes postuladas pelo Conselho Federal de Educação –, como pelas novas tendências surgidas no campo dos museus e da Museologia (a função social dos museus e a Museologia entendida como disciplina autônoma, conforme diretrizes do ICOM). No entanto, ressaltando algumas mudanças, como a inserção de disciplinas específicas da Museologia de cunho teórico, como *Introdução à Teoria Museológica*, a possível aproximação e apropriação dessas tendências não representou, necessariamente, uma transformação estrutural na base curricular do curso, que ainda se apoiava em um vasto leque de disciplinas voltadas ao tratamento técnico de tipologias específicas de acervos⁶⁸.

Na década de 1990, foi criada a Escola de Museologia, permanecendo ligada à Decania do Centro de Ciências Humanas. Entre os anos de 1995 e 1996, realizou-se um novo projeto de reformulação curricular, implantado em 1997. Tendo como base as discussões conceituais suscitadas no campo, a matriz curricular instaurada buscou apresentar uma visão holística do patrimônio cultural e natural, enfatizando a interdisciplinaridade do campo museológico com diversas áreas do conhecimento. Para tanto, ampliou o leque de disciplinas provenientes das áreas afins, como Ciências Naturais, Ciência da Informação, Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas.

Se por um lado o curso paulatinamente iria incorporar uma organização que evidencia “a compreensão da Museologia enquanto estudo da relação homem e realidade, fruto da renovação pela qual a Museologia tem passado” (WICHES, 2010, p. 167) – adotando uma perspectiva mais ampla acerca do patrimônio cultural –, por outro, a grade curricular – ao ampliar o leque de disciplinas com conteúdos oriundos de outros campos de conhecimento e manter um número expressivo de disciplinas optativas centradas no estudo de diferentes tipologias de acervos –

⁶⁸ O elenco de disciplinas ofertadas em 1993, apresentado no artigo de José Reginaldo Gonçalves (2003), explicita esse ponto. Dentre os componentes curriculares, constam disciplinas como *Armário e instrumentos de suplício*, *Heráldica e organização nobiliárquica*, *Acervos religiosos*, *Evolução do vestuário*, *Numismática I e II*, *Ourivesaria e bronzes*, *Mobiliário*, *Tapetes e tapeçarias*, entre outros Heráldica (GONÇALVES, 2003).

revelaria “a herança institucional do curso”, circunscrita a uma orientação pragmática que enfatiza aspectos museográficos (WICHERS, 2010, p. 167)⁶⁹.

Passados dez anos desta reforma, entre os anos de 2006 e 2008 o currículo voltaria a ser reconfigurado, sendo implantado em 2008. Os argumentos utilizados para justificar a sua reformulação estavam ligados à consolidação da Museologia como campo disciplinar e à nova conjuntura legal e política do país (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006). De um lado, o Conselho Federal de Educação havia postulado novas diretrizes quanto ao ensino na área e, de outro, ganhava vulto um processo de estruturação do campo museológico brasileiro a partir do estabelecimento de uma política pública específica para o setor. Em 2010, com o objetivo de flexibilizar a grade oferecida em turno integral e implantar o mesmo curso no turno da noite, foi apresentada uma proposta de alteração dessa matriz curricular anterior que, no entanto, manteve o mesmo referencial postulado na reforma anterior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

Os aspectos relacionados a essa nova conjuntura serão abordados no item 2.2 do presente capítulo. Já os pontos relativos ao atual Programa Pedagógico do Curso de Museologia da UNIRIO, principalmente no que diz respeito ao ensino da gestão e do planejamento, serão desdobrados no *Capítulo 3. Perfil da oferta formativa e ensino da gestão e do planejamento nos cursos de Bacharelado em Museologia brasileiros*.

2.1.2 O Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia

Somente em 1969 seria implantado o segundo curso de Museologia no país. Idealizado pelo arqueólogo e historiador da arte Valentin Calderón de la Vara, que viria a ser o seu primeiro coordenador, o curso foi o primeiro a ser concebido originalmente dentro do âmbito universitário (TANUS, 2013).

⁶⁹ A matriz curricular apresentada na reforma de 1996 traz como componente optativo a disciplina *Numismática*, além de outras seis denominadas *Museologia Aplicada a Acervos I, II, III, IV, V e VI*, voltadas ao estudo da cultura material em suas diferentes formatos e dimensões, o que explicita a continuidade da herança institucional a qual Camila Wichers (2010) se refere.

A respeito do contexto favorável para a sua implantação, Priscila Coelho (2015) faz referência ao discurso proferido por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), quando da sua premiação, em Salvador, com título de doutor Honoris causa pela Faculdade de Arquitetura da UFBA. Na ocasião, Andrade destaca a necessidade de criação de cursos para área de museus, em especial um curso no âmbito universitário (COELHO, 2015, p. 85).

Cabe pontuar que a instalação do curso junto à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA) resultou de um embate entre aquela unidade acadêmica e a Escola de Belas Artes da UFBA, que também pleiteava a sua implantação (SANTOS, 2015)⁷⁰. Atrelado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o projeto de estruturação do curso seguiu as orientações expressas no Parecer nº 971/69 e na Resolução nº 14/1970, do Conselho Federal de Educação (CFE), que determinaram os conteúdos mínimos a serem adotados para a organização dos cursos de Museologia (COELHO, 2015; SANTOS, 2008).

Seu currículo inicial indicava um elevado número de disciplinas ligadas principalmente ao campo da História e da Belas Artes, além de abarcar outras áreas como Sociologia, Antropologia, Geografia, Letras e Arquitetura (COELHO, 2015). Em contrapartida, oferecia uma carga horária reduzida para a formação em Museologia (SANTOS, 2015)⁷¹. Para Priscila Coelho (2015), um possível fator que pode ter influenciado a escassez de disciplinas específicas em Museologia diz respeito à ausência de profissionais habilitados na área. Tendo em vista que até a criação do curso da UFBA, o curso de Museus do Rio de Janeiro era o único centro de capacitação na área existente no país, havia de fato uma carência de profissionais no mercado. Não obstante, para além desse ponto, acreditamos que esse desequilíbrio deve ser lido como um reflexo da tendência então corrente que associava a Museologia às grandes áreas do conhecimento como disciplina auxiliar. Como dito anteriormente, o curso de Museologia estava atrelado ao Departamento de História, sendo compreendido como subárea desse campo de conhecimento.

⁷⁰ Para mais detalhes acerca dessa questão, ver COELHO, 2015, p. 86-88.

⁷¹ Como demonstra Priscila Coelho, do total das 35 disciplinas que compunham a grade curricular do curso, somente sete eram específicas da Museologia, sendo todas elas ligadas à aspectos museográficos (COELHO, 2015, p. 112-113).

Por outro lado, as disciplinas específicas, com perfil eminentemente prático, incentivavam a formação de profissionais capacitados para o processamento técnico de coleções e acervos, o que mostrava sua dimensão aplicada, tal como seu correlato fluminense. A influência do Curso de Museus do Rio de Janeiro na configuração do curso da Bahia pode ser percebida por meio da presença da disciplina *Técnica de Museus*, considerada estruturante para a capacitação na área⁷².

Inicialmente, as aulas ocorriam no então prédio da Faculdade de Filosofia da Bahia, no Bairro de Nazaré, em Salvador. Em 1970, o curso foi deslocado para o antigo prédio da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus (SANTOS, 2015). Posteriormente, em 1974, ocorreria sua transferência definitiva para o Campus São Lázaro, no prédio da FFCH, sendo que, a partir de então, o curso passaria a ser ministrado na universidade e no Museu de Arte Sacra da UFBA (SANTOS, 2015).

Em 1979, dez anos após sua criação, ocorreria a primeira reforma curricular. A reforma previu a ampliação da carga horária das disciplinas específicas, voltadas para a formação em Museologia, e também o acréscimo de outras disciplinas, com o objetivo de atender às especificidades regionais e ao mercado de trabalho. Uma vez que o curso já havia formado turmas, tais disciplinas foram assumidas por professores graduados pelo próprio curso (SANTOS, 2002; 2008). Nesse momento, também passaram a ser oferecidas duas habilitações, em Museus de História e em Museus de Arte, com duração de no mínimo três anos e meio e, no máximo, quatro anos (SANTOS, 2008). A reestruturação do currículo permitiu, por fim, o reconhecimento do curso de Museologia pelo MEC, formalizado no Decreto nº 83.327, de 16 de abril de 1979 (SANTOS, 2008).

O período compreendido entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980 registrou um movimento interno na UFBA que apontava para o possível fechamento do curso. Os resultados de uma pesquisa realizada pela Superintendência Acadêmica evidenciaram a escassez da oferta de vagas para museólogo no mercado de trabalho de Salvador, o que levou à exclusão do curso do concurso vestibular (SANTOS, 2015). Essa decisão, que coincide com o momento da regulamentação da profissão, desencadeou um movimento que mobilizou a comunidade museológica em prol da permanência e fortalecimento do curso. Priscila

⁷² Para ministrar essa disciplina, inicialmente a UFBA contratava egressos da escola carioca (SANTOS, 2015).

Coelho (2015) assinala que o movimento foi positivo para o setor uma vez que logrou a permanência do curso de Museologia e o surgimento da Associação de Museólogos da Bahia⁷³.

A profissão de museólogo foi regulamentada por meio da Lei nº. 7.287, de 18 de dezembro de 1984, e do Decreto nº. 91.775, de 15 de outubro de 1985. Em 1986, em decorrência da regulamentação, o Colegiado do Curso de Museologia da UFBA organizou um seminário de avaliação do curso, com a participação de alunos e profissionais, que tinha como propósito fomentar “a discussão sobre o perfil profissional, sua área de atuação, os avanços da Museologia e o papel dos museus na sociedade contemporânea” (SANTOS, 2002, p. 183). Os resultados alcançados no evento serviriam de base para subsidiar a segunda reforma curricular do curso, implantada em 1989 (SANTOS, 2002).

Para Manuelina Duarte Cândido (2003), ao se voltar para o binômio preservação – dinamização cultural, e tendo como premissas a interdisciplinaridade e a participação, a nova proposta sofreu influência direta dos debates internacionais que vinham ocorrendo no campo, especialmente na América Latina. Em termos concretos, o currículo buscou minimizar a ênfase nos conhecimentos voltados para as coleções e a trabalhar com uma noção mais ampla de patrimônio e cultura, apontando para uma compreensão do fazer museológico para além da dimensão do domínio da técnica (CÂNDIDO, 2003).

Em 1991, após 21 anos da implantação do curso junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o Conselho Universitário aprovaria a criação do Departamento de Museologia (SANTOS, 2015), o que pode ser visto como uma conquista do campo dentro do âmbito universitário, uma vez que contribuiu para a afirmação da Museologia como área de conhecimento independente. Por outro lado, em decorrência de um constante repensar da prática docente, nas décadas de 1990 e 2000, o currículo passaria por novas reformulações.

De acordo com Maria Célia Santos (2015), o projeto de reforma elaborado em 1996 foi apresentado no VI Seminário de Integração do Curso de Museologia com

⁷³ A Associação de Museólogos da Bahia teve papel ativo no processo de regulamentação da profissão. De acordo com Maria Célia Santos Moura, a Associação foi responsável por realizar, em 1981, o I Encontro Nacional de Museólogos, momento em que, pela primeira vez, atores do campo discutiram o anteprojeto de regulamentação da profissão (SANTOS, 2015).

Museus da Cidade de Salvador⁷⁴. A justificativa para a sua realização se apoiava na necessidade do curso se adequar aos “os avanços ocorridos na evolução do processo museológico” e em relação ao próprio objeto de estudo da Museologia (SANTOS, 2015), o que demandava a formação de um profissional com habilidades para atuar em diferentes frentes, inclusive para a prática da investigação científica (UFBA, 2010).

Não obstante, o currículo que norteava o curso na década de 2000 ainda se pautava no Parecer do MEC de 1969, que estruturava a formação a partir de duas habilitações: habilitação em museus de História e habilitação em museus de Artes. Tendo em conta que essa orientação não mais condizia com os avanços pelos quais o campo museológico havia passado, em 2010 foi encaminhado um novo projeto de reforma curricular, implantado em 2011. Os aspectos relativos ao atual Programa Pedagógico do Curso de Museologia da UFBA, principalmente no que diz respeito ao ensino da gestão e do planejamento, serão desdobrados no Capítulo 3 do presente trabalho.

2.1.3 O Curso de Especialização em Museologia da FESP SP

Ainda na década de 1970, seria levado a cabo o projeto de criação do primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* em Museologia do país. Concebido pela museóloga Waldisa Rússio, o curso iniciou suas atividades em 1978, como resultado da parceria estabelecida entre a Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP SP) e o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP).

A principal justificativa para sua criação estava relacionada à profunda carência profissional que então marcava a realidade dos museus do estado de São Paulo. Tal questão, que havia sido elucidada na dissertação de mestrado de

⁷⁴ “Em 1990, o curso de Museologia iniciou uma série de seminários, realizados uma vez por ano, objetivando uma interação com os museus, oportunidade em que professores, alunos e profissionais discutiam temas específicos da área e apresentavam comunicações sobre pesquisas e trabalhos desenvolvidos nos museus e no curso” (SANTOS, 2008, p. 209). Esses seminários continuam sendo realizados até a atualidade e contam com a participação de docente e discentes. Configuraram-se como importantes espaços de reflexão e debate acerca de questões concernentes ao currículo e projeto pedagógico.

Waldisa, defendida junto a FESP, sensibilizou os professores presentes na sua banca de avaliação. Motivados pela causa, Pietro Maria Bardi, diretor do MASP, e Antonio Rubbo Müller, coordenador da Escola Pós-Graduada da FESP, apoiaram a implantação de um curso de Museologia, convidando-a a conceber sua estrutura (BRUNO; FONSECA; NEVES, 2008; COUTINHO, 2010).

Em uma comunicação proferida pela museóloga, ela explicita as razões que a levaram a projetar o curso em nível de pós-graduação e com respaldo acadêmico da FESP: a primeira dizia respeito à própria FESP, instituição que, na ótica de Waldisa, possuía papel de vanguarda na formação de pesquisadores e cientistas sociais; a segunda se referia ao momento em que surgiu o curso, marcado, por um lado, pela manifestação contrária por parte do Ministério da Educação (MEC) à abertura de novos cursos em nível de bacharelado e, por outro, pela mobilização em prol da criação de um Sistema Nacional de Museus, que previa a promoção de polos regionais de formação, sendo que São Paulo não estava contemplado no projeto; a terceira razão elencada, por sua vez, tinha ligação com a Resolução do Conselho Federal de Educação nº 14, de 1977, que regulamentava sobre a criação de pós-graduação *lato sensu*. Diante de um Ministério da Educação que se manifestava contrário à abertura de outros cursos de Museologia em nível de bacharelado, a referida Resolução se configurava como uma brecha legal para a conformação da proposta (RÚSSIO, 2010a, p. 234-235).

Por outro lado, a escolha do nível de formação, bem como a vinculação do programa a uma instituição museológica – o MASP –, vinham ao encontro às recomendações postuladas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), que apontavam para a necessidade da formação ocorrer em nível de pós-graduação, com caráter interdisciplinar e conciliando aspectos teóricos e práticos (RÚSSIO, 2010f, p. 255-258)⁷⁵.

De fato, a orientação conceitual adotada pelo Curso de Museologia da FESP coadunava com as indicações então debatidas tanto no âmbito do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) quanto do Comitê Internacional para a

⁷⁵ Não obstante, como pontuam Cristina Bruno, Andrea Fonseca e Kátia Neves (2008), “[...] embora enfatizasse que o estudo da Museologia exigia um trato interdisciplinar e lhe parecesse viável que fosse em nível de pós-graduação, pois os estudantes já possuem o domínio de uma disciplina, Waldisa Rússio propunha a formação em vários níveis, por acreditar que esta seria uma atitude mais aberta e propícia à realidade brasileira, considerando a diversidade política, econômica e sociocultural, além da coexistência de tempos sociológicos diferentes” (BRUNO; FONSECA; NEVES, 2008, p. 26).

Formação Profissional (ICTOP)⁷⁶. Estava estruturado de forma a proporcionar a capacitação em Museologia em nível teórico e prático – tendo como base a interdisciplinaridade – de profissionais que já contavam com formação anterior.

Como dito anteriormente, inicialmente o curso era ministrado no MASP, situação que se manteve até princípios da década de 1980 (COUTINHO, 2010). Em 1985, o curso se transforma em Instituto de Museologia, sempre vinculado à FESP. Waldisa Rússio assumiu a diretoria do Instituto e esteve à sua frente até o seu falecimento, em 1990 (SANTOS, 2008). Datam desse período os esforços para credenciamento do Mestrado em Museologia, que não viria a ser efetivado.

A museóloga Maria Célia Santos sublinha que o curso teve papel marcante na criação da Associação Paulista de Museólogos (ASSPAM), responsável pela organização, ao longo da década de 1980, de eventos acadêmicos e da publicação da Revista de Museologia, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (SANTOS, 2008).

O Instituto de Museologia funcionou até 1996, sendo responsável “pela formação de toda uma geração de museólogos com expressiva atuação no país” (SANTOS, 2008, p. 192)⁷⁷. As reflexões conceituais de Waldisa Rússio, aliadas à sua experiência prática e compreensão da dimensão social do trabalho do museólogo, permitiram a concepção de um programa de ensino ancorado em conceitos bastante inovadores, que provocaram impactos na realidade museológica do país, ainda bastante marcada pelo formato disseminado pela escola fluminense, cuja ênfase recaía sobre questões museográficas. Tais impactos representaram um marco no perfil da formação profissional no país, exercendo importante contribuição para o “desenvolvimento de um pensamento museológico brasileiro e [para] o desenvolvimento conceitual da Museologia sob os alicerces da Sociologia [...]” (TANUS, 2013, p. 81).

⁷⁶ Para a concepção do programa do curso, Waldisa Rússio utilizou como parâmetro os syllabus estabelecidos pelo ICTOP (RÚSSIO, 2010f; RÚSSIO, 1984).

⁷⁷ De acordo com dados levantados por Maria Inês Lopes Coutinho, ao longo de seus quase vinte anos de trajetória, o Curso de Museologia da FESP SP formou o total 142 alunos (COUTINHO, 2010, p. 13).

2.1.4 Outras experiências

O período que antecede os anos 2000 registrou outras experiências em nível universitário voltadas à formação em Museologia, o que demonstra os esforços empreendidos pelos atores do campo em incentivar a profissionalização e a capacitação na área.

Uma experiência pioneira a surgir no âmbito de instituições de ensino superior privadas e que teve duração considerável foi a do Curso de Graduação em Museologia da Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. O curso surgiu originalmente em 1975, vinculado à Faculdade de Arqueologia e Museologia “Marechal Rondon” – FAMARO. Em 1978, a referida faculdade foi transferida para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá – SEDES, sendo que o curso de Museologia funcionou nessa instituição até 1995 e foi responsável pela formação de profissionais que viriam atuar no setor (CONSELHO REGIONAL DE MUSEOLOGIA 2ª REGIÃO, 2017).

Ao longo da década de 1990, como forma de buscar atender à crescente demanda por mão de obra capacitada na área, despontaram cursos em nível de especialização em distintas regiões do país. Foi nesse contexto que foram ofertados, por exemplo, o curso do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; o do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás; o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP-PR) e o da Universidade Estadual de Santa Catarina (BRUNO, 2015b; MARSHALL, 2008; OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012).

O Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia da USP (CEMMAE) surgiu em 1999 e teve quatro edições, tendo encerrado suas atividades em 2006. Estruturado a partir da compreensão da Museologia como disciplina aplicada e tomando como referência o quadro referencial da disciplina⁷⁸, o curso tinha duração de três semestres e combinava disciplinas básicas, seminários temáticos e intensivos, visitas técnicas e estágio, sendo que, ao final do curso, cabia ao aluno elaborar uma monografia. Nas suas quatro edições, o curso capacitou 110

⁷⁸ Museologia Geral, Museologia Especial e Museologia Aplicada, tal como explicitado no Quadro 1, apresentado na introdução deste trabalho.

profissionais que passaram a atuar em diferentes regiões do país (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006).

Em Goiás, o Museu Antropológico da UFG realizou, entre 2000 e 2002, um curso de especialização em Museologia vinculado à então Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da referida universidade. A experiência, que contou com professores da UFG e de professores de Museologia oriundos de outras universidades brasileiras, “resultou na formação de 18 especialistas, inclusive de profissionais que atuam em museus no interior do Estado de Goiás” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014).

Em Porto Alegre, a Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) ofereceu um curso de especialização que, apesar de ter contado com apenas uma edição, formou especialistas que foram incorporados ao mercado profissional (SPINELLI, 2014). A Especialização em Museologia e Patrimônio da UFRGS, por sua vez, foi criada em 2000, vinculada ao Instituto de Artes, e limitou-se a duas edições, sendo igualmente responsável pela formação de profissionais que tiveram inserção no mercado de trabalho (MARSHALL, 2008; SPINELLI, 2014).

No Paraná e em Santa Catarina, a Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP-PR) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), ofereceram cursos de especialização em princípios dos anos 2000⁷⁹.

Esse apanhado – de caráter panorâmico – permite evidenciar os esforços empreendidos nas diferentes regiões do país com vistas a atender à crescente demanda por profissionais capacitados para atuarem em um campo que se encontrava em expansão. No caso, como percebemos, uma das soluções possíveis naquele momento foi por meio do oferecimento de cursos em nível de especialização⁸⁰.

⁷⁹ Resolução 029/98 – CONSEPE. Aprova Projeto de Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" - especialização em Museologia, a ser executado pelo Centro de Ciências da Educação - CCE, a partir de março de 1999.

⁸⁰ Por certo, os esforços no sentido da formação em nível de especialização se depararam com a realidade da regulamentação da profissão, ocasionando fortes embates entre profissionais e docentes do campo, uma vez que o texto da Lei, de caráter restritivo, não reconhecia como museólogos os profissionais portadores do título de especialistas em Museologia.

2.2 A expansão da oferta formativa: 2003-2014

As duas últimas décadas do século passado testemunharam uma crescente discussão em torno da profissionalização do setor museológico no Brasil, que viria a culminar, anos mais tarde, no exponencial crescimento da oferta formativa no campo, seja em nível de graduação, seja em nível técnico e de pós-graduação (mestrado *stricto sensu* e *lato sensu* e doutoramento)⁸¹. No que diz respeito aos cursos de graduação, se até o ano de 2003 o país contava com apenas dois cursos de bacharelado em Museologia ativos – o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o da Universidade Federal da Bahia (UFBA), anteriormente mencionados – atualmente encontram-se cadastrados no Ministério da Educação (MEC) dezesseis cursos voltados para essa área de formação, distribuídos em diferentes unidades federativas e com distintas vinculações acadêmico-institucionais⁸².

Alguns aspectos contribuem para a compreensão desse fenômeno. O primeiro deles se refere à “valorização da área e seu fortalecimento como campo disciplinar” (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012, p. 45). Com efeito, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela redemocratização política do país e pela crescente participação social nas discussões relativas ao patrimônio cultural (BRUNO, 2000). Apesar das oscilações geradas pelas instabilidades políticas e institucionais vividas pelo país nesse período⁸³, o universo museológico registraria iniciativas que contribuíram para o fortalecimento da área, com a realização de fóruns regionais, seminários e encontros realizados nas diferentes regiões do país

⁸¹ Cabe sublinhar os riscos de se cair numa leitura linear e tautológica do processo de profissionalização do campo. Nesse sentido, concordamos com José Reginaldo Gonçalves quando este assinala que tal processo de profissionalização “[...] obedece[u] a tensões específicas entre conjuntos diferenciados e opostos de ideias e valores quanto ao papel social dos museus e a identidade de seus profissionais” (GONÇALVES, 2003, p. 88).

⁸² De acordo com dados contidos em: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relação das Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2017.

⁸³ No campo da cultura, podemos dizer que uma das principais conquistas desse período em nível federal foi a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985. Não obstante, passados seis anos de uma penosa existência, marcada pela falta de recursos financeiros e humanos e alternância de dirigentes, O Ministério viria a ser extinto durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), sendo transformado em Secretaria. No mesmo movimento, vários de seus organismos seriam igualmente suprimidos ou reagrupados em novas instituições. Este foi o caso, por exemplo, da Fundação Pró-memória e do Sphan, que foram transformados em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) (ISOLAN, 2010).

voltados para o debate de questões sobre patrimônio, memória e museus (BRUNO, 2000; SANTOS, 2008). A crescente demanda por profissionalização do campo viria a resultar, como mencionado anteriormente, na regulamentação da profissão de museólogo. É dentro desse contexto, inclusive, que se dá o surgimento das iniciativas localizadas em diferentes regiões do país voltadas à formação e anteriormente mencionadas.

Por outra parte, a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002 trouxe consigo um intenso debate para o plano federal acerca do papel do Estado na arena cultural, que viria a desencadear em um processo de institucionalização da cultura no conjunto das políticas públicas do país (ISOLAN, 2014).

Para a área museológica, o Ministério da Cultura (MinC) adotou um discurso institucional que passou a reconhecer o papel social e cultural desempenhado pelos museus, identificados como “agentes de transformação da sociedade e espaços de encontro e diálogo entre os mais diversos grupos sociais” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2010, p. 8). Acorado nesse discurso, o MinC estabeleceu os marcos conceituais e práticos para a estruturação de uma política pública específica para o setor.

A Política Nacional de Museus (PNM) foi lançada em maio de 2003 com a finalidade de

promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social étnica e cultura do país (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003).

Sua organização foi pensada a partir de sete eixos temáticos: 1. Gestão e configuração do campo museológico; 2. Democratização e acesso aos bens culturais; 3. Formação e capacitação de recursos humanos; 4. Informatização de museus; 5. Modernização de infraestruturas museológicas; 6. Financiamento e fomento para museus; e 7. Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007).

Por certo, essa não foi a primeira tentativa no sentido da instauração de uma política nacional para a área museológica. Podemos afirmar que os debates e as experiências travados no campo da cultura e dos museus nas décadas que

antecederam a chamada “Era Lula” influenciaram diretamente a concepção das diretrizes apontadas na PNM de 2003⁸⁴.

A formulação da referida Política impulsionou uma série de desdobramentos, como a criação, ainda em 2003, do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), dentro do âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como a instauração, no ano seguinte, do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)⁸⁵.

Dois instrumentos legais lançados em 2009 foram determinantes para a regulamentação e consolidação das políticas públicas voltadas para o universo museológico: o Estatuto de Museus, instituído pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009⁸⁶, e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), criado por meio da Lei 11.906, de 20 de janeiro de 2009⁸⁷. O Ibram surge como autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que viria incorporar as atribuições antes circunscritas ao Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), assumindo assim a gestão de praticamente todos os museus que originalmente estavam vinculados ao IPHAN.

Outro passo no sentido da consolidação de uma política nacional para o campo museológico brasileiro foi a elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Lançado em 2010 e com vigência de dez anos, o PNSM prevê o estabelecimento de uma agenda estratégica para a área, representando “um marco de regulação de longo prazo para as políticas públicas do setor” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010b, p. 23).

Concordamos com a opinião que compreende que as ações e iniciativas engendradas no âmbito do MinC para a área museológica representaram um inegável avanço para o campo da Museologia brasileira. Não obstante, frente ao risco de reeditarmos ideias e valores inerentes ao discurso institucional, atentamos para a necessidade de se colocar essa narrativa em perspectiva, uma vez que o processo de concepção da PNM e seus desdobramentos foi permeado por “[...] interesses divergentes, confrontos e negociações entre várias instâncias instituídas

⁸⁴ Nesse sentido ver, por exemplo, BRUNO, 2010, v.1, p.85-91.

⁸⁵ Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. O Decreto Presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, revogou o referido decreto.

⁸⁶ O Decreto Presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, regulamentou os dispositivos da referida Lei, e da Lei nº 11.906/2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus.

⁸⁷ Como mencionado, o Decreto Presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, regulamentou os dispositivos da referida Lei, e da Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus.

ou arenas e entre os atores que delas fazem parte” (RANGEL; NASCIMENTO JÚNIOR, 2015, p. 302)⁸⁸.

Ao longo do período que compreende os anos de 2003 e 2014 – que diz respeito ao recorte temporal da nossa análise – podemos fazer referência a uma série de conquistas promovidas pela Política Nacional de Museus, como o aumento significativo de publicações na área, o apoio à realização eventos, como o Fórum Nacional de Museus, o lançamento de editais de fomento, a criação do Cadastro Nacional de Museus, dentre outros (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012).

Um dos aspectos enfatizados pela PNM, por meio de seu terceiro eixo programático, diz respeito à formação e capacitação de recursos humanos para o setor museológico. O eixo atuou com vistas a ampliar a oferta de cursos em Museologia nos diferentes níveis de formação (graduação e pós-graduação) e, “[...] principalmente oferecer cursos de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus por todo o país e apoiar a realização de encontros, seminários, congressos e outros fóruns de discussão para divulgação e produção de conhecimentos” (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012, p. 48).

Foi seguindo essa orientação que o DEMU se articulou, junto à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), com o objetivo de instar as instituições federais de ensino superior a elaborarem projetos para implantação de cursos de bacharelado em Museologia:

A sensibilização dos dirigentes na reunião da Andifes, bem como as correspondências expedidas pelo DEMU estimulando as instituições a implantarem cursos de graduação em Museologia, certamente contribuiu para a decisão política das universidades de implantar cursos de Museologia seja por meio de negociação direta com o Ministério da Educação visando a liberação de vagas para contratação de professores, técnicos e recursos para investimento, ou pela adesão a programas específicos do ministério como o REUNI (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012, p. 49).

Sem negar a importância do papel desempenhado pelo DEMU e, posteriormente, pelo Ibram no processo de estímulo à expansão da oferta formativa,

⁸⁸ Extrapola os limites do presente trabalho a elaboração de uma análise mais detalhada acerca dos embates e disputas que permearam a construção da Política Nacional de Museus e, mais especificamente, a criação do Instituto Brasileiro de Museus, em 2009. Restringimo-nos a assinalar a necessidade do desenvolvimento de estudos aprofundados e sistemáticos sobre essa temática, com vistas a avaliar os processos, medir os impactos alcançados e projetar caminhos em termos de futuros.

consideramos necessário pontuar que outros fatores, de caráter macro e também ligados às especificidades de cada realidade institucional e social, exerceram influência no incremento do número de cursos de Bacharelado em Museologia no país.

No que tange os aspectos macro, identificamos as mudanças ocorridas no âmbito da legislação. Até princípios dos anos 2000, a estruturação dos cursos de graduação em Museologia ancorava-se em instrumentos legais dos anos 1970, mais especificamente o Parecer nº 917/69 e a Resolução nº 14/1970, anteriormente mencionados (SANTOS, 2003; 2008). Com a publicação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, novas orientações foram propostas. Diante desse novo cenário, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara Superior de Educação (CSE) publicaram, em 2001 e 2002, respectivamente, o Parecer CNE/CSE nº 492, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais de diferentes cursos, dentre eles o de Museologia, e a Resolução CNE/CSE nº 21, que instituiu as Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia.

Foi diante do delineamento dessa nova conjuntura legal, associada a contextos institucionais favoráveis, que surgiu, em 2004, o terceiro curso de graduação em Museologia do país, alocado em uma instituição privada, o Centro Universitário de Barriga Verde (UNIBAVE), localizado em Orleans, Santa Catarina, tornando-se o primeiro da região sul do país. Passados dois anos, outros dois novos cursos surgiram: o curso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira, Bahia, e o curso da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) lançou um programa que igualmente contribuiu para a ampliação da oferta formativa na área museológica. O REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – surgiu com o “principal objetivo [de] ampliar o acesso e a permanência na educação superior” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010b). Para tanto, foram adotadas medidas com vistas a viabilizar tanto a expansão física, como acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010b).

No bojo do REUNI foram criados nove novos cursos, com distintas vinculações acadêmico-institucionais: Universidade Federal do Sergipe (UFS) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 2007; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2008; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Brasília (UnB), em 2009; Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2010.

Ainda de acordo com informações disponibilizadas no site do MEC⁸⁹, há dois cursos alocados em instituições de ensino superior particulares: Faculdade Dom Bosco (FAECA), localizada no município de Monte Aprazível, estado de São Paulo, e Universidade Brasil⁹⁰, campus São Paulo, perfazendo um total de dezesseis cursos registrados junto ao Ministério da Educação. Destes, atualmente treze encontram-se em funcionamento e um – o curso da UNIBAVE – está em processo de reformulação e, devido a isso, desde 2016 não abriu novas turmas⁹¹.

A seguir apresentamos o Quadro 3, com a relação dos treze cursos de Bacharelado atualmente ativos, além do curso da UNIBAVE que, dada a sua contribuição para a trajetória recente na formação do campo, também foi levado em conta na pesquisa. A Figura 8 e a Figura 9, por seu turno, apresentam a distribuição dos cursos nas cinco regiões do país.

⁸⁹ De acordo com dados contidos em: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relação das Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2017.

⁹⁰ A Universidade Brasil anteriormente denominava-se Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo).

⁹¹ Segundo dados fornecidos pelas Faculdade Dom Bosco e pela Universidade Brasil, os cursos de Museologia ainda não iniciaram suas atividades devido ao fato de não terem formado turmas.

	Instituição de Ensino Superior (IES)	Ano de Criação	Cidade/UF
1	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO	1932	Rio de Janeiro/RJ
2	Universidade Federal da Bahia UFBA	1969	Salvador/BA
3	Centro Universitário Barriga Verde UNIBAVE*	2004	Orleans/SC
4	Universidade federal do Recôncavo da Bahia UFRB	2006	Cachoeira/BA
5	Universidade Federal de Pelotas UFPEL	2006	Pelotas/RS
6	Universidade Federal de Ouro Preto UFOP	2007	Ouro Preto/MG
7	Universidade Federal do Sergipe UFS	2007	Laranjeiras/SE
8	Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS	2008	Porto Alegre/RS
9	Universidade Federal de Pernambuco UFPE	2009	Recife/PE
10	Universidade de Brasília UnB	2009	Brasília/DF
11	Universidade Federal do Pará UFPA	2009	Belém/PA
12	Universidade Federal de Goiás UFG	2010	Goiás/GO
13	Universidade Federal de Minas Gerais UFMG	2010	B. Horizonte/MG
14	Universidade Federal de Santa Catarina UFSC	2010	Florianópolis/SC

Quadro 3 - Cursos de Graduação em Museologia no Brasil

Fonte: A autora a partir de dados contidos em: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relação das Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2017.

* Curso em fase de reestruturação. Sem novas turmas desde 2016.

Figura 8 - Mapa da oferta formativa – Bacharelado em Museologia

Fonte: A autora a partir de dados coletados nos sites das IES. Base disponível em: <<https://www.openstreetmap.org/>>.

Figura 9 - Distribuição da oferta formativa por região

Fonte: A autora a partir de dados coletados nos sites das IES.

O que se percebe é que o ensino superior em nível de graduação em Museologia alcança todas as cinco regiões do país, permitindo a descentralização da oferta formativa. Outra característica dessa expansão refere-se à dispersão dos cursos em diferentes unidades acadêmicas, fato que acabou por promover a diversificação do perfil da oferta formativa (JULIÃO; TANUS, 2014; ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011). O Quadro 4, a seguir, explicita este aspecto:

IES	Vinculação acadêmico-institucional
UNIRIO	Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Museologia
UFBA	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Museologia
UFRB	Centro de Artes, Humanidades e Letras
UFPEL	Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Museologia, Conservação e Restauro
UFPE	Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia e Museologia
UFG	Faculdade de Ciências Sociais
UFSC	Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Coordenadoria Especial de Museologia
UFRGS	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
UnB	Faculdade de Ciência da Informação
UFMG	Escola de Ciência da Informação
UFS	Campus Laranjeiras
UNIBAVE	Centro Universitário Barriga Verde
UFPA	Instituto de Ciências da Arte. Faculdade de Artes Visuais e Museologia
UFOP	Escola de Turismo, Direito e Museologia. Departamento de Museologia

Quadro 4 - Vinculação acadêmico-institucional dos cursos de Bacharelado em Museologia no Brasil

Fonte: A autora a partir de dados coletados nos sites das IES.

A classificação dos cursos sugerida por Leticia Julião e Gabrielle Tanus (2014), a partir das respectivas vinculações institucionais, aponta para a composição de cinco grandes blocos, tal como mostra o Quadro 5:

Bloco 1	7	Faculdades ou Institutos de Ciências Humanas e Sociais
Bloco 2	3	Faculdades ou Escolas de Biblioteconomia ou Ciência da Informação
Bloco 3	2	Sem vínculo com unidade acadêmica
Bloco 4	1	Artes
Bloco 5	1	Escola de Direito, Turismo e Museologia

Quadro 5 - Concentração dos cursos de Bacharelado em Museologia a partir das vinculações acadêmico-institucionais

Fonte: A autora a partir de classificação sugerida por Julião & Tanus (2014).

Figura 10 - Vinculação acadêmico-institucional dos cursos de Bacharelado em Museologia
 Fonte: A autora a partir de dados coletados nos sites das IES.

A ampliação do número de cursos representou uma renovação no cenário da Museologia brasileira, na medida em que incrementou a rede de atores e profissionais que atuam no campo (COELHO, 2015), e, ao mesmo tempo, evidenciou seu fortalecimento e dinamização. Entretanto, a diversidade quanto ao perfil dessa oferta reforçou a necessidade de se refletir sobre a identidade profissional projetada para a área.

Um importante articulador e fomentador desta discussão foi a Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia (RPPCM), criada em 2008 com o intuito de se constituir como um mecanismo de interação e fórum para o debate de aspectos relacionados à capacitação profissional em Museologia. A partir da análise das matrizes curriculares dos cursos que se encontravam em funcionamento em 2010, que evidenciou uma grande heterogeneidade nos perfis formativos (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012), a Rede se encarregou pela elaboração de uma proposta de diretrizes comuns para servirem de referência aos cursos. Nesse sentido, foram recomendados os seguintes eixos estruturantes para formação específica em Museologia: Teoria museológica, Comunicação museológica, Documentação museológica, Conservação, Gestão museológica,

Memória e Patrimônio, Estágio curricular obrigatório e Projeto e trabalho de conclusão de curso (TCC) (OLIVEIRA et al., 2012, p. 71-72).

Outra mobilização da Rede com vistas a consolidar a Museologia como campo de conhecimento específico e criar uma identidade para a formação na área diz respeito à elaboração do texto que consta no documento *Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura*, publicado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2010. No ano anterior, o MEC lançara uma proposta de reclassificação das áreas do conhecimento da graduação que previa a inserção de vários campos como subcampos de grandes áreas. Esse era o caso da Museologia, que passaria a ser compreendida como subcampo da História.

A partir de uma articulação que mobilizou a comunidade acadêmica e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a RPPCM passou a reivindicar, junto ao MEC, pela manutenção da Museologia enquanto área (OLIVEIRA et al., 2012). O Ministério solicitou então a elaboração de uma proposta de referência curricular para a área, que deveria ser posteriormente submetida à análise. O texto que viria a ser inserido na referida publicação resulta, pois, desse processo de mobilização da classe encabeçado pela coordenação da Rede e que envolveu diversos atores do campo, entre docentes, pesquisadores e profissionais (OLIVEIRA et al., 2012, p. 70-71)⁹².

De fato, como veremos no próximo capítulo – que trata do perfil da oferta formativa do ensino superior em Museologia existente hoje no país e da forma como os currículos abordam as questões relacionadas à gestão e ao planejamento – o trabalho desempenhado pela Rede cumpriu papel fundamental no processo de definição de parâmetros mínimos para os cursos de Museologia, apontando avanços no sentido do fortalecimento deste campo disciplinar.

⁹² Ainda, com o intuito de contribuir para produção e divulgação do conhecimento e estruturação acadêmica da Museologia, a RPPCM idealizou, em seus V e VI encontros anuais, ocorridos em 2012 e 2013, o Seminário Brasileiro de Museologia – Sebramus. O principal argumento para sua criação foi a constatação da inexistência de um evento regular, de natureza acadêmica e específico da área, que permitisse o escoamento da produção acadêmica na área. A primeira edição do evento ocorreu em novembro de 2014, na Escola da Universidade Federal de Minas Gerais. O Museu do Homem do Nordeste, em Recife, sediou a segunda edição, realizada em novembro de 2015 e organizada por meio de parceria entre a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal de Pernambuco. Sua terceira edição está prevista para o acontecer em Belém, em novembro de 2017.

CAPÍTULO 3. PERFIL DA OFERTA FORMATIVA E ENSINO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO NOS CURSOS DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA BRASILEIROS

Como sinalizamos anteriormente, o Brasil conta atualmente com treze cursos de Bacharelado em Museologia em funcionamento, e um curso em processo de reformulação que há dois anos não oferece turmas. São cursos distribuídos nas cinco regiões do país e alocados em departamentos, faculdades ou institutos das áreas das Ciências Humanas e Sociais, Ciência da Informação, Arte, Turismo e Direito. Com vistas a caracterizar o perfil desta oferta formativa, neste capítulo nos propomos a recuperar, de forma panorâmica, os contextos regionais e institucionais que incentivaram a criação desses cursos e quais as noções e conceitos que orientam atualmente suas respectivas propostas pedagógicas⁹³. No caso dos dois cursos por assim dizer “tradicionais” – UNIRIO e UFBA – direcionaremos a abordagem para os pontos que foram propostos nas últimas reformas realizadas, em 2006/2010 e 2011, respectivamente. Num segundo momento, centraremos a análise na forma como as questões relativas à gestão e ao planejamento são abordadas nos currículos dos cursos.

3.1 Breve trajetória e perfil dos cursos de Bacharelado em Museologia

Recuperar as narrativas dos caminhos percorridos pelos cursos de graduação em Museologia que surgiram ao longo da década de 2000 no Brasil pressupõe a compreensão de que o ato de narrar é sempre resultado de construções e leituras elaboradas por diferentes vozes que podem, inclusive, se contraporem. Para fins do presente trabalho, optamos por relatar estes percursos a partir dos dados contidos nos projetos pedagógicos e nas páginas *web* institucionais dos cursos, que foram enriquecidos com as perspectivas coletadas por meio de diálogos informais (online e

⁹³ Devido ao fato dos cursos da Faculdade Dom Bosco (FAECA), localizada no município de Monte Aprazível (São Paulo), e da Universidade Brasil, campus São Paulo/SP, ainda não terem formado turmas, estes cursos não foram inseridos na análise.

presenciais) travados com docentes dos distintos cursos atualmente em funcionamento, além das informações disponíveis em artigos acadêmicos que tratam do tema. Mais do que propriamente detalhar cada uma das trajetórias institucionais, a intenção foi a de colocar estes processos em perspectiva, buscando identificar o perfil que caracteriza a oferta formativa existente hoje voltada ao campo da Museologia, pontuando possíveis reciprocidades e tendências.

Como buscamos sublinhar no capítulo anterior, além dos aspectos relacionados à conjuntura nacional que favoreceram a ampliação dessa oferta formativa – de um lado, o lançamento do REUNI, em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e, de outro, o estabelecimento de novas metas para o campo museológico por meio do lançamento da Política Nacional de Museus (PNM), em 2003 – uma série de fatores ligados aos contextos regionais e/ou institucionais contribuíram para o surgimento de doze novos cursos de graduação em Museologia, localizados nas cinco regiões do país.

Tendo em conta que a expansão na oferta formativa foi caracterizada, como já pontuado, pela sua dispersão em diferentes áreas científicas, o que “repercutiu na configuração de modelos formativos bastante diferentes entre si” (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011, p. 94), consideramos pertinente abordar os cursos neste tópico a partir de suas respectivas vinculações acadêmico-institucionais. Esta escolha resultou na configuração de cinco grandes blocos, tal como sugeridos por Letícia Julião e Gabrielle Tanus (2014) e apresentados no capítulo 2. São eles: Bloco 1: cursos vinculados a Faculdades ou Institutos de Ciências Humanas e Sociais (UNIRIO, UFBA, UFRB, UFPEL, UFPE, UFG e UFSC); Bloco 2: cursos vinculados a Faculdades ou Escolas de Biblioteconomia ou Ciência da Informação (UFMG, UnB, UFRGS); Bloco 3: cursos sem vínculo com unidade acadêmica (UFS e UNIBAVE); Bloco 4: cursos vinculados ao campo das Artes (UFPA); e Bloco 5: cursos vinculados à Escola de Direito, Turismo e Museologia (UFOP).

Por outro lado, como forma de mensurarmos a relação entre conteúdos específicos em Museologia e conteúdos de áreas afins presentes nas matrizes curriculares dos cursos analisados, utilizamos como parâmetro os eixos estruturantes para os cursos de Bacharelado em Museologia propostos pelo Grupo de Trabalho da Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012). Nesta proposta, que, como já dito, demonstrou o esforço no sentido do estabelecimento de uma identidade na formação nesse

campo, a formação específica em Museologia contemplaria os eixos estruturantes elencados a seguir:

- **Teoria museológica:** incluem-se nesse eixo as disciplinas orientadas às discussões sobre história dos museus e da Museologia, desenvolvimento contemporâneo da Museologia, museus e contemporaneidade, objetos e coleções, processos museológicos e de musealização, documentos norteadores da Museologia, tipologias de museus, memória e patrimônio.
- **Comunicação museológica:** nesse eixo estão reunidas as disciplinas que discutem teorias da comunicação, semiótica, teoria e prática da exposição museológica, arquitetura de espaços museais, teoria e prática de processos educacionais e culturais voltadas às ações museológicas e estudos de público.
- **Documentação museológica:** compõem este eixo as disciplinas que versam sobre teorias da informação, documentação museológica, sistemas de informação e novas tecnologias associadas à documentação de acervos museais e manifestações culturais.
- **Conservação:** incluídas as disciplinas que abordam história, teorias e práticas de preservação, conservação, e restauro de políticas públicas associadas à preservação, conservação e restauro.
- **Gestão Museológica:** abarca disciplinas que abordam teorias da administração, administração, gestão e planejamento de espaços museais e culturais; elaboração, captação e gestão de projetos culturais; políticas públicas na área e museus e legislação museológica.
- **Memória e Patrimônio:** incluem-se neste eixo as disciplinas que trabalham com temáticas relacionadas ao patrimônio cultural, à identidade e memória individual e coletiva, às políticas e legislação patrimonial.
- **Estágio curricular obrigatório:** eixo formado pelas disciplinas de estágio que tem como foco proporcionar ao estudante a experiência de atuação em espaços museais.
- **Projeto e trabalho de conclusão de curso (TCC):** compõem este eixo as disciplinas de execução de projetos de trabalho de conclusão de curso na área museológica, vinculados às linhas de pesquisa definidas pelo curso.

Quadro 6 - Eixos estruturantes da formação *stricto sensu* em Museologia

Fonte: OLIVEIRA et al. (2012, p. 71-74).

A formação nas áreas afins da Museologia, por sua vez, abarcaria os seguintes eixos:

- **Antropologia:** trata-se de disciplinas que discutem teoria antropológica, relação entre museus e formação social e cultural brasileiras, bem como acervos e coleções etnográficas.
- **Arqueologia:** incluem as disciplinas que versam sobre a arqueologia e musealização do patrimônio arqueológico.
- **Arte e história da arte:** Englobam as disciplinas relacionadas às diferentes expressões artísticas e acervos de museus de arte, a história geral da arte e do Brasil e cultura popular.
- **Ciências naturais e da terra:** estão inseridas as disciplinas que abordam as questões associadas ao patrimônio natural, educação ambiental, ciências biológicas, ecologia e geociências.
- **Computação:** incorporam as disciplinas que versam sobre computação gráfica e concepção de base de dados e sistemas de informação em meio digital.
- **Filosofia:** estão inseridas as disciplinas que abordam a filosofia em suas diferentes variantes, epistemologia e história do conhecimento.
- **História:** incluem as disciplinas que versam sobre teoria e metodologia da história, história geral, história do Brasil e história regional.
- **Línguas estrangeiras modernas:** englobam as disciplinas instrumentais que visam à capacidade de leitura e interpretação de textos em outros idiomas, em especial o espanhol e o inglês.
- **Metodologia científica:** estão inseridas as disciplinas que abordam métodos de elaboração de trabalhos científicos, métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa.
- **Português instrumental:** agrupam as disciplinas que versam sobre a leitura e preparação de textos em português, além de regras gramaticais, ortográficas e de redação.
- **Sociologia:** englobadas as disciplinas que tratam de sociologia geral, sociologia da arte, sociologia do trabalho e sociologia da educação.
- **Turismo:** neste campo estão incluídas as disciplinas que envolvem discussões que abordam o campo do turismo associado aos museus,

patrimônio, cultura e desenvolvimento.

- **Outros:** neste grupo de disciplinas estão inseridas aquelas disciplinas de conteúdos diversos, inclusive museológicos, mas que não apresentaram expressão estatística que justifique a proposição de um campo específico.

Quadro 7 – Eixos estruturantes da formação nas áreas afins à Museologia

Fonte: OLIVEIRA et al. (2012, p. 71-74).

Os principais dados contidos nos projetos pedagógicos foram organizados em formato de tabela (Apêndice B) e, posteriormente, cruzados com as informações oriundas dos diálogos informais com docentes. Igualmente serviram de base para o estudo a legislação que atualmente norteia os cursos de graduação em Museologia produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), a legislação nacional que regulamenta a profissão de museólogo, as leis promulgadas no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), além das discussões conceituais esboçadas nos capítulos anteriores.

3.1.1 Bloco 1. A Museologia inserida no campo das ciências humanas e sociais: os cursos de bacharelado da UNIRIO, UFBA, UFRB, UFPEL, UFPE, UFG e UFSC

De um universo formado por 13 cursos de Bacharelado em Museologia ativos hoje no país, mais da metade encontra-se vinculado a Faculdades ou Institutos de Ciências Humanas e Sociais. São eles: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O curso da UNIRIO

O curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) está atrelado à Escola de Museologia, vinculada Centro

de Ciências Humanas (CCH). Além dessa Escola, compõem o Centro as seguintes unidades: Escola de Arquivologia, Escola de Biblioteconomia, Escola de Educação, Escola de História, Escola de Serviço Social, Escola de Turismologia e Faculdade de Filosofia (COMUNICAÇÃO UNIRIO, 2017).

Como apontamos no capítulo anterior, o atual Projeto Pedagógico deriva do trabalho de reformulação iniciado em 2006 – e que viria a ser implantado em 2008 – que visou adequar o curso às diretrizes do MEC, atender às demandas dos docentes e discentes do curso e também aquelas inerentes ao próprio campo. Em 2010, com o objetivo de flexibilizar a grade oferecida em turno integral e implantar o mesmo curso no turno da noite, foi apresentada uma proposta de alteração dessa matriz curricular anterior. Na prática, as alterações restringiram-se a ajustes pontuais e à ampliação do elenco de disciplinas optativas, sendo mantidos basicamente os mesmos referenciais teóricos, objetivos e eixos programáticos apresentados no Projeto Pedagógico instaurado em 2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010). Consideramos que o acréscimo mais expressivo diz respeito à explicitação de um viés mais voltado para a chamada Museologia Social, tal como é evidenciado no objetivo geral do curso: “possibilitar aos graduandos uma sólida formação estruturada no Campo da Museologia, conciliando e equilibrando ensino geral, específico e aplicado e *ênfase no ideário da Museologia Social*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 12, grifos nossos).

Quanto aos eixos programáticos, a matriz está organizada em cinco eixos que assinalam o caráter interdisciplinar e aplicado do curso:

1. *Estudos Gerais*: relativos às disciplinas básicas, algumas de caráter propedêutico, constantes da formação geral e ligadas às várias áreas de conhecimento do Centro de Ciências Humanas e Sociais;
2. *Museologia Geral*: correspondendo basicamente às disciplinas de Teoria Museológica;
3. *Museologia Específica*: Relativa às disciplinas de conteúdos teóricos e práticos, mas predominantemente ligadas à prática, ou seja, à Museografia;
4. *Museologia Aplicada*: refere-se, basicamente, às disciplinas que auxiliam na Pesquisa Museológica e dão suporte ao processamento técnico de acervos;
- e 5. *Pesquisa*: eixo programático concernente às disciplinas que instrumentalizam os métodos de pesquisa científica, orientando o graduando e oferecendo-lhe subsídios aos trabalhos monográficos, inclusive ao Trabalho de Conclusão de Curso. Além de primordial à Museologia, este eixo contribui para a cientificidade de sua consolidação teórica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 39).

Compreendendo “[...] a capilaridade do fenômeno do museu, e a grande abrangência do campo de ação da Museologia” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 18), que possui um forte caráter de intervenção social, a proposta curricular do curso aposta, pois, no potencial interdisciplinar deste campo, viabilizado por meio da compatibilização entre a formação específica na área (Eixos curriculares 2 e 3 – Museologia Geral e Museologia Específica), e uma formação geral (Eixo 1 – Estudos Gerais). Esta última pressupõe a interlocução com outros campos do conhecimento como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a Metodologia de Pesquisa, a Ciência da Informação, as Ciências Naturais, “[...] enfatizando, sobretudo, dois pilares fundamentais: a História e a Arte” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 12).

De fato, a ênfase nestes dois campos pode ser percebida quando observamos a matriz curricular do curso. Das 46 disciplinas obrigatórias que conformam a grade, 57% estão relacionadas às áreas afins, sendo que, deste total, praticamente a metade das disciplinas vincula-se a essas duas grandes áreas. Os outros 43% referem-se a componentes curriculares específicos da Museologia, entre disciplinas teóricas e práticas⁹⁴.

Quanto às eletivas, o currículo dispõe de uma ampla gama de componentes desta natureza, perfazendo um total de 95 disciplinas. Ao nos determos nos conteúdos tratados por essas disciplinas observamos, de um lado, a predominância de componentes curriculares voltados a salvaguarda e ao tratamento de acervos específicos, o que evoca, de certo modo, a herança institucional do curso vinculada à preocupação com aspectos museográficos. De outro, demonstra o direcionamento a uma infinidade de temas relacionados a outras áreas do conhecimento, o que por vezes representa uma abertura que pode dissipar o foco na formação específica na área.

A orientação que enfatiza temas relacionados ao campo da Museologia Social pode ser percebida nas disciplinas optativas relacionadas ao Eixo 2 – Museologia Geral que traz componentes curriculares relacionados a *Museus e Memória dos Movimentos Sociais no Brasil I e II*, *Museologia, Memória e Sociedade I e II*, *Museologia Social Urbana I e II* e *Etnomuseologia I e II*. Atualmente, o curso da

⁹⁴ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

UNIRIO é oferecido no período integral e noturno com a disponibilização de 30 vagas por ano.

O curso da UFBA

No caso do curso de Museologia da UFBA, este está vinculado ao Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. O Projeto Pedagógico vigente, aprovado em 2011, resultou de um longo processo de reflexão e reformulação do formato da graduação, motivado tanto por aspectos internos ao próprio curso e seu quadro docente, quanto externos – relacionados às discussões conceituais travadas no campo da Museologia, ao seu incremento no cenário brasileiro e ao estabelecimento de novas diretrizes curriculares para formação na área. No âmbito da UFBA, ganhou vulto a partir da década de 1990 um plano de qualificação continuada dos docentes em nível de mestrado e doutorado. De modo paralelo, o curso fomentou a realização de Seminários de Avaliação, que se configuraram como importantes espaços de discussão entre docentes e discentes acerca do formato e do currículo do curso.

Com a finalidade de atualizar o curso tendo como base as diretrizes contemporâneas que pautam o campo, o referido projeto aponta para uma compreensão ampla do universo museológico e patrimonial. Essa orientação se reflete, por exemplo, na denominação da disciplina *Ação Cultural e Educativa com Patrimônios*, antes denominada *Ação Cultural e Educativa dos Museus* (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010).

Ancorada nos princípios da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre teoria e prática, a proposta adotou um padrão de ensino menos atrelado à aspectos museográficos, enfatizando a dimensão acadêmica da formação. Um reflexo dessa mudança de orientação foi a inserção na grade do curso, desde o princípio da formação, de componentes curriculares voltados à pesquisa (*Pesquisa Museológica I e II*), bem como a introdução do *Trabalho de Conclusão de Curso* (TCC I, II e III).

Além do investimento na pesquisa, o currículo ampliou o número de disciplinas obrigatórias oferecidas pelo Departamento de Museologia e converteu em optativas as disciplinas das áreas afins antes tidas como obrigatórias, o que contribuiu para reforçar o viés museológico do curso. Ao confrontarmos os 35 componentes obrigatórios que compõem a atual matriz curricular, identificamos que

66% das disciplinas dizem respeito a conteúdos museológicos específicos (entre disciplinas teóricas e práticas), sendo que os outros 34% correspondem às disciplinas atreladas às áreas afins⁹⁵.

Fruto de um exercício constante de repensar e avaliar o modelo de formação adotado, viabilizado inclusive por meio da realização dos Seminários de Avaliação, o Projeto do curso da UFBA encontra-se novamente em discussão. Em 2016 foi encaminhada uma proposta de reajuste curricular (não se trata propriamente de uma reforma estrutural), que atualmente está em processo de aprovação. Um dos pontos a serem revistos diz respeito, inclusive, à disciplina *Gestão Museológica*, que foi inserida na matriz como componente obrigatório a partir de 2011, sendo ofertada no sexto semestre. Retomaremos a esse ponto no item 3.2. *Análise do ensino da gestão e do planejamento*.

O curso da UFRB

O surgimento do curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que nasce vinculado ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), está diretamente relacionado ao processo de criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, consolidado em 2005 por meio da Lei Federal nº. 11.151/2005 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2009).

A constituição dessa instituição de ensino superior, vinculada à Região do Recôncavo e com estrutura multi-campi, voltada ao atendimento de demandas regionais, insere-se, por sua vez, num contexto mais amplo de fomento ao incremento e descentralização do ensino superior no Brasil – processo este que daria origem, alguns anos depois, ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, do Ministério da Educação (MEC). A implantação da UFRB viria a ocorrer ao longo de 2006, quando foram definidas as cidades onde seriam instalados os campi, os cursos a serem ofertados e demais trâmites relacionados à sua instauração, sendo que, nesse processo, caberia a Universidade Federal da Bahia (UFBA) o papel de tutora da UFRB.

⁹⁵ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

No que se refere especificamente ao curso de Bacharelado em Museologia, o argumento utilizado para justificar a sua instalação na cidade de Cachoeira teve como mote a “vocaço” da cidade para temas relacionados ao campo da cultura, do patrimnio e das artes. O conjunto arquitetnico e paisagstico dos municpios de Cachoeira e So Flix, que tm seus limites delimitados pelo Rio Paraguau, foi tombado pelo Instituto do Patrimnio Histrico e Artstico Nacional (IPHAN), em 1971 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECNCAVO DA BAHIA, 2009). Teria sido justamente este potencial que motivou o primeiro reitor da UFRB a conceber a instalao de um Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) no municpio.

No entanto, dadas as contingncias que marcaram o seu processo de implantao, o curso de Museologia da UFRB surge, em 2006, sem um projeto inicial. O que ocorreu foi a disponibilizao de vagas para concurso de docentes, que ingressariam no segundo semestre daquele ano, quando iniciariam as aulas. Como forma paliativa de suprir essa carncia, a graduao acabou por absorver o currculo do curso de Museologia da sua tutora, a Universidade Federal da Bahia. Naquele momento, como sinalizamos no captulo 2, o Projeto Pedaggico que vigorava na UFBA apresentava defasagens tanto em termos tcnicos e conceituais, quanto em termos dos parmetros da legislao do ensino superior. De todas as formas, seria com base neste currculo que o curso da UFRB comearia suas atividades.

Uma vez instaurado o curso, caberia ao primeiro ncleo de docentes a ele vinculado a tarefa de repensar o currculo que havia sido herdado da UFBA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECNCAVO DA BAHIA, 2009). O processo de reforma do Projeto Pedaggico foi iniciado em 2007, com a instituio de uma comisso composta por docentes com formao especfica em Museologia e em reas afins ao campo. O resultado desse trabalho – que deu origem ao documento *Projeto Pedaggico do Curso de Graduao em Museologia* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECNCAVO DA BAHIA, 2009) – aponta para uma formao calcada na interdisciplinaridade, na articulao entre a prtica profissional e a pesquisa em nvel acadmico e a funo social a ser desempenhada pelo futuro profissional muselogo, dotado de “[...] capacidade para agir criticamente diante das questes sociais, principalmente s questes relacionadas preservao do patrimnio tangvel e intangvel das comunidades, em todas as especificidades que

a área comporta [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, 2009).

Em termos concretos, a matriz curricular projetada para a UFRB sofreu grande influência dos modelos formativos que pautavam o ensino na área até princípios dos anos 2000: o curso da UNIRIO e o curso da UFBA. O currículo baseou-se, assim, em um elevado número de disciplinas ligadas às áreas afins, como História, História da Arte e Antropologia, concentrando os conteúdos específicos da Museologia em aspectos de ordem museográfica.

O curso de Museologia da UFRB oferece 50 vagas em regime semestral, no período diurno. Sua grade é composta por 112 disciplinas, sendo 35 obrigatórias e 77 optativas. Dentre os componentes disciplinares obrigatórios, destacamos a predominância de disciplinas atreladas às áreas afins em detrimento das disciplinas específicas da Museologia. De um total de 35 disciplinas obrigatórias, 51,4% estão relacionadas à formação nas áreas afins à Museologia (História, História da Arte e Antropologia), e 48,6% tratam de conteúdos específicos da Museologia⁹⁶. Quanto à oferta de disciplinas de caráter optativo, identificamos um amplo leque que contempla, inclusive, componentes de conteúdo específico que, no nosso entendimento, deveriam fazer parte da formação básica do alunado. Este seria o caso – a contar pelo título – da disciplina *Fundamentos de museologia*. De fato, uma solução paliativa para suprir as ausências e deficiências na formação específica em Museologia têm sido o oferecimento de temas específicos como disciplinas optativas.

Em razão de outras prioridades estabelecidas pelo curso – optou-se pelo investimento massivo em um plano de capacitação do quadro docente com vistas a que todos os professores concluíssem o doutorado, o que acarretou na rotatividade e redução do número de professores ao longo desses anos – o Projeto Pedagógico de 2009 é ainda hoje o vigente, sendo que atualmente se encontra em processo de revisão e reformulação.

⁹⁶ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

O curso da UFPEL

Assim como o curso da UFRB, o curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) é anterior à institucionalização do REUNI. Seu surgimento, em 2006, esteve igualmente associado à conjuntura política e legal que marcou os primeiros anos da década de 2000, com o lançamento da Política Nacional de Museus (PNM) que, dentre outros aspectos, fomentou a ampliação da oferta formativa na área, e as modificações realizadas no âmbito da legislação do Ministério da Educação (MEC) referentes às diretrizes para formação na área. Por certo, convergiram para impulsionar a criação do curso um cenário regional favorável, conformado pela realidade patrimonial de Pelotas e do sul do estado do Rio Grande do Sul, e pelo contexto institucional da UFPEL.

Desde a década de 1990, o município de Pelotas vinha desenvolvendo ações sistemáticas no campo do patrimônio cultural. A cidade foi contemplada pelo Programa Monumenta (1999-2010) e, posteriormente, passou a compor o conjunto de cidades beneficiadas pelo projeto do governo federal Programa de PAC Cidades Históricas⁹⁷. De modo paralelo, docentes atrelados à UFPEL e profissionais ligados a instituições museológicas exerciam uma participação atuante no Sistema Estadual de Museus, suscitando debates que iam ao encontro da demanda por mão de obra capacitada para atuar em ações voltadas ao patrimônio cultural, aos museus e demais equipamentos culturais de cunho preservacionista presentes em Pelotas e nos diferentes municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2009).

A existência de instituições museológicas vinculadas a UFPEL – como o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), ligado ao Centro de Artes (CA), e o Museu de História Natural Carlos Ritter, do Instituto de Biologia –, como também de um capital humano formado por profissionais e docentes que estavam direta ou indiretamente envolvidos no projeto de concepção do curso (e que contaram com o

⁹⁷ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, foi uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento destinada ao planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Em 2013, como desdobramento deste programa, foi criada uma linha voltada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, dando origem ao PAC Cidades Históricas. Coube, então, ao IPHAN, a definição de seus objetivos, quais sejam: a instituição de um programa permanente de preservação do patrimônio cultural com vistas à promoção e melhoramento dos espaços urbanos do país dentro de uma perspectiva integrada. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>. Acesso em 22 abr. 2017.

respaldo do então reitor), foram determinantes para a conformação de um cenário favorável à sua materialização.

Quanto à sua vinculação, a admissão do curso junto ao Instituto de Ciências Humanas (ICH) se configurou como alternativa frente à ideia inicial de atrelá-lo ao Centro de Artes (CA). Uma vez que o Centro de Artes não manifestou interesse na sua incorporação, o curso foi alocado no Instituto de Ciências Humanas, o que permitiu uma maior proximidade com outros campos disciplinares que possuem forte interlocução com a Museologia, como a História, a Antropologia e Arqueologia, e a Geografia⁹⁸.

Em razão de problemas para a contratação de docentes, o curso da UFPEL iniciou suas atividades no segundo semestre de 2006 contando com aulas ministradas por docentes oriundos do curso da UNIRIO, como os professores Mario Chagas, Ivan Coelho de Sá e Cícero Antônio Fonseca de Almeida (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2015). De fato, a influência do curso fluminense também se fez notar no formato do currículo adotado, que tomou como parâmetro a proposta pedagógica de seu correlato⁹⁹.

Posteriormente, passados dois anos do início das atividades da graduação em Museologia, os recursos provenientes do Programa de Expansão das Universidades Federais (REUNI) viriam subsidiar a implantação do curso de Bacharelado em Conservação e Restauro, também vinculado ao Instituto de Ciências Humanas. Como forma de permitir maior autonomia para as áreas e buscar potencializar a interface entre este e o curso de Museologia, em 2010 foi criado o Departamento de Museologia, Conservação e Restauro, que passaria a abarcar as duas graduações.

O Projeto Pedagógico atualmente em vigor resulta da Reforma Curricular concluída em 2015, que levou em conta debates e discussões entre docentes e as ponderações feitas pelos discentes sobre o fluxograma do curso. A referida reforma propôs uma profunda revisão do currículo, na qual disciplinas relacionadas às áreas afins foram suprimidas e condensadas (caso, por exemplo, das disciplinas de Antropologia, que passaram a ser oferecidas como optativas), permitindo a

⁹⁸ Na mesma época do processo de gestação do curso de Museologia foi criado, junto à UFPEL, o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, em nível de mestrado. O doutorado seria lançado posteriormente, mais precisamente em 2013, sendo que atualmente muitos dos professores do curso de Museologia ministram aulas no referido programa.

⁹⁹ Como vimos anteriormente, o período de criação do curso da UFPEL coincide com o momento de reformulação do currículo da UNIRIO que teve a frente justamente os docentes mencionados.

ampliação dos componentes curriculares específicos da Museologia. Esse é o caso das disciplinas *Teoria Museológica*, *História dos museus no Ocidente*, *Documentação Museológica I e II*, *Ação Cultural e Educação I e II*. Da mesma forma como o curso da UFRB, sua formulação teve como parâmetros a legislação vigente e os princípios conceituais postulados pelo campo museológico.

Com o intuito de formar “[...] profissionais com competências e habilidades que lhes possibilite a inserção em uma realidade museológica plural, de maneira a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, atentando para seu desenvolvimento do ponto de vista social e humanístico” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2015, p. 17), o projeto enfatiza uma formação que não se restringe aos aspectos técnico-científicos da área, tendo

[...] um enfoque que abarca uma formação humanista, atenta aos movimentos sociais, à realidade museológica (nos contextos cultural, científico, patrimonial e memorial) e comprometida com seu papel de gestor de memórias e patrimônios da região e do país. Por essa via, tem forte inclinação para os preceitos da Sociomuseologia em termos de ensino, pesquisa e, especialmente, nos projetos de extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2015, p. 17).

Aponta, assim, para o papel social a ser desempenhado pelo museu, “[...] compreendido como estrutura multifacetada sobre a qual reflete vários discursos, vários patrimônios e várias memórias e para a qual concorrem as diferentes áreas de conhecimento e visões do cenário museal” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2015, p. 23).

Atualmente, são oferecidas 30 vagas em regime anual, com funcionamento no período diurno. A matriz curricular contém um total de 55 disciplinas (39 obrigatórias e 16 optativas). Dentre os componentes disciplinares obrigatórios, 56,4% estão atrelados aos conteúdos específicos da Museologia (de caráter teórico e prático), e 43,6% correspondem a disciplinas das áreas afins¹⁰⁰. A presença de disciplinas obrigatórias como *Botânica*, *Zoologia*, *História Geral do Brasil*, *História Platina*, *Turismo Cultural*, entre outras, evidenciam a abordagem transversal e interdisciplinar que caracteriza o curso¹⁰¹.

¹⁰⁰ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012). Uma especificidade a ser pontuada sobre sua matriz do curso da UFPEL diz respeito à sua relação com o Curso de Conservação e Restauro. As disciplinas relacionadas à salvaguarda (Documentação Museológica I e II; Conservação e Preservação I e II) muitas vezes são ministradas pelo referido curso.

¹⁰¹ Um detalhe que, de certa forma, evidencia a influência exercida pelo curso da UNIRIO diz respeito à presença, dentre os componentes curriculares optativos, de disciplinas como *Numismática* e

O curso da UFPE

O curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) surge em 2009 dentro do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, mais especificamente junto ao Departamento de Ciências Sociais, incentivado, em grande medida, pela adesão daquela instituição de ensino superior ao programa de Reestruturação e Reorganização das Universidades Federais (REUNI). O principal argumento utilizado para justificar a criação da graduação em Museologia se referia ao descompasso existente entre uma demanda reprimida no estado de Pernambuco e região, dotado de potenciais culturais e patrimoniais ricos e diversificados, e a escassez quanto à oferta de formação na área (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, [s.d.]b). No final dos anos 2000, a região Nordeste contava com dois cursos na Bahia (UFBA e UFRB), além do curso da UFS, em vias de estruturação.

A proposta original foi concebida por professores da área de Antropologia em colaboração com profissionais do Museu do Homem do Nordeste, tendo como característica a forte ligação com a Antropologia. De fato, essa orientação daria origem a um departamento específico junto a UFPE: o Departamento de Antropologia e Museologia.

Uma particularidade do curso da UFPE frente às outras trajetórias correlatas diz respeito justamente ao seu processo de organização. Durante seus primeiros anos de funcionamento, o curso foi se delineando a partir da experiência prática, sendo que sua estrutura só seria consolidada por meio de um Projeto Pedagógico passados vários anos da criação do curso.

A proposta curricular vigente aponta que o curso tem como objetivo “capacitar e formar profissionais na área de museus e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando o desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, [s.d.]b, p. 9). Está organizada a partir de quatro eixos curriculares, a saber:

Eixo 1: Cruzamentos interdisciplinares. Antropologia e Arte: concentra os conteúdos que preveem maior interação com outras disciplinas. A fim de selecionar as áreas que seriam privilegiadas na

relação interdisciplinar, levaram-se em consideração as características institucionais internas e o perfil do mercado de trabalho regional.; *Eixo 2: Teoria Museológica*: considerou-se relevante aprofundar os estudos que delimitam o campo disciplinar da Museologia. O aluno egresso do Curso de Bacharelado em Museologia da UFPE deverá ter sólida formação teórica, a fim de estar capacitado para refletir, do ponto de vista epistemológico, sobre sua atuação no mercado de trabalho; *Eixo 3: Saberes e Técnicas Museais*: este eixo abrange as disciplinas clássicas da museologia e trata dos seus conteúdos técnicos, também chamados de museografia e expografia. Também estão neste eixo as disciplinas relativas à gestão de unidades museológicas e equipamentos culturais em geral.; e *Eixo 4: Patrimônio Cultural*: este eixo está pautado na percepção de que os processos museológicos não ocorrem apenas no espaço do museu. Busca-se investigar as relações entre os processos de musealização e de patrimonialização da sociedade ocidental, compreendendo ambos como análise das relações do ser humano com diversos aspectos da vida em sociedade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, [s.d.]b).

O ingresso é anual, sendo oferecidas 30 vagas no turno noturno. A grade é formada por um total de 52 disciplinas, dentre as quais 35 são obrigatórias e 17 são optativas. Os componentes obrigatórios estão distribuídos da seguinte forma: 60% estão relacionados a conteúdos específicos e 40%¹⁰², às áreas afins, sendo que, a contar pela organização dos eixos curriculares e dos enfoques dados, fica bastante evidente a interlocução com o campo da Antropologia –, o que pode ser lido como um reflexo de sua vinculação acadêmico-institucional.

O curso da UFG

O Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) nasce em 2010, vinculado à Faculdade de Ciências Sociais (FCS). A referida Faculdade, que até então contava com os cursos de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais, aderiu ao REUNI e, com isso, passou a oferecer três novos cursos: Ciências Sociais, com ênfase em Políticas Públicas, Relações Internacionais e Museologia, sendo todos com funcionamento noturno.

Os argumentos utilizados para justificar a criação da graduação em Museologia da UFG estão alinhados com os dos demais cursos surgidos na área ao longo da primeira década do século XXI: a constatação de um profundo

¹⁰² A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

descompasso entre o crescimento do setor museológico no país, que conduziu ao incremento do número de instituições museológicas e iniciativas na área, e a escassez de profissionais capacitados para atuarem no campo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014).

Com relação à sua vinculação institucional, a inserção do curso junto à Faculdade de Ciências Sociais está diretamente relacionada a forte interação existente entre a Faculdade e o Museu Antropológico da UFG¹⁰³. Ao longo de sua trajetória, o Museu desempenhou, sempre em estreita articulação com docentes da área de Antropologia, importante papel no cenário museológico de Goiás. Como pontuamos no capítulo anterior, entre 2000 e 2002, o Museu foi responsável pelo oferecimento de um curso de Especialização em Museologia, vinculado academicamente à então Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG e voltado a atender à crescente demanda por profissionais especializados no campo. Embora o curso não tenha tido continuidade, sua avaliação foi bastante positiva, o que demonstrou a necessidade de incentivar a criação de cursos com a finalidade de habilitar profissionais aptos a desenvolverem trabalhos e projetos nessa área.

O lançamento do REUNI se configurou como uma oportunidade para a materialização dessa demanda então latente. Tendo como entidades proponentes a Faculdade de Ciências Sociais e o Museu Antropológico da UFG, o curso de Bacharelado em Museologia foi concebido, assim, circunscrito ao campo das Ciências Sociais Aplicadas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014).

Uma particularidade acerca do processo de elaboração da proposta pedagógica do curso da UFG diz respeito ao fato de que foi realizado um concurso para professor antes do início do curso, previsto para começar em 2010. Quem assumiu a vaga foi a museóloga Manuelina Duarte Cândido, que passou a participar ativamente junto à comissão que estava envolvida no processo de concepção da proposta curricular, até então formada por docentes da área de Antropologia.

De modo a alinhar os conteúdos propostos para o curso com as tendências vigentes para a formação no campo, a comissão consultou os projetos pedagógicos de outros cursos, como da UNIRIO, da UFBA, da UFPEL, da UFS e da UFPA. Ainda

¹⁰³ “O Museu Antropológico da UFG foi criado em 1969 por iniciativa de professores do então Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS) da UFG, vinculado ao antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), atual Faculdade de Ciências Sociais (FCS), a partir da realização de uma pesquisa no Parque Indígena do Xingu”. Disponível em <https://www.museu.ufg.br/p/1333-historia>. Acesso em 15 abr. 2017.

que tenha se baseado nesse levantamento, o trabalho desenvolvido resultou em uma matriz curricular que trouxe novas perspectivas formativas na medida em que centrou os conteúdos específicos no campo da Museologia. Para tanto, usou como referência a organização da disciplina museológica tal como apresentada na introdução deste trabalho (Museologia Geral, Museologia Especial e Museologia Aplicada), centrando o alcance da formação especialmente na Museologia Geral e na Museologia Aplicada (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014):

Na Museologia Geral contemplamos disciplinas ligadas à Teoria Museológica, à História dos Museus e à Administração de Museus. No que se refere à Museologia Aplicada, há uma carga igualmente distribuída entre Salvaguarda (Conservação / Documentação) e Comunicação Patrimoniais (Expografia / Ação Educativo-Cultural) e também entre o Planejamento e a Avaliação dos museus ou processos de musealização [...]

A Museologia Especial, que se refere a diferentes textos e contextos museológicos, ou seja, naturezas específicas de museus e realidades sociais (contextos) também distintos, será experimentada nas visitas técnicas e estudos de caso realizados ao longo de todo o curso, mas com mais profundidade, nas escolhas individuais do aluno, como estágios, disciplinas de Núcleo Livre e pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (LIMA et al., 2009).

Dessa forma, o curso visa à uma formação de caráter generalista, orientada a “[...] permitir ao aluno compreender seu papel em diferentes tipologias de museus e adaptar-se profissionalmente a um mercado de trabalho formado por uma imensa diversidade de modelos museológicos, processos de musealização e naturezas de acervos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014, p. 9). A dimensão aplicada da Museologia é promovida por meio do oferecimento de disciplinas em nível teórico e prático. Como em outros cursos, como é o caso do curso da UFOP e da UFSC, as disciplinas práticas são ministradas no Museu Antropológico da UFG, tido como o principal laboratório do curso. A interdisciplinaridade, por seu turno, considerada “[...] indispensável no atendimento à pluralidade das formas do fenômeno museológico no mundo atual” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014, p. 9), se materializa por meio o oferecimento de componentes disciplinares vinculados a outras unidades acadêmicas da UFG e também pela própria Faculdade de Ciências Sociais.

Até o momento, não foi realizada nenhuma reforma estrutural no Projeto Pedagógico do curso. Segundo as informações levantadas, as modificações realizadas dizem respeito a alguns pré-requisitos que foram retirados, além do acréscimo de novas referências na bibliografia complementar. Como já mencionado,

o curso é oferecido no turno da noite, sendo disponibilizadas 35 vagas para ingresso anual. Sua matriz curricular é composta por 48 disciplinas, das quais 29 são obrigatórias e 19, optativas. Ao aplicarmos a classificação proposta pela Rede de Professores, que propõe sistematizar as disciplinas de acordo com dois grandes eixos – formação *stricto sensu* em Museologia e formação nas áreas afins – identificamos que 76% dos componentes disciplinares obrigatórios inserem-se no primeiro eixo e 24%, no segundo, o que revela, como coloca Camila Wichers, a opção do curso “em focar o que é específico da Museologia e não se dirigir a estudos de uma cultura material ou segmento patrimonial específico” (WICHES, 2010, p. 172).

O curso da UFSC

O curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criado em 2009 como resultado da articulação entre os Departamentos de Antropologia e de História e o Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE), também ligado à UFSC.

As primeiras iniciativas dirigidas à sua criação remontam, no entanto, à década de 1990, momento em que o Departamento de Antropologia e, posteriormente, o Departamento de História, manifestaram interesse em criar um curso nessa área. Como é pontuado no Projeto Pedagógico do curso,

[...] tais projetos surgem a partir do próprio desenvolvimento do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) na Universidade Federal de Santa Catarina, que é ligado à trajetória do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral, criado nos anos 1968, a partir do Instituto de Antropologia da UFSC (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015).

Não obstante, devido a limitações relacionadas a recursos humanos, financeiros e materiais, a proposta acabou não sendo materializada. Ao longo da primeira metade da década de 2000, os departamentos de Antropologia e História empenharam esforços para a sua concretização, mas seria somente em 2009, por meio do REUNI, que o projeto do curso de Bacharelado em Museologia seria consolidado.

A graduação iniciou suas atividades em 2010, com sua estrutura administrativa atrelada ao Departamento de Antropologia. Como é pontuado no

Projeto Pedagógico, “ainda que o curso de Museologia tivesse disciplinas e questões pedagógicas específicas, ambos os cursos partilhavam uma mesma Secretaria e Coordenação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015). Tal relação acabou por imprimir ao curso um caráter híbrido: seu currículo era composto, de um lado, por disciplinas oferecidas pelo Departamento de Antropologia voltadas para temas em comum aos dois cursos e, de outro, por disciplinas ofertadas pelo Departamento de História e que igualmente traziam temas afins às áreas de História e Museologia.

Em 2012, uma denúncia realizada por um grupo de alunos junto ao Ministério Público, na qual alegavam a falta de professores da área de Museologia no quadro docente do curso, levou o Departamento de Antropologia a contratar, como medida emergencial, dois professores substitutos que ficariam responsáveis por ministrar as disciplinas específicas do campo. De modo paralelo, diante da obrigatoriedade imposta pelo Ministério Público, a UFSC abriu concurso para contratação de novos professores, sendo disponibilizadas quatro vagas. Estas foram preenchidas ao longo de 2013, sendo que no segundo semestre daquele ano seria criada a Coordenadoria Especial de Museologia, o que levou à migração de toda a estrutura do curso, até então alocada no Departamento de Antropologia, para a recém-criada coordenadoria.

Um ponto de inflexão na trajetória do curso foi a avaliação do Ministério da Educação (MEC)¹⁰⁴, ocorrida em 2014 e que resultou no estabelecimento de um protocolo de compromisso entre o MEC e a UFSC. Como forma de atender às demandas do Ministério, foi iniciado um processo de reformulação curricular. Até então, o Projeto Pedagógico original havia sido submetido a apenas uma revisão pontual, sem caráter estrutural.

O trabalho de reformulação resultou no Projeto Pedagógico que hoje se encontra vigente. Como forma de conceber um documento alinhado com as diretrizes dos outros cursos de Bacharelado em Museologia brasileiros e que, ao mesmo tempo, respeitasse as especificidades regionais, foram realizadas visitas técnicas aos cursos de Bacharelado em Museologia existentes na região sul (UFRGS e UFPEL), como também ocorreram reuniões com o Sistema Estadual de

¹⁰⁴ Extrapola os limites desse trabalho abordar a questão das avaliações realizadas pelo MEC junto aos cursos de Museologia. Pontuamos, no entanto, a necessidade de se colocar em perspectiva os critérios e procedimentos adotados para a sua realização.

Museus de Santa Catarina, com a Fundação Catarinense de Cultura e com os Conselhos Regionais de Museologia do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ainda, visando construir um processo mais horizontal, foram realizadas assembleias com os alunos para discussão da estrutura da matriz curricular do curso.

Partindo de uma orientação formativa calcada na interdisciplinaridade e em uma perspectiva ampla do patrimônio cultural

[...] o curso de graduação em Museologia da UFSC objetiva formar de maneira qualificada bacharéis capacitados para identificar e analisar processos museológicos, além de desempenhar atividades de pesquisa, preservação e comunicação para o campo do Patrimônio, compreendendo o museu como um fenômeno podendo assim atuar de maneira responsável sobre o patrimônio tangível e intangível (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015).

No caso da relação do curso com o MARquE, atualmente, ambos desenvolvem parcerias relacionadas a projetos de extensão e de pesquisa.

Assim, com foco em uma formação humanista, a reforma buscou equalizar melhor a distribuição dos conteúdos programáticos específicos e das áreas afins, notadamente da Antropologia e da História. Nesse sentido, foram criadas novas disciplinas do eixo *stricto sensu* (como *Teoria Museológica, introdução à Museologia, Expografia II*), além da ampliação das disciplinas relacionadas à educação e museus, para mencionar alguns dos ajustes. No caso da disciplina *Gestão de Museus*, inicialmente constava como componente optativo. Com a reforma, esta passaria a ser oferecida como obrigatória, na sexta fase do curso.

Atualmente, são disponibilizadas anualmente 30 vagas no turno diurno. A grade é composta de 53 disciplinas no total, sendo 31 obrigatórias e 22 optativas. Dentre as obrigatórias, 58% abordam conteúdo específicos do campo museológico e 42% estão relacionadas às áreas afins¹⁰⁵.

¹⁰⁵ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

3.1.2 Bloco 2. A Museologia em interface com o campo da Ciência da Informação: os cursos de Bacharelado da UFRGS, UnB e UFMG

São três os cursos de Bacharelado em Museologia em funcionamento que estão atrelados a Faculdades ou Escolas de Biblioteconomia ou Ciência da Informação: o curso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o curso da Universidade de Brasília (UnB) e o curso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O curso da UFRGS

O projeto de implantação do curso de Museologia da UFRGS, de 2008, teve como proponente a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico). Subsidiado por recursos provenientes do REUNI, e tendo como motivador o contexto favorável então vivenciado pelo campo museológico no país, o curso surgiu com a finalidade de suprir a demanda por profissionais capacitados para atuação no estado¹⁰⁶.

Um aspecto interessante de se notar a respeito da sua vinculação é o de que, ainda que a universidade já tivesse tido a experiência da especialização em Museologia, vinculada ao Instituto de Artes (IA) no início da década de 2000 – experiência esta que contou, inclusive, com a participação de professores que depois viriam cooperar com a criação da graduação em Museologia – o curso nasce atrelado não ao IA, mas à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), lotado no Departamento de Ciências da Informação (DCI), ao lado dos cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia¹⁰⁷. Como é de se prever, essa vinculação viria a determinar as características de sua orientação inicial.

A concepção da proposta pedagógica do curso decorreu do trabalho desenvolvido pelos docentes do Departamento de Ciência da Informação, em

¹⁰⁶ Como é pontuado no Programa Pedagógico do curso, a necessidade de formar profissionais museólogos já vinha sendo sublinhada pelos órgãos do estado ligados à cultura e aos museus. A própria Secretaria de Cultura do Estado solicitara, em 1991, um estudo de viabilidade para criação de um curso de Museologia na UFRGS, como estratégia para sanar a lacuna expressiva no desenvolvimento desse campo no Rio Grande do Sul (UFRGS, 2015).

¹⁰⁷ De fato, já havia ocorrido um movimento na década de 1990 junto à Fabico que visava à criação de um curso de Museologia, sendo que tal iniciativa não teve continuidade (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011).

articulação com o com o Sistema Estadual de Museus (SEM-RS) e com o apoio do Departamento de Museus (DEMU), atual Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011). Os docentes se encarregaram de estabelecer um tronco comum de disciplinas abarcando as três áreas que conformavam o Departamento: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia¹⁰⁸, o que imprimiu ao curso uma expressiva ênfase em conteúdos oriundos do campo da Ciência da Informação.

A avaliação do Ministério da Educação, realizada em 2011, desencadearia um profundo movimento de reflexão sobre a orientação conceitual do curso, que teve como resultado a reformulação de sua proposta pedagógica. A Reforma Curricular, implementada no primeiro semestre de 2014, partiu da constatação “[...] da inadequação da grade curricular original, calcada no tripé da Ciência da Informação [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015b, p. 21).

Neste processo, foram consultados os currículos de outros cursos, além dos estudos elaborados pela Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia (RPPCM). De fato, as discussões e reflexões fomentadas pela RPPCM ofereceram importante respaldo para os caminhos trilhados pelo curso da UFRGS.

Assim, pensando na necessidade de imprimir ao curso uma identidade ancorada nas especificidades do campo museológico, foram suprimidas aquelas disciplinas que abordavam de modo específico o saber atrelado à Ciência da Informação, ao passo que foram incluídas disciplinas originalmente não previstas e consideradas relevantes para a capacitação própria na Museologia, como é o caso da disciplina *Teoria Museológica*. Além disso, a partir da avaliação realizada pelos docentes, efetivou-se a alteração de conteúdos presentes nas ementas das disciplinas da formação inicial (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015b, p. 21-23).

Tendo como diretrizes os instrumentos legais que pautam a formação na área no país, determinados pelo Ministério da Educação (MEC), que apontam para o perfil interdisciplinar da Museologia e para uma formação que associa a dimensão acadêmica à prática, a proposta do curso da UFRGS foi concebida a partir de dois eixos: Formação Geral Humanística, abarcando estudos históricos, culturais e

¹⁰⁸ O referido tronco comum era composto seis disciplinas obrigatórias presentes nos três cursos: Introdução às Ciências da Informação, Administração Aplicada às Ciências da Informação, História dos Registros Humanos, Conhecimento e Sociedade, Fundamentos da Ciência da Informação, Metodologia da Pesquisa aplicada às Ciências da Informação (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011).

sociais; e Formação Específica em Museologia: abrangendo aspectos teórico-metodológicos e aplicados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015b).

O curso oferece 30 vagas anuais, com funcionamento no turno da tarde. A atual matriz curricular é composta por 38 disciplinas obrigatórias e 121 disciplinas optativas, viabilizadas por meio do estabelecimento de parcerias com alguns departamentos da universidade. Dentre os componentes obrigatórios, 66% referem-se a conteúdos específicos do campo (entre disciplinas teóricas e práticas), e 34% a conteúdos de áreas afins, como História, Ciência da Informação, Turismo, Educação e Arte¹⁰⁹.

Um aspecto interessante acerca da proposta do Projeto Pedagógico do curso de Museologia da UFRGS se refere ao perfil almejado para os egressos, apto a “[...] agir como um gestor no campo museal e do patrimônio com conhecimento de conteúdos aplicados e profunda visão crítica da sociedade em que está inserido” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015b, p. 22). De fato, dentre todos os cursos, o da UFRGS é um dos que conta com maior incidência de disciplinas obrigatórias vinculadas ao tema da gestão. Voltaremos a esse ponto no item 3.2. *Análise do ensino da gestão e do planejamento*, quando trataremos especificamente da oferta formativa voltada a esses tópicos.

O Curso da UnB

No caso do curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB), sua instalação ocorreu em 2009, dentro do contexto de incremento da oferta formativa registrada nas diferentes regiões do país. A demanda para a sua criação teria partido de uma carta do Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN) encaminhada à instituição de ensino superior em 2006 (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2010).

Com relação aos antecedentes de sua criação, as iniciativas no sentido de se instalar um curso de formação na área da Museologia junto à UnB remontam, segundo Lilian Alvares (2012), ao período de criação daquela universidade, nos anos 1960. Ainda de acordo com a autora, nas décadas seguintes outras propostas

¹⁰⁹ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

seriam apresentadas: em 1988 o então Departamento de Ciência da Informação apresentou ao MEC um projeto de criação de um curso de Especialização em Museologia, que contaria com corpo docente composto por professores de diferentes regiões; passados alguns anos, outras tentativas seriam levadas a cabo, mas todas sem sucesso (ALVARES, 2012).

Viabilizado pelos recursos provenientes do programa do REUNI, o curso de Museologia da UnB nasce vinculado à Faculdade de Ciência da Informação (FCI). Quanto ao seu Projeto Pedagógico, datado de 2009, este foi concebido em estreita relação com o curso da UNIRIO, que à época também estava realizando a reformulação de seu currículo¹¹⁰. Com efeito, é bastante perceptível a influência do correlato fluminense na conformação dos componentes curriculares do curso da UnB.

Em termos de orientação conceitual, o Projeto Pedagógico segue estritamente a definição de museu postulada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), a legislação que regulamenta a profissão de museólogo e as diretrizes curriculares que se referem à formação em Museologia. De acordo com as diretrizes nele contidas, o curso da UnB visa à formação de caráter generalista, voltada à capacitação do egresso para atuar em de todas as áreas de Museologia, e tem como princípio básico a interdisciplinaridade. Como forma de assegurar tal princípio, o curso adotou um modelo de consórcio com outras unidades acadêmicas da UnB, mais especificamente os Departamentos de História, Antropologia e Artes Visuais, que compartilham com a Faculdade de Ciência da Informação a responsabilidade de colaborar no desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso (ALVARES, 2012).

Ao longo desses anos de funcionamento, foram realizados alguns ajustes pontuais na matriz curricular – como é o caso da supressão da disciplina *Controle Bibliográfico* da oferta de obrigatórias – mas, na sua base, o currículo inicial segue vigente, sendo que no presente momento alguns ajustes estão sendo realizados.

O curso é oferecido no período diurno, sendo disponibilizadas 30 vagas com ingresso semestral. A matriz consultada comporta 29 disciplinas obrigatórias, além de um amplo leque de disciplinas optativas (são 131 disciplinas). A orientação para a interdisciplinaridade fica evidente nessa vasta gama de optativas, aspecto que

¹¹⁰ Em referência à Reforma implantada em 2008.

também caracteriza o curso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dos conteúdos obrigatórios, 62%, refere-se à conteúdos específicos e, 38%, a ciências afins¹¹¹. Estão organizados em quatro eixos, a saber:

Eixo 1 – Teoria e prática museológica: focaliza a formação específica compreendendo disciplinas de conteúdos teóricos e práticos voltados para a Museologia, a Teoria Museológica, a Pesquisa Museológica e a Museografia; *Eixo 2 – Museologia e Informação:* congrega disciplinas partilhadas pelos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, junto às quais se perfila uma nova disciplina centrada no processamento técnico de acervos realizado no campo da Museologia; *Eixo 3 – Museologia e Patrimônio Cultural:* conteúdo curricular desse eixo é dirigido para a formação geral e compreende disciplinas básicas e ligadas a várias áreas de conhecimento. O objetivo é fundamentar e integrar o estudo da Museologia a um campo interdisciplinar, com o foco na Cultura, Memória e Patrimônio; *Eixo 4 – Preservação e Conservação de Bens Culturais:* conteúdo curricular teórico e prático voltado para o campo da preservação e segurança de bens culturais; para o planejamento, a montagem e a gestão de reserva técnica museológica e de laboratório de conservação; para os estudos dos procedimentos de manuseio, transporte e exibição (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2009).

A partir desta organização, percebemos que os aspectos relacionados à salvaguarda estão vinculados aos eixos 2 e 4: o eixo 2 se refere à documentação e processamento técnico (em articulação com as outras áreas do campo da Ciência da Informação), e o eixo 4 trata de aspectos concernentes à conservação. Os pontos relativos à comunicação, por seu turno, não possuem um eixo específico, estando vinculados ao eixo 1, que abarca, a um só tempo, aspectos de natureza teórica (três disciplinas, das quais uma trata de educação em museus) e prática, e dentre os quais se insere a disciplina *Gestão de Museus e Políticas de Acervos Museológicos*, que será abordada no item 3.2. *Análise do ensino da gestão e do planejamento*. Sobre as disciplinas dirigidas à comunicação presentes nesse eixo (Museologia e Comunicação 1, 2 3 e 4), todas elas tratam de aspectos relacionados à expografia e arquitetura de museus¹¹².

¹¹¹ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

¹¹² Ponderamos que essa análise foi realizada a partir do material consultado relativo ao curso, mais especificamente o *Manual do Curso de Bacharelado em Museologia* (UnB: Brasília, 2010), podendo estar desatualizada.

O curso da UFMG

O último curso que compõe o bloco 2 é o curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que iniciou suas atividades em 2010. Sua criação deve ser compreendida dentro do contexto de reestruturação e ampliação da atuação da Escola de Ciência da Informação (ECI), motivada, em grande medida, pela sua adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹¹³. Por outro lado, havia a questão da carência de profissionais com formação específica para atuar no campo do patrimônio, destacadamente em museus, no estado de Minas Gerais. Como pontuam Letícia Julião, Luiz Garcia e Paulo Sabino,

Além da conjuntura universitária favorável à criação do curso de Museologia, a iniciativa vinha também ao encontro de demandas concretas que historicamente marcaram o campo museológico em Minas Gerais. Esforços semelhantes já haviam sido empreendidos, anteriormente, pela universidade, conforme revelam os textos e documentos da Comissão de Estudos para criação de curso de Museologia da UFMG (portarias 03.087 de 19/09/2002 e 01.111 de 14/04/2003) (JULIÃO; GARCIA; SABINO, 2015, p. 3).

A graduação em Museologia, nasce, assim, como resultado de uma parceria formal entre a Escola de Ciência da Informação (ECI) e a Escola de Belas Artes (EBA) da UFMG. Seu Projeto Pedagógico decorreu do trabalho desempenhado por uma comissão, criada em 2008, encarregada por seu planejamento e desenvolvimento. Constituída inicialmente pelos professores Paulo da Terra Caldeira, Mônica Erichsen Nassif e Carlos Alberto Ávila Araújo, da Escola de Ciência da Informação, ao longo do processo, com a consolidação da parceria com a Escola de Belas Artes (EBA/UFMG), foram incorporados à comissão os docentes Eliana Ribeiro Ambrosio, Marilene Corrêa Maia, Yacyara Froner e Willi de Barros Gonçalves, da Escola de Belas Artes. De modo paralelo, também foi firmada uma parceria com a Rede de Museus e Espaços de Ciências da UFMG (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011; JULIÃO; GARCIA; SABINO, 2015).

Seria esta comissão inicial a responsável pela elaboração da proposta pedagógica original do curso. Tal como ocorreu em outras experiências de implantação de graduações em Museologia no âmbito do REUNI, como no caso do

¹¹³ A incorporação da Escola de Ciência da Informação (ECI) ao REUNI também resultaria na criação do curso de Bacharelado em Arquivologia.

curso da UFRB, somente em um segundo momento – após terem as suas propostas pedagógicas estruturadas – é que ocorreria a contratação dos docentes que iriam compor o quadro dos professores do curso da UFMG.

Da mesma forma que na UFRGS e na UnB, a marca da vinculação da graduação da UFMG ao campo da Ciência da Informação se faz notar na matriz curricular adotada, constituída com forte articulação às demais áreas que compõem a Escola: foi estabelecido um tronco comum de disciplinas oferecidas para os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Por outro lado, tendo em conta a parceria com a Escola de Belas Artes, as disciplinas específicas da área ficaram divididas em dois grandes grupos: “um relacionado a atividades de museologia, museografia e patrimônio cultural, sob responsabilidade da ECI [...]; e outro relacionado à arte, musealização, conservação e exposição museográficas, sob responsabilidade da EBA” (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2010).

A contratação de professores, a partir de 2010, levou à constituição de um corpo docente com competência nas diversas áreas que formam o campo disciplinar da Museologia (JULIÃO; GARCIA; SABINO, 2015). Com a finalidade de rever a proposta pedagógica do curso e aproximá-la às especificidades da Museologia, foi instituída uma comissão que teve como objetivo elaborar uma proposta de reforma curricular para o curso. Tal proposta, concluída em 2012, não foi implantada naquele momento, sendo que atualmente esse processo encontra-se ainda em curso. Um dos fatores que pode contribuir para compreendermos o prolongamento dessa fase de reformulação pode estar relacionado “[...] às demandas departamentais e novas orientações curriculares da UFMG”, tal como pontuam Letícia Julião, Luiz Garcia e Paulo Sabino (2015, p. 5).

Ainda que não tenha sido realizada uma revisão de caráter estrutural, ao longo desses anos foram registrados ajustes e adaptações ao currículo, como alteração de carga horária, supressão de algumas disciplinas, além da adequação de alguns dos conteúdos abordados àquilo que é específico da Museologia. Este é o caso, por exemplo, da disciplina *Fundamentos da Organização da Informação*, que teve seu título modificado para *Fundamentos da Organização da Informação/Introdução aos estudos museológicos*, sendo que as diretrizes da sua ementa abordam especificamente questões relacionadas ao universo museológico.

Atualmente, o curso oferece 40 vagas com entrada anual. De acordo com a matriz curricular acessada, sua grade é composta de 32 disciplinas obrigatórias,

sendo 51% de caráter específico e 49% ligadas às áreas afins¹¹⁴, com predominância de conteúdos relativos ao campo da Ciência da Informação. Tal como nos outros cursos que compõem este bloco, a ampla oferta de componentes curriculares optativos abre um leque de possibilidades, o que muitas vezes evidencia uma “abertura” das matrizes dos cursos em direção a outras áreas. No caso da UFMG, é oferecido um total de 87 disciplinas deste tipo.

Notamos duas especificidades do curso de graduação em Museologia da UFMG em relação aos demais. A primeira diz respeito à ausência das disciplinas de elaboração de Projeto de Pesquisa e execução de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o que provavelmente será adequado na nova proposta de Projeto Pedagógico, tendo em conta que o próprio fortalecimento do campo disciplinar da Museologia passa pelo investimento na pesquisa e na produção de conhecimento. A segunda se refere às disciplinas que tratam de aspectos ligados à gestão e ao planejamento. A contar pelas ementas, as disciplinas obrigatórias *Teorias da Organização*, *Gestão de unidades de informação* e *Planejamento em unidades e sistemas de informação* apresentam uma abordagem mais afeita ao universo da Administração, o que pode ser compreendido tendo em conta a vinculação institucional do curso. Retornaremos a esse ponto no item 3.2. *Análise do ensino da gestão e do planejamento*.

Levando em consideração as colocações elaboradas por um grupo de docentes do curso no artigo intitulado *O curso de Museologia da UFMG*, de 2015 (JULIÃO; GARCIA; SABINO, 2015), percebemos um esforço no sentido de imprimir à graduação uma identidade vinculada à Museologia, o que em muito tem a contribuir para o fortalecimento deste campo disciplinar. A fundamentação conceitual apresentada, que reforça o seu caráter interdisciplinar e aponta para aquilo que é específico da Museologia, explicita essa intenção:

Compreendendo a Museologia como campo interdisciplinar de estudo da relação do homem com o seu patrimônio, no qual são desenvolvidos processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio contribua para a construção de identificações sociais, o curso de Museologia busca articular uma formação teórica consistente a uma prática profissional competente, preparando futuros museólogos capazes de atuar em diferentes contextos patrimoniais.

¹¹⁴ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

Possui, portanto, como objetivo, formar profissionais que compreendam o museu como fenômeno sociocultural; que interpretem as relações do homem com seu ambiente e patrimônio, em suas diferentes facetas; que intervenham de maneira socialmente responsável nos processos de musealização e dominem os processos técnicos e operacionais da Museologia (JULIÃO; GARCIA; SABINO, 2015, p. 4).

Se o que se busca é a consolidação da Museologia como campo disciplinar autônomo, acreditamos que o processo de reformulação curricular se configura como uma oportunidade para que o curso da UFMG adote um formato em que a relação da Museologia com o campo da Ciência da Informação seja pensada de forma a respeitar e potencializar as especificidades do campo museológico.

3.1.3 Bloco 3. Cursos sem vinculação acadêmica: UNIBAVE e UFS

As graduações em Museologia da UNIBAVE e da Universidade Federal do Sergipe (UFS) não possuem vínculo com unidades acadêmicas. Como pontuamos anteriormente, o curso da UNIBAVE encontra-se fechado desde 2016. De todas as formas, dada a sua contribuição para a trajetória recente na formação do campo, consideramos válido levá-lo em conta na pesquisa. No entanto, uma vez que não tivemos acesso à documentação institucional do curso (projeto pedagógico, matriz curricular e ementário usados até 2016), limitamos nossa abordagem apenas à trajetória de constituição do curso.

O curso da UNIBAVE

O curso de Museologia da UNIBAVE nasce em 2004, alocado em uma instituição privada, o Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), com sede em Orleans, cidade localizada no sul do estado de Santa Catarina. Sua criação esteve intimamente atrelada à experiência do Museu ao Ar Livre de Orleans, um dos projetos desenvolvidos dentro do âmbito do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob gestão de Aloísio Magalhães, voltado à valorização do patrimônio cultural compreendido dentro de uma perspectiva ampliada, relacionado ao saber

fazer. Inaugurado em 1980, o foco do Museu ao Ar Livre dirigia-se à presença italiana na região sul de Santa Catarina.

Para além da experiência pioneira do Museu, o período que compreende as décadas de 1980 e 1990 registraram um movimento bastante intenso no campo dos museus em Santa Catarina, impulsionado, em grande medida, pelo Sistema Estadual de Museus, criado em 1991, e pelas ações desempenhadas pela Fundação Catarinense de Cultura dirigidas à realidade museológica do estado. Dentre estas ações, podemos destacar o Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), formalizado em 1997 e responsável por promover oficinas regionais de capacitação direcionadas a profissionais e instituições museológicas de diferentes regiões do estado. Data também desse período o curso de especialização oferecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), concebido com o objetivo de suprir a escassa oferta formativa que então caracterizava o país e a região sul, em específico.

Como forma de atender a essa demanda reprimida por profissionais, e tendo como pano de fundo esse cenário museológico efervescente, foi projetado o curso de Museologia. Alocado na Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE) – atual UNIBAVE – o curso utilizou como parâmetro os currículos das graduações do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Bahia (UFBA), únicas então ativas no país. O Museu ao Ar Livre, por seu turno, localizado no próprio campus da Universidade, cumpria a função de laboratório de experimentação do curso. Em termos de orientação conceitual, o curso tinha uma forte inclinação para problemáticas relacionadas ao papel social desempenhado pelos museus e uma preocupação intrínseca com a realidade dos museus catarinenses, especialmente os de pequeno porte.

No que se refere à sua proposta pedagógica e estrutura curricular, não foi possível obter informações acerca destes pontos junto à instituição de ensino, o que nos impossibilita de tecer considerações sobre o perfil do curso e mesmo analisar as disciplinas que se relacionam à gestão e ao planejamento. De acordo com dados disponibilizados pela UNIBAVE, o curso encontra-se atualmente em processo de atualização, sendo que desde 2016 não foram abertas novas turmas.

O curso da UFS

Com relação ao curso de Bacharelado em Museologia da Universidade do Sergipe (UFS), este surge em 2007 vinculado ao projeto de expansão levado a cabo pela UFS, que viabilizou a implantação do Campus Laranjeiras (CampusLar), localizado a aproximadamente 20Km da capital do estado do Sergipe, Aracaju. As justificativas que conduziram à sua criação apresentam reciprocidades com as demais experiências que compõem a “leva” de graduações em Museologia surgidas na década de 2000, especialmente com o curso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O município de Laranjeiras, tal como a cidade baiana de Cachoeira – onde funciona o curso da UFRB –, possui um rico repertório patrimonial, fator que serviu de motivação para a instalação na localidade de um campus com cursos dirigidos à formação nas áreas das artes e da cultura¹¹⁵. Somado a esse potencial, havia a questão do descompasso entre a crescente valorização das temáticas ligadas à memória e ao patrimônio, e a carência de profissionais capacitados para atuarem no campo.

O projeto inicial de consolidação do curso foi concebido por um grupo de professores substitutos com formação em Museologia e áreas afins, tendo como figura central a professora Verônica Maria Meneses Nunes, historiadora e museóloga provisionada com ampla atuação na área do patrimônio cultural sergipano (ALBUQUERQUE, 2011).

A partir de 2010, o Projeto Pedagógico original seria submetido a uma revisão que resultaria na sua reformulação, aprovada em 2011. Neste processo de repensar o formato do currículo, foram consultados projetos pedagógicos de outros cursos e também as diretrizes para formação na área. Tal como nas experiências vivenciadas por outros cursos, o movimento de reforma do curso da UFS foi marcado por um diálogo bastante próximo com a Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia (RPPCM). O currículo que resultou desta reformulação – e que atualmente está passando por uma nova revisão – apresenta forte influência do

¹¹⁵ Segundo informações consultadas, a criação do Campus de Laranjeiras foi resultado de uma parceria entre a Universidade Federal de Sergipe, a Prefeitura Municipal de Laranjeiras, o Governo do Estado de Sergipe e o Governo Federal, através do Programa Monumenta, vinculado ao IPHAN. Atualmente o campus abriga quatro cursos: Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Dança e Museologia. Disponível em: <http://laranjeiras.ufs.br/pagina/446>. Acesso em: 8 mai. 2017.

modelo implantado em 2008 na UNIRIO, com adaptações à realidade regional do Sergipe.

Tendo como objetivo geral “articular a prática profissional e a pesquisa em nível acadêmico com vistas ao fortalecimento da Museologia enquanto área de conhecimento” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2011, p. 1), a estrutura curricular do curso está organizada em quatro núcleos, a saber:

1. *Núcleo de Conteúdos Básicos*: correspondente aos Estudos Gerais, é relativo às disciplinas de caráter propedêutico vinculadas a formação geral;
2. *Núcleo dos Conteúdos Específicos*: compreende os conteúdos profissionais essenciais para assegurar a formação acadêmica profissional, que por sua vez integra quatro eixos programáticos da Museologia, a saber: Museologia Geral, Museologia Específica, Museologia Aplicada e Pesquisa;
3. *Núcleo de Estágio*: compreende as atividades de estágio supervisionado;
4. *Núcleo dos Conteúdos Complementares*: assegura a formação humanística, interdisciplinar e gerencial, de livre escolha do aluno respeitando-se o definido no Projeto Pedagógico do Curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2011, p. 3).

Sua grade curricular é composta por 94 disciplinas, sendo 49 obrigatórias e 45 optativas. Dentre as disciplinas obrigatórias, 53% são provenientes áreas afins e 47%, específicas da Museologia (entre disciplinas teóricas e práticas)¹¹⁶. O que se percebe é uma ênfase na interface da Museologia com outros campos disciplinares, notadamente a História e as Artes Visuais. No que se refere aos conteúdos específicos, como dito anteriormente, estes estão organizados em quatro eixos: Museologia Geral, Museologia Específica, Museologia Aplicada e Pesquisa, o que reflete a influência do modelo formativo da UNIRIO. O primeiro se refere a disciplinas de Teoria Museológica; o segundo e o terceiro recaem sobre aspectos museográficos, com um volume bastante expressivo de disciplinas que tratam de tópicos relacionados à salvaguarda, seguidas de disciplinas voltadas à comunicação museológica, e apenas uma disciplina na área de gestão, denominada *Gestão Museológica e Administração de Coleções*. O último eixo – Pesquisa – aborda as disciplinas voltadas ao projeto e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

¹¹⁶ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

3.1.4 Bloco 4. Museologia e Artes: O Curso de Museologia da UFPA

O curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), além de ser o único localizado na região Norte do país, é o único dentre os cursos atualmente ofertados que está atrelado ao campo das Artes. Criado em 2009, o curso vincula-se ao Instituto de Ciências da Arte (ICA), que integra, além da Faculdade de Artes Visuais e Museologia (FAM), as Escolas de Música e de Teatro e Dança.

Sua filiação ao Instituto de Ciências da Arte deve ser compreendida à luz dos caminhos percorridos pela proposta inicial de curso, elaborada ainda nos anos 1990 por um grupo de profissionais ligados ao Conselho Regional de Museologia da 6ª Região (COREM) e que reivindicava a necessidade de fomentar a capacitação na área como forma de atender a demanda regional por mão de obra especializada. Uma vez que o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) não encampou a proposta, o curso acabou sendo incorporado pelo Instituto de Ciências da Arte (ICA), que se mostrou receptivo à sua admissão. Com os recursos provenientes do Programa de Expansão das Universidades Federais (REUNI), finalmente tornou-se possível viabilizar a sua implantação, já no final da década de 2000, sendo que a proposta utilizada como base para sua elaboração foi aquela que havia sido concebida cerca de dez anos antes.

O Projeto Pedagógico atualmente em vigor data de 2012 e derivou de um processo de reformulação da proposta original. Foi concebido por uma comissão composta pelo corpo docente do curso de Museologia, professores colaboradores de outras unidades acadêmicas da UFPA e representantes discentes. Tal processo contou ainda com a assessoria técnica da professora Tereza Scheiner, da UNIRIO (BRITTO; BORGES, 2010). Com o objetivo de

[...] formar museólogos capacitados para reconhecer e interpretar o fenômeno Museu, nas suas diferentes formas e contextos de manifestação e para atuar no estudo, documentação, conservação, comunicação, divulgação e valorização do patrimônio musealizado e/ou com potencial de musealização – com ênfase nas questões vinculadas à Região Amazônica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012, p. 2),

o curso aponta para uma compreensão abrangente no que se refere ao patrimônio cultural e para uma orientação de caráter regional, que se materializa em conteúdos

curriculares obrigatórios como *Arqueologia na Amazônia*, *Ecologia Humana da Amazônia*, *História Social da Amazônia*, *Antropologia das Populações na Amazônia* e *Museologia e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Outra característica do curso diz respeito ao convênio firmado com o Museu Paraense Emílio Goeldi, que atua como parceiro tanto para pesquisa quanto para a realização de estágio discente.

O Projeto Pedagógico apresenta a organização dos conteúdos curriculares a partir de quatro dimensões:

1. *Dimensão conceitual*: refere-se aos conjuntos de saberes e habilidades que constituem a base teórica no campo da Museologia e de outras áreas do conhecimento. São conteúdos da ordem do pensamento e incluem as instâncias de conceituação e organização de ideias, as teorias e a pesquisa; 2. *Dimensão criativa*: refere-se aos conjuntos de experiências e habilidades ligadas à percepção e à geração do novo, com o uso de todos os sentidos. Inclui conteúdos no âmbito da Gestalt e da Arte, em todas as dimensões e expressões, especialmente voltados para a Museologia; 3. *Dimensão prática*: refere-se ao conjunto de experiências que se realizam mediante metodologias e técnicas aplicadas, tanto no âmbito da Museologia como nos campos disciplinares, que se fazem representar na formação do museólogo; e 4. *Dimensão normativa*: refere-se ao conjunto de saberes e experiências consignadas sob a forma de leis, códigos, normas, políticas e diretrizes em todos os campos, e mais especificamente no campo da Museologia e do Patrimônio. Inclui as ações cotidianas realizadas em museus e instituições similares, relacionadas à gestão do patrimônio e às normas e procedimentos de atuação dos museólogos e profissionais de campos afins (BRITTO; BORGES, 2010, p. 167).

O curso tem ingresso semestral, sendo disponibilizadas 30 vagas no período diurno. Sua matriz curricular é formada por 56 disciplinas: 48 obrigatórias e 8 optativas, sendo que estão previstos alguns ajustes no desenho curricular direcionados, sobretudo, à redistribuição das cargas horárias e revisão da sobreposição de alguns conteúdos.

Dentre as disciplinas obrigatórias, 50% dos componentes curriculares dizem respeito às áreas afins, com predominância de disciplinas do campo da História, Ciências, seguidos de Antropologia, Arte e Arqueologia; e os outros 50% correspondem às disciplinas específicas do campo da Museologia (entre disciplinas teóricas e práticas)¹¹⁷, o que evidencia o forte viés interdisciplinar que marca o curso. No que se refere às optativas, dentre os oito componentes curriculares

¹¹⁷ A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

oferecidos, cinco abordam estudos de uma cultura material ou segmento patrimonial específico, num formato de disciplina que evidencia a forte influência da matriz curricular implantada no curso da UNIRIO em 1996, concebida pela professora Teresa Scheiner¹¹⁸, que por sua vez reflete a herança institucional daquele curso.

3.1.5 Bloco 5. *Escola de Direito, Turismo e Museologia e o curso de Museologia da UFOP*

O curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto possui uma especificidade quanto à sua vinculação institucional. Quando da sua criação, em 2008, o curso surge atrelado à Reitoria da UFOP, sendo que em 2013 passa a compor a então recém-criada Escola de Direito, Turismo e Museologia. Podemos dizer que um dos fatores que acabou por motivar esse arranjo relaciona-se antes a questões ligadas às circunstâncias de ordem prática do que propriamente resultado de uma escolha planejada e deliberada: a proximidade física entre três áreas – Direito, Turismo e Museologia – aliada ao interesse de se criar uma unidade, fomentaram, pois, a criação da referida Escola¹¹⁹.

Quanto às motivações para a sua implantação, para além da conjuntura nacional favorável, serviram como estímulo a vocação patrimonial e museológica da região de Ouro Preto e Mariana – detentora de importantes acervos, instituições preservacionistas e bens patrimoniais tombados –, e a própria existência, dentro da UFOP, de dois museus, o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT) e o Museu da Escola de Farmácia. Da mesma forma, a primeira metade da década de 2000 registrou o incremento do cenário museológico do município, com a criação, em 2004, do Fórum de Museus de Ouro Preto, que seria transformado, dois anos depois, no Sistema de Museus (Lei Municipal nº 305/2006) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2008).

¹¹⁸ Fazemos referência as seguintes disciplinas: *Museologia aplicada a coleções de ciência e tecnologia; Museologia aplicada a coleções de artes aplicada, Museologia aplicada às manifestações do sagrado, Museologia aplicada aos fazeres e saberes populares, Museologia aplicada a coleções de História* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012).

¹¹⁹ O entendimento da Museologia como ciência social aplicada, tal como consta na CAPES, a aproximaria do Instituto de Ciências Sociais (IC). No caso da UFOP, essa unidade acadêmica está localizada em Mariana e não em Ouro Preto.

Com o lançamento do REUNI pelo Ministério da Educação, “o Conselho Acadêmico e Administrativo do Museu de Ciência e Técnica (MCT) aprovou o oferecimento do Curso de Museologia da UFOP, encaminhado à coordenação do REUNI/UFOP e posteriormente aprovado pelos conselhos superiores da universidade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2017), evidenciando a proximidade estabelecida desde os seus primórdios entre o curso e o Museu.

A elaboração do Projeto Pedagógico ficou a cargo do Colegiado Especial do curso, composto pela professora e museóloga Yara Mattos (à época, docente no Departamento de Turismo), pelo professor Antônio Luciano Gandini (então diretor do Museu de Ciência e Técnica – MCT/EM) e pelo coordenador do Setor de Astronomia do referido Museu, professor Gilson Antônio Nunes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2008). Ao longo do processo de concepção do projeto, a equipe estabeleceu interlocuções com alguns dos cursos então em funcionamento no país, como o da UFRB e o da UFS, além do curso da UNIRIO. Com efeito, como viemos pontuando, é possível identificar marcas do currículo do curso fluminense em diversas das experiências que seriam delineadas ao longo dos anos 2000, inclusive no caso do curso da UFOP.

Tal como os projetos pedagógicos dos demais cursos, sua elaboração utilizou como parâmetro o Parecer CNE/CES nº 492/2001, a Resolução CNS/CES/2002, a lei que regulamenta a profissão de museólogo (Lei nº 7.287/1984), e o decreto lei que autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia (Decreto nº 91.775/1985). Foram também observados as diretrizes da Polícia Nacional de Museus e o Decreto que estabeleceu o Programa de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Com a finalidade de formar

[...] profissionais dotados das competências e habilidades necessárias para o enfrentamento dos desafios e demandas apresentados em museus, centros culturais, centros de documentação e informação, órgãos de gestão cultural, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e prestam um relevante serviço à sociedade brasileira (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2008)

o curso foi o primeiro a ser oferecido no período noturno, atendendo, desse modo, a diretriz do REUNI referente ao aumento de vagas de ingresso, especialmente no turno da noite.

Assim, a orientação conceitual do curso aponta para uma formação humanista, calcada na articulação entre as dimensões teórico – práticas, que visa proporcionar aos egressos uma capacidade mais ampla de atuação no campo, sendo que os próprios museus da UFOP funcionam como laboratórios para a experimentação dos alunos.

O Projeto Pedagógico original, elaborado em 2008, continua vigente. Em 2012, a partir de demandas surgidas pela própria experiência prática, foram feitos alguns ajustes à matriz curricular, mas que não resultaram em uma Reforma Curricular propriamente dita. O ajuste mais expressivo foi o aumento de disciplinas obrigatórias relacionadas ao campo das Artes: de duas (*História Geral da Arte* e *História da Arte no Contexto Museológico*) para cinco (*Arte Geral aplicada à Museologia I*; *Arte Geral aplicada à Museologia II*; *Arte do Brasil aplicada à Museologia I*; *Arte do Brasil aplicada à Museologia II*; e *Arte de Minas Gerais aplicada à Museologia*). Em razão das dificuldades em estabelecer um acordo com o Departamento de História, houve a supressão das disciplinas obrigatórias originalmente oferecidas por esse departamento. Na matriz atual, as disciplinas do campo da História são ofertadas como eletivas.

Por outro lado, a sua vinculação à Escola de Direito, Turismo e Museologia acabou por impor algumas especificidades quanto aos diálogos interdisciplinares estabelecidos: o curso vem buscando tecer uma interface com campo do Turismo¹²⁰ e empreendendo esforços no mesmo sentido com a área do Direito, ainda que este segundo movimento venha ocorrendo a passos mais lentos¹²¹.

O curso oferece 40 vagas por ano, no período noturno. A grade do curso atualmente é constituída por 98 disciplinas, sendo 42 obrigatórias e 56 optativas. No que diz respeito aos componentes curriculares obrigatórios, 66,5% estão relacionados à formação *stricto sensu*, sendo o restante (33,5%) destinado às disciplinas de áreas afins¹²², com ênfase no campo das Artes, tal como pontuamos.

O fato de não ter sido possível consultar o ementário atualizado do curso reduz a nossa capacidade de compreender de modo mais detalhado a forma como

¹²⁰ Além da disciplina obrigatória *Cidade, Museus e Turismo*, oferecida pela Museologia, são ofertadas seis disciplinas de caráter eletivo ministradas pelo curso de Turismo: *Cultura e Arte Barroca*, *Organização de Eventos*, *Marketing I*, *Folclore*, *Educação Ambiental Aplicada ao Turismo*, *Prática de Eventos*.

¹²¹ Atualmente é oferecida uma disciplina eletiva na área do Direito: *Direito do patrimônio cultural*.

¹²² A partir dos parâmetros propostos por Oliveira, Costa e Nunes (2012).

os conteúdos específicos estão sendo trabalhados pelo curso da UFOP, inclusive aqueles relacionados à gestão e ao planejamento. De todos os modos, a leitura dos títulos aponta para uma predominância de aspectos ligados à Museologia Aplicada. O fato da disciplina *Teoria Museológica* ser ofertada como eletiva – ainda que haja a intensão de transformá-la em obrigatória – pode ser visto como um indicativo dessa orientação. Por outro lado, o viés interdisciplinar do curso também se expressa por meio de um considerável leque de disciplinas eletivas oriundas de diferentes campos como Letras, História, Filosofia, Educação, Geologia, Arquitetura, Artes, Turismo, Engenharia de Produção, entre outros.

A partir deste levantamento panorâmico das trajetórias e dos aspectos que marcam o ensino de graduação em Museologia nas universidades brasileiras atualmente, podemos perceber reciprocidades tanto no que diz respeito aos caminhos percorridos pelos cursos quanto às características do atual modelo de formação.

A criação de doze cursos ao longo da década de 2000 ocorreu num cenário de expressivo crescimento do campo museológico no país, com o incremento do número de instituições museológicas e o desenvolvimento de uma série de projetos e ações ligados ao campo dos museus, da memória e do patrimônio. Dentro desta perspectiva, os cursos podem ser compreendidos como produtos e vetores deste processo mais amplo, que teve na Política Nacional de Museus (PNM) um de seus grandes incentivadores, e no Programa do REUNI, do Ministério da Educação, um importante canal para sua viabilização.

Como vimos, um aspecto que marcou essa oferta diz respeito à sua dispersão, por distintas razões, em diferentes áreas do conhecimento. Como assinalam Carlos Alberto Araújo, Angélica Marques e Samile Vanz,

[...] tal característica, por um lado, favoreceu a dimensão interdisciplinar do campo, permitindo a atuação de profissionais de várias áreas e trazendo distintas contribuições; por outro, repercutiu na configuração de modelos formativos bastante diferentes entre si (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011, p. 94).

De fato, a forma como foram conduzidos os processos de criação das distintas propostas pedagógicas surgidas nos últimos quinze anos demonstra a

existência de um campo disciplinar ainda incipiente, que só viria ganhar força e protagonismo ao longo da primeira década do século XXI.

Entretanto, ao fazermos um raio X do atual perfil da oferta formativa, constatamos que esta colocação que aponta para a heterogeneidade dos modelos formativos já perdeu parte de sua força. Ainda que os cursos apresentem especificidades, percebemos que há um alinhamento quanto aos princípios e premissas que norteiam suas propostas pedagógicas. Neste sentido, podemos mencionar a concordância quanto a um entendimento alargado do que vem a ser o patrimônio cultural, quanto à dimensão aplicada da disciplina Museologia – que pressupõe uma estreita relação entre conhecimentos teóricos e práticos – e quanto ao caráter interdisciplinar inerente a este campo de conhecimento.

Um articulador fundamental neste processo de alinhamento do perfil dessa oferta formativa foi a Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia (RPPCM). Como já sinalizamos, por meio de um trabalho intenso iniciado no final da década de 2000 – e que envolveu os coordenadores de cursos, com interface com o Ibram – a RPPCM estabeleceu critérios mínimos para a formação no campo, o que acabou por contribuir para a constituição de uma identidade formativa mais calcada na Museologia, que teve como principal ganho o fortalecimento deste campo disciplinar junto ao universo acadêmico. O próprio movimento no sentido de reajustes e reformulações curriculares aos quais viriam a ser submetidos vários dos cursos a partir de 2010 em muito foi influenciado pelos debates e discussões suscitados pela Rede¹²³.

Assim, embora atualmente hajam especificidades quanto às orientações dos cursos de graduação em Museologia ativos, sendo alguns mais afeitos a questões museográficas e/ou com ênfase em determinadas áreas do conhecimento e recortes patrimoniais específicos, podemos dizer – a partir do levantamento realizado –, que há uma maior aproximação curricular entre os modelos formativos adotados. Alinhados com a base legal que dita as diretrizes para o ensino superior na área¹²⁴ e

¹²³ Como vimos, vários cursos passariam por Reformas Curriculares a partir de 2010. Estes foram os casos dos cursos da UFBA (2011), UFS (2011), UFPA (2012), UFSC (2015), UFPEL (2015) e UFRGS (2015). No caso da reforma da UNIRIO, de 2010, esta se limitou a reorganizar a grade e propor o curso noturno, não representando uma modificação conceitual em relação ao Projeto Pedagógico de 2006. Por certo, dado o caráter dinâmico que é inerente ao processo de ensino aprendizagem, atualmente uma boa parcela dos cursos vem submetendo suas matrizes a mudanças e readequações, como é o caso dos cursos da UFRB, UFMG, UFBA, UFS e UNIBAVE.

¹²⁴ Especialmente o Parecer do Conselho Federal de Educação CNE/CSE nº 492/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Museologia e o documento

aos princípios que norteiam o campo¹²⁵, as matrizes dos cursos trazem – em maior ou menor grau, e nem sempre em equilíbrio – conteúdos obrigatórios mínimos relativamente semelhantes atrelados a temas como “Teoria Museológica; Documentação; Comunicação; Conservação e Preservação; Gestão Museológica; Acervos e Processos” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a, p. 83).

Posto isso, podemos afirmar que houve avanços no âmbito da formação profissional em nível de graduação em Museologia não só em termos quantitativos, como também em termos qualitativos, o que, sem dúvida, vem contribuindo para o fortalecimento e consolidação deste campo disciplinar no país.

Não obstante, consideramos necessário ponderar alguns aspectos sobre o perfil desta oferta formativa, principalmente aquele que se refere às brechas que a interdisciplinaridade pode gerar. A Museologia enquanto disciplina se constitui a partir da intersecção com outras áreas científicas. É por meio da sua articulação com outros campos do saber – notadamente vinculados às áreas das Ciências Humanas e da Ciência da Informação – que o conhecimento museológico é produzido.

Como vimos, esta premissa tem orientado a configuração dos cursos de graduação. Seguindo as próprias diretrizes da legislação que pautam a formação no campo¹²⁶, as matrizes curriculares dos cursos de Museologia estão organizadas a partir de uma combinação entre disciplinas oriundas das chamadas áreas afins à Museologia – como História, Artes, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Educação, Arquitetura, Ciência da Informação, Ciências Naturais, entre outras – e disciplinas específicas do campo da Museologia, de caráter teórico e prático.

O risco ao qual nos referimos está justamente na forma como esta relação, que é constitutiva da Museologia, é estabelecida. Dentro do universo de cursos analisados, há casos onde ocorre o predomínio destes conteúdos, notadamente àqueles relacionados à História, História da Arte e Antropologia, em detrimento daquilo que é específico da Museologia, reduzindo-a a um conjunto de procedimentos museográficos circunscritos ou não a tipologias específicas de

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, publicado pelo Ministério da Educação, 2010 e cujo texto foi concebido pelos membros da RPPCM.

¹²⁵ Nesse sentido, fazemos referência especificamente ao Código de Ética do ICOM, à Declaração de Santiago do Chile (1972), à Declaração de Quebec (1984) e à Declaração de Caracas (1992).

¹²⁶ O Parecer do Conselho Federal de Educação CNE/CSE nº 492/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Museologia, assinala que “os conteúdos dos cursos se organizam em atividades acadêmicas de *formação geral*, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Museologia, e em atividades acadêmicas de *formação específica*” (CNE/CSE, 2001, p. 37, grifos nossos).

acervos. Em outros casos, mesmo quando o que prevalece na matriz são disciplinas relacionadas aos chamados conteúdos específicos da Museologia, há desequilíbrio entre componentes teóricos e aplicados e também entre os próprios componentes práticos, quando, por exemplo, ocorre o predomínio de disciplinas do eixo da salvaguarda em detrimento de disciplinas de comunicação museológica.

Neste sentido, como forma de valorizar a interdisciplinaridade que é inerente ao campo sem relegar a Museologia à condição de ciência auxiliar, apontamos para a importância de a interdisciplinaridade ser pensada sempre a partir daquilo que é específico da Museologia, contribuindo assim para a consolidação deste campo disciplinar. Em outros termos, que a relação a ser estabelecida com as áreas afins tenha como mote questões propriamente museológicas, motivadas pelo seu objeto de estudo, qual seja: o estudo das relações que as diferentes sociedades travam, ao longo de suas trajetórias, com sua herança patrimonial por meio da ativação de sistemas de administração da memória (BRUNO, 2000). Esta ponderação nos leva a pensarmos a relação da Museologia com o campo da gestão, relação esta que será tratada no item seguinte, voltado à análise do ensino da gestão e do planejamento nos currículos dos cursos.

Corroboramos com o posicionamento de que a matriz curricular dos cursos deve dar ênfase aos conteúdos que são específicos da Museologia, e não privilegiar os estudos de determinada área afim ou segmento patrimonial específico. Neste ponto, a fim de pensarmos possíveis bases propriamente museológicas sobre as quais as estruturas curriculares podem vir a ser projetadas, recuperamos o quadro referencial da Museologia (Quadro 1), apresentado na introdução deste trabalho, que propõe a organização deste campo disciplinar a partir de três grandes eixos: **Museologia Geral**: que corresponde aos princípios e procedimentos gerais da disciplina e que servem para qualquer universo de aplicação; **Museologia Especial**, que diz respeito aos textos e contextos específicos onde esses princípios são experimentados; e **Museologia Aplicada** (ou Museografia), que se refere ao conjunto de procedimentos técnico-científicos acionados por meio da ativação da cadeia operatória museológica¹²⁷. Compreendemos que, ao basear os arranjos dos conteúdos curriculares a partir desta organização, a oferta formativa na área teria muito a ganhar na medida em que contribuiria ainda mais para a afirmação da

¹²⁷ Quando observamos as propostas pedagógicas dos cursos, constatamos que apenas a graduação da UFG se utiliza dessa estrutura para a organização de seus conteúdos curriculares.

Museologia como campo disciplinar independente, dotado de referencial teórico próprio.

Outro aspecto que marca o atual ensino de graduação em Museologia diz respeito à tendência à incorporação de temas e problemáticas circunscritas ao campo da chamada Museologia Social, que busca enfatizar o papel social desempenhado pelas experiências museológicas junto aos diferentes textos e contextos de experimentação. Nesse sentido, identificamos a presença nos currículos de disciplinas com conteúdos relacionados a museus comunitários, ecomuseus, museus de território, museus e desenvolvimento, movimentos sociais e Museologia, entre outros.

Esta orientação – que no nosso entendimento traz aspectos bastante inovadores para a capacitação, na medida em que rompe com um modelo formativo calcado em aspectos estritamente museográficos e projeta o museólogo como trabalhador social – pode ser compreendida à luz da força que o discurso da função social dos museus alcançou ao longo das quatro últimas décadas, tendo como marco, tal como assinalamos no capítulo 1, a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972. No Brasil, esta postura ideológica adquiriu dimensões de política pública por meio da Política Nacional de Museus (PNM), lançada em 2003 e que instituiu uma série de projetos e ações concebidos em estreita relação com os preceitos que pautam esse viés da chamada Museologia Social¹²⁸.

No entanto, compreendemos que esta ampliação de horizontes em direção à conformação de novas experiências museológicas não pressupõe a negação da importância dada aos procedimentos técnico-científicos inerentes ao fazer museológico. Como coloca Cristina Bruno, “embora assumindo muitas formas, do colecionismo aos museus, destes aos ecomuseus, é possível constatar a continuidade do mesmo fenômeno: o Homem elege facetas (materiais e imateriais) do seu universo de vida, preserva-as para perpetuá-las” (BRUNO, 1997, p. 15). E é justamente a relação inerente a este fenômeno que constitui o cerne da Museologia enquanto campo de estudos sociais aplicados.

Assim, ao trazermos essas reflexões para o campo da capacitação profissional em Museologia, acreditamos que o modelo que deve pautar a formação

¹²⁸ Nesse sentido, fazemos referência notadamente aos programas Pontos de Cultura e Pontos de Memória. Por certo, esta “abertura” em direção à Museologia Social foi apenas um dos vieses que caracterizaram a PNM. Em outros aspectos, a PNM adotou, no nosso entendimento, posturas mais ortodoxas, como no caso do texto do Estatuto de Museus, comentado no capítulo 1 deste trabalho.

na área é aquele que, pensado a partir daquilo que é inerente à disciplina Museologia (e aqui evocamos novamente o quadro geral da disciplina), permita a formação de profissionais capazes de lidar com os diversos tipos de processos de musealização, sejam aqueles de natureza mais tradicionais, sejam os de caráter mais experimental (BRUNO, 1996; 1999), dentre as quais o museu se configura como um dos caminhos possíveis.

3.2 Análise do ensino da gestão e do planejamento

Uma vez pontuados alguns aspectos que caracterizam o perfil do ensino superior em Museologia no país hoje, neste item iremos nos deter no modo como os respectivos currículos dos cursos abordam os temas relativos à gestão e ao planejamento, foco da pesquisa. Como assinalamos na introdução, serviram de fonte para o desenvolvimento da análise os projetos pedagógicos e as ementas das disciplinas obrigatórias que compõem as respectivas grades curriculares dos cursos. Uma vez que não foi possível obter o ementário e o projeto pedagógico que norteou o curso da UNBAVE até 2016, ano em que foi desativado com o objetivo de passar por um processo de reformulação, este curso não pôde ser considerado¹²⁹. Sendo assim, o universo de estudo foi conformado pelos treze cursos atualmente ativos: UNIRIO, UFBA, UFRB, UFPEL, UFPE, UFG, UFSC, UFRGS, UnB, UFMG, UFS, UFPA e UFOP. Conforme já explicitado, os dados levantados foram cruzados com as contribuições dadas pelos docentes dos cursos por meio de diálogos informais (online e presenciais).

Como parâmetro para a leitura das ementas, partimos de algumas premissas apontadas ao longo deste trabalho, principalmente aquelas voltadas à gestão e à formação profissional. Dentro da nossa perspectiva, a gestão museológica é aquela que se volta à administração dos sistemas da memória por meio da ativação da cadeia operatória museológica de modo equilibrado e em constante retroalimentação, configurando-se, assim, como um processo intrínseco à Museologia. Sua abrangência extrapola, portanto, as chamadas atividades-meio, o

¹²⁹ Segundo informações disponibilizadas pela Coordenação do curso em abril de 2017.

que a transforma, ao lado da salvaguarda e da comunicação, em função inerente ao *dizer e fazer* museológicos. Com relação à formação profissional, somos adeptos da ideia de que o ensino da gestão desde a ótica da Museologia (sistema de administração da memória) contribui para o processo de capacitação dos estudantes e para a conformação daquilo que Maria Cristina Oliveira Bruno (2015) chama de olhar museológico. Este olhar compreende as atividades ligadas à cadeia operatória da Museologia dentro de uma perspectiva integrada, evitando assim, a conformação de olhares fragmentados e tecnicistas sobre o campo.

Tendo estes princípios em conta, foram levadas em consideração, para fins deste estudo, as disciplinas dos cursos de graduação em Museologia que trazem em seu bojo aspectos relacionados à gestão e ao planejamento. Assim, ao consultarmos os ementários, nos atentamos à presença destes temas em outras disciplinas que não apenas aquelas que trazem em seus títulos a menção a termos como *gestão, planejamento, administração e organização*¹³⁰. No caso específico do curso da UFOP, uma vez que não foi possível ter acesso ao ementário atualizado, restringimo-nos a enunciar apenas aqueles componentes curriculares que contém esses termos em seus títulos, o que, por certo, representou uma limitação na abordagem deste curso.

Todos os treze cursos analisados dispõem em suas matrizes curriculares de uma ou mais disciplinas de caráter obrigatório – além de disciplinas optativas – com títulos que fazem menção aos termos *gestão, administração, organização e planejamento*¹³¹. No caso específico dos cursos da UFBA e UFSC, a inserção das disciplinas *Gestão Museológica* e *Gestão de Museus* ocorreu em 2011 e 2015, respectivamente, quando da realização da última reforma curricular destes cursos¹³². O Quadro 8, apresentado a seguir, elenca alguns dados acerca dessas disciplinas:

¹³⁰ Os dados acerca deste ponto estão sistematizados no Apêndice C - Relação das disciplinas que versam sobre os temas da gestão e planejamento.

¹³¹ A única exceção nesse sentido é a disciplina do curso da UNIRIO que, embora apresente conteúdos relativos a estes temas, é denominada *Museologia IV*.

¹³² Na UFSC, até 2015, a disciplina era oferecida como optativa.

IES	Natureza/ Período	Título	Ementa	Pré-requisito
UNIRIO	Obrigatória 5º período	Museologia IV	Panorama da questão da ética na atividade museológica; análise dos códigos nacionais e internacionais de ética profissional no campo da atuação do museólogo, dentro e fora dos museus. Conceitos e ações concernentes à gestão de museus (Plano Museológico) e de instituições afins, de natureza privada ou pública, de constituição participativa e/ou comunitária. Papel desempenhado pelas associações de amigos; panorama das agências de fomento brasileiras no campo da museologia.	Sem informação
	Optativa	Administração I	Apresentação dos movimentos e teorias de Administração. Análise e comparação dos conceitos. Elaboração de novos conceitos sobre o enfoque moderno da administração. Aplicação dos conhecimentos administrativos empresariais	-
	Optativa	Administração II	A administração em perspectiva. O papel do administrador. O comportamento humano nas organizações. Mudanças na sociedade. Administração contemporânea	-
UFBA	Obrigatória 6º semestre	Gestão Museológica	Estudo e análise das diretrizes operacionais para elaboração, organização e gerenciamento do Plano Museológico.	Exposição Museológica Ação Cultural Educativa com Patrimônios
UFRB	Obrigatória 7º semestre	Gestão Museológica	Domínio e análise dos códigos de ética de atuação do profissional a nível nacional e internacional; política nacional de museus e modelos de gestão; desenvolvimento do plano museológico voltado para museus e diversos processos de musealização.	Introdução à Museologia
UFPEL	Obrigatória 6º semestre	Gestão de Museus	Noções de gerenciamento de museus e de coleções museológicas; análise das legislações nacionais e internacionais que regem as práticas museológicas de aquisição, salvaguarda e comunicação de acervos; os códigos de conduta ética	Documentação Museológica I

			dos profissionais de museus. Estudo e análise de “Planos e Programas Museológicos” em instituições com natureza de museu, públicas e privadas; composição dos recursos humanos e estruturação espacial das coleções, assim como os procedimentos para efetuar os seus deslocamentos internos e externos. Noções básicas de adequação dos espaços para a acessibilidade dos mais diversos públicos. Princípios de segurança física e informacional das coleções que compõem os museus.	
UFPE	Obrigatória 6º período	Gestão e planejamento em museus	Conceitos e ações concernentes à gestão de museus e de instituições afins, de natureza privada ou pública. Papel desempenhado pelas associações de amigos; panorama das agências de fomento brasileiras no campo da museologia. Plano Museológico	Sem informação
UFG	Obrigatória 5º período	Gestão e Avaliação de Museus	Conceitos básicos de Administração. O comportamento humano nas organizações. A organização e a gestão em instituições museológicas. A equipe administrativa e técnica do museu e o seu treinamento. Planejamento estratégico e gestão da qualidade. Administração da imagem institucional. O plano museológico em diferentes modelos e processos de musealização. A natureza pública ou privada dos museus, as associações de amigos, as agências de fomento, a gestão participativa. A cultura da avaliação em museus. A avaliação qualitativa.	Sem informação
UFSC	Obrigatória 6ª fase	Gestão de Museus	Noções de gerenciamento de museus e de coleções museológicas; análise das legislações nacionais e internacionais que regem as práticas museológicas de aquisição, salvaguarda e comunicação de acervos; os códigos de conduta ética dos profissionais de museus. Estudo e análise de “Planos e Programas museológicos” em instituições com natureza de museu, públicas e privadas; composição dos recursos humanos e estruturação espacial das coleções, assim como os procedimentos para efetuar os seus deslocamentos internos e externos. Noções básicas de adequação dos espaços para a acessibilidade dos mais diversos públicos. Princípios de segurança física e informacional das coleções que compõem os museus.	Sem pré-requisito

	Optativa	Fomento e Projetos Culturais	Ferramentas de gestão de instituições culturais. Natureza e particularidades de projetos de fomento. A ética na gestão e produção cultural. Leis de incentivo à cultura e sua aplicação. Políticas públicas e impactos no campo museológico.	-
UFRGS	Obrigatória 1ª etapa	Administração aplicada às ciências da informação	Conceitos básicos de Administração. Teoria Geral da Administração (TGA). Movimentos da Administração.	Sem pré-requisito
	Obrigatória 4ª etapa	Gestão em Museus	Planejamento, criação e administração de museus e centros culturais. Planejamento estratégico e sistemas de qualidades. Administração da Imagem institucional. Ética profissional.	Iniciação à Museologia Conservação e preservação de bens culturais Sistemas de informação e documentação em museus
	Obrigatória 5ª etapa	Produção e Gestão Cultural	Instrumentos, métodos e técnicas para uma gestão cultural estratégica e ética. Ferramentas de gestão de instituições, como a de projetos culturais. Natureza e particularidades dos projetos. A ética na gestão e produção cultural. As leis de incentivo à cultura e sua aplicação.	Gestão em museus
UnB	Obrigatória 7º semestre	Gestão de Museus e Políticas de Acervos Museológicos	Conceitos e ações concernentes à gestão de museus e de instituições afins. Planejamento e administração de acervos museológicos em instituições culturais públicas ou privadas. Análise dos códigos nacionais e internacionais de ética profissional no campo de atuação do museólogo.	Sem informação
	Optativa	Introdução à Administração	Sem informação	-
UFMG	Obrigatória 1º período	Teorias da Organização	Origens da administração e das teorias administrativas. A evolução do pensamento administrativo. Teorias contemporâneas. Instituições de informação: funções e características definidoras.	Sem pré-requisito
	Obrigatória 6º período	Gestão de unidades de informação	Unidades e sistemas de informação do ponto de vista organizacional. Processos de tomada de decisão, motivação, criatividade, liderança e comunicação aplicados a unidades de informação. Organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais, marketing. Questões na gestão de	Sem pré-requisito

			sistemas de informação.	
	Obrigatória 8º período	Planejamento em unidades e sistemas de informação	Planejamento: conceito, evolução e etapas. Noções de planejamento estratégico. Planejamento de unidades, produtos e serviços de informação. Elaboração, acompanhamento e análise de projetos	Sem pré-requisito
UFS	Obrigatória 6º semestre	Gestão Museológica e Administração de Coleções	Política nacional de museus e modelos de gestão. Conceitos e ações concernentes à gestão de museus e de instituições afins, de natureza privada ou pública, de constituição participativa e/ou comunitária. Papel desempenhado pelas associações de amigos. Panorama das agências de fomento brasileiras no campo da museologia. Desenvolvimento de plano museológico voltado para museus e diversos processos de musealização.	Objetos e Coleções Teorias da Museologia
	Optativa	Teorias e Técnicas da Administração	Apresentação dos movimentos e teorias de Administração. Análise e comparação dos conceitos. Elaboração de novos conceitos sobre o enfoque moderno da administração. O papel do administrador. O comportamento humano nas organizações. Mudanças na sociedade. Administração contemporânea.	-
UFPA	Obrigatória 7º semestre	Administração em Museus	Introdução às teorias da Administração e sua aplicabilidade ao planejamento, criação e administração de museus e instituições culturais. Planejamento estratégico e sistemas de qualidade. Administração da imagem institucional. Marketing cultural. Museus, administração e gestão do patrimônio. As diferentes formações do profissional de museus. O museólogo: formação e diretrizes profissionais. Ética profissional. O Código Internacional de Ética para Museus.	Sem informação
UFOP	Obrigatória 1º período	Organização de Museus	Sem informação	Sem informação
	Obrigatória	Preservação e Gestão do	Sem informação	Sem informação

	6º período	Patrimônio Cultural		
	Obrigatória 7º período	Elaboração e gestão de projetos culturais	Sem informação	Sem informação
	Obrigatória 7º período	Organização e Administração I (oferecida pela Engenharia de Produção)	Sem informação	Sem informação
	Obrigatória 8º período	Gestão e administração de museus	Sem informação	Sem informação
	Optativa	Gerência de recursos humanos	Sem informação	Sem informação

Quadro 8 – Disciplinas obrigatórias e optativas com títulos que fazem menção aos termos gestão, administração, organização e planejamento.

Fonte: A autora a partir de dados contidos nos projetos pedagógicos e sites institucionais.

Como podemos perceber a partir destes dados, os conteúdos das ementas abordam tópicos relacionados à legislação, ética profissional, agências de fomento, associação de amigos, natureza dos museus, gerenciamento de museus e de coleções/acervos museológicos, planejamento estratégico, sistemas de qualidade, avaliação, administração de recursos humanos, acessibilidade, segurança, Teoria da Administração, imagem institucional, *marketing*, concepção de espaços museais, gestão e elaboração de projetos, gestão do patrimônio, políticas públicas na área museológica e Plano Museológico.

O primeiro ponto a ser sinalizado sobre este panorama se refere à própria presença destes conteúdos nas grades dos cursos, o que evidencia o protagonismo alcançado pelo tema da gestão junto ao universo museológico, tal como buscamos pontuar no capítulo 1 deste trabalho. De fato, o direcionamento dos componentes curriculares para questões ligadas a este universo denota a preocupação que permeia o ensino superior em Museologia hoje no país no sentido de buscar instrumentalizar os bacharéis com ferramentas que os habilitem a lidar com o “[...] planejamento, gestão, execução e acompanhamento de projetos e políticas culturais vinculados ao patrimônio natural e cultural, material e imaterial [...]” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a, p. 83).

Assim, com vistas a capacitar profissionais aptos a atuarem no campo profissional, a formação aborda conhecimentos e procedimentos oriundos do campo da gestão, que possuem maior ou menor interlocução com a práxis e os conhecimentos específicos da Museologia. Dentre os assuntos tratados por estas disciplinas, é notório o protagonismo atribuído às políticas públicas nas áreas de museus, com especial ênfase no Plano Museológico, o que demonstra um alinhamento da oferta formativa com a legislação que rege atualmente o campo museológico brasileiro. Podemos inclusive afirmar, tomando como referência os diálogos estabelecidos com os docentes, que a referida legislação vem influenciando diretamente no formato adotado por estas disciplinas.

Outros conteúdos trabalhados nestas disciplinas dizem respeito a instrumentos, métodos e técnicas oriundos de áreas afins, notadamente da Administração, ligados a temas como recursos humanos, planejamento estratégico, agências de fomento, associações de amigos, *marketing*, estratégias para financiamento de projetos, que são compreendidos como atividades-meio que

viabilizam o desenvolvimento das atividades finalísticas das experiências no campo – leia-se salvaguarda e comunicação.

A ênfase dada a esses conhecimentos ligados à gestão *stricto sensu* pode ser compreendida como um reflexo do momento que os museus e processos de musealização vêm enfrentando. Frente ao cenário de incertezas e instabilidades, no qual os Estados paulatinamente perdem protagonismo, incorporar procedimentos e técnicas desta natureza, sempre pensados a partir das especificidades da Museologia, torna-se estratégico para a consolidação e projeção das experiências operadas no campo. A intenção em formar futuros profissionais aptos a lidarem com este tipo de cenário evidencia, a um só tempo, o caráter interdisciplinar da Museologia e o entendimento dos museus como fenômenos socioculturais.

Outro aspecto a ser observado diz respeito ao momento em que estas disciplinas aparecem nos respectivos currículos. Ao consultarmos as matrizes, constatamos que, na maior parte dos casos, estes componentes curriculares são ofertados da metade para o final dos cursos, com maior concentração nos 6º e 7º períodos. Este dado demonstra uma escolha formativa que prioriza, num primeiro momento, uma formação mais voltada a temas específicos da Museologia – como documentação, expografia, aspectos teóricos, conservação, entre outros – para somente depois tratar da questão da gestão propriamente dita. Tal organização teoricamente possibilitaria aos estudantes – como inclusive foi sublinhado por alguns dos docentes com quem dialogamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa – uma compreensão de todos os processos inerentes ao campo museológico de modo articulado e integrado.

Um possível desdobramento para este ponto seria justamente o de averiguar junto ao alunado dos diferentes cursos se tal intenção de fato se efetiva. O caso da graduação da UFBA traz uma experiência interessante neste sentido. A disciplina *Gestão Museológica*, implantada na reforma de 2011, originalmente foi ofertada no 6º semestre. No entanto, a vivência prática levou os docentes e os discentes a constatarem, por meio da realização dos Seminários de Avaliação do curso, que seria mais proveitoso para o desenvolvimento dos componentes curriculares ofertá-la nos primeiros semestres da formação. Assim, a proposta de readequação curricular ora em tramitação propõe, dentre outros aspectos, este ajuste.

A partir dos dados consultados, foi possível constatar que somente em três cursos – UFRGS, UFMG e UFOP – são oferecidas disciplinas obrigatórias dessa

natureza ainda no primeiro semestre. Na UFRGS é ofertada a disciplina *Administração aplicada às ciências da informação*, na UFMG, a disciplina *Teoria da Organização* e, na UFOP, *Organização de Museus*, sendo que os temas tratados nas disciplinas da UFRGS e da UFMG dizem respeito a conteúdos do campo da gestão *stricto sensu*, como Teoria Geral da Administração, sem estabelecer interface direta com o campo museológico. As próprias referências bibliográficas recomendadas para estas disciplinas evidenciam esta orientação que, no nosso entendimento, pode ser compreendida tendo em conta a vinculação institucional de ambos os cursos, alocados em escolas e faculdades de Ciência da informação¹³³.

Quanto ao curso da UFOP, este apresenta ainda quatro disciplinas obrigatórias que fazem menção aos termos gestão e administração em seus títulos¹³⁴, sendo que a disciplina *Organização e Administração I*, oferecida no 7º período, é ministrada pelo Departamento de Engenharia de Produção Administração e Economia da Universidade, o que aponta para uma abertura em direção a outros campos disciplinares¹³⁵.

No caso da graduação da UFRGS, a interface da gestão com o campo museológico ocorre na disciplina *Gestão em Museus*, ofertada na 4ª etapa do curso, sendo que a própria bibliografia básica recomendada indica esta orientação. O curso dispõe ainda de outra disciplina de caráter obrigatório relacionada ao universo da gestão. Trata-se da disciplina *Produção e Gestão Cultural*, oferecida na 5ª etapa do curso. De fato, dentre o universo de cursos analisados, o da UFRGS é, ao lado do curso da UFOP e da UFMG, o que traz o maior número de componentes curriculares que, com maior ou menor interação com o campo da Museologia, fazem referência em seus títulos a conteúdos circunscritos ao universo da gestão.

Quanto ao curso da UFMG, além da já mencionada disciplina *Administração aplicada às ciências da informação*, são oferecidas, no 6º e 8º períodos,

¹³³ Os demais cursos que disponibilizam disciplinas diretamente atreladas ao que estamos chamando de gestão *stricto sensu* as oferecem, na maior parte das situações, como disciplinas optativas. Este é o caso dos cursos da UNIRIO (*Administração I e II*), da UnB (*Introdução à Administração*), da UFS (*Teorias e Técnicas da Administração*) e da UFOP (*Gerência de Recursos Humanos*). Nesse sentido, ver Quadro 8.

¹³⁴ São elas: *Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural* (6º período), *Elaboração e gestão de projetos culturais* (7º período) e *Gestão e administração de museus* (8º período).

¹³⁵ Como não tivemos acesso ao ementário atualizado deste curso, não foi possível tecer uma reflexão mais elaborada acerca do perfil destas disciplinas. De todas as formas, a contar pelos títulos, dentre o atual cenário da oferta formativa, voltada para essa questão da gestão, vemos que o curso da UFOP é o que mais dispõe de disciplinas associadas a essa temática. Por certo, quantidade não pressupõe necessariamente qualidade em termos museológicos.

respectivamente, as disciplinas *Gestão de unidades de informação* e *Planejamento em unidades e sistemas de informação*. Não obstante, a consulta às ementas e referências bibliográficas de ambos os componentes curriculares indica uma tímida aproximação com uma perspectiva mais museológica¹³⁶. Podemos dizer que a relação da Museologia com o campo da Ciência da Informação abriu novos caminhos conceituais, mas também impôs certas limitações que devem ser ponderadas se o que se busca é a consolidação da Museologia como campo disciplinar independente.

Embora de modo demonstrativo – uma vez que nem todos os cursos apresentam em suas ementas indicações de referências bibliográficas, e que, quando há informações nesse sentido, elas podem vir a estar desatualizadas – consideramos válido apontar algumas reciprocidades acerca da bibliografia recomendada nas ementas do conjunto de disciplinas apresentadas no Quadro 8¹³⁷.

Ao observarmos as listas de referências bibliográficas básicas e complementares identificamos que várias delas fazem alusão a títulos bastante difundidos que se propõem a estabelecer articulações entre o universo da gestão e o campo museológico, principalmente no que diz respeito a questões museográficas.

Com relação aos títulos traduzidos, a maior recorrência é do livro *Gestão Museológica: desafios e práticas*, de Timothy Mason, publicado pelo *Museums & Galleries Commission* (Reino Unido) e traduzido para o português em 2004, como parte da Série Museologia, lançada pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp) em parceria com a Vitae Apoio à Cultura Educação e Promoção Social. A referida publicação aborda questões relacionadas à gestão e ao planejamento aplicadas ao universo dos museus. Nesse sentido, discute sobre a importância da definição da missão e dos objetivos das instituições de natureza museológicas, sobre procedimentos para elaboração de diagnóstico e avaliação, além de aspectos relacionados à captação de recursos financeiros, orçamento, e outros temas concernentes às chamadas atividades-meio.

¹³⁶ A contar pelas ementas, as disciplinas adotam quase que exclusivamente publicações do campo da administração e de outros campos do conhecimento vinculados a Ciência da Informação (Biblioteconomia e Arquivologia). Por certo, a prática docente pode vir a contrariar essa informação. No entanto, como não foi possível realizar esse levantamento mais detalhado, nos limitamos à análise aos conteúdos presentes no ementário consultado.

¹³⁷ As ementas das disciplinas dos seguintes cursos trazem informações sobre as referências bibliográficas: UFRB, UFPEL, UFPE, UFG, UFSC, UFRGS, UFMG E UFPA, sendo que só tivemos acesso ao programa atualizado do curso da UFG, o que trouxe acréscimos quanto à bibliografia original.

Esta publicação é seguida de dois outros títulos: *Plano Diretor*, de Stuart Davies, igualmente publicado como parte da Série Museologia, em 2001, e que trata da importância do planejamento junto às instituições museológicas e dos caminhos para a elaboração de planos diretores (que podem ser compreendidos como sinônimo de planos museológicos); e *Como Gerir o Museu: Manual Prático*, organizado por Patrick Boylan e publicado originalmente em língua inglesa sob o título *Running a museum: a practical handbook*, que traz recomendações sobre procedimentos ligados à salvaguarda, comunicação e gestão.

No que se refere aos títulos em língua portuguesa, a maior incidência é do livro *Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento*, de autoria da professora do curso de Museologia da UFG Manuelina Duarte Cândido, publicado em 2013 como resultado de sua pesquisa de doutorado. A referida pesquisa teve como objetivo discutir e propor procedimentos para elaboração de diagnósticos no campo da Museologia, tendo como parâmetro os conhecimentos oriundos deste campo em interface com outras áreas. O segundo título é o do português Filipe Mascarenhas Serra, *Práticas de Gestão nos museus portugueses*, lançado em 2007 e que trata de questões relativas à gestão de recursos humanos e financeiros no contexto museológico português.

O levantamento realizado igualmente permitiu evidenciar uma série de disciplinas obrigatórias circunscritas à dimensão da Museologia Aplicada e, com bem menos ênfase, à Museologia Geral¹³⁸, que trazem aspectos relacionados à gestão e ao planejamento (Apêndice C).

Partindo da cadeia operatória museológica, encontramos atreladas ao eixo da salvaguarda, a presença de disciplinas que fazem referência a tópicos como desenvolvimento de diagnósticos e gerenciamento de acervos, planejamento de reservas técnicas, planos de segurança, sistemas de gestão da informação, documentação. Já no que se refere ao eixo da comunicação museológica, identificamos disciplinas que tratam de temas como concepção e planejamento de exposições, processos educacionais em museus, avaliação e estudos de público, programas e projetos de arquitetura para museus e espaços museais, entre outros.

Com isto, verificamos que as questões relativas à gestão e ao planejamento, compreendidas dentro de uma perspectiva ampla, perpassam distintas disciplinas de

¹³⁸ Tomamos como referência o Quadro Referencial da disciplina Museologia (Quadro 1), apresentado na introdução deste trabalho.

conteúdo específico da Museologia, notadamente aquelas associadas à dimensão do *fazer* museológico (Museologia Aplicada). Tal constatação sinaliza o aumento da importância dada à perspectiva processual para o gerenciamento dos museus e processos de musealização (BRUNO, 2015b), o que reforça que a gestão e o planejamento são inerentes à Museologia, configurando-se, ao lado da salvaguarda e da comunicação, como função básica do campo.

Ao nos voltarmos para o modo como as ideias de gestão e planejamento vêm sendo abordadas nos currículos dos cursos de graduação em Museologia ativos no país, evidenciamos a presença de duas dimensões que se complementam e que contribuem para o fortalecimento da Museologia Aplicada.

De um lado, identificamos a dimensão a qual chamamos gestão *stricto sensu*, que recorre a procedimentos e técnicas circunscritos a áreas afins, notadamente da Administração, de caráter operacional e complementar, que se configuram como atividades-meio que permitem a viabilização das atividades finalísticas inerentes ao ciclo museológico. Nesse sentido, fazemos referência a temas como gestão de recursos humanos, estratégias de financiamento e fomento, comuns a qualquer tipo de gestão, mas que, quando aplicados ao universo museológico, devem adequar-se às suas especificidades.

Esta relação evidencia o caráter interdisciplinar que caracteriza o campo museológico. Com efeito, se a Museologia se coloca como disciplina autônoma, dotada de especificidades, esta especificidade não deve anular a utilização, justamente, de métodos, técnicas e conceitos advindos de outros campos disciplinares, desde que acessados a partir das particularidades da Museologia.

Como pontuamos, compreendemos que, dentro do contexto contemporâneo, adquirir aptidões no sentido da gestão *stricto sensu* são importantes e contribuem para o fortalecimento dos procedimentos museográficos. Não obstante, o que caracteriza essa dimensão da gestão *stricto sensu* aplicada à Museologia é a sua flexibilidade e plasticidade, uma vez que os diferentes textos e contextos que conformam o campo de experimentação da Museologia demandam soluções que não seguem padrões pré-estabelecidos. Como assinalamos em outro momento deste trabalho, as saídas para resolver questões relativas à governança, recursos

humanos e financeiros adotados em uma experiência museológica de caráter comunitário, por exemplo, em nada se assemelham àquelas empreendidas por um museu localizado em um grande centro urbano e detentor de uma tipologia por dizer “clássica” de acervo. Assim, os futuros profissionais devem ser capazes de olhar para cada experimento no campo tendo em conta as necessidades e prioridades impostas por cada realidade específica.

De outro lado, está a dimensão da gestão que colabora para o desenvolvimento dos procedimentos técnico-científicos ligados à salvaguarda e à comunicação, a qual podemos identificar como gestão *museológica*. A partir das ementas, vimos que noções ligadas à gestão e ao planejamento extrapolam as disciplinas que levam seu nome, e aparecem em componentes curriculares que tratam de temas como diagnóstico de acervo, planejamento de exposição, etc. De fato, esta presença nos faz compreender que a gestão hoje se configura, ao lado da salvaguarda e da comunicação, como função intrínseca à Museologia e contribui, como já pontuado, para o fortalecimento da dimensão aplicada deste campo. O Quadro 9, a seguir, busca sistematizar a distinção entre as noções de gestão *stricto sensu* e gestão *museológica*:

Gestão <i>stricto sensu</i>	Gestão <i>museológica</i>
Procedimentos e técnicas de caráter operacional e complementar que se configuram como atividades-meio: gestão de recursos humanos, estratégias de financiamento e fomento, etc., que permitem a viabilização das atividades finalísticas.	Procedimentos voltados ao encadeamento continuado e equilibrado da cadeia operatória museológica (sistema de administração da memória), com vistas à transformação do patrimônio em herança (BRUNO, 2006, 2000).
Caráter plástico e flexível	Perspectiva processual Função inerente à Museologia

Quadro 9 - Gestão *stricto sensu* e Gestão *museológica*

Fonte: A autora

Entretanto, ainda que conteúdos relacionados à gestão *museológica* venham sendo trabalhados em menor ou maior medida nos cursos, sua abordagem não garante, necessariamente, a dimensão processual que lhes é inerente – ou, em

outros termos, o *olhar museológico* ao qual Maria Cristina Bruno se refere (BRUNO, 2015a).

É justamente nesse ponto de passagem da dimensão prática da gestão (Museologia Aplicada) à Teoria Museológica que nos detemos. Somos adeptos da posição que compreende que o ensino da gestão *museológica* colabora, para além do fortalecimento da Museologia Aplicada, para a consolidação da Museologia Geral, uma vez que propõe princípios e pressupostos gerais de atuação pensados a partir de dentro da Museologia, favorecendo assim para a consolidação deste campo disciplinar.

Tais princípios estão, pois, associados à sua especificidade – entendida como sistema de administração da memória que viabiliza, por meio do encadeamento de ações de salvaguarda e comunicação, em constante equilíbrio, a transformação e projeção do patrimônio em herança (BRUNO, 2006, 2000).

Se partirmos da ideia de que a gestão *museológica* compõe o quadro geral de princípios da disciplina Museologia, acreditamos que a sua presença nos currículos dos cursos deveria ser ampliada. No decorrer da pesquisa, constatamos junto aos docentes da UFPEL e da UFG com quem dialogamos que houve tentativas junto a esses cursos justamente no sentido de ampliar a carga destes componentes curriculares de uma para duas disciplinas. No entanto, em nenhum dos casos a proposta teve desdobramentos.

Assim, como forma de cobrir “[...] todo o quadro de exigências e necessidades emanadas dos processos museológicos” (BRUNO, 2000, p. 27), compartilhamos da posição que defende que o perfil adequado para os cursos de formação deveria cobrir aspectos ligados ao campo teórico e aplicado (Museologia Geral e Museologia Aplicada, abarcando salvaguarda, comunicação e gestão, sendo a gestão parte desta cadeia), de forma equilibrada. Nesse processo, acreditamos que o ensino da gestão desde a perspectiva *museológica* possibilita um bom trânsito entre as dimensões aplicada e teórica deste campo disciplinar, permitindo o seu fortalecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho, que teve como objetivo mapear as características da formação em nível de graduação em Museologia existente hoje no país, especificamente no que se refere ao ensino das noções de gestão e planejamento, permitiu demonstrar, por uma parte, a valorização do campo disciplinar da Museologia dentro do contexto brasileiro e, por outra, o protagonismo assumido pelo tema da gestão junto ao universo museológico, o que pode ser percebido por meio de sua presença dentre os componentes curriculares abordados.

O fortalecimento da Museologia como campo disciplinar independente se materializou no incremento da oferta formativa voltada para a área, com o surgimento de novos cursos de graduação em Museologia, além de uma série de outros cursos em nível de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. Por certo, essa consolidação do campo não se deu apenas em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos, com renovação e ampliação da rede de atores e profissionais que atuam no campo e o fomento à criação de espaços privilegiados de discussão e debate.

Assim, se no final dos anos 1990 Maria Cristina Oliveira Bruno identificava, na área da formação profissional, “a configuração de ilhas espalhadas pelo país” (BRUNO, 1997, p. 14) – em alusão à falta de diálogo existente entre os poucos polos de capacitação em Museologia então ativos no país – passados vinte anos desta constatação, é com entusiasmo que reconhecemos avanços expressivos no campo que permitiram vislumbrarmos no horizonte, no lugar de ilhas, pontes que permitem trocas e articulações entre diferentes atores e profissionais atuantes nas diferentes regiões do país. A Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia desempenhou, nesse processo, um papel central, na medida em que, ao envolver docentes e também pesquisadores, acolheu diferentes olhares e fomentou o debate acerca das especificidades da Museologia como área de conhecimento autônomo e da identidade do perfil profissional projetado para o campo.

No que se refere a este último ponto, ao lançarmos um olhar panorâmico sobre a atual oferta formativa no campo, percebemos a presença de diferentes matizes daquele modelo por muito tido como a essência da formação na área – calcado em procedimentos museográficos e atrelado ao paradigma colecionista –

que convivem ao lado de perspectivas que apontam justamente para uma ruptura em relação a estas estruturas mentais de longa duração (BRUNO, 2000). Ao servir de base para várias das experiências formativas surgidas ao longo dos anos 2000, o currículo da UNIRIO, herdeiro do curso pioneiro vinculado ao Museu Histórico Nacional, desempenhou papel ativo neste processo de difusão de dada herança institucional.

Por outro lado, o atual padrão formativo reflete as transformações conceituais deflagradas no campo dos museus e no pensamento museológico, que levaram à ampliação das noções acerca do objeto da Museologia, abrindo-se a novos caminhos, principalmente aquele que aponta para a função social dos museus e para o entendimento do patrimônio cultural desde uma perspectiva mais alargada. As distintas mudanças deflagradas nos currículos dos cursos tidos como “tradicionais” – UNIRIO e UFBA – refletem isso. No caso da UNIRIO, percebe-se que, ainda que haja uma forte herança museográfica/museologia como ciência auxiliar, há um forte viés calcado na chamada Museologia Social. Quanto ao curso da UFBA, a implantação de disciplinas de pesquisa na área demonstra a preocupação com uma formação que transcenda a dimensão técnica do *fazer* museológico, fomentando reflexões e produção de conhecimento na área, o que contribui para seu fortalecimento como campo disciplinar.

Estas tendências se materializam em grades curriculares que combinam conhecimentos oriundos de áreas afins (História, Artes, Filosofia, Educação, Arquitetura, Ciência da Informação, etc.) com conteúdos específicos do campo da Museologia, o que reforça a sua dimensão interdisciplinar, mas, ao mesmo tempo, pode representar um risco de dispersão e demasiada abertura em direção a conteúdos de outras áreas, relegando ao segundo plano os temas que são próprios da disciplina Museologia.

Como assinalamos no capítulo 3, partilhamos da ideia de que a formação em Museologia deve adotar um formato calcado nos conteúdos específicos da área, onde a aplicação esteja estreitamente associada à reflexão, capaz de habilitar o aluno a lidar com os distintos modelos de processos museológicos, tendo sempre como premissa que o museu na contemporaneidade – entendido nas suas diferentes facetas – atua como espaço não de representação, mas de questionamento da condição humana (BRUNO, 2000).

No que se refere à gestão, a crescente demanda por competências e habilidades neste sentido tem a ver com a centralidade que este tema alcançou na contemporaneidade. Dado o contexto político e econômico em que vivemos, há um interesse cada vez maior em estratégias oriundas deste campo. Em termos de ensino e formação atentamos que, para além de oferecer ferramentas de gestão que permitam aos futuros profissionais atuarem em diferentes realidades museológicas, a capacitação necessita munir os egressos de um referencial conceitual de base – referencial este identificado neste trabalho como *gestão museológica*. No nosso entendimento, o ensino da *gestão museológica* – que tem sua especificidade na administração dos sistemas da memória, sendo, portanto, intrínseca à Museologia – colabora para que os futuros museólogos, para além de aplicarem conhecimentos técnicos, sejam capazes de refletir museologicamente – o que pressupõe um pensamento gestado a partir do arcabouço teórico da Museologia.

O ato de refletir museologicamente pode ser traduzido na noção de *olhar museológico* cunhada por Maria Cristina Oliveira Bruno (2015a). Calcado na lucidez, reflexividade, e acrescentaríamos, reversibilidade – uma vez que permite novas perspectivas de abordagem que se materializam em novas combinações patrimoniais – este olhar se constitui em contraposição às visões tecnicistas e fragmentadas que não permitem a compreensão das experimentações no campo dentro de uma orientação integrada e processual.

Se ensinada a partir desta perspectiva – que permite o trânsito entre as dimensões aplicada e teórica do campo – acreditamos que a gestão pode contribuir para a consolidação do campo disciplinar da Museologia, uma vez que possibilita que a Museologia Sonhada – circunscrita ao cenário das utopias – se aproxime cada vez mais da Museologia Real “que permeia o cotidiano institucional dos processos museológicos” (BRUNO, 2006, p. 5).

Como possíveis desdobramentos desta pesquisa, apontamos para a realização de um estudo direcionado para o olhar dos egressos acerca do ensino da gestão e do planejamento nos cursos de Museologia. Outro possível percurso investigativo seria no sentido de analisar o perfil e a trajetória dos docentes responsáveis por ministrar estas disciplinas.

REFERÊNCIAS¹³⁹

ABREU, R. História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol. 2, p.199-233, jan./dez.1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5300/6830>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ALBUQUERQUE, S. B. de M. Sob a Lupa de Clio: notas para a história do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe. **Revista Brasileira de Museus e Museologia – Musas**, Brasília, n. 5, p. 280-295, 2011. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Revista-Musas-5.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ALVARES, L. Graduação em Museologia: significados, opções e perspectivas. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 236-250, jan./jul. de 2012. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12133/1/ARTIGO_GraduacaoMuseologiaSignificados.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ARAÚJO, C. A. A.; CALDEIRA, P. da T.; NASSIF, M. E. O curso de graduação em Museologia da ECI/UFMG: concepção e projeto pedagógico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p.282-307, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1050/686>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ARAÚJO, C. A. A.; MARQUES, A. A. da C.; VANZ, S. A. S. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, da UnB e da UFRGS. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, abr. 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4707/3666>>. Acesso em 23 jun. 2017.

BARROSO, G. A carreira de conservador. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 224-229, 1947. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/MHN/12005>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BARROSO, G. Preenchimento de funções de Professor do Curso de Museus. **Relatórios, Curso de Museus e Acervo Gustavo Barroso**, Rio de Janeiro, p. 27-29, 1952. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/MHN/41623>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

¹³⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas: NBR 6023.

BOLAÑOS, M. **La memoria del Mundo**: cien años de Museología – 1900-2000. Gijón: Trea, 2002.

BOYLAN, P. (Coord.). **Como gerir um museu**: manual prático. Brodowsky, SP: ACAM Portinari; São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015.

BOYLAN, P. La formation du personnel des musées: une préoccupation majeure de l'ICOM et de l'UNESCO depuis quarante ans. **Museum**, Paris, [nº 156], v. XXXIX, n. 4, p. 225-230, 1987.

BRASIL. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906/2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm#art65>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 16.078, de 13 de julho de 1944. Aprova o Regulamento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-lei nº 6.689, de 13 de julho de 1944. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=7602&norma=17116>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985. Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=106711>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.689, de 13 de julho de 1944. Dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=2043&norma=4861>>. Acesso em 23 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7287.htm>. Acesso em 23 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus. [2009a]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. [2009b]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRITTO, R.; BORGES, L. C. Desafios na formação do museólogo frente à demanda social dos museus da região amazônica. In: SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN EN MUSEOLOGÍA DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y ESPAÑOLA, 2., 2010, Buenos Aires. Comité Internacional del ICOM para la Museología – ICOFOM. p. 157-167. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10327.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2017.

BRUNO, M. C. O. Apresentação: Cidade, gestão e sustentabilidade em museus / Museus e movimentos comunitários. In: ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS, 7., 2015, São Paulo, 2015a. Disponível em: <https://issuu.com/sisem-sp/docs/7_encontro>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BRUNO, M. C. O. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, L.; BITTENCOURT, J. N. (Org.). **Caderno de Diretrizes Museológicas 2: Mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Superintendência de Museus, 2008. p.15-23.

BRUNO, M. C. O. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In: GRANATO, M.; RANGEL, M. (Org.) **Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia.** Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.14-25.

BRUNO, M. C. O. Formação em Museologia: alguns caminhos para a especialização profissional. In: SEMANA DOS MUSEUS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2., 1999, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 1999. p. 77-80.

BRUNO, M. C. O. (Coord.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro:** documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. 2 v.

BRUNO, M. C. O. **A luta pela perseguição ao abandono**. 2000. 238 f. Tese (Livre Docência) – Museu de Arqueologia e Etnografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRUNO, M. C. O. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 9, n. 9, p. 9-33, 1996.

BRUNO, M. C. O. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 25, p. 5-20, 2006.

BRUNO, M. C. O. A pedagogia museológica e a expansão do campo científico da museologia. In. SIMPOSIO INTERNACIONAL DEL ICOFOM, 36., 2014, Paris. **Nuevas tendencias en Museología**. Paris: ICOFOM/ICOM, 5 a 9 jun. 2014.

BRUNO, M. C. O. Um ponto de vista sobre os cenários e articulações para formação profissional em museologia: conquistas e perspectivas no Brasil. In. INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA. **Tendencias de la Museología en América Latina**. Articulaciones, horizontes, diseminaciones. México D. F.: ENCRyM: INAH, 2015b p.104-108. Disponível em: <<https://revistas.inah.gob.mx/index.php/digitales/article/view/6066/6921>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRUNO, M. C. O. Teoria museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 10, n. 10, p. 13-21, 1997.

BRUNO, M. C. O. O trabalho com o abandono: entrevista com a Museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 18, n. 21, p. 303-338, 2005. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2285/1365>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRUNO, M. C. O; FONSECA, A.; NEVES, K. R. F. Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Garnieri: textos e contextos. In: BRUNO, M. C. O; NEVES, K. R. F. (Coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia do Xingó, 2008. p. 21-39.

BURCAW, G. E. Comments on MuWoP No 1. **Museological Working Papers**, Stockholm, nº 2, p. 83-84, 1981. Disponível em: <[http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%202%20\(1981\)%20Eng.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%202%20(1981)%20Eng.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CARDOSO, P. M. O que é museologia? **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 115-152, 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2600/1499>>. Acesso em 20 jun. 2017.

CERÁVOLO, S. M. Delineamentos para uma teoria da museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 237-268, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v12n1/19.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

CHAGAS, M. de S. A formação profissional do museólogo: 7 imagens e 7 perigos. In: _____. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996, p. 11-120.

CHAGAS, M. de S. A imaginação museal em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. In: CHAGAS, M. **Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. p. 70-245.

CHAUMIER, S.; MAIRESSE, F. Profession [verbetes]. In: DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011. p.473-496.

COELHO, P. A. **Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)**. 2015. 360f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Código de Ética do ICOM para Museus**. [S.l.], 2006. Disponível em: <<http://archives.icom.museum/codes/Lusofono2009.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM); Comitê Internacional para a Formação Profissional (ICTOP). **Basic Syllabus for the Professional Museum Training**. Bergen: ICOM; ICTOP, 1981. 2. rev.

CONSELHO REGIONAL DE MUSEOLOGIA 2ª REGIÃO. **Linha do tempo: ensino da Museologia no Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Rio de Janeiro: COREM 2R, 2017. Disponível em: <<https://corem2r.wordpress.com/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

COSTA, H. H. F. G. da. Formação em Museologia – o caso da Bahia. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 234-249, 1947. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/MHN/19473>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

COUTINHO, M. I. L. Waldisa, o curso de Museologia e o alunado. In. BRUNO, M. C. O. (Coord). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. v. 2, p. 9-46.

CURY, M. X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005a.

CURY, M. X. Museologia: marcos referenciais. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 18, n. 21, p. 45-74, 2005b. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2271>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CURY, M. X. Museologia, novas tendências. In. GRANATO, M.; SANTOS, C. P. dos; LOUREIRO, M. L. N. M. (Org.). **Museu e Museologia**: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.25-41. (MAST Colloquia, v. 11).

DAVIES, S. **Plano Diretor**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; British Council; Fundação Vitae, 2001 (Série Museologia).

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Orgs.). **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armand Colin; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. Cartas de Navegação: planejamento museológico em mar revolto. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 48, n. 4, p. 35-56, 2014.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. A gestão e o planejamento institucional nos currículos universitários de Museologia: estudo preliminar. **Musear**, Ouro Preto, v.1, p.51-60, 2012.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. Novas ondas do pensamento museológico brasileiro. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 20, n. 20, p. 163-206, 2003.

ECOLE DU LOUVRE. **Historique**. Paris: Ministère de la Culture, 2016. Disponível em <<http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre/histoire>>. Acesso em: 05 abr.2016.

ENCryM (Escuela Nacional de Conservación, Restauración y Museografía “Manuel del Castillo Negrete”). **Convocatoria de admisión a la maestría em Museología**. Ciudad de México: INAH, 2017. Disponível em: <<http://www.encrym.edu.mx/index.php/oferta-academica/maestria-museolog>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

GONÇALVES, J. R. S. Os museus como espaços materiais de representação social. In: _____. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN, 2007. p. 82-106. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

HERNÁNDEZ, F. H. **Planteamientos teóricos de la Museología**. Gijón: Trea, 2006.

INTERNATIONAL COMMITTEE ON MANAGEMENT (INTERCOM). **About Intercom**. Liverpool: ICOM, 2016. Disponível em: <<http://www.intercom.museum/about.html>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ISOLAN, F. B. **Análisis de un caso de gestión compartida de la cultura local a partir de la acción** **Pontos de Cultura**, Ministerio de Cultura. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2010.

ISOLAN, F. B. Políticas públicas, museus e Museologia: perspectivas para a avaliação do Programa Mais Museus (Ibram/MinC). In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 1., 2014, Belo Horizonte. **Anais do I Sebramus**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. p.140-151.

JULIÃO, L. Pesquisa histórica no museu. In: NASCIMENTO, S. S. et al. (Cord.). **Caderno de Diretrizes Museológicas**. 2. ed. Brasília: MinC/IPHAN/Demu; Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Superintendência de Museus, 2006. p. 89-101.

JULIÃO, L.; GARCIA, L. H.; SABINO, P. R. O curso de Museologia da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.20, número especial, p.1-8, out./dez. 2015.

JULIÃO, L.; TANUS, G. F. de S. C. Ensino da Museologia no Brasil: teoria e interdisciplinaridade. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 1., 2014, Belo Horizonte. **Anais do I Sebramus**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. p.76-87.

LEWIS, G. Los museos, la profesión y la universidad: los estudios museológicos em Leicester. **Museum**, Paris, [n. 156], v. XXXIX, n. 4, p. 255-258, 1987.

LIMA et al. Um curso de Museologia para Goiás: Bacharelado em Museologia da UFG. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA – SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO, 1., 2009, Maringá. **Anais...** Editora da UEM, 2009. Sem paginação.

LORD, B.; LORD, G. D. **Manual de gestión de Museos**. Barcelona: Ariel, 2008.

LORENTE, J.P.; Los estudios de museologia em las universidades españolas. **Revista de Museología**, Madrid, n. 47, p. 72-80, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/946627/Los_estudios_de_Museolog%C3%ADa_en_las_universidades_espa%C3%B1olas>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MAIRESSE, F. Gestion [verbete]. In: DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Dicctionnaire Encyclopédique de Muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011. p.175-199

MAIRESSE, F. O museu inclusivo e a museologia mundializada. In: ENCONTRO REGIONAL ICOFOM-LAM, 21., 2012, Petrópolis. p.35-52. Disponível em: <<http://www.sulear.com.br/textos/BORGES%20e%20CAMPOS%20Patrimonio%20c%20Valor%20IV%20SIAM.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MAROEVIC, I. **Introduction to Museology**: the European Approach. München: Verlag Dr. C. Müller-Straten, 1998.

MAROEVIC, I. Museology as a field of knowledge. **Cahiers d'étude**, Paris, n. 8, p. 5-7, 2000. Disponível em: <http://archives.icom.museum/study_series_pdf/8_ICOM-ICOFOM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MARSHALL, F. A função social da Museologia brasileira: uma provocação. **Revista Museu**, [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://revistamuseu.com/18demaio/artigos.asp?id=16663>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MASON, T. **Gestão museológica**: desafios e práticas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; British Council; Fundação Vitae, 2004. (Série Museologia)

MENSCH, P. V. Museology and management: enemies or friends? Current tendencies in theoretical museology and museum management in Europe. In: MIZUSHIMA, E. (Red.). **Museum management in the 21st century**. Tokyo: Museum Management Academy, 2004. P 3-19. Disponível em: <http://www.icom-portugal.org/multimedia/File/V%20Jornadas/rwa_publ_pvm_2004_1.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2015.

MENSCH, P. V. Museology as a profession. **Cahiers d'étude**, Paris, n. 8, p. 20-21, 2000. Disponível em: <http://archives.icom.museum/study_series_pdf/8_ICOM-ICOFOM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MENSCH, P. V. Museus em movimento. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 1, p.49-54, 1989.

MENSCH, P. V. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1994.

MENSCH, P. V. Professionalism and museology. Towards a methodology of museology. 1992. Thesis (PhD) – University of Zagreb, Zagreb, 1992. Disponível em: <<http://www.muuseum.ee/uploads/files/mensch09.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Bases para a Política Nacional de Museus**: Memória e Cidadania. Brasília: Minc, 2003.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus**. Brasília, DF: MinC, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus**: Relatório de gestão 2003-2010. Brasília, DF: Ministério da Cultura (MinC); Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), 2010a.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional Setorial de Museus**: 2010-2020. Brasília, DF: Ministério da Cultura (MinC); Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), 2010b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Superior, 2010a. 99 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relação das Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados**. Brasília: Sistema e-MEC, 2015. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **REUNI**. Brasília: MEC, 2010b. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara Superior de Educação (CSE). Parecer CNE/CSE nº 492, de 03 de abril de 2001, aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais de diferentes cursos, dentre eles o de Museologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara Superior de Educação (CSE). Resolução CNE/CSE nº 21, de 13 de março de 2002, estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES212002.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 971, de 5 dezembro de 1969. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Currículos Mínimos dos Cursos Superiores. Brasília: MEC, [s.d.]a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação, Resolução nº 14, de 27 de fevereiro de 1970. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Currículos Mínimos dos Cursos Superiores. Brasília: MEC, [s.d.]b.

MOORE, K. (Ed.). **La Gestión del Museo**. Gijón: Ediciones Trea, 1998.

MOORE, Kevin. Tengo un sueño. Planificación estratégica como inspiración para los museos. In: LACASTA, A. A.; PERAILE, I. I. (Coords.). **Actas de las Primeras Jornadas de Formación Museológica**. Museos y planificación: estrategia de futuro. Madrid: Ministerio de la Cultura, Secretaria General Técnica, 2006. p. 39-50.
MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **História**. Goiânia: UFG, 2014. Disponível em: <<https://www.museu.ufg.br/p/1333-historia>>. Acesso em 15 abr. 2017.

NASCIMENTO JUNIOR, J. do. Plano Nacional Setorial de Museus: uma agenda política para os próximos dez anos. In: MINISTÉRIO DA CULTURA; INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Política Nacional Setorial de Museus: 2010-2020**. Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2010.

NEVES, K. R. F. **A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual**: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São

Paulo. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

NEVES, K. R. F. Programas Museológicos e Museologia Aplicada: o Centro de Memória do Samba de São Paulo. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, v. 21, n. 21, p. 13-30, 2003.

NUNES, G. A.; OLIVEIRA, A. C. A. R. de; COSTA, C. A. S. A Arquitetura de Museus nos cursos de Graduação em Museologia no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS: identidades e comunicação, 2., 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6329696-A-arquitetura-de-museus-nos-cursos-de-graduacao-em-museologia-no-brasil.html>>. Acesso em 20 mar. 2017.

OLIVEIRA, A. C. A. R. de. **O Conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. 2003. 122 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, A. C. A. R. de; COSTA, C. A. S.; NUNES, G. A. Perfil dos cursos de graduação em museologia do Brasil. In. OLIVEIRA, A. P. de P. L. de; OLIVEIRA, L. M. (Org.). **Sendas da Museologia**. Ouro Preto: UFOP, 2012. p.41-65.

OLIVEIRA et al. Proposta de diretrizes para um currículo referência de formação de graduação em museologia: bacharelado. In. OLIVEIRA, A. P. de P. L. de; OLIVEIRA, L. M. (Org.). **Sendas da Museologia**. Ouro Preto: UFOP, 2012. p.67-90.

PISCULIN, J. A profissão museal e o futuro dos museus. **Cadernos Museológicos**. Rio de Janeiro, n. 1, p.68-70, 1989.

RANGEL, M.; NASCIMENTO JUNIOR, J. do. A trajetória da Política Nacional de Museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro. In. GRANATO, M. (Org.) **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: MAST, 2015. p. 298-315. (MAST: 30 anos de pesquisa, v. 1).

RUSSIO, W. Formação do museólogo: porque em nível de pós-graduação? In: BRUNO, M. C. O. (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a. v. 1, p. 232-236.

RUSSIO, W. Formação profissional (1986). In: BRUNO, M. C. O. (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010b. v. 1 p. 224-231.

RUSSIO, W. A Interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, M. C. O. (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010c. v. 1, p.123-126.

RUSSIO, W. O mercado de trabalho do museólogo na área da Museologia (1982). In: BRUNO, M. C. O. (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010d. v. 1, p. 215-224.

RUSSIO, W. Museologia e identidade (1989). In: BRUNO, M. C. O. (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010e. v. 1, p. 176-185.

RUSSIO, W. Museologia: formação no Brasil – a proposta do Instituto de Museologia de São Paulo/FESP (1990). In: BRUNO, M. C. O. (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010f. v. 1, p. 253-262.

RUSSIO, W. Museu, Museologia, museólogo e formação (1989). In: BRUNO, M. C. O. (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010g. v. 1, p. 243-252.

RUSSIO, W. Sistema da Museologia (1983). In: BRUNO, M. C. O. (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010h. v. 1, p. 127-136.

RUSSIO, W. Texto III. In: ARANTES, A. A. (Org.) **Produzindo o Passado**. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59-78.

SÁ, I. C. de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 2013.

SÁ, I. C. de. História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, p.10-42, 2007. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/MHN/20030>>. Acesso em 23 jun. 2017.

SANTOS, M. C. T. A aplicação da Museologia no contexto brasileiro: a práxis e a formação. In: _____. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MINC/IPAHN/DEMU, 2008, p. 175-228 (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

SANTOS, M. C. T. O Curso de Museologia da UFBA: retrospectivas e perspectivas. Salvador, 2015. Trabalho não publicado.

SANTOS, M. C. T. A formação do museólogo e o seu campo de atuação. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 18, p.169-198, 2002.

SANTOS, M. C. T. Processo museológico e educação: contribuições e perspectivas. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 7, p. 305-340, 1996.

SANTOS, M. C. T. **Programa de formação e capacitação na área de Museologia**. Salvador: MinC, 2003. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/programa-de-formacao-e-capacitacao-na-area-de-museologia.pdf/c237a873-4b89-4d4c-93bd-392986d26295>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

SERRA, F. M. **Práticas de gestão nos museus portugueses**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2007.

SIQUEIRA, G. K. **Curso de museus – MHN (1932-1978): o perfil acadêmico-profissional**. 2009. 178 p. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SIQUEIRA, G. K. História e trajetória da formação em Museologia através do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional – MHN – 1932/1978. **Cadernos Tramas da Memória**, Fortaleza, n. 1, p. 81-102, mai. 2011.

SMITHSONIAN CENTER FOR EDUCATION AND MUSEUM STUDIES. **ICOM Curricula Guidelines for Museum Professional Development**. [S. l.]: ICM; ICTOP, 2009. Disponível em: <<http://museumstudies.si.edu/ICOM-ICTOP/index.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SPINELLI, T. **A Museologia no Rio Grande do Sul e os 30 anos de regulamentação da profissão**. Porto Alegre: COREM-3R, 2014. Disponível em: <www.corem3.org.br/artigo01>. Acesso em 12 abr. 2017.

STRÁNSKÝ, Z. Z. Questions are gates leading to the truth. **Museological Working Papers**, n. 2, p.19-21, 1981. Disponível em: <[http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%202%20\(1981\)%20Eng.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%202%20(1981)%20Eng.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

TANUS, G. F. de S. C. A trajetória do ensino da Museologia no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 76-88, mai./jun. 2013.

TANUS, G. F. de S. C.; ARAÚJO, C. A. A.; JULIÃO, L. Formação em Museologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 193-206, mai./jun.2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Histórico do curso**. Brasília: UnB, 2017a. Disponível em: <<http://www.museologia.fci.unb.br/curso/historico-do-curso.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Manual do curso de Bacharelado em Museologia**. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/255955-MANUAL-MUSEOLOGIA/>>. Acesso em 12 mar. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto acadêmico do curso de Bacharelado em Museologia**. Brasília: UnB, 2017b. Disponível em: <<http://www.museologia.fci.unb.br/curso/curriculo/projeto-academico.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Dossiê CEMMAE**. São Paulo: SIG.RP-MUSP, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Reestruturação curricular**. Projeto Pedagógico. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Colegiado De Museologia. Salvador: UFBA, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto pedagógico do curso de Graduação em Museologia – Bacharelado** (anexo à Resolução CEPEC nº 1310). Goiânia: UFG, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Ementas/programas das disciplinas do curso**. Belo Horizonte: UFMG, [2016]. Disponível em: <<http://colgradmuseo.eci.ufmg.br/documentos/ementas-programas-disciplinas>>. Acesso em 14 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Grade curricular**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<http://colgradmuseo.eci.ufmg.br/documentos/grade-curricular-2014>>. Acesso em 14 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Matriz curricular 2015/1**. Ouro Preto: UFOP, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Projeto pedagógico do curso de Graduação em Museologia**. Ouro Preto: UFOP, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Projeto político pedagógico do curso de Bacharelado em Museologia**. Pelotas: UFPel, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Grade curricular e componentes disciplinares**. Recife: UFPE, [s.d.]a. Disponível em: <https://www.ufpe.br/museologia/index.php?option=com_content&view=article&id=340:grade-curricular-museologia&catid=1:programa&Itemid=254>. Acesso em: 12 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto pedagógico do curso de Graduação em Museologia**. Recife: UFPE, [s.d.]b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto pedagógico do curso de graduação Bacharelado em Museologia**. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <<http://museologia.ufsc.br/files/2010/05/Projeto-Pedag%C3%B3gico-do-Curso-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Museologia-UFSC.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Campus de Laranjeiras**. Laranjeiras: UFS, 2017. Disponível em: <<http://laranjeiras.ufs.br/pagina/446>>. Acesso em 12 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Resolução nº 48/2011/CONEPE. Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Museologia, Bacharelado, na modalidade presencial e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de reformulação curricular do curso de Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH, nov. 1995/ago.1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de reformulação curricular do curso de Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Proposta de Alteração da Matriz Curricular do Curso de Museologia (turno integral) e de implantação do curso de Museologia no turno da noite**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução nº 4.357, de 13 de dezembro de 2012. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Museologia. [2012]. Disponível em: <http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/consepe/downloads/resolucoes/consepe/2012/4357%20PPC%20Museologia.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Projeto pedagógico do curso de Graduação em Museologia**. Cachoeira: UFRB, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Ementário do curso de Museologia**. Gestão 2014/2015. Porto Alegre: UFRGS, 2015a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Museologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2015b.

VAQUINHAS, I. A museologia como campo de estudo nas universidades portuguesas: esboço de evolução, pertinência e atualidade. **MIDAS** [Online], [S.l.], v. 1, 2013. Disponível em: <<https://midas.revues.org/142>>. Acesso em 23 jun. 2017.

VARINE, H. de. A respeito da Mesa Redonda de Santiago do Chile. 1972. In: BRUNO, M. C. O. (Coord.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria

de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. v. 2, p. 38-42.

WICHES, C. A. de M. **Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico:** (des) caminhos da prática brasileira. 2010. 422 p. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação dos documentos institucionais consultados (projetos pedagógicos, ementário e matrizes curriculares)

APÊNDICE B – Dados dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Bacharelado em Museologia Ativos

APÊNDICE C - Relação das disciplinas que versam sobre os temas da gestão e do planejamento

APÊNDICE A – Relação dos documentos institucionais consultados (projetos pedagógicos, ementário e matrizes curriculares)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de reformulação curricular do curso de Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Proposta de Alteração da Matriz Curricular do Curso de Museologia (turno integral) e de implantação do curso de Museologia no turno da noite. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Reestruturação curricular**. Projeto Pedagógico. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Colegiado De Museologia. Salvador: UFBA, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Projeto pedagógico do curso de Graduação em Museologia**. Cachoeira: UFRB, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Sagres Acadêmico. Grade Curricular.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Projeto político pedagógico do curso de Bacharelado em Museologia**. Pelotas: UFPel, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Grade curricular e componentes disciplinares**. Recife: UFPE, [s.d.]a. Disponível em: <https://www.ufpe.br/museologia/index.php?option=com_content&view=article&id=340:grade-curricular-museologia&catid=1:programa&Itemid=254>. Acesso em: 12 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto pedagógico do curso de Graduação em Museologia**. Recife: UFPE, [s.d.]b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto pedagógico do curso de Graduação em Museologia – Bacharelado** (anexo à Resolução CEPEC nº 1310). Goiânia: UFG, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto pedagógico do curso de graduação Bacharelado em Museologia**. Florianópolis: UFSC, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Ementário do curso de Museologia**. Gestão 2014/2015. Porto Alegre: UFRGS, 2015a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Museologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2015b.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Histórico do curso**. Brasília: UnB, 2017a. Disponível em: <<http://www.museologia.fci.unb.br/curso/historico-do-curso.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Manual do curso de Bacharelado em Museologia**. Brasília: UnB, 2010.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto acadêmico do curso de Bacharelado em Museologia**. Brasília: UnB, 2017b. Disponível em: <<http://www.museologia.fci.unb.br/curso/curriculo/projeto-academico.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Ementas/programas das disciplinas do curso**. Belo Horizonte: UFMG, [2016]. Disponível em: <<http://colgradmuseo.eci.ufmg.br/documentos/ementas-programas-disciplinas>>. Acesso em 14 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Grade curricular**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<http://colgradmuseo.eci.ufmg.br/documentos/grade-curricular-2014>>. Acesso em 14 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Resolução nº 48/2011/CONEPE. Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Museologia, Bacharelado, na modalidade presencial e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/collegiados/filtro_busca.jsf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Campus de Laranjeiras**. Laranjeiras: UFS, 2017. Disponível em: <<http://laranjeiras.ufs.br/pagina/446>>. Acesso em 12 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução nº 4.357, de 13 de dezembro de 2012. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Museologia. [2012]. Disponível em:

<http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/consepe/downloads/resolucoes/consepe/2012/4357%20PPC%20Museologia.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências da Arte. Faculdade de Artes Visuais. Curso de Bacharelado e Museologia. Anexo III – Contabilidade Acadêmica _ Bacharelado em Museologia; Anexo VII – Ementas das Atividades Curriculares com Bibliografia Básica e Complementar.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Matriz curricular 2015/1**. Ouro Preto: UFOP, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Projeto pedagógico do curso de Graduação em Museologia**. Ouro Preto: UFOP, 2008.

APÊNDICE B – Dados dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Bacharelado em Museologia Ativos¹⁴⁰

IES	UNIRIO
ANO CRIAÇÃO	1932/1977 Ingresso (30 vagas) DIURNO TURNO INTEGRAL/ NOTURNO
PP VIGENTE (ANO)	2006
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH). Escola de Museologia
CARGA HORÁRIA	Carga Horária total: 3.390h Créditos: 179 Disciplinas obrigatórias: 2.625h/Créditos 165 Disciplinas optativas (ch. mínima): 240h Estágio supervisionado: 255h Atividades complementares: 180h Trabalho de conclusão de curso (monografia): 90h
OBJETIVOS	GERAL: Possibilitar aos graduandos uma sólida formação estruturada no Campo da Museologia, conciliando e equilibrando ensino geral, específico e aplicado e enfatizando o ideário da Museologia Social. ESPECÍFICOS: <ul style="list-style-type: none"> – Qualificar profissionais capazes de pensar e compreender os princípios teóricos que demarcam o campo de conhecimento da Museologia; – Compatibilizar a formação específica no campo da Museologia com uma sólida formação geral, amparada na interdisciplinaridade dos campos da Antropologia, da Sociologia, da Filosofia, da Metodologia da Pesquisa, da Ciência da Informação e das Ciências Naturais, algumas de caráter eminentemente propedêutico, e enfatizando, sobretudo, dois pilares fundamentais: a História e a Arte; – Consolidar as relações do campo da Museologia com áreas complementares e referenciais como Memória e Patrimônio (nas suas dimensões cultural e natural); – Incentivar a produção de Pesquisa através da elaboração de projetos apresentados no âmbito da UNIRIO e de instituições de fomento; – Preparar profissionais para atuar com criatividade e competência; – Qualificar profissionais capazes de compreender o Museu e a Museologia enquanto instâncias de cidadania e inclusão social; – Investir na formação específica dos futuros museólogos, ampliando o oferecimento de disciplinas de Museologia; – Possibilitar aos profissionais o domínio das novas tecnologias através de uma estrutura laboratorial, integrada, considerando-se as funções básicas de Preservação, Pesquisa e Comunicação; – Promover a integração dos Cursos de Graduação da UNIRIO, em particular com as outras Escolas do Centro de Ciências Humanas e Sociais; – Ampliar os estudos teóricos nas áreas de Museologia, Patrimônio e Memória, estimulando o aluno a buscar aprofundamento no âmbito da pós-graduação; – Promover a integração ensino, pesquisa e extensão.
PERFIL DO EGRESSO	Tal como consta no Parecer CNE/CES n°. 492/2001 e no Art. 3º, do Capítulo II, da Regulamentação da Profissão.

¹⁴⁰ Fonte: A autora a partir de dados contidos nos projetos pedagógicos dos cursos de Bacharelado em Museologia ativos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	<p>Tal como consta no Parecer CNE/CES n°. 492/2001:</p> <ul style="list-style-type: none"> – O curso tem a responsabilidade de formar museólogos com competências e habilidades bastante diversificadas e potencialmente interdisciplinares, tendo em vista tanto a complexidade e a versatilidade do campo museológico, quanto o desafio para enfrentar a crescente competitividade do mercado de trabalho; – Qualificar bacharéis capazes de desempenhar, fundamentalmente, atividades de Preservação e Conservação, Pesquisa, Documentação e Informação, Comunicação, Administração, Políticas e Projetos Culturais.
ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES	<p>CINCO EIXOS PROGRAMÁTICOS:</p> <p>1. Estudos Gerais Relativos às disciplinas básicas, algumas de caráter propedêutico, constantes da formação geral e ligadas às várias áreas de conhecimento do Centro de Ciências Humanas e Sociais. Este eixo tem objetivo fundamental e integrar o estudo da Museologia a um amplo campo interdisciplinar;</p> <p>2. Museologia Geral Correspondendo basicamente às disciplinas de Teoria Museológica;</p> <p>3. Museologia Específica Relativa às disciplinas de conteúdos teóricos e práticos, mas predominantemente ligadas à prática, ou seja, à Museografia;</p> <p>4. Museologia Aplicada Refere-se, basicamente, às disciplinas que auxiliam na Pesquisa Museológica e dão suporte ao processamento técnico de acervos;</p> <p>5. Pesquisa Eixo programático concernente às disciplinas que instrumentalizam os métodos de pesquisa científica, orientando o graduando e oferecendo-lhe subsídios aos trabalhos monográficos, inclusive ao Trabalho de Conclusão de Curso. Além de primordial à Museologia, este eixo contribui para a cientificidade de sua consolidação teórica.</p>
BASE LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> – Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972); – Declaração de Québec (1984); – Lei que dispõe sobre a Regulamentação da profissão de Museólogo (Lei n° 7.287, de 18/12/1984); – Regulamentação da Profissão de Museólogo e Autorização para criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Museologia (Decreto n° 91.775, de 15/10/1985); – Declaração de Caracas (1992); – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n° 9.394, de 20/12/1996); – Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação (Parecer CNE n° 776/97, de 03/12/1997); – Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES n° 583/2001, de 04/04/2001); – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Museologia (Parecer CNE/CES n° 492/2001, publicado no D.O.U., de 09/07/2001); – Código de Ética para Museus – Conselho Internacional de Museus/ ICOM; – Estatutos do ICOM; – Guias de Currículo para Desarrollo Profesional em Museos de ICOM.

IES	UFBA
ANO CRIAÇÃO	1969 Ingresso anual (40 vagas) DIURNO
PP VIGENTE (ANO)	2010
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Museologia
CARGA HORÁRIA	Carga Horária Total: 2684h Componentes Curriculares Obrigatórios: 2.006h Componentes Curriculares Optativos: 408h Atividades Complementares: 100h Atividades (Seminários Temáticos): 170h
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> – Proporcionar aos graduandos a oportunidade de refletir sobre os conteúdos históricos da Museologia de maneira processual; – Incentivar o aluno a desenvolver uma reflexão teórica e prática de forma a compreender o Museu como fenômeno sociocultural que se expressa sob diferentes formas; – Capacitar os alunos para a produção de conhecimento sobre o patrimônio sociocultural que conforma o fato museológico em lugares institucionalizados ou não; – Proporcionar a divulgação da produção de conhecimento docente e discente através da realização dos Seminários Temáticos; – Estimular o desenvolvimento da criatividade profissional nos graduandos; – Capacitar o futuro museólogo para o desenvolvimento dos processos de investigação, preservação e comunicação do Patrimônio Cultural; – Ensinar as operações de registro, classificação, catalogação e inventário de bens patrimoniais culturais, incluindo a documentação de museus e museológica; o desenvolvimento de projetos museológicos, museográficos e expográficos; programas educativos e ações culturais preparando-os para a criação e aplicação de instrumentos de trabalho dentro da metodologia museológica e instigando o desenvolvimento de novos métodos e tecnologias tendo em vista as diferentes instituições patrimoniais; – Habilitar os graduandos para a formulação e execução de políticas institucionais; – Encorajar o desenvolvimento de projetos socioculturais.
PERFIL DO EGRESSO	O museólogo é o profissional capaz de preservar, investigar e comunicar, através de exposições e ações culturais e educativas, referenciais socioculturais dos diversos grupos que compõem uma sociedade, utilizando conceitos e técnicas apreendidos a partir da formação em Museologia. O profissional museólogo estará habilitado a atuar em museus, museus virtuais, memoriais, empresas de consultoria, centros de documentação e informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural e demais equipamentos culturais públicos e privados, bem como poderá atuar como pesquisador e docente no âmbito acadêmico da graduação e pós-graduação.

<p>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</p>	<p>GERAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Dominar a teoria museológica com suas diferentes linhas de pensamento e tendências; – Preservar, investigar e comunicar os referenciais socioculturais dos diversos grupos sociais que compõem uma sociedade; – Difundir os conteúdos referentes à área de Museologia, em todos os graus e níveis, obedecendo as prescrições legais, de modo a orientar, supervisionar e executar programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoas interessadas nas áreas de Museologia e Museografia. <p>ESPECÍFICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Realizar investigações sobre temas concernentes à área de Museologia; – Planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins; – Executar atividades concernentes ao funcionamento dos museus como; – Ações de preservação, coleta, conservação e divulgação de acervos de natureza museológica; – Planejamento e execução de serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais; – Definição de espaços adequados à apresentação e guarda das coleções; – Direção e administração de museus e setores técnicos tais como serviços de Museografia (Documentação, Exposição, Conservação, Educativos e de Ação Cultural) nas instituições governamentais da administração pública direta e indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade; – Conhecer os instrumentos legais para solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro informando aos órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior; – Prestar serviços de consultoria e assessoria na área de Museologia; – Orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, fazendo-se nelas representar.
<p>ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Básico; – Profissional.
<p>BASE LEGAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CES nº 492/2001; – Resolução CNS/CES nº 21/2002.

IES	UFRB
ANO CRIAÇÃO	2006 1º ingresso 2006/02 Ingresso anual (50 vagas) DIURNO
PP VIGENTE (ANO)	2009
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CARGA HORÁRIA	Carga horária total: 2741h Obrigatórias: 1972h Optativas: 408h Estágio: 128h Monografia: 153h Atividades Complementares: 80h
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> – Articular a prática profissional e a pesquisa em nível acadêmico com vistas ao fortalecimento da Museologia enquanto área de conhecimento nos diversos níveis; – Formar profissionais com ética e responsabilidade social para o desenvolvimento de ações museológicas especialmente aquelas que demandem intervenções em museus, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação e órgãos de gestão do patrimônio cultural; – Estimular nos discentes a reflexão, produção e aplicação do conhecimento museológico nos diversos níveis, a saber: técnico, Graduação, Especialização Lato Sensu e Mestrado/Doutorado.
PERFIL DO EGRESSO	<ul style="list-style-type: none"> – Atuará como um profissional cidadão, com capacidade para agir criticamente diante das questões sociais, principalmente às questões relacionadas à preservação do patrimônio tangível e intangível das comunidades, em todas as especificidades que a área comporta, tais como a pesquisa museológica, as técnicas de conservação e de documentação de acervos e a utilização do patrimônio preservado como objeto para a educação; – Ao Bacharel caberá problematizar questões relacionadas à sua área de conhecimento e ao seu campo de atuação, pondo em discussão permanente a função social que executa mantendo um diálogo frequente com as comunidades onde atua, a fim de encontrar soluções para os problemas que permeiam as ações culturais, e analisar as possibilidades que a museologia poderá oferecer para a democratização da cultura; – Traduz-se como indissociável ao Bacharel em Museologia, as funções técnicas e científicas da Museologia, portanto faz-se necessário ao profissional conhecer os processos teóricos e os métodos da pesquisa museológica, cabendo-lhe ainda saber lidar com as inovações para a preservação dos elementos da cultura material e ter o domínio quanto à metodologia a ser aplicada para a preservação dos bens culturais; – Aliar o conhecimento técnico às atividades de pesquisa propiciará ao Bacharel exercer de forma plena o papel de agente preservacionista com respeito à diversidade cultural; – O profissional exercerá de forma autônoma atividades técnicas ou de pesquisa ligadas à área cultural e de preservação do patrimônio, tendo o conhecimento necessário para gerir projetos de políticas públicas culturais. Caberá ainda ao Bacharel em Museologia atuar em atividades de ensino e pesquisa na área acadêmica.

<p>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</p>	<p>Em consonância com o documento do CNE/CES nº 492/2001. Acrescido de:</p> <p>Capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo critérios científicos e interpretativos com vistas ao desenvolvimento da Museologia como área de conhecimento no âmbito acadêmico:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Transitar pelas fronteiras entre a Museologia e outras áreas de conhecimento para desenvolver projetos museológicos; – Pensar o papel do museólogo na atualidade em suas ações específicas e em suas relações interdisciplinares; – Capacidade para relacionar a ação museológica, entendida a partir de seu caráter de intervenção social, com a promoção integral da cidadania e respeito à pessoa; – Desenvolver as ações e práticas específicas da museologia, considerando as diferenças sociais e às necessidades profissionais de atender a todo e qualquer tipo de público; – Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas, sobretudo nas instituições museais; – Entender as possibilidades de utilização de objetos e coleções enquanto elementos da cultura material e fonte para a pesquisa científica; – Promover a produção de conhecimento acerca da pluralidade cultural; – Contemplar em seus projetos de pesquisas e na sua atuação profissional debates sobre a diversidade cultural e os meios necessários para intervir junto às identidades culturais; – Ampliar o campo de atuação do museólogo de forma a contemplar elementos representativos dos diversos segmentos socioculturais; – Competência na utilização da informática; – Atuar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.
<p>ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Áreas Afins (AF): perspectiva interdisciplinar; – Disciplinas de conhecimento específico (CE) – Componentes Optativos (CE ou AF). <p>A escolha dos componentes optativos será livre e poderá seguir duas linhas principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Privilegiar a interdisciplinaridade com outros cursos, permitindo assim a construção do conhecimento museológico a partir de uma formação mais generalista; ou – Privilegiar as disciplinas do campo museológico, tendo como base as seguintes linhas de pesquisa/interesse: Teoria museológica; Museologia e Patrimônio; Museologia aplicada e Museologia e comunicação.

<p>BASE LEGAL</p>	<p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394, de 20/12/1996):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação (Parecer CNE nº. 776/97, de 03/12/1997); – Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES nº. 583/2001, de 04/04/2001); – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Museologia (Parecer CNE/CES nº. 492/2001, publicado no D.O.U; de 09/07/2001); – Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001 (Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, de 12/12/2001); – Referencial para Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES nº. 67/2003, de 11/03/2003); – Duração de Cursos Presenciais de Bacharelado (Parecer CNE/CES nº. 108/2003, de 07/05/2003); – Retificação do Parecer CNE/CES 329/2004, referente à carga horária mínima dos Cursos de Graduação e Bacharelado, na modalidade presencial. (Parecer CNE/CES nº. 184/2006, de 07/07/2006); – Parecer CNE/2007, referente à carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. (Parecer CNE/CES nº 08/2007 aprovado em 31/01/2007): <ul style="list-style-type: none"> • Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972. • Declaração de Quebec, 1984; • Declaração de Caracas, 1992; • Declaração da Cidade de Salvador, 2007; • Lei nº 7.287/1984, que regulamenta a profissão museólogo; • Decreto nº 91.775/1985; • Código de Ética do ICOM. – Guias de Currículo para Desarrollo Profesional em Museos de ICOM.
-------------------	--

IES	UFPEL
ANO CRIAÇÃO	2006 1º ingresso 2006/02 Ingresso anual (30 vagas) DIURNO <i>A partir de 2016 o ingresso passou a ocorrer no início do ano</i>
PP VIGENTE (ANO)	2015
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Museologia, Conservação e Restauro
CARGA HORÁRIA	Carga horária total: 3.160h/a, das quais (55) são: Disciplinas Obrigatórias: 2.601 h/a (39) Disciplinas optativas: 952 h/a (16) Atividades complementares: 200 h/r
OBJETIVOS	GERAL: Formação de profissionais com competências e habilidades que lhes possibilite a inserção em uma realidade museológica plural, de maneira a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, atentando para seu desenvolvimento do ponto de vista social e humanístico. ESPECÍFICOS: <ul style="list-style-type: none"> – Agir dentro de um paradigma de meta-reflexão; – Pautar-se pelos princípios da ética, igualdade, respeito e democracia; – Ler a realidade na qual vai intervir e refletir sobre ela; – Propor soluções para os diversos problemas nessa realidade; – Unir teoria e prática nas ações que visem à melhoria de vida do povo; – Trabalhar colaborativamente na criação de ações transformadoras; – Articular saberes das mais diversas áreas de conhecimentos, reforçando a característica interdisciplinar da área; – Incentivar, enfaticamente, o desenvolvimento de atividades de extensão, amalgamados ao ensino e à pesquisa.

<p>PERFIL DO EGRESSO</p>	<p>I. Quanto à competência profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Equilibrar os aspectos humanísticos, de informação e comunicação; – Integrar experiências de ensino, pesquisa e extensão aplicadas aos museus; – Atuar na conservação preventiva, estudo e comunicação do patrimônio cultural e natural; – Implementar estudos, pesquisas e ações voltadas à valorização dos museus; – Estimular e promover a interdisciplinaridade da Museologia com os outros campos do conhecimento; – Fomentar a qualificação, reciclagem e aperfeiçoamento da comunidade museológica, promovendo intercâmbios com entidades nacionais e internacionais na área da Museologia; – Exercer plenamente a cidadania gerando possibilidades que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades; – Estar apto, através da formação generalista obtida, a compreender e traduzir na Museologia o patrimônio cultural nas suas variadas manifestações. <p>II. Quanto à capacidade de argumentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Expressar-se verbalmente e por escrito com clareza; dominando os conceitos e conteúdos referentes aos museus; – Desenvolver argumentos lógicos e coerentes sobre as formas implicadas na conservação dos bens materiais e imateriais, sobre a educação para o patrimônio e sobre as questões que envolvam museus, memória, identidade e conhecimento. <p>III. Quanto ao mercado de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Atuar junto à museus e instituições de guarda de memória e identidades culturais, públicas ou privadas; – Criar novas oportunidades de trabalho no campo da Museologia para si próprio e para os outros; – Fomentar e assessorar iniciativas comunitárias de formação de espaços museais e ações de guarda de memória e patrimônio. <p>IV. Quanto ao aperfeiçoamento profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Buscar formas de aperfeiçoamento profissional através de Cursos de atualização e eventos da área; – Ser capaz de elaborar e desenvolver projetos de pesquisa na área de Museologia; – Dar continuidade a seus estudos e experiências em Cursos de pós-graduação.
<p>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Exercer ação cultural: pelo papel de mediador entre o conhecimento científico, erudito, específico, o Museu é um espaço fundamental de educação não formal. Logo, a formação de um museólogo orienta-o a melhor identificar e direcionar essa função pedagógica do museu, possibilitando assim a abertura de novas fontes de conhecimento aos públicos; – Exercer ação social: o Museu, como espaço de memória e manifestações culturais, é um eixo importante sobre o qual se articula a identidade de um grupo, uma comunidade, uma sociedade. Cabe ao museólogo identificar essas relações, intensificar essa inserção da comunidade no museu e aprofundar esse processo de identidade; – Interferir no processo econômico: o Museu, como um dos elementos constitutivos do turismo cultural, pode ser uma fonte importante de recursos para uma comunidade pois, de acordo com a forma como é trabalhado e concebido, pode ser tornar um atrativo e ampliar, dessa forma, as oportunidades de emprego, trabalho e renda da população e do local; – Agir sobre os processos políticos: a comunidade local poderá ser beneficiada pela aplicação de recursos financeiros nas instituições museais, e para tanto o museólogo é peça fundamental uma vez que se ocupa, diretamente, dos projetos museológicos e gerencia os mesmos, buscando conhecer mecanismos e fontes de financiamento; – Desenvolver conhecimento científico: o museu é um lugar de ciência, considerando que “ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistêmico conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação” (TRUJILLO, Ferrari).

ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES	<p>Formação Específica: Um conjunto composto por disciplinas formadoras, de cunho teórico-prático, que integram conhecimentos técnicos, humanísticos, artísticos, históricos e culturais que constituem a Formação Específica. Esse núcleo compreende os campos de conhecimento singulares ao Curso e ao desenvolvimento da profissão de museólogo.</p> <p>Formação Complementar: Um conjunto de atividades que preparam o profissional para a atuação mais diversificada como museólogo, constitui a sua Formação Complementar.</p> <p>Formação Livre ou Opcional: O aluno poderá matricular-se em disciplinas de outros Cursos que mantenham conexões com as áreas de saber necessárias ao exercício da profissão de museólogo. "</p>
BASE LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96); – Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; – Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; – Resolução Nº. 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências; – Parecer CNE/CES nº 8/2007, dispõe sobre a integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; – Lei nº 7.287/1984, que regulamenta a profissão; – Decreto nº 91.775/1985; – Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972; – Declaração de Quebec, 1984; – Declaração de Caracas, 1992; – Guias de Currículo para Desarrollo Profesional em Museos de ICOM; – Código de Ética para Museus – Conselho Internacional de Museus/ICOM.

IES	UFPE
ANO CRIAÇÃO	2009 1º ingresso 2009/02 Ingresso anual (30 vagas) NOTURNO
PP VIGENTE (ANO)	2013
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia e Museologia
CARGA HORÁRIA	Carga horária total: 2.460h, das quais: Disciplinas Obrigatórias: 2.220h Disciplinas Eletivas: 180h Atividades Complementares: 60h
OBJETIVOS	GERAL: Capacitar e formar profissionais na área de museus e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. ESPECÍFICOS: (tal como consta no Parecer CNE/CES nº 492/2001) <ul style="list-style-type: none"> – Compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais; – Interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal e espacial; – Intervir, de forma responsável, nos processos de identificação, musealização, preservação e uso do patrimônio, entendido como representação da atividade humana no tempo e no espaço; – Realizar operações de registro, classificação, catalogação e inventário do patrimônio natural e cultural; – Planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais.
PERFIL DO EGRESSO	Bacharel em museologia efetua estudos com base em documentos e outros objetos da cultura material e imaterial, com interesse cultural ou de outro caráter, obras de arte ou outras peças ou objetos, cujas coleções conservam, avalia, expõe e zela pela salvaguarda e conservação em museus ou outros estabelecimentos similares. Organiza, adquire, avalia e conserva em museus, coleções de obras de arte, objetos de caráter histórico, científico, técnico ou outros, orienta ou realiza trabalhos de investigação nesses domínios e coordena a atividade dos vários departamentos do museu: define a política de aquisição, de preservação de bens culturais, cataloga, classifica e expõe o acervo do museu; divulga as coleções através de diversos processos, nomeadamente promoção de exposições, elaboração de catálogos; organiza o intercâmbio do museu com a comunidade, com outras instituições congêneres e com particulares; acompanha o trabalho dos investigadores; estuda novos métodos e técnicas de preparação e exposição das obras. Por vezes guia visitas de estudo e faz conferências sobre as coleções existentes no museu. O profissional poderá também atuar de forma eficiente na economia e gestão cultural, na produção e administração de bens culturais, tanto a nível nacional, estadual e municipal. Poderá identificar oportunidades de atuação que, de outra forma, não seriam visíveis, além de possibilitar um melhor entendimento dos diferentes públicos e suas demandas para que possa propor e viabilizar projetos na área da cultura.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Tal como consta no Parecer CNE/CES nº 492/2001 e no Artigo 3º da Lei nº 7.287/1984, que regulamenta a profissão museólogo.

ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES	<p>QUATRO EIXOS CURRICULARES:</p> <p>1. Cruzamentos interdisciplinares: Antropologia e Arte Concentra os conteúdos que preveem maior interação com outras disciplinas. A fim de selecionar as áreas que seriam privilegiadas na relação interdisciplinar, levaram-se em consideração as características institucionais internas e o perfil do mercado de trabalho regional.</p> <p>2. Teoria Museológica Considerou-se relevante aprofundar os estudos que delimitam o campo disciplinar da Museologia. O aluno egresso do Curso de Bacharelado em Museologia da UFPE deverá ter sólida formação teórica, a fim de estar capacitado para refletir, do ponto de vista epistemológico, sobre sua atuação no mercado de trabalho.</p> <p>3. Saberes e técnicas museais Este eixo abrange as disciplinas clássicas da museologia e trata dos seus conteúdos técnicos, também chamados de museografia e expografia. Também estão neste eixo as disciplinas relativas à gestão de unidades museológicas e equipamentos culturais em geral.</p> <p>4. Patrimônio cultural Este eixo está pautado na percepção de que os processos museológicos não ocorrem apenas no espaço do museu. Busca-se investigar as relações entre os processos de musealização e de patrimonialização da sociedade ocidental, compreendendo ambos como análise das relações do ser humano com diversos aspectos da vida em sociedade.</p>
BASE LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CES nº 492/2001 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Museologia; – Resolução CNS/CES nº 21/2002; – Lei nº 7.287/1984, que regulamenta a profissão museólogo.

IES	UFG
ANO CRIAÇÃO	2010 (35 vagas) NOTURNO
PP VIGENTE (ANO)	2014 <i>Resultado de pequenas modificações. Não houve alteração substancial.</i>
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Faculdade de Ciências Sociais
CARGA HORÁRIA	Carga horária total: 2468h, das quais: Núcleo Comum (NC): 1472h Núcleo Específico Obr. (NEOb): 384h Núcleo Específico Op: 384h Núcleo Livre (NL): 128 Atividades complementares: 100h
OBJETIVOS	GERAL: O curso de Museologia – Bacharelado tem como objetivo a formação de profissionais com profundo domínio dos conteúdos da Museologia, capazes de enfrentar com proficiência e criatividade os problemas da prática profissional, especialmente aqueles que requeiram intervenções em museus, centro de documentação, informação, centros culturais, serviços e redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural e demandas de informação, consultoria, perícias, pareceres relacionados ao campo da Museologia. ESPECÍFICOS: O curso de Museologia – Bacharelado formará profissionais capazes de atender e compreender o Museu como fenômeno consoante a sistemas de pensamento e códigos sociais a fim de intervirem nos processos de identificação, musealização, preservação e uso do patrimônio. Terão, ainda, condições de efetuar o registro, a classificação, a catalogação e o inventário do patrimônio natural e cultural assim como serão capazes de planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais no âmbito da Museologia.
PERFIL DO EGRESSO	O bacharel em Museologia deverá estar apto a atuar no campo da Museologia com as seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> – Planejamento, organização, administração, direção e supervisão de museus e processos de musealização; – Realização de exposições e outros serviços de caráter educativo-cultural; – Organização e gestão de acervos e coleções públicos e privados; – Realização de pesquisas museológicas para instituições públicas e privadas; – Participação em equipes interdisciplinares para tombamento e/ou registro de bens culturais em instrumentos específicos; – Gestão do patrimônio cultural; – Pesquisa e ensino de Museologia em Instituições de Ensino Superior.

<p>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</p>	<p>GERAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Identificar e analisar o comportamento humano frente ao seu patrimônio e estabelecer procedimentos técnico-científicos para a qualificação da relação da sociedade com sua herança; – Elaborar e gerenciar políticas culturais institucionais; – Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos museológicos; – Conhecer, identificar e saber agregar as demandas sociais da comunidade nas diferentes áreas da atividade museológica. <p>ESPECÍFICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Conhecer as diferentes formas e funções da instituição museológica na contemporaneidade; – Conhecer a história da formação do campo da Museologia; – Reconhecer as especificidades e a interdisciplinaridade do fenômeno museológico; – Contribuir para a produção do conhecimento e fortalecimento do campo da Museologia; – Intervir nos processos de identificação, musealização e uso do patrimônio, compreendido como representação da atividade humana no tempo e no espaço; – Realizar operações de registro, classificação, catalogação e inventário do patrimônio natural e cultural; – Planejar e desenvolver exposições e programas educativo-culturais; – Desenvolver habilidades para operar com os recursos tecnológicos de salvaguarda e de comunicação disponíveis; – I) desenvolver competências para orientar, dirigir, assessorar, realizar perícias e emitir laudos e pareceres técnicos.
<p>ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Núcleo Comum (NC) – Núcleo Específico (NE) – Núcleo Livre (NL) – Estágio Curricular
<p>BASE LEGAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> – A Lei de Diretrizes e Base - LDB (Lei 9.394/96); – O Parecer CNE/CES nº 492/2001 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Museologia; – O Estatuto de Museus; – O Regimento e o Estatuto da UFG; – O Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG; – O Documento final do Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, 1958; – A Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972; – A Declaração de Quebec, 1984. – A Declaração de Caracas, 1992; – A Declaração da Cidade de Salvador, 2007.

IES	UFSC
ANO CRIAÇÃO	2009 1º ingresso 2010/01 Ingresso anual (30 vagas) DIURNO
PP VIGENTE (ANO)	2015
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Coordenadoria Especial de Museologia
CARGA HORÁRIA	Créditos totais: 170 (3.060h/a) dos quais: Disciplinas obrigatórias: 140 (2.500h/a) Disciplinas optativas: 20 (360h/a) Atividades Complementares: 10 créditos (180h/a)
OBJETIVOS	Tendo por base uma formação interdisciplinar, o curso de graduação em Museologia da UFSC objetiva formar de maneira qualificada bacharéis capacitados para identificar e analisar processos museológicos, além de desempenhar atividades de pesquisa, preservação e comunicação para o campo do Patrimônio, compreendendo o museu como um fenômeno podendo assim atuar de maneira responsável sobre o patrimônio tangível e intangível.
PERFIL DO EGRESSO	Deverá basear sua atuação no campo museal, entendendo-se o Museu como um fenômeno cultural e social, atuando nos campos da Museologia e do Patrimônio, realizando o planejamento, a execução e o acompanhamento de projetos e políticas culturais vinculados ao patrimônio natural e cultural, material e imaterial.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> – Promover a interdisciplinaridade da museologia com os outros campos do conhecimento; – Atuar junto a museus e/ou instituições de memória e identidade cultural, públicas ou privadas; – Agir em prol da conservação, do estudo e da comunicação do patrimônio; – Realizar estudos, pesquisas e demais atividades voltadas à valorização dos museus; – Incitar e dar apoio a iniciativas de formação de espaços museais e ações de guarda de memória e patrimônio; – Estar apto, através da formação generalista obtida, a compreender e traduzir na museologia o patrimônio cultural nas suas variadas manifestações.
ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES	Sem informação
BASE LEGAL	Parecer CNE/CES nº 492/2001.

IES	UFRGS
ANO CRIAÇÃO	2007 1º ingresso 2008/01 Ingresso anual (30 vagas) DIURNO
PP VIGENTE (ANO)	2015
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Ciências da Informação
CARGA HORÁRIA	Créditos totais: 161 (2.835h) Dos quais: Créditos obrigatórios: 133 créditos (1995h) Créditos eletivos: 20 créditos (300h) Créditos Complementares: 8 (120h) Estágio Obrigatório: 300h TCC: 120h
OBJETIVOS	MISSÃO: Formar profissionais para atuar na preservação e gestão do patrimônio integral nas suas dimensões culturais e ambientais, promovendo ações de salvaguarda, investigação, comunicação e apropriação dos bens culturais (referências materiais e imateriais) com vistas à transformação social e à construção da cidadania. GERAL: Formar museólogos que se tornem agentes de reflexão sobre a Museologia na contemporaneidade a partir do estudo, análise, crítica e atuação em instituições e espaços da sociedade onde seja necessário o desempenho de função de caráter museológico. ESPECÍFICOS: – Oportunizar condições adequadas para que o aluno possa desenvolver competências e habilidades para o exercício profissional da Museologia. – Produzir e divulgar o conhecimento na Área da Museologia numa perspectiva integrada às demais ciências. – Habilitar profissionais para o gerenciamento de instituições e para formulação e implementação de políticas vinculadas ao campo da Museologia e para a utilização de metodologias e técnicas nos campos da conservação, documentação e comunicação museológica.
PERFIL DO EGRESSO	O egresso do curso de Museologia será um profissional consciente da relação profunda do ser humano (sujeito) com o bem cultural (objeto) e do valor que as teorias e os paradigmas da ciência possuem para o desenvolvimento e preservação do patrimônio construído pelas sociedades; capaz de intervir e de interagir crítica e criativamente nos contextos sociais, na defesa dos ideais éticos de respeito à vida, à diversidade, ao patrimônio ambiental e cultural e à igualdade de direitos; de agir como gestor e executor de políticas relacionadas à Museologia; de atuar no processo de musealização, através da documentação, da pesquisa, da conservação, da socialização, objetivando a produção do conhecimento.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Tal como consta no documento do CNE/CES nº 492/2001.
ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES	DOIS EIXOS CURRICULARES: 1. Formação Geral Humanística Estudos históricos, culturais e sociais. 2. Formação Específica em Museologia Aspectos teórico-metodológicos e aplicados.

BASE LEGAL

- Parecer CNE/CES nº 492/2001;
- Resolução CNS/CES nº 21/2002;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96)
- MEC 2010 Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura;
- Parecer CNE/CES nº 1363/2001 que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Museologia; Parecer CNE/CES nº 08, de 31 de janeiro de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; Parecer CNE/CES nº 261/2006, de 09 de novembro de 2006, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula e dá outras providências; e as respectivas Resoluções CNE/CES nº 21, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia; Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; e Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências. Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; Leis Federais nº 10.098/2000 e nº 10.048/2000 que tratam da prioridade de atendimento e acessibilidade e o Decreto nº 5296/2004; Resolução CNE/MEC nº 02 de 15 de junho de 2012; Parecer CNE/CP 003/2004 (alinhado aos princípios do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRGS).

IES	UNB
ANO CRIAÇÃO	2009 1º ingresso 2009/02 Ingresso semestral (30 vagas) DIURNO
PP VIGENTE (ANO)	2009
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Faculdade de Ciência da Informação
CARGA HORÁRIA	Créditos totais: 169 (2.535h), dos quais: Créditos Obrigatórios: 118 Créditos Optativos: 51 Estágio supervisionado: 8 (120h) Créditos TCC: 8 (120h)"
OBJETIVOS	Sem informação
PERFIL DO EGRESSO	O perfil do bacharel em Museologia coadunar-se-á à definição de Museu do Conselho Internacional de Museus – ICOM –, às diretrizes curriculares correspondentes à área museológica e às atribuições do museólogo previstas no decreto que regulamenta a profissão do museólogo.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Formar profissionais com competências e habilidades diversificadas e interdisciplinares, em virtude da complexidade e versatilidade do campo de atuação museológico e da crescente competitividade em seu mercado de trabalho. Em consonância com o documento do CNE/CES nº 492/2001.
ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES	QUATRO EIXOS CURRICULARES: 1. Teoria E Prática Museológica Focaliza a formação específica compreendendo disciplinas de conteúdos teóricos e práticos voltados para a Museologia, a Teoria Museológica, a Pesquisa Museológica e a Museografia. 2. Museologia e Informação Congrega disciplinas partilhadas pelos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, junto às quais se perfila uma nova disciplina centrada no processamento técnico de acervos realizado no campo da Museologia. 3. Museologia e Patrimônio Cultural O conteúdo curricular desse eixo é dirigido para a formação geral e compreende disciplinas básicas e ligadas a várias áreas de conhecimento. O objetivo é fundamentar e integrar o estudo da Museologia a um campo interdisciplinar, com o foco na Cultura, Memória e Patrimônio. 4. Preservação e Conservação de Bens Culturais Conteúdo curricular teórico e prático voltado para o campo da preservação e segurança de bens culturais; para o planejamento, a montagem e a gestão de reserva técnica museológica e de laboratório de conservação; para os estudos dos procedimentos de manuseio, transporte e exibição.
BASE LEGAL	– Parecer CNE/CES nº 492/2001; – Resolução CNS/CES nº 21/2002; – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96); – Regimento Geral da UnB; – Lei nº 7.287/1984, que regulamenta a profissão museólogo; – Decreto nº 91.775/1985; – Declaração de Caracas 1992.

IES	UFMG
ANO CRIAÇÃO	2010 1º ingresso 2009/02 Ingresso semestral (30 vagas) DIURNO
PP VIGENTE (ANO)	2010
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Escola de Ciência da Informação (em parceria com a Escola de Belas Artes)
CARGA HORÁRIA	Sem informação
OBJETIVOS	Sem informação
PERFIL DO EGRESSO	Sem informação
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Sem informação
ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES	Sem informação
BASE LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CES nº 492/2001; – Resolução CNS/CES nº 21/2002; – Lei nº 7.287/1984, que regulamenta a profissão; – Decreto nº 91.775/1985; – Código de Ética do ICOM.

IES	UFPA
ANO CRIAÇÃO	2009 1º ingresso 2009/02 Ingresso semestral (30 vagas) DIURNO
PP VIGENTE (ANO)	2012
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Instituto de Ciências da Arte (ICA)
CARGA HORÁRIA	<p>Carga horária total: 2.870h Estágio Supervisionado: 240 h TCC: 45h</p> <p>Carga horária total: 2700 h, das quais: Disciplinas obrigatórias: 2040h Disciplinas eletivas: 210h Estágio curricular: 240h Atividade livre: 90h TCC: 120h</p>
OBJETIVOS	Formar museólogos capacitados para reconhecer e interpretar o fenômeno Museu, nas suas diferentes formas e contextos de manifestação e para atuar no estudo, documentação, conservação, comunicação, divulgação e valorização do patrimônio musealizado e/ou com potencial de musealização – com ênfase nas questões vinculadas à Região Amazônica.
PERFIL DO EGRESSO	<ul style="list-style-type: none"> – Conhecedor dos direitos, deveres, códigos, marcos legais e diretrizes norteadoras de sua profissão; – Estudioso da Museologia, seus campos de atuação e suas aplicações na pesquisa, na conservação e comunicação do patrimônio; – Consciente do espaço intelectual da Museologia e capaz de promover o diálogo permanente com profissionais de outras áreas do conhecimento; – Qualificado para planejar, organizar, administrar e supervisionar museus, exposições de âmbito nacional ou internacional, laboratórios e serviços de documentação e conservação de coleções, bem como programas sócio/educativos e culturais; – Habilitado para orientar, supervisionar e executar atividades e programas de treinamento básico, vinculados às funções essenciais dos museus: documentação, conservação, comunicação e administração; – Habilitado para desenvolver e aplicar metodologias e instrumentos de trabalho adequados à Museologia e ao campo patrimonial; – Qualificado para orientar a realização de seminários, colóquios, concursos e outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar; – Habilitado a estabelecer articulações da realidade global, brasileira e amazônica, identificando a possibilidade de inserção de Museus nessa realidade; – Habilitado a fomentar alternativas de ação social e desenvolvimento sustentável, nos grupos onde atua; – Conhecedor de alternativas do mercado de trabalho na área cultural: galerias de arte, institutos de pesquisa, centros e programas de memória, centros de documentação, informação, ciência e tecnologia, empresas que atuem na área cultural, produtoras de cinema, audiovisual e multimídia, estações de rádio e TV, serviços de consultoria, assessoria e desenvolvimento de projetos técnicos e sócio/culturais; – Qualificado para elaborar e implantar políticas e diretrizes de trabalho no âmbito da Museologia e do Patrimônio, bem como para atuar de forma responsável e ética na defesa das referências e bens patrimonializados, especialmente no que se refere ao Patrimônio Nacional; – Habilitado segundo as atribuições da Lei 7.287, de 18.12.84 e sua regulamentação.

<p>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal espacial; Compreender a ideia de patrimônio como referência cultural; – Compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais; Conhecer a Museologia como campo disciplinar, identificando o seu lugar e papel no âmbito do conhecimento humano; Identificar referências materiais e imateriais do patrimônio, responsabilizando-se pela sua musealização; – Conhecer princípios básicos da informação e da comunicação, sendo capaz de aplicar esses conhecimentos à Museologia; Intervir de forma responsável nos processos de identificação, musealização, conservação e uso do patrimônio, entendido como representação da atividade humana, no tempo e no espaço; Coletar, documentar e encaminhar para museus as referências a serem musealizadas, quando não for possível a sua musealização in situ; Definir espaços adequados à preservação e guarda das coleções; – Promover a musealização de referências materiais e imateriais do patrimônio, com aplicação de metodologias e técnicas adequadas de identificação, documentação, conservação e Investigação; Realizar operações de registro, classificação, catalogação e inventário essenciais ao processo de musealização; – Planejar e executar serviços de identificação, classificação e catalogação de referências; e – Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; – Responder a demandas de informação determinadas pelas transformações do mundo Contemporâneo; Planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais para museus; – Executar atividades científicas e técnicas concernentes dos museus; – Realizar estudos e pesquisas sobre acervos musealizados ou passíveis de musealização: Executar atividades básicas vinculadas às funções essenciais dos museus: documentação, conservação, comunicação, administração.
<p>ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Dimensão conceitual – Dimensão criativa – Dimensão prática – Dimensão normativa – Núcleos: <ul style="list-style-type: none"> • Teoria, História e Percepção: 570h; • Filosofia e Sociologia da Cultura: 285h; • Ciência Complementar: 195h; • Instrumentalização: 45h; • Pesquisa e Estágio: 375h; • Teoria e Prática da Museologia: 1.185h; • Atividades Complementares e Disciplinas Optativas: 215h.
<p>BASE LEGAL</p>	<p>Sem informação</p>

IES	UFS
ANO CRIAÇÃO	2007 1º ingresso 2007/01 Ingresso anual (50 vagas) DIURNO
PP VIGENTE (ANO)	Novo PP aprovado em 2011
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Campus Laranjeiras
CARGA HORÁRIA	Créditos totais: 214 (3.210h), nas quais: Disciplinas obrigatórias: 198 Disciplinas optativas: 8 Atividades complementares: 8 Créditos estágio supervisionado: 18 (270h)
OBJETIVOS	GERAL: Articular a prática profissional e a pesquisa em nível acadêmico com vistas ao fortalecimento da Museologia enquanto área de conhecimento. ESPECÍFICOS: <ul style="list-style-type: none"> – Formar profissionais com consciência crítica, ética e responsabilidade social para o desenvolvimento de ações museológicas especialmente aquelas que demandem intervenções em museus e órgãos de gestão do patrimônio cultural; – Formar profissionais que atendam às necessidades e realidades peculiares da região de abrangência da Universidade, bem como ao panorama museal em expansão no país; – Estimular nos discentes a reflexão, produção e aplicação do conhecimento museológico; – Proporcionar a integração de conhecimentos, contribuindo dessa forma para a aquisição de competências técnico-científicas importantes na sua atuação como profissional; – Contribuir para a integração da universidade com a comunidade; – Aprofundar os conhecimentos a fim de possibilitar ao graduando, a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação lato e stricto sensu; – Propiciar o desenvolvimento da cidadania por meio do conhecimento, uso e produção histórica dos direitos e deveres do cidadão; – Possibilitar ao graduando a apropriação de metodologia de ação e de procedimentos técnico-científico do trabalho museológico com vistas à resolução de problemas; – Incentivar a participação em atividades extraclasse, e, – Proporcionar ao graduando diversas visões (geral e específica) do conhecimento museológico e de suas interfaces.
PERFIL DO EGRESSO	Como enfoque o Bacharel em Museologia deve ter sólida formação científica, tecnológica e profissional que o capacite para uma atuação socialmente comprometida e demonstração de domínio do conteúdo do pensamento museológico e de habilidades para manusear, correlacionar dados e construir hipóteses explanatórias que auxilie na formulação e gerenciamento de planos, programas e projetos destinados às instituições de caráter museológico e às políticas vinculadas ao patrimônio cultural, bem como para as ações socializadoras do patrimônio cultural já instituído e por instituir.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Tal como consta no Parecer CNE/CES nº 492/2001. Acrescido de: <ul style="list-style-type: none"> – Ter formação sólida e abrangente nos diversos campos da Museologia e preparação adequada à aplicação desses conhecimentos nas suas práticas profissionais futuras.

ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES	<p>Núcleo de Conteúdos Básicos: correspondente aos Estudos Gerais é relativo às disciplinas de caráter propedêutico, vinculadas à formação geral ligada às seguintes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais, Artes, Letras, entre outras. Este eixo serve de fundamentação para os demais e deve articular o estudo da Museologia a um amplo campo interdisciplinar;</p> <p>Núcleo dos Conteúdos Específicos: compreende os conteúdos profissionais essenciais para assegurar a formação acadêmica profissional. Permite aos alunos uma visão global do conhecimento atrelada às especificidades da Museologia. Integra quatro eixos programáticos da Museologia, a saber: Museologia Geral, Museologia Específica, Museologia Aplicada e Pesquisa;</p> <p>Núcleo de Estágio: constante no Anexo I da presente Resolução compreende as atividades de estágio supervisionado, e,</p> <p>Núcleo dos Conteúdos Complementares: constante no Anexo I da presente Resolução assegura a formação humanística, interdisciplinar e gerencial, de livre escolha do aluno respeitando-se o definido no Projeto Pedagógico do Curso.</p>
BASE LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CES nº 492/2001; – Resolução nº 21/2009/CONEPE que aprova a Regulamentação do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Sergipe – REUNI-UFS; – Resolução nº 84/2009/CONEPE que inclui a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como obrigatória no currículo dos cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia e como optativa para os outros cursos da UFS.

IES	UFOP
ANO CRIAÇÃO	2008 1º ingresso 2008/02 Ingresso anual (40 vagas) NOTURNO
PP VIGENTE (ANO)	2008
VINCULAÇÃO ACADÊMICO INSTITUCIONAL	Escola de Turismo, Direito e Museologia (EDTM) Departamento de Museologia (DEMUL)
CARGA HORÁRIA	Carga horária total: 2700h, das quais: Disciplinas obrigatórias: 2040h Disciplinas eletivas: 210h Estágio curricular: 240h Atividade livre: 90h TCC: 120h
OBJETIVOS	Formação de profissionais dotados das competências e habilidades necessárias para o enfrentamento dos desafios e demandas apresentados em museus, centros culturais, centros de documentação e informação, órgãos de gestão cultural, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e prestam um relevante serviço à sociedade brasileira.
PERFIL DO EGRESSO	Sem informação
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Tal como consta no Parecer CNE/CES nº 492/2001. Acrescido de: – Colaborar com profissionais de outras áreas do conhecimento de modo a produzir ações interdisciplinares e integradoras; – Ministrar aulas, cursos e programas educativos na área de conhecimento da museologia e do patrimônio cultural e natural.
ORGANIZAÇÃO CONTEÚDOS CURRICULARES	Formação teórico-prática
BASE LEGAL	– Parecer CNE/CES nº 492/2001; – Resolução CNS/CES/2002; – Lei 7.287/1984, que regulamenta a profissão; – Decreto 1985; – Política Nacional de Museus; – Decreto que estabelece o REUNI.

APÊNDICE C - Relação das disciplinas que versam sobre os temas da gestão e do planejamento¹⁴¹

UNIRIO	<ul style="list-style-type: none"> • Museologia e Preservação III (obrigatória, 60h, 4º período, 3 cr) Ementa: Montagem de laboratórios de conservação: Arquitetura, equipamentos e instrumental; Cuidados e Normas Gerais de funcionamento. Atribuições de uma Seção de Conservação; Documentação e Conservação: análise e diagnóstico do estado de conservação. Fichas Técnicas de Tratamento: Laudos, Pareceres e Relatórios; o Courier e o Condition Report. Planejamento e Gerenciamento de Projetos de Conservação; Higienização, acondicionamento, transporte e manuseio de acervos. • Museologia IV* (obrigatória, 45h, 5º período, 03 cr). Panorama da questão da ética na atividade museológica; análise dos códigos nacionais e internacionais de ética profissional no campo da atuação do museólogo, dentro e fora dos museus. Conceitos e ações concernentes à gestão de museus (Plano Museológico) e de instituições afins, de natureza privada ou pública, de constituição participativa e/ou comunitária. Papel desempenhado pelas associações de amigos; panorama das agências de fomento brasileiras no campo da museologia. • Museologia V (obrigatória, 45h, 6º período, 03 cr). Políticas culturais e políticas museológicas no Brasil e no exterior. Panorama de legislações internacionais e da legislação brasileira sobre museus e patrimônio natural e cultural. Organizações ligadas ao estudo e à prática da Museologia no Brasil e no exterior. • Museologia e Comunicação III (obrigatória, 60h, 5º período, 04 cr) Ementa: Planejamento de exposições ou projetos museais. Desenvolvimento de ações no campo da comunicação expográfica. Estudo dos elementos constituintes das exposições: espaço, forma, objeto, luz, cor, recursos gráficos e práticos. Animação, design de exposições, elaboração de planta baixa e maquete.
UFBA	<ul style="list-style-type: none"> • Documentação Museológica (obrigatória, 68h, 2º semestre, pré-requisitos: Museologia e Pesquisa Museológica I). Ementa: Análise teórica e metodológica da documentação museológica. Estudo de princípios e procedimentos para a criação de sistemas de gerenciamento de coleções e de informação de acervos museológicos, voltado para a análise e identificação de formas documentais museológicas nos diversos suportes, incluindo os digitais. • Conservação de Acervos (obrigatória, 68h, 2º semestre, pré-requisitos: Museologia e Pesquisa Museológica I). Ementa: Estudo dos princípios da preservação e teorias da conservação, aplicados a programas de conservação preventiva de patrimônios, análise das ações de agentes de deterioração, programas de segurança e normas para Reservas Técnicas. • Laboratório de Documentação (obrigatória, 51h, 3º semestre, pré-requisitos: Documentação Museológica). Ementa: Aplicação dos procedimentos para o gerenciamento de coleções e de informação para acervos de natureza museológica com tratamentos específicos para suportes documentais diferenciados, verificando o desenvolvimento de instrumentos para a recuperação e difusão da informação. • Laboratório de Conservação (obrigatória, 51h, 3º semestre, pré-requisitos: Conservação de Acervos). Ementa: Elaboração de diagnósticos de conservação dos diversos patrimônios utilizando equipamentos de aferição e monitoramento, enfatizando normas técnicas relativas ao manuseio, transporte, armazenamento, exibição e higienização de acervos, objetivando sua aplicação em planos de conservação preventiva. • Concepção de Espaços Museológicos (obrigatória, 68h, 4º semestre, pré-requisitos: Museologia Contemporânea). Ementa: Estudo de espaços abertos ou fechados nos campos presencial e virtual para elaboração e aplicação do plano museológico.

¹⁴¹ Fonte: A autora a partir de dados contidos nos ementários dos cursos de Bacharelado em Museologia ativos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição museológica (obrigatória, 68h, 5º semestre, pré-requisitos: Concepção de Espaços Museológicos). Ementa: Princípios de comunicação museológica. Estudo e análise de concepções expositivas. Elaboração e desenvolvimento do projeto expográfico. • Ação Cultural e Educativa com Patrimônios (obrigatória, 68h, 5º semestre, pré-requisitos: Concepção de espaços museológicos e Museologia Contemporânea). Ementa: Planejamento de ações voltadas para a elaboração e aplicação do programa da ação cultural e educativa direcionado à preservação de patrimônios em instituições museológicas e afins, incluindo estratégias de acessibilidade. • Laboratório de Expografia (obrigatória, 51h, 6º semestre, pré-requisitos: Exposição museológica). Ementa: Estudo de espaços e suas condições ambientais, incluindo aspectos luminotécnicos para compor o circuito expográfico, análise de materiais e produtos para mobiliário e suportes expositivos. Procedimentos para o desenvolvimento, execução e avaliação de todas as etapas do processo de desenvolvimento do projeto expográfico. • Gestão Museológica* (obrigatória, 68h, 6º semestre, pré-requisitos: Exposição Museológica e Ação Cultural Educativa com Patrimônio). Ementa: Estudo e análise das diretrizes operacionais para elaboração, organização e gerenciamento do Plano Museológico. • Estágio Curricular II (obrigatória, 102h, 7º semestre, pré-requisitos: Estágio I, Gestão Museológica e Ação Cultural e Educativa com Patrimônios). Ementa: Período dedicado a atividades de experimentação museológica com vistas a consolidar a formação profissional prática do discente nas áreas de Gestão Museológica e Ação Cultural e Educativa com Patrimônios.
--	--

UFRB	<ul style="list-style-type: none"> • Tipologia de Museus e Avaliação de Público (obrigatória, 68h, 5º semestre, pré-requisito: Introdução à museologia). Ementa: Pesquisa de público dos museus em suas diversas tipologias. Inclui análise de instrumentos para a pesquisa de qualidade em instituições da área cultural, histórico dos estudos de público e avaliação da comunicação museológica. • Expografia (obrigatória, 51h, 5º semestre, pré-requisito: Expologia). Ementa: Planejamento de exposições e seus projetos. Aplicação em projeto expositivo dos elementos constituintes das exposições: espaço, forma, objeto, luz, cor, recursos gráficos e plásticos. Animação, design de exposições, elaboração de planta baixa e maquete. • Gestão Museológica* (obrigatória, 68h, 7º semestre, pré-requisito: Introdução à museologia). Ementa: Domínio e análise dos códigos de ética de atuação do profissional a nível nacional e internacional; política nacional de museus e modelos de gestão; desenvolvimento do plano museológico voltado para museus e diversos processos de musealização. • Exposição Curricular (obrigatória, 51h, 7º semestre, pré-requisito: Expologia e Exografia). Ementa: Desenvolvimento de projeto de exposição e sua montagem. Pesquisa de público e avaliação.
------	---

UFPEL	<ul style="list-style-type: none"> • Documentação Museológica I (obrigatória, 04 créditos, 68h, 2º semestre, pré-requisito: disciplina Introdução à Museologia). Ementa: Museus e documentação do patrimônio integral: sistemas de documentação/informação. Tesauroização, formação, registro, classificação, catalogação, inventário de coleções. Manipulação de coleções. • Documentação Museológica II (obrigatória, 04 créditos, 68h, 3º semestre, pré-requisito: disciplina Documentação Museológica I). Ementa: Supervisão em atividades práticas, debate e orientação acerca de atividades de documentação de acervos realizadas em museus ou espaços correlatos. • Museus e Novas Tecnologias (obrigatória, 04 créditos, 68h, 3º semestre). Ementa: O uso das novas tecnologias na concepção e implementação dos diferentes processos implicados na ação museológica. • Conservação e Preservação II (obrigatória, 02 créditos, 68h, 4º semestre, pré-requisito: disciplina Conservação e Preservação I). Ementa: Diagnóstico de conservação. Monitoramento de temperatura e umidade relativa. Iluminação. Poluentes gasosos e particulados. Aparelhos e materiais para
-------	---

conservação em museus. Equipamentos de proteção individual - EPI. Higienização mecânica a seco. Acondicionamento e manutenção em Reserva Técnica. Manuseio, embalagem e transporte de acervos. Prevenção e segurança em museus. Cuidados com a limpeza dos espaços museológicos. Conservação de acervos museológicos: materiais de suportes orgânicos e inorgânicos.

- **Arquitetura de espaços expositivos** (obrigatória, 02 créditos, 34h, 4º semestre).
Ementa: Estudo dos principais parâmetros que respondem pela funcionalidade, estética e segurança dos espaços e suportes expositivos, com vistas a sua organização e planejamento. Estudo de caso.
- **Expografia I** (obrigatória, 04 créditos, 68h, 5º semestre).
Ementa: Teoria sobre planejamento e programação de exposições. Análise da relação entre gestão, o planejamento institucional e a exposição, observando o impacto da atuação do museu com a sociedade, identificando os elementos determinantes da exposição no que tange ao cumprimento do Estatuto dos Museus. Conceito de exposição como instrumento comunicacional dentro dos museus. Estudo sobre os instrumentos de avaliação dos resultados de uma exposição. Estudo sobre exposição de acervos. Curadoria e pesquisa de acervo.
- **Expografia II** (obrigatória, 04 créditos, 68h, 6º semestre, pré-requisito: Expografia I).
Ementa: Elaboração de projeto de exposição museológica curricular.
- **Gestão de Museus*** (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º semestre, pré-requisito: Documentação Museológica I).
Ementa: Noções de gerenciamento de museus e de coleções museológicas; análise das legislações nacionais e internacionais que regem as práticas museológicas de aquisição, salvaguarda e comunicação de acervos; os códigos de conduta ética dos profissionais de museus. Estudo e análise de "Planos e Programas Museológicos" em instituições com natureza de museu, públicas e privadas; composição dos recursos humanos e estruturação espacial das coleções, assim como os procedimentos para efetuar os seus deslocamentos internos e externos. Noções básicas de adequação dos espaços para a acessibilidade dos mais diversos públicos. Princípios de segurança física e informacional das coleções que compõem os museus.
- **Musealização do Patrimônio Arqueológico** (obrigatória, 04 créditos, 68h, 6º semestre).
Ementa: Estudo dos processos de curadoria, gestão e políticas de representação de coleções arqueológicas em museus. Desdobramentos históricos dos museus de história natural e das coleções arqueológicas musealizadas. Discussão dos princípios e potencialidades dos processos de musealização aplicados às coleções arqueológicas. Princípios e parâmetros de representação pública da arqueologia, e seus limites e reciprocidades com a Arqueologia Pública.
- **Ação Cultural e Educação em Museus I** (obrigatória, 04 créditos, 68h, 6º semestre).
Ementa: A Educação para o patrimônio no Brasil: seu desenvolvimento. Metodologias de educação para o patrimônio. Leitura e debate sobre diferentes experiências de educação para o patrimônio. Prática: observação de ações educativas aplicadas em museus da região. Prática: elaboração de projetos de ações educativas.
- **Expografia III** (obrigatória, 04 créditos, 68h, 7º semestre, pré-requisito: Expografia II).
Ementa: Implementação de exposição curricular, desenvolvida a partir do projeto aprovado em "Expografia II".
- **Ação Cultural e Educação em Museus II** (obrigatória, 04 créditos, 68h, 7º semestre, pré-requisito: Ação Cultural e Educação em Museus I).
Ementa: Aprofundamento das leituras e discussões sobre educação para o patrimônio. Elaboração de projetos de ações educativas em museus da região. Prática: proposta, aplicação e avaliação de ações educativas.

UFPE	<ul style="list-style-type: none"> • Documentação Museológica I (obrigatória, 04 créditos, 60h, 4º período) Ementa: Análise do conceito de Documento. Documento e Museologia. Processamento e sistematização de coleções de objetos tangíveis: a documentação museológica. Padrões internacionais de Documentação Museológica. Sistemas de Documentação Museológica. • Expografia II (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º período). Ementa: Viabilização e montagem de exposições (pauta, financiamento, pré-produção, produção, pós-produção). Avaliação de exposições. • Gestão e planejamento em museus* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º período). Ementa: Conceitos e ações concernentes à gestão de museus e de instituições afins, de natureza privada ou pública. Papel desempenhado pelas associações de amigos; panorama das agências de fomento brasileiras no campo da museologia. Plano Museológico. • Políticas culturais no Brasil (obrigatória, 04 créditos, 60h, 7º período) Ementa: Partindo dos diagnósticos sobre os atuais distúrbios identitários e da conveniência da cultura, a disciplina consiste numa investigação sobre os móveis das políticas culturais na América Latina nas quatro últimas décadas, em particular aqueles que implicam de modo mais ou menos direto os processos de musealização e patrimonialização.
------	---

UFG	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à Museologia (obrigatória, 04 créditos, 64h, 1º período). Ementa: A formação do campo disciplinar da Museologia. O fato museal. O estatuto epistemológico da Museologia. A Museologia como disciplina ou ciência social aplicada. A cadeia operatória de salvaguarda e comunicação patrimoniais. A natureza interdisciplinar da Museologia. A especificidade da pesquisa em Museologia. • Museologia I (obrigatória, 04 créditos, 64h, 2º período). Ementa: Museologia e Museografia. Museologia e seleção: entre a memória e o esquecimento. Políticas de acervo: seleção, aquisição e descarte. Processo de musealização. Principais referenciais teóricos da Museologia. Tendências teóricas da Museologia. Conceitos e temas centrais da disciplina. Museologia Geral, Museologia Especial e Museologia Aplicada. Principais campos de ação museológica; campo essencial, campo de interlocução e campo de projeção. História da Museologia. Criação do ICOM e do ICOMOS. Principais cartas, documentos e movimentos museológicos. • Salvaguarda patrimonial – documentação museológica (obrigatória, 04 créditos, 64h, 2º período, pré-requisito: Introdução à Museologia). Ementa: Documentos: conceito, tipos e funções. Conceito e gerenciamento da informação. O tratamento e a gestão documental de coleções e acervos. Técnicas de registro: inventário, catalogação, classificação e indexação de acervos. Vocabulário controlado. A ficha catalográfica, o livro de tomo, a numeração, a marcação, a medição, etc. O controle do trânsito de acervos dentro e fora da instituição. A evolução das modalidades de controle face às mudanças do conceito de objeto museológico. • Salvaguarda patrimonial II – Conservação preventiva e segurança (obrigatória, 04 créditos, 64h, 3º período, pré-requisito: introd. à Museologia). Ementa: Introdução à conservação preventiva e diferenciação da restauração. As principais teorias de conservação e restauração. Agentes de degradação. Monitoramento e controle ambiental. Noções básicas de procedimentos, métodos e equipamentos de conservação preventiva de acervos museológicos de diferentes naturezas em países de clima tropical. Noções de segurança patrimonial e pessoal aplicada a museus. Equipamentos e princípios de segurança adequados a instituições museológicas. Planejamento e gestão de reservas técnicas. • Museologia III (obrigatória, 04 créditos, 64h, 4º período). Ementa: A musealização como um processo. A Nova Museologia. A Sociomuseologia. Patrimônio integrado, museus de território, museus comunitários, museus de sociedade, ecomuseus. O museu local. Discussões contemporâneas sobre museus: a memória fragmentada, o museu desterritorializado. A pesquisa científica na Museologia contemporânea. • Salvaguarda patrimonial III – Registro e sistemas de gerenciamento da informação aplicados a museus e patrimônio (obrigatória, 04 créditos, 64h, 3º período, pré-requisito: Salvaguarda patr. I). Ementa: O processo de automação em museus, a teoria dos sistemas, a aplicação das novas tecnologias ao gerenciamento da informação em museus. Registro e sistemas de gerenciamento da informação aplicados a museus e patrimônios. O
-----	--

registro e a documentação do patrimônio imaterial. Os bancos de dados e as informações em rede. Prática de documentação.

- **Comunicação patrimonial III – Práticas de educação não formal em museus** (obrigatória, 04 créditos, 64h, 4º período).

Ementa: Conceitos de educação não-formal ou difusa. Diferentes propostas e metodologias que podem ser utilizadas no universo da educação em museus: pedagogia museológica, educação patrimonial, arte-educação, educação histórica, alfabetização ecológica, transposição didática, educação ambiental, arqueologia experimental, entre outras. Programas educativos. Materiais didáticos. Estudos de caso e atividades práticas de formulação e aplicação.

- **Comunicação patrimonial IV – projeto e montagem de exposição** (obrigatória, 04 créditos, 64h, 5º período, pré-requisito: Com Patrimonial II - Expografia).

Ementa: Planejamento de exposições e projetos complementares. Prática laboratorial de projeto e montagem de exposição envolvendo: processos curatoriais, aplicação em projeto dos elementos constituintes das exposições (espaço, forma, objeto, luz, cor, recursos gráficos e plásticos), design de exposição, elaboração de planta baixa e maquete e execução de um projeto de exposição curricular com sua montagem.

- **Salvaguarda patrimonial IV – Práticas laboratoriais de conservação preventiva** (obrigatória, 04 créditos, 64h, 5º período, pré-requisito: Salvaguarda patr. II).

Ementa: Práticas de diagnóstico e descrição de estados de conservação. Higienização e acondicionamento de acervos de diferentes naturezas. Manipulação e aplicabilidade dos recursos materiais e equipamentos empregados na conservação museológica em atividades de prática laboratorial.

- **Estudos de público e avaliação** (obrigatória, 04 créditos, 64h, 5º período).

Ementa: Estudos de público de museus: metodologias e instrumentos. História dos estudos de público. Teorias sobre avaliação. Avaliação da comunicação em museus. Avaliação preliminar, formativa, somativa, corretiva e crítica. Questões sobre acessibilidade.

- **Gestão e avaliação de museus*** (obrigatória, 04 créditos, 64h, 5º período).

Ementa: Conceitos básicos de Administração. O comportamento humano nas organizações. A organização e a gestão em instituições museológicas. A equipe administrativa e técnica do museu e o seu treinamento. Planejamento estratégico e gestão da qualidade. Administração da imagem institucional. O plano museológico em diferentes modelos e processos de musealização. A natureza pública ou privada dos museus, as associações de amigos, as agências de fomento, a gestão participativa. A cultura da avaliação em museus. A avaliação qualitativa.

- **Espaços museais e arquitetura de museus** (obrigatória, 04 créditos, 64h, 7º período).

Ementa: Programas e projetos arquitetônicos para museus. As diferentes tipologias de arquitetura de museus, aspectos conceituais e organização espacial. Componentes das edificações: sistemas construtivos, estruturas, instalações, equipamentos, mobiliário, parâmetros de segurança e conforto ambiental. Acessibilidade e normatização vigente. Prédios construídos para museus e prédios adaptados. Os edifícios tombados. Museus-casa. Os museus extra-muros, museus de território, museus de percurso. A cidade como museu. A representação gráfica na leitura de edificações e espaços museais.

- **Estágio curricular I** (obrigatória, 04 créditos, 64h, 6º período).

Ementa: Prática profissional supervisionada em Museologia com ênfase na gestão museológica, na aplicação da cadeia operatória museológica (salvaguarda e comunicação patrimoniais) ou na avaliação, sob orientação de um professor do curso e de um profissional da instituição.

- **Estágio curricular II** (obrigatória, 04 créditos, 64h, 7º período).

Ementa: Prática profissional supervisionada em Museologia com ênfase na gestão museológica, na aplicação da cadeia operatória museológica (salvaguarda e comunicação patrimoniais) ou na avaliação, sob orientação de um professor do curso e de um profissional da instituição. Deverá privilegiar uma área diferente daquela onde foi realizado o estágio curricular I, dentro do mesmo museu, ou, preferencialmente, outro museu e de outra tipologia. O objetivo é preparar o aluno para a atuação em diferentes textos e contextos museológicos.

UFSC	<ul style="list-style-type: none"> • Expografia I (obrigatória, 04 créditos, 72h/a, 5ª fase). Ementa: Exposição como meio de comunicação. Discurso Expositivo. Teorias da Percepção e objetos museológicos. Tipologias de Exposição. Planejamento de exposições. Fundamentação teórica de projeto expositivo. • Preservação e Conservação de Bens Culturais II (obrigatória, 04 créditos, 72h/a, 5ª fase, pré-requisito: Preservação e Conservação de Bens Culturais I). Ementa: Materiais e Métodos em conservação preventiva; Acervos orgânicos e inorgânicos; Tipologia de materiais que compõem acervos; Ambiente; Edificação; Mobiliário; Manuseio; Embalagem; Transporte; Reservas Técnicas e Exposição; Diagnóstico e Descrição do estado de conservação. • Expografia II (obrigatória, 04 créditos, 72h/a, 6ª fase, pré-requisito: Expografia I). Ementa: Planejamento de exposições. Projeto Expositivo. Expografia e Público. Estudo de elementos expositivos: Desenho de exposições, espaço e organização, iluminação, circulação, estudos de cor, textos e elementos auxiliares, materiais. Divulgação de Exposições. Cronograma e Orçamento. • Ação Cultural e Educativa em Espaços Museológicos (obrigatória, 04 créditos, 72h/a, 6ª fase, pré-requisito: Educação Museal). Ementa: Museologia, educação e cultura: desafios e possibilidades. Pensamento pedagógico brasileiro e os processos museais. Antecedentes históricos da relação entre educação e museu. Direito de memória: fruição, interatividade, acessibilidade e outras demandas. Dialética museu-escola. O programa educativo no Plano museológico. A ação cultural e educativa: pressupostos teórico-metodológicos. Ação Educativa e avaliação. • Gestão de Museus* (obrigatória, 04 créditos, 72h/a, 6ª fase). Ementa: Noções de gerenciamento de museus e de coleções museológicas; análise das legislações nacionais e internacionais que regem as práticas museológicas de aquisição, salvaguarda e comunicação de acervos; os códigos de conduta ética dos profissionais de museus. Estudo e análise de "Planos e Programas museológicos" em instituições com natureza de museu, públicas e privadas; composição dos recursos humanos e estruturação espacial das coleções, assim como os procedimentos para efetuar os seus deslocamentos internos e externos. Noções básicas de adequação dos espaços para a acessibilidade dos mais diversos públicos. Princípios de segurança física e informacional das coleções que compõem os museus. • Prática de Exposição (06 créditos, 108h/a, pré-requisitos: Expografia II e Ação Cultural e Educativa em Museus). Ementa: Montagem, Desmontagem e Avaliação de uma Exposição Museológica.
UFRGS	<ul style="list-style-type: none"> • Administração aplicada às ciências da informação* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 1ª etapa). Ementa: Conceitos básicos de Administração. Teoria Geral da Administração (TGA). Movimentos da Administração. • Sistemas de informação e Documentação em Museus (obrigatória, 04 créditos, 60h, 2ª etapa, pré-requisito: Iniciação à museologia). Ementa: Sistemas de documentação/ informação de acervos museológicos. Tesauroização. Formação, registro, classificação, catalogação, inventário e acondicionamento de coleções. Inventário ambiental. • Gestão em Museus* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 4ª etapa, pré-requisito: Iniciação à Museologia; Conservação e preservação de bens culturais; Sistemas de informação e documentação em museus). Ementa: Planejamento, criação e administração de museus e centros culturais. Planejamento estratégico e sistemas de qualidades. Administração da Imagem institucional. Ética profissional. • Produção e Gestão Cultural* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 5ª etapa, pré-requisito: Gestão em museus). Ementa: Instrumentos, métodos e técnicas para uma gestão cultural estratégica e ética. Ferramentas de gestão de instituições, como a de projetos culturais. Natureza e particularidades dos projetos. A ética na gestão e produção cultural. As leis de incentivo à cultura e sua aplicação. • Educação em Museus (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6ª etapa). Ementa: Museu e educação em perspectiva histórica. Educar através das coisas e imagens. Diferentes abordagens da educação em museus, a partir de distintas tipologias museológicas. A relação do museu com a escola. Elaboração do Programa Educativo, de projetos e ações educativas para museus. • Estudo de públicos em museus (obrigatória, 03 créditos, 45h, 6ª etapa). Ementa: Elaboração e discussão sobre a temática dos estudos de público em

	<p>instituições museológicas. Análise de exemplos de estudos de público em Museus. Abordagens metodológicas para realização de pesquisas de público e as novas organizações de pesquisa de público em Museus: o Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC) e Observatório Íbero-americano de Museus (OIMCC). Experiência prática em estudos de público em museus.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Curadoria Expográfica (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6ª etapa, pré-requisito: Expografia). Ementa: Processamento e programação de exposições. Elaboração de projeto expográfico. • Arquitetura e espaços em museus (obrigatória, 03 créditos, 45h, 7ª etapa). Ementa: Tipologias arquitetônicas e programa de necessidades para museus. Rearquiteturas. Acessibilidade. Segurança física e segurança passiva. Elaboração do Programa Arquitetônico no âmbito do Plano Museológico. • Prática de exposições museológicas (obrigatória, 08 créditos, 120h, 7ª etapa, pré-requisito: Projeto de curadoria expográfica). Ementa: Aplicação de projeto expográfico: montagem, desenvolvimento e avaliação.
UNB	<ul style="list-style-type: none"> • Museologia e Comunicação 1 (obrigatória, 04 créditos, 3º semestre, pré-requisito: Introdução à museologia). Ementa: Estudo do processo de musealização e das atividades museológicas. Arquitetura de museus e planejamento de espaços para o desenvolvimento de ações museológicas. Ações museológicas no espaço virtual. • Museologia e Comunicação 3 (obrigatória, 04 créditos, 5º semestre, pré-requisito: Museologia e comunicação 2). Ementa: Estudo das teorias e concepções expositivas. Estudo dos elementos constituintes das exposições. Estudos de design expográfico. Fundamentos de elaboração e desenvolvimento de projeto expográfico. • Conservação e Restauração de Documentos (obrigatória, 04 créditos, 5º semestre). Ementa: A importância de um planejamento de preservação envolvendo os documentos em papel e os eletrônicos, os registros sonoros e as fotografias; recomendações para construção de edifícios de arquivo; os fatores intrínsecos e extrínsecos de degradação dos documentos; os planos de prevenção de desastres e técnicas de restauração. • Informação e Documentação Museológica (obrigatória, 04 créditos, 5º semestre, pré-requisito: Análise da informação). Ementa: Princípios e procedimentos para a criação de sistemas de gerenciamento de informação e acervos museológicos. Padrões internacionais de Documentação Museológica. Prática da Documentação Museológica. Laboratórios de Reservas Técnicas. • Museologia e Comunicação 4 (obrigatória, 04 créditos, 6º semestre, pré-requisito: Museologia e comunicação 3). Ementa: Prática de processamento e programação de exposições. Elaboração, aplicação e desenvolvimento de projeto expográfico ou projeto de ações museológicas. • Museologia e Preservação 2 (obrigatória, 04 créditos, 7º semestre, pré-requisito: Museologia e Preservação 1). Ementa: Estudo dos elementos necessários para executar planejamento, organização e gestão de reservas técnicas museológicas. Estudo dos procedimentos de manuseio, exibição e transporte. A relação da reserva técnica com o público e a pesquisa. • Gestão de Museus e Políticas de Acervos Museológicos* (obrigatória, 04 créditos, 7º semestre). Ementa: Conceitos e ações concernentes à gestão de museus e de instituições afins. Planejamento e administração de acervos museológicos em instituições culturais públicas ou privadas. Análise dos códigos nacionais e internacionais de ética profissional no campo de atuação do museólogo.

UFMG	<ul style="list-style-type: none"> • Teorias da Organização* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 1º período). Ementa: Origens da administração e das teorias administrativas. A evolução do pensamento administrativo. Teorias contemporâneas. Instituições de informação: funções e características definidoras. • Documentação Museológica (obrigatória, 04 créditos, 60h, 3º período); Ementa: Protocolos de coleta, aquisição e formação de coleções. Caracterização, classificação, definição de categorias e registro dos objetos museais. Processos de musealização, arranjo de coleções e tesauroização. • Museografia I (obrigatória, 04 créditos, 60h, 3º período). Ementa: Princípios de museografia para os bens culturais. Programação visual, design gráfico e informacional para a concepção de exposições e percursos museográficos. Processos de musealização. Caracterização do objeto museal. Suporte físico. Investigação museológica. • Museografia II (obrigatória, 04 créditos, 60h, 4º período, pré-requisito: Museografia I). Ementa: Planejamento, circulação e organização do espaço arquitetônico museológico, considerando as áreas de reserva técnica e exposição. Processos museográficos, cenografia e mobiliário de exposição. • Exposição Museográfica I (obrigatória, 04 créditos, 60h, 5º período). Ementa: Exposição museológica. Curadoria. Conceitos e temas da exposição museológica. Disposição, recursos, iluminação. Roteiro do circuito expográfico. Desenho expográfico. • Conservação e Museus I (obrigatória, 04 créditos, 60h, 5º período). Ementa: Introdução às teorias da conservação. Estudo dos materiais e técnicas constitutivas dos bens culturais: materiais orgânicos e inorgânicos. Processos de degradação dos materiais: agentes físicos, químicos e biológicos. Diagnóstico e descrição do estado de conservação. • Exposição Museográfica II (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º período, pré-requisito: Exposição museográfica I). Ementa: Compreender os aspectos metodológicos da concepção de exposição. Analisar os materiais e processos de produção utilizados em exposições. Analisar aspectos de planejamento e de produção para o desenvolvimento da concepção e materialização da exposição. Vivenciar a montagem de uma exposição. • Gestão de unidades de informação* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º período). Ementa: Unidades e sistemas de informação do ponto de vista organizacional. Processos de tomada de decisão, motivação, criatividade, liderança e comunicação aplicados a unidades de informação. Organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais, marketing. Questões na gestão de sistemas de informação. • Planejamento em unidades e sistemas de informação* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 8º período) Ementa: Planejamento: conceito, evolução e etapas. Noções de planejamento estratégico. Planejamento de unidades, produtos e serviços de informação. Elaboração, acompanhamento e análise de projetos.
------	--

UFS	<ul style="list-style-type: none"> • Museologia e Conservação Preventiva I (obrigatória, 04 créditos, 60h, 3º semestre) Ementa: Conservação de bens culturais móveis em países de clima tropical: conceituações teóricas e princípios básicos. Políticas e legislações nacionais e internacionais para a conservação do patrimônio cultural. Tipos de acervo e fatores de degradação. Agentes Agressores. Degradação e Danos. Análise, Diagnóstico e Descrição do Estado de Conservação. • Museologia e Conservação Preventiva II (obrigatória, 04 créditos, 60h, 4º semestre, pré-requisito: Museologia e Conservação Preventiva I). Ementa: Laboratório de conservação preventiva: arquitetura, materiais e equipamentos. Documentação e Conservação. Fichas Técnicas de Tratamento, Laudos, Pareceres e Relatórios. O Courrier e o Condition Report. Planejamento e Gerenciamento de Projetos de Conservação, Segurança e Controle Ambiental. Equipamentos e Instrumental de Conservação Preventiva e Segurança. • Ações Culturais e Educativas em Museus (obrigatória, 04 créditos, 60h, 4º semestre, pré-requisito: Ações educativas e patrimônio cultural). Ementa: Conceitos gerais do processo educativo nos museus e interface com a Museologia. Abordagem de metodologias aplicadas. Cultura e Educação em Museus. Princípios Educativos Aplicados a Acervos Museológicos. Projetos Educativos em Museus. • Avaliação em Museus (obrigatória, 04 créditos, 60h, 5º semestre, pré-requisito: Ações culturais e educativas em museus). Ementa: Pesquisa de público dos museus. Análise de instrumentos para a pesquisa de qualidade em instituições da área cultural e histórico dos estudos de público. Avaliação da relação entre o público e as exposições. Estudo de Público. Avaliação do Projeto Educativo. • Museologia e Conservação Preventiva III (obrigatória, 04 créditos, 60h, 5º semestre, pré-requisito: Museologia e Conservação Preventiva II). Ementa: Planejamento, organização e gestão de Reservas Técnicas: funcionalidade, arquitetura, especificidades dos acervos, mobiliário e equipamentos. Reservas e público, reservas e pesquisa. Procedimentos técnicos e de rotina: acondicionamento, transportes e manuseio de acervos. Noções básicas dos procedimentos técnicos de conservação reparadora: higienização. • Expologia II (obrigatória, 04 créditos, 60h, 5º semestre, pré-requisito: Expologia I). Ementa: Princípios e planejamento de exposições. Estudo dos elementos constituintes das exposições: espaço, forma, objeto, luz, cor, recursos gráficos e plásticos. Animação, design e montagem de exposições, elaboração de planta baixa e maquete. • Expografia I (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º semestre, pré-requisito: Expologia II). Ementa: Elaboração de projeto expositivo: espaço, forma, objeto, luz, cor, recursos gráficos e plásticos, animação, design de exposições, elaboração de planta baixa e maquete. • Gestão Museológica e Administração de Coleções* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º semestre, pré-requisito: Objetos e Coleções e Teorias da Museologia). Ementa: Política nacional de museus e modelos de gestão. Conceitos e ações concernentes à gestão de museus e de instituições afins, de natureza privada ou pública, de constituição participativa e/ou comunitária. Papel desempenhado pelas associações de amigos. Panorama das agências de fomento brasileiras no campo da museologia. Desenvolvimento de plano museológico voltado para museus e diversos processos de musealização. • Expografia II (obrigatória, 04 créditos, 60h, 7º semestre, pré-requisito: Expografia I e Gestão Museológica e Administração de Coleções). Ementa: Desenvolvimento e execução de projeto de exposição incluindo sua montagem. Pesquisa de público e avaliação.
UFPA	<ul style="list-style-type: none"> • Musealização do patrimônio (obrigatória, 03 créditos, 45h, 2º semestre). Ementa: Conceito de musealização. Os processos de musealização. Musealização da Cultura Material. Os processos de musealização do patrimônio em museus "tradicionais", ecomuseus, museus comunitários e sítios arqueológicos. • Laboratório de Conservação (obrigatória, 06 créditos, 90h, 4º semestre). Ementa: Estrutura e arquitetura dos espaços expositivos e de reserva técnica. Avaliação de espaços expositivos e de reserva técnica. Climatização e monitoramento ambiental (controle ambiental) dos espaços expositivos e de reserva técnica. Mobiliário, equipamentos e materiais usados para o acondicionamento de acervos. Técnicas de acondicionamento de objetos museológicos. Técnicas manuseio de peças. Programa de gerenciamento de pragas em acervos. Sistema de segurança em acervos. Gerenciamento de risco em conservação preventiva.

- **Laboratório de conservação de acervos** (obrigatória, 06 créditos, 90h, 5º semestre).
Ementa: Identificar a natureza dos materiais que compõem os objetos museológicos. Verificar deterioração por danos inerentes (Inherent vice) entre materiais que compõem os objetos museológicos. Avaliar, identificar e monitorar as condições de conservação de objetos museológicos em espaços expositivos e em reservas técnicas. Avaliar espaços expositivos e reservas técnicas e propor recomendações necessárias. Elaborar laudos e relatórios sobre o estado de conservação dos objetos museológicos (condition report). Realizar procedimentos de limpeza e higienização. Avaliar o tipo de mobiliário e material de acondicionamento de acordo com a natureza dos objetos museológicos. Propor técnicas de acondicionamento de acordo com a natureza e formato dos objetos. Elaborar programas de gerenciamento de pragas e riscos. Elaborar sistema de segurança. Realizar teste para verificar a presença de cloreto em polímeros (plásticos).
- **Laboratório de planejamento de exposições** (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º semestre).
Ementa: Planejamento de exposições. Etapas do processo de criação de uma exposição. Metodologias de elaboração de projeto de exposições. Elaboração de projeto de exposição curricular, a partir da pesquisa temática desenvolvida no período anterior. Construção de narrativas segundo as necessidades do público desejado e o tema da exposição. Noções práticas de levantamento de espaços, desenho em planta, cortes e elevações. Escalas e suas relações com a representação gráfica de espaços. Noções práticas de CAD. Desenho de suportes e de mobiliário para atendimento ao público.
- **Laboratório de estudos de público** (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º semestre).
Ementa: Metodologia e técnicas de análise de público em museus. Reconhecimento de segmentos de público-alvo. Construção de narrativas segundo as necessidades do público desejado. Museus e ação comunitária. Estudo da relação dos museus com grupos sociais específicos. Museus, público e participação social. Museologia, educação ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Museus inclusivos.
- **Políticas e diretrizes da Museologia** (obrigatória, 03 créditos, 45h, 6º semestre).
Ementa: Políticas e diretrizes nacionais e internacionais no campo da Museologia e do Patrimônio. A UNESCO. Criação, desenvolvimento e atuação em prol do patrimônio mundial. O papel dos países-membros. As cartas patrimoniais e as diretrizes internacionais para a identificação, proteção e valorização do patrimônio. Os registros de patrimônio mundial. O ICOM: criação, desenvolvimento, atuação entre os profissionais de museus. Planos estratégicos e programas de trabalho do ICOM. O Código Internacional de Ética para Museus. As diretrizes mundiais de ação museológica e patrimonial: luta contra o tráfico ilícito de bens culturais; museologia e diversidade cultural; o Museu Inclusivo. Regionalização do ICOM: as organizações regionais. O IPHAN. Criação, desenvolvimento e atuação em prol do patrimônio nacional. As diretrizes nacionais para o tombamento e a musealização de patrimônio. Sistema Brasileiro de Museus. O IBRAM. Legislação e política nacional de museus. Os profissionais de museus.
- **Administração em Museus*** (obrigatória, 04 créditos, 60h, 7º semestre).
Ementa: Introdução às teorias da Administração e sua aplicabilidade ao planejamento, criação e administração de museus e instituições culturais. Planejamento estratégico e sistemas de qualidade. Administração da imagem institucional. Marketing cultural. Museus, administração e gestão do patrimônio. As diferentes formações do profissional de museus. O museólogo: formação e diretrizes profissionais. Ética profissional. O Código Internacional de Ética para Museus.
- **Exposição curricular** (obrigatória, 06 créditos, 90h, 7º semestre).
Ementa: Desenvolvimento e montagem de uma exposição curricular, a partir de projeto elaborado no bloco anterior. A disciplina busca a aplicação prática e teórica dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, principalmente nas disciplinas ligadas a comunicação e expografia. Desenvolvendo os eixos temáticos de: expografia/cenotécnica/design, comunicação museológica, desenvolvimento textual, atividades educativas e avaliação museológica.

UFOP	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas Públicas na Área de Museologia* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 1º período). Ementa: sem informação • Organização de Museus* (obrigatória, 04 créditos, 60h, 1º período). Ementa: sem informação • Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural (obrigatória, 04 créditos, 60h, 6º período). Ementa: sem informação • Elaboração e gestão de projetos culturais (obrigatória, 04 créditos, 60h, 7º período). Ementa: sem informação • Organização e Administração I** (obrigatória, 02 créditos, 30h, 7º período). Ementa: sem informação. OBS. Oferecida pela Engenharia de Produção. • Gestão e administração de museus* (obrigatória, 02 créditos, 30h, 8º período). Ementa: sem informação.
------	---